



ANO CXIX DA IOE
121ª DA REPÚBLICA
Nº 31.903

DIÁRIO OFICIAL

Belém, quinta-feira
28 de abril de 2011



sac@ioe.pa.gov.br

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

07 Cadernos
112 Páginas

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (CLVI)

Dionísio Bentes de Carvalho, governador em exercício, assinou o Decreto nº. 3.046, de 04 de maio de 1960, que concedia equiparação do Curso Primário da Escola de Iniciação Agrícola São Francisco, no município de Óbidos, aos cursos de ensino oficial congêneres, com fiscalização exercida pela Secretaria de Educação.

O governador também assinou o Decreto nº. 3.047, de 05 de maio que isentava, pelo prazo de cinco anos, de todos os impostos e taxas estaduais, excetuados os de exportação, o Artesanato de Cerâmica "Ita", que funcionava sob a direção da professora Irene Teixeira de Azevedo, cujo objetivo era a cultura artística aliada à laborterapia.

Dois decretos foram assinados pelo governador em exercício no dia 04 de maio. Um que removia Raimundo Machado Mendonça Filho, Juiz de Direito da Comarca de Maracanã para a Comarca de Bragança, vago com a promoção de Silvio Hall de Moura para o cargo de Juiz de Direito da Capital. E outro que também removia, Celio Rodrigues Cal, Juiz de Direito da Comarca de Ponta de Pedras para a de Igarapé-Açu.

■ RIBAMAR CASTRO



Secretaria de Educação amplia o número de vagas para Ensino Médio

Para atender às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) autoriza a implantação do Ensino Médio em três escolas do Pará. De acordo com as resoluções, além da capital Belém, serão contemplados

com a ampliação da oferta de vagas os municípios de Bragança e Ourém. As localidades terão novas vagas de Ensino Médio nas modalidades regular e Educação para Jovens e Adultos (EJA), ainda para o ano letivo de 2011.

CADERNO 3 - PÁGINA 6

Resultado de licitação

A Prefeitura Municipal de Belém, por intermédio da Comissão de Licitação, publica o resultado da Tomada de Preço nº 004/2011, que se refere à contratação de empresa especializada em construção civil. A empresa vencedora ficará responsável pelas obras da Unidade de Educação Infantil Ayrton Senna, na Rua Mário Andreazza, esquina com a Passagem dos Líderes, no Bairro Parque Guajará.

CADERNO 4 - PÁGINA 3

Alimentação escolar

O Departamento de Alimentação Escolar da Prefeitura de Paragominas informa que vai realizar testes de aceitabilidade para introdução de novos alimentos ao cardápio das escolas, no período de 09 a 11 de maio de 2011. As empresas interessadas em participar, deverão designar nutricionistas para o desenvolvimento do teste. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (91) 3729-8005.

CADERNO 4 - PÁGINA 4

Construção de unidades de saúde

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), por meio da Comissão de Intergestores Bipartite, autoriza a construção de Unidades Básicas de Saúde e de Saúde da Família nos municípios de Ourém e Castanhal. A resolução baseia-se na Portaria nº 2.226 de 18/09/2009 do Ministério da Saúde, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação dessas unidades. Segundo a Sespa, as localidades foram contempladas com o repasse de recursos por cumprirem o objetivo proposto no Projeto de Construção. A Sespa também autoriza a construção da Unidade Básica de Saúde da Comunidade Santa Júlia, do Município de Novo Progresso.

CADERNO 2 - PÁGINA 9

IOE
Impressos
gráficos
com
qualidade.



Faça seu orçamento!
4009-7817

Trav. do Chaco, nº 2271 - Bairro do Marco

Impressão em offset,
convites, folders, panfletos,
livros, revistas, jornais, cartazes,
editoração eletrônica
e encadernação.



EXPOSIÇÃO

Hélio Oiticica – Museu é o Mundo

Exposição das obras de um dos mais importantes artistas brasileiros em seis instituições na cidade.

Abertura: 5 de abril. Em exposição até 5 de junho.

Locais e horários de visita  o:

Museu Histórico do Estado do Pará

(MHEP): De terça a sexta, das 10h às 18h. Sábado e domingo, das 10h às 16h. Feriados, de 9h às 13h.

Museu do Forte do Presépio: De terça a sexta, das 10h às 18h.

Sábado e domingo, das 10h às 16h. Feriados, de 9h às 13h.

Estação Docas: De segunda a domingo de 12h às 24h

Forum Landi

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (Centur)

Todos os dias, das 9h às 22h.

Espaço Cultural Casa das 11 Janelas

De terça a sexta, das 10h às 18h. Sábado e domingo, das 10h às 16h. Feriados, de 9h às 13h.

OFICINAS

Dança Contemporânea para Artistas com Habilidades

Diferenciadas

Data: 28/04, das 8h às 21h

Prêmio Diário Contemporâneo. Palestra de Marisa Mokarzel

Data: 28/04, das 19h às 22h

Programa Rumos Visuais do Itaú Cultural

Data: 29/04, das 19h às 21h

*** Todas as atividades acontecem na sede do Instituto de Artes do Pará (IAP), que fica na Praça Justo Chermont, 236 – Nazaré.**

MÚSICA

Recital de canto, com alunos da profa. Madalena Aliverti

Data: 28/04, às 18h

Local: Sala Ettore Bosio do Conservatório Carlos Gomes

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES*

91 4009-7810
4009-7819

- | | | |
|---------------------|-----|-------|
| ■ cm x coluna (8cm) | R\$ | 65,00 |
|---------------------|-----|-------|

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

Helenilson Cunha Pontes
VICE-GOVERNADOR

Manoel Pioneiro
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Raimunda do Carmo Gomes Noronha
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Eduardo Barleta de Almeida
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioe.pa.gov.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Michelly dos Santos Freire
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Pedro Paulo Pereira Ferreira
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | quinta-feira, 28 de abril de 2011

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR CAD. 1 - PÁG. 5

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA CAD. 1 - PÁG. 5

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA..... CAD. 1 - PÁG. 5

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CAD. 1 - PÁG. 5

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO..... CAD. 1 - PÁG. 5

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO
DO GOVERNO CAD. 1 - PÁG. 5

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO..... CAD. 1 - PÁG. 6

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS CAD. 1 - PÁG. 6

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR CAD. 1 - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO CAD. 1 - PÁG. 6

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP CAD. 1 - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO CAD. 1 - PÁG. 6

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO** CAD. 1 - PÁG. 7

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 7

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 7

ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARA..... CAD. 1 - PÁG. 8

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL** CAD. 1 - PÁG. 8

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 8

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 9

**SECRETARIA DE ESTADO
DE OBRAS PÚBLICAS** CAD. 1 - PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES.... CAD. 1 - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA CAD. 1 - PÁG. 10

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 10

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 10

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 1 - PÁG. 12

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ESPORTE E LAZER**..... CAD. 1 - PÁG. 14

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA** CAD. 1 - PÁG. 14

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ CAD. 1 - PÁG. 15

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO CAD. 1 - PÁG. 15

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA..... CAD. 1 - PÁG. 15

BANCO DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS.**..... CAD. 2 - PÁG. 1

**SECRETARIA DE ESTADO
DE MEIO AMBIENTE** CAD. 2 - PÁG. 2

**SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**..... CAD. 2 - PÁG. 3

POLÍCIA CIVIL CAD. 2 - PÁG. 3

POLÍCIA MILITAR..... CAD. 2 - PÁG. 3

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR CAD. 2 - PÁG. 4

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ CAD. 2 - PÁG. 4

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 5

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS
RENATO CHAVES CAD. 2 - PÁG. 6

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E
DIREITOS HUMANOS** CAD. 2 - PÁG. 6

INSTITUTO DE METROLOGIA DO
ESTADO DO PARÁ..... CAD. 2 - PÁG. 7

**SECRETARIA DE ESTADO DE
SAÚDE PÚBLICA** CAD. 2 - PÁG. 9

HOSPITAL OPHIR LOYOLA CAD. 3 - PÁG. 1

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 1

CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 2

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES..... CAD. 3 - PÁG. 3

INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 4

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CAD. 3 - PÁG. 4

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 7

**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**..... CAD. 3 - PÁG. 8

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DO PARÁ..... CAD. 3 - PÁG. 8

**SECRETARIA DE ESTADO DE
PROJETOS ESTRATÉGICOS**..... CAD. 3 - PÁG. 8

**SECRETARIA DE ESTADO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL**..... CAD. 3 - PÁG. 9

**SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA
E AQUICULTURA**..... CAD. 3 - PÁG. 9

**SECRETARIA DE ESTADO DE
TRABALHO, EMPREGO E RENDA** CAD. 3 - PÁG. 9

JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ**..... CAD. 3 - PÁG. 10

TRIBUNAIS DE CONTAS

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ**..... CAD. 3 - PÁG. 11

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.. CAD. 3 - PÁG. 12

MUNICÍPIOS..... CAD. 4 - PÁG. 3

EMPRESARIAL CAD. 4 - PÁG. 5

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador: Helenilson Cunha Pontes
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Ten. Cel. PM Fernando Augusto Dopazo Noura
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO - ASIPAG

Presidente: Rosymary Neves Teixeira
Tel.: (91) 3344-4220 / 4222 Fax: (91) 3344-4221

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Diretor Geral: Mário Aparecido Moreira
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Marco Antônio Soares Raposo
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA - HEMOPA

Presidente: Luciana Maria Cunha Maradei Pereira
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES - CPC

Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Marcos Aurélio Lopes de Oliveira
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: Antônio Rodrigues da Silva Braga
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR

Presidente: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3212-0669 / 3223-2130 Fax: (91) 3223-6198

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO - CGE

Consultor: Ophir Filgueiras Cavalcante
Tel.: (91) 3201-5557

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM

Comandante Geral: CEL. QOBM Luiz Cláudio Sarmanho da Costa - Interino
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Defensor: Antônio Roberto Figueiredo Cardoso
Tel.: (91) 3201-2712 / 2697 / 2713 Fax: (91) 3201-2690

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretor Superintendente: Maria do Céu Guimarães de Alencar
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Cleide Maria Amorim de Oliveira
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - EGPA

Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

FUNDAÇÃO “CARLOS GOMES”

Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

FUNDAÇÃO “CURRO VELHO”

Superintendente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3184-9100 Fax: (91) 3184-9109

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ “TANCREDO NEVES” - CENTUR

Presidente: Carlos Nilson Batista Chaves
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ - FUNCAP

Presidente: Ana Célia Cruz de Oliveira
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

FUNDAÇÃO HOSPITAL “GASPAR VIANNA”

Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Adelaide Oliveira de Oliveira
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ

Presidente: Mário Ramos Ribeiro
Tel.: (91) 4009-2551

HOSPITAL “OFIR LOYOLA”

Diretora Geral: Maria Graça Jacob
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ - IAP

Presidente: Heitor Márcio Pinheiro
Tel.: (91) 4006-2932 / 2923 / 2924 Fax: (91) 3225-2860

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Kleber Tayrone Teixeira Miranda
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO ESTADO DO PARÁ-IDEFLOR

Diretor Geral: José Alberto Colares
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP

Presidente: Maria Adelina Guglioti Braglia
Tel.: (91) 3321-0600/0630/0605 Fax: (91) 3321-0630

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Presidente: José Cláudio Couto Salgado
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARÁ - IMEP

Presidente: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Carlos Lamarão Corrêa
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: José Artur Guedes Tourinho
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ - LOTERPA

Presidente: Jorge Otávio Bahia Rezende
Tel.: (91) 3212-5959 / 2342-9027 / (91) 3242-9656

POLÍCIA CIVIL

Delegado Geral: Nilton Jorge Barreto Atayde
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. PM Mário Alfredo Souza Solano
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Caio de Azevedo Trindade
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPOF

Secretário: Sérgio Roberto Bacury de Lira
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: José Barroso Tostes Neto
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SAGRI

Secretário: Hildegardo de Figueiredo Nunes
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES

Secretário: Maria Alves dos Santos
Tel.: Fax: (91) 3254-1373

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Ney Messias Júnior
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL - SEDURB

Secretário: Marcio Godoi Spíndola
Tel.: (91) 3243-0406 / 0677/ 4466 Fax: (91) 3238-2828

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDECT

Secretário: Alex Bolonha Fiúza de Mello
Tel.: (91 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretário: Nilson Pinto de Oliveira
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretário: Marcos Vinícius Eiró do Nascimento
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Secretário: Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Tel.: (91) 3201-3767/3777 Fax: (91) 3201-3655

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: José Acreano Brasil Júnior
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Secretária: Teresa Lusia Mártires Coelho Cativo Rosa
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP

Secretário: Joaquim Passarinho Pinto de Souza Porto
Tel.: (91) 3183-0002 / 0003 Fax: (91) 3183-0002 / 0004

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA - SEPAq

Secretário: Asdrúbal Mendes Bentes
Tel.: (91) 4006-1286 Fax: (91) 4006-1262

SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Secretário: Shydney Jorge Rosa
Tel.: (91) 3201-3690 / 3684 / 3771 Fax: (91) 3201-3683

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESP

Secretário: Hélio Franco de Macedo Júnior
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP

Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SETER

Secretário: José Alfredo Silva Hage Júnior
Tel.: (91) 3241-4168 / 3222-5986 Fax: (91) 3222-5986

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Francisco das Chagas Silva Melo Filho
Tel.: (91) 3218-7800/7846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

SECRETARIA DE ESTADO INTEGRAÇÃO REGIONAL - SEIR

Secretário: Antônio José Costa de Freitas Guimarães
Tel.: (91) 3201-3763 / 3201-3610 Fax: (91) 3201-3664

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE

Superintendente: Maj. PM Francisco Mota Bernardes
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEP

Reitora: Marília Brasil Xavier
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

Presidente: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior
Tel.: (91) 3210-0600 / 0602 Fax: (91) 3210-0618

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - TCM

Presidente: José Carlos Araújo
Tel.: (91) 3244-4700 Fax: (91) 3244-5634

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO - TJE

Presidente: Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha
Tel.: (91) 3205-3000 Fax: (91) 3205-3204

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE

Presidente: Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Tel.: (91) 3241-2358 Fax: (91) 3223-2802

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO

Presidente: Desembargador José Maria Quadros de Alencar
Tel.: (91) 4008-7000

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-Geral de Justiça: Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Tel.: (91) 4006-3423 / 3411 / 4006-3416 Cerimonial Fax: (91) 3223-3585

Caderno 1

QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2011

Executivo

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO DE 27 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 6.064, de 25 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização do Departamento de Trânsito do Estado do Estado do Pará-DETRAN e dá outras providências,

R E S O L V E:
Art. 1º Dispensar, a pedido, SÉRGIO DUBOC MOREIRA da Direção Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE ABRIL DE 2011.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: designar MARIA DO CÉU GUIMARÃES DE ALENCAR para responder, até ulterior deliberação, pela Direção Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará.
PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE ABRIL DE 2011.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: exonerar, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, JOSÉ CARLOS ANTUNES do cargo em comissão de Assessor Especial II, com lotação na Governadoria do Estado.
PALÁCIO DO GOVERNO, 27 DE ABRIL DE 2011.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Casa Civil da Governadoria

PORTARIA Nº 3.277/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
exonerar TATYANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL do cargo em comissão de Diretor de Administração e Finanças, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.
ZENALDO COUTINHO
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
PORTARIA Nº 3.278/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
exonerar TELMA SUELY OLIVEIRA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-012.3, com lotação na Secretaria de Estado de Transportes.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.
ZENALDO COUTINHO
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 3.279/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
R E S O L V E:
exonerar ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Rede Assistencial, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar de 1º de março de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.

ZENALDO COUTINHO

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 3.280/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO os termos do ofício nº 1422/2011-GABS/SESPA
R E S O L V E:
nomear ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Diretor de Centro Regional, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública, a contar de 1º de março de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.

ZENALDO COUTINHO

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 3.281/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO os termos do OF. GAB/SEGOV Nº. 113/2011,
R E S O L V E:

nomear FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO FILHO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Câmara III, código GEP-DAS-012.5, com lotação na Secretaria de Estado de Governo, a contar de 1º de fevereiro de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.

ZENALDO COUTINHO

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 3.282/2011-CCG DE 27 DE ABRIL DE 2011
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 253/2011 – GAB/SEC/ SAGRI,
R E S O L V E:
nomear VUNIBALDO SALOMÃO DOS REIS para exercer o cargo em comissão de Gerente II, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Agricultura.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 27 DE ABRIL DE 2011.
ZENALDO COUTINHO
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Casa Militar da Governadoria

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225920
INEXIGIBILIDADE: 1/2011

Data: 16/03/2011
Valor: 1.200,00
Objeto: Assinatura anual do jornal "Diário do Pará".
Fundamento Legal: Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93

Data de Ratificação: 16/03/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04122120024170000 339039 0101000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: DIÁRIO DO PARÁ LTDA
Endereço: R Gaspar Viana, Bairro: Reduto, 773
CEP. 66053-090 - Belém/PA
Telefone: 9130840142
Ordenador: FERNANDO AUGUSTO DOPAZO NOURA

Procuradoria Geral do Estado

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225702
PORTARIA: 227/2011

Objetivo: Proceder à notificação Extrajudicial
Fundamento Legal: Dec.2819/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Curuça/PA - Brasil<br
Servidor(es):
55589776/Anderson Michel Silva Ribeiro (Assistente de Procuradoria) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 27/04/2011 a 27/04/2011
55589365/Márcio Santa Brígida de Oliveira (Motorista) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 27/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: Caio de Azevedo Trindade

Consultoria Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA Nº 004/2011-CGE

O CONSULTOR GERAL DO ESTADO no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1 - Designar os servidores THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA, matrícula nº 632970/6, KAREN SERRUYA CARDUNER, matrícula nº 54188390/2 e ANTONIO SERGIO PIMENTA QUINDERÉ, matrícula nº 42102/4, para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial de Licitação com objetivo de adquirir um veículo automotor para atender os serviços desta Consultoria Geral.
2 - Publique-se e cumpra-se
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO em, 27 de abril de 2011
OPHIR CAVALCANTE
Consultor Geral do Estado

Ação Social Integrada do Palácio do Governo

CONCESSÃO DE GTI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225942
PORTARIA 052/2011 DE 25 DE ABRIL DE 2011.

ASSUNTO: CONCESSÃO DE GTI
A Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG,

no uso das atribuições legais,
RESOLVE :
Conceder ao servidor Samuel Barbosa Sodré Mat-3210952, ocupante do cargo de Aux. Administrativo , lotada na AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALACIO DO GOVERNO-ASIPAG, GTI a contar de 01 de maio de 2011.
DÊ-SE CIÊNCIA , PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
ROSYMARY NEVES TEIXEIRA
Presidente da ASIPAG

PRORROGAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225947
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
A Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo - ASIPAG,
no uso das atribuições legais,
Considerando o Decreto nº 1.180,de 12 de agosto de 2008 AGE. Considerando o encerramento da Portaria nº 24/2011de 22 março de 2011.
Considerando a necessidade de continuarmos com a Portaria nº 24/2011 ativa .
RESOLVE :
Prorrogar por mais 30(trinta) dias a contar de 25 de abril de 2011 Portaria nº 24/2011 de 22 de março de 2011 ,publicado no D.O.E nº 31880 de 24.03.2011 de suprimento de fundos ,do servidor Michel Louchard Ferreira Soares mat: 55589563 ocupante do cargo Dir. Depto. Serviços Gerais lotado no Departamento de Serviços Gerais.
DÊ-SE CIÊNCIA , PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
ROSYMARY NEVES TEIXEIRA
Presidente da ASIPAG

Defensoria Pública do Estado

PORTARIA Nº 1066/2011-DP-G EM 25/04/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225698
Afastar o Defensor Público **ANTONIO CRISPIM SOARES DOS SANTOS**, matrícula nº 3084833, lotado na Defensoria Pública do Estado do Pará, nos termos do Art.112, da Lei Estadual nº 5.810/94, para efeito de formalização de Aposentadoria Voluntária, a contar de 25/04/2011.

PORTARIA Nº 1064/11 DP-G EM, 25/04/11
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225672
I-REVOGAR À PORTARIA Nº 5165/08 DP-G DE 19/09/08;
II-Designar junto a Escola de Governo do Estado do Pará-EGEPA, para atuar como Agente de Desenvolvimento e Capacitação-ADC, a Servidora Pública **MARIA ISABEL ARAUJO DE ARAUJO**, na condição de Titular e na condição de Suplentes as Servidoras Públicas **ARLETE DOS SANTOS QUARESMA** e **MARIA RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS**, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

PORTARIA Nº 957/11 DP-G EM, 25/04/11
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225637
Designar o Defensor Público **LUIZ PAULO DE ALBUQUERQUE FRANCO**, matrícula nº 3084230, para responder pela Diretoria Metropolitana,durante as de férias da titular, no período de 12/05/11 a 10/06/11.

PORTARIA Nº 1060/11 DP-G EM, 25/04/11
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225642
Designar à Defensora Pública **MILENE MOREIRA CASTRO**, matrícula nº 57190965, para responder pela Coordenação da 11º Núcleo Regional de Tucuruí, no período de 01 a 30/07/11.

PORTARIA Nº 1061/11 DP-G BELÉM, 25/04/2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225647
Conceder 30(trinta) dias de Licença Prêmio a Defensora Pública **MARIA CANDIDA COSTA FEITOSA**, matrícula nº 3083837, referente ao triênio 2002/2005, para ser gozada no período 25/04/2011 a 24/05/2011.

PORTARIA Nº 1062/11 DP-G BELÉM, 25/04/2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225653
Conceder 30(trinta) dias de Licença Prêmio ao Defensor Público **LUIZ ANTONIO NASCIMENTO RAMOS**, matrícula nº 3083810, referente ao triênio 1989/1991, para ser gozada no período 20/06/2011 a 19/07/2011.

PORTARIA Nº 1063/11 DP-G BELÉM, 25/04/11.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225663
Conceder 21(vinte e um) dias de férias ao Defensor Público **EDUARDO ANDRE DE AGUIAR LOPES**, matrícula nº 57191079, interrompida pela Portaria nº 438/10 de 03/08/10, referente ao período aquisitivo 2008/2009, para ser gozada a contar de 16/05/11 a 05/06/11.

Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225557
Pelo presente ato a ARCON-PA, resolve tornar sem efeito o Contrato nº 15/2011, celebrado com o Sr. Domingos Viana Tabosa Junior, com efeitos a contar de 01/04/2011 . Belém, 27 de abril de 2011.Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior.
Diretor Geral

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

TORNAR SEM EFEITO NOTIFICAÇÃO Nº 002/2011-GVG
DE RESCISÃO CONTRATUAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225580
TORNAR SEM EFEITO NOTIFICAÇÃO Nº 002/2011-GVG
DE RESCISÃO CONTRATUAL
A ORDENADORA DE DESPESA DA VICE GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, através da Portaria 003/2011-GVG publicada no dia 24/01/2011, resolve tornar SEM EFEITO a Notificação nº 002/2011-GVG publicada no Diário Oficial nº 31888 de 05/04/2011 – Número da Publicação 21831, de Rescisão Unilateral do Contrato nº 02/2010 – GVG firmado entre o Governo do Estado do Pará, através da Vice Governadoria do Estado e a Empresa Prata Comércio e Serviço Ltda, cujo objeto é a Aquisição de Serviços de Limpeza e Conservação, por razões de interesse público.
Belém-Pará, 26 de Abril de 2011.
ÂNGELA SOUSA
Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225624
PORTARIA Nº. 011/2011-GAB/SEGOV DE 25 DE ABRIL DE 2011
CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores **WALTER PANTOJA DE BRITO**, identidade funcional nº 57174392, Consultor Jurídico, **CARLOS BENJAMIM DE SOUZA GONÇALVES**, identidade funcional nº 57175312, Técnico em Gestão de Informática, lotados na Secretaria de Estado de Administração e pelo servidor **MARCO ANTONIO DA SILVA FREITAS**, identidade funcional nº 55586742, Técnico em Gestão Publica, lotado na Secretaria de Estado de Governo, sob a presidência do primeiro com a finalidade de apurar as denúncias de irregularidade relatadas no processo nº 2009/3018 e imputadas a ex-servidora **NORMA NAZARÉ GOMES DE OLIVEIRA**, identidade funcional nº 57191455, nomeada para o cargo de Assessor GEP-DAS-12.4.
FRANCISCO SERGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225831
PORTARIA Nº066/2011-IDESP 27 DE ABRIL DE 2011.
A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 7.030, de 30 de julho de 2007 e pelo Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011.
RESOLVE:
RESCINDIR, a bolsa de pesquisa concedida a FRANCISCA KELLY BISPO DE SOUZA, CPF nº 668.212.662-04, por meio do processo nº 2010222662, a contar de 18 de abril de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
MARIA ADELINA BRAGLIA
Presidente do IDESP
TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225872
TERMO ADITIVO: 2
Data de Assinatura: 18/04/2011
Valor: 1.012,25
Vigência: 18/04/2011 a 17/04/2012
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência contratual e supressão de 25% do valor pago mensalmente, para atendimento do Decreto nº 005/2011.
Contrato: 6-09
Exercício: 2009
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
04122012545340000 339039 0101000000 Estadual
Contratado: LOCOPIA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA
Endereço: Tv Mauriti, Bairro: Pedreira, 2222
CEP. 66087-680 - Belém/PA
Telefone: 9132463506
Ordenador: ELAINE CORDEIRO FÉLIX

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

Imprensa Oficial do Estado

PORTARIA N.º 111, DE 18 DE ABRIL DE 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225648
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e;
Considerando o que contém os autos dos Processos n.º 100/2011/IOE.
RESOLVE: Dispensar de licitação a contratação da Associação Pará 2000, para locação de espaço e prestação de serviço do Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia para a realização de evento alusivo aos 120 anos do Diário Oficial do Estado, na forma da proposta apresentada, consoante o que dispõe o art. 24, *inciso* XXIV, da Lei Federal n.º 8.666/93.
Registre-se, publique-se e cumpra-se,
LUÍS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente
DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225668
DISPENSA: 7/2011
Data: 18/04/2011
Valor: 3.045,00
Objeto: Locação de espaço e prestação de serviço do Hangar

Centro de Convenções e Feiras da Amazônia para realização de evento alusivo aos 120 anos do Diário Oficial do Estado.
Fundamento Legal: Art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666/93.
Data de Ratificação: 19/04/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
22122012545340000 339039 0261000000 Estadual
Contratado(s):
Nome: ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000
Endereço: Bvd Castilhos França, Bairro: Campina, S/N
CEP. 66010-020 - Belém/PA
Complemento: Armazém 3, Estação das Docas
Telefone: 9133440100 Fax: 9133440101
Ordenador: **LUIS CLAUDIO ROCHA LIMA**

SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225683**

Ato: 0339
Término Vínculo: 01/01/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: Exoneração a Pedido
Orgão: FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA
Servidor(es):
Concurso / CARLA MÉRCIA SOUZA DACIER LOBATO (Médica) / Mat.nº5180961-1, Proc.nº 2011/7520<br
Ordenador: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225629
PORTARIA: 131/2011**

Objetivo: Coletar informações de preços de materias e serviços para o banco referencial do Estado
Fundamento Legal: lei nº 5.810
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Altamira/PA - Brasil
Breves/PA - Brasil
Cametá/PA - Brasil
Castanhal/PA - Brasil
Marabá/PA - Brasil
Salinópolis/PA - Brasil
Santarém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57234714/EDER CORRÊA DE VASCONCELOS (Gerente) / 3.0 diárias (Deslocamento) / de 18/05/2011 a 20/05/2011
57193849/MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA CUNHA (Assistente Administrativo) / 2.0 diárias (Deslocamento) / de 17/05/2011 a 18/05/2011
3152944/MARIA DA LUZ LEAL PENA (Assistente Administrativo) / 3.0 diárias (Deslocamento) / de 23/05/2011 a 25/05/2011
3152944/MARIA DA LUZ LEAL PENA (Assistente Administrativo) / 3.0 diárias (Deslocamento) / de 26/05/2011 a 28/05/2011
2372/ROCY RAMANHOLE DE CAMPOS (Agente Administrativo) / 2.0 diárias (Deslocamento) / de 16/05/2011 a 17/05/2011
347612/WALTER GARCIA DE MONTALVÃO (Técnico B) / 2.0 diárias (Deslocamento) / de 16/05/2011 a 17/05/2011
347612/WALTER GARCIA DE MONTALVÃO (Técnico B) / 3.0 diárias (Deslocamento) / de 18/05/2011 a 20/05/2011<br
Ordenador: DEUZA LUCIA VASCONCELOS GADELHA BARBOSA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225584
PORTARIA: 134/2011**

Objetivo: A fim de participar de reunião na sede do CONSAD na cidade de Brasília
Fundamento Legal: Lei nº 5.810
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Brasília/DF - Brasil<br
Servidor(es):
4502/ROSA HELENA DE ALENCAR SILVA (Coordenador) / 1.0 diárias (Deslocamento) / de 28/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: DEUZA LUCIA VASCONCELOS GADELHA BARBOSA

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225824**

Ato: 0331
Término Vínculo: 28/02/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: Exoneração a Pedido
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA
Servidor(es):
Concurso / ARIELA RENATA DOS SANTOS PINHEIRO (Técnico de Enfermagem)<br
Ordenador: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225842**

Ato: 0332
Término Vínculo: 10/01/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: Exoneração a Pedido
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
Servidor(es):
Concurso / CARLOS EDUARDO COSTA LEAL (Assistente Administrativo) / Mat.Nº 57175549-3, Proc.nº 2011/127991<br
Ordenador: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

**TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225799**

Ato: 0342
Término Vínculo: 01/04/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: Exoneração a Pedido
Orgão: FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA
Servidor(es):
Concurso / YLLEN STEFANIA AFFONSO MIRANDA (Médico) / Mat. nº 5831920-3, Proc.nº 2011/126558<br
Ordenador: ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

**PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225706
PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO
PORTARIA Nº 0133/2011-DAF/SEAD DE 26 DE ABRIL DE 2011**

SERVIDOR: ANTONIO PINHEIRO SOTERO
ID. FUNCIONAL: 140/2
CARGO: Consultor Jurídico do Estado
PERÍODO: a contar de 10/04/2011.
Nº DE DIAS: 8 (oito) dias
MOTIVO: Afastamento decorrente do Falecimento de sua mãe

**PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225721
PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
PORTARIA Nº 0135/2011-DAF/SEAD DE 26 DE ABRIL DE 2011**

SERVIDORA: KELLY DE SOUZA MENDES
ID. FUNCIONAL: 55587316/1
CARGO: Técnico em Gestão Pública
Nº DE DIAS: 05 (cinco dias)
PERÍODO: 04/04/2011 a 08/04/2011
LAUDO MÉDICO: 109657A/1
Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 04/04/2011

**PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225734
PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
PORTARIA Nº 0136/2011-DAF/SEAD DE 26 DE ABRIL DE 2011**

SERVIDORA: NELCELI SILVA MELO
ID. FUNCIONAL: 55587317/1
CARGO: Técnico em Gestão Pública
Nº DE DIAS: 09 (nove dias)
PERÍODO: 12/04/2011 a 20/04/2011
LAUDO MÉDICO: 109484A/1
Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 12/04/2011

**PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225743
PORTARIA DE LICENÇA SAÚDE
PORTARIA Nº 0137/2011-DAF/SEAD DE 27 DE ABRIL DE 2011**

SERVIDORA: GISELLE CAMPOS GOMES SALES
ID. FUNCIONAL: 54186043/5

CARGO: Comissão de Coordenador
Nº DE DIAS: 05 (cinco dias)
PERÍODO: 31/03/2011 a 04/04/2011.
OS EFEITOS DESTA PORTARIA RETROAGIRÃO A CONTAR DE 31/03/2011

Empresa de Processamento de
Dados do Pará

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225898
TERMO ADITIVO: 3**

Data de Assinatura: 19/04/2011
Justificativa: Alteração contratual da razão social da COMPUTER STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA., passando para C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.
Contrato: 47-08
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04126120342190000 339039 0101000000 Estadual
Contratado: C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.
Endereço: Av Gentil Bittencourt, Bairro: Batista Campos, 554-a
CEP. 66035-340 - Belém/PA
Telefone: 9140084008
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225928
TERMO ADITIVO: 4**

Data de Assinatura: 19/04/2011
Justificativa: Alteração contratual da razão social da COMPUTER STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA., passando para C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.
Contrato: 1-09
Exercício: 2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04126120342190000 339039 0101000000 Estadual
04126120342190000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: C2A SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA.
Endereço: Av Gentil Bittencourt, Bairro: Batista Campos, 554-A
CEP. 66035-340 - Belém/PA
Telefone: 9140084008
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

Instituto de Gestão Previdenciária
do Estado do Pará

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225808
TERMO ADITIVO: 1**

Data de Assinatura: 07/02/2011
Valor: 23.700,00
Vigência: 07/02/2011 a 07/02/2011
Justificativa: Prorrogação do contrato por 12 (doze) meses
Contrato: 7
Exercício: 2009
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
09272120428610000 339039 0101000000 Estadual
09272120428610000 339030 0101000000 Estadual
Contratado: PONTES & CIA LTDA
Endereço: Av Roberto Camelier, Bairro: Jurunas, 412
CEP. 66033-640 - Belém/PA
Telefone: 9133660552 Fax: 9132355609
Ordenador: JOSÉ CLÁUDIO COUTO SALGADO

Exercício: 2009
Contratado: Ambiental Engenharia Ltda.
Endereço: Travessa Perebebuí, Bairro: Pedreira, 2100
CEP. 66080-400 - Belém/PA
Telefone: 9132665786
Ordenador: Antonio Rodrigues da Silva Braga

Companhia de Habitação do Estado do Pará

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225967
TERMO ADITIVO: 11

Data de Assinatura: 20/04/2011
Vigência: 23/04/2011 a 22/07/2011
Justificativa: Prorrogação de Prazo - art. 57, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93
Contrato: 37
Exercício: 2008
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
16482119915410000 449051 0101000000 Estadual
Contratado: ARTEPLAN PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Endereço: R Antônio Barreto, Bairro: Umarizal, 674
CEP. 66055-050 - Belém/PA
Telefone: 9132415688
Ordenador: MARCOS AURÉLIO LOPES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225595
TERMO ADITIVO: 2

Data de Assinatura: 18/04/2011
Vigência: 28/04/2011 a 27/07/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo referente à construção de de uma quadra poliesportiva - setor 5, município de Eldorado dos Carajás/PA
Contrato: 17
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04122122516950000 449051 0103000000 Estadual
Contratado: Construtora Espartakus Ltda
Endereço: Tv Sn-17, Bairro: Cidade Nova, 05
CEP. 67133-000 - Ananindeua/PA
Complemento: WE 39
Telefone: 9182160063
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225581
TERMO ADITIVO: 2

Data de Assinatura: 18/04/2011
Vigência: 28/04/2011 a 27/07/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo referente à construção de uma quadra poliesportiva no bairro de Abaeté, município de Eldorado dos Carajás/PA
Contrato: 18
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04122122516950000 449051 0101000000 Estadual
Contratado: Construtora Espartakus Ltda
Endereço: Tv Sn-17, Bairro: Cidade Nova, 05
CEP. 67133-000 - Ananindeua/PA
Complemento: WE 39
Telefone: 9182160063
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225689
MODALIDADE: CONVITE
NÚMERO: 3/2011

Objeto: Reforma do Centro de Convenções em Santana do Araguaia/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 05/05/2011
Hora da Abertura: 09:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225699
MODALIDADE: CONVITE
NÚMERO: 4/2011

Objeto: Construção de praça em Igarapé-Miri/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: ANTONIO LOBATO COUTINHO
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 05/05/2011
Hora da Abertura: 10:30
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225722
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
NÚMERO: 4/2011

Objeto: Recuperação da Praça “Ronan Magalhães” em Tucumã/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 18/05/2011
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225724
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
NÚMERO: 5/2011

Objeto: Construção de praça no bairro Jardim América em Novo Progresso/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às

12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 19/05/2011
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225707
MODALIDADE: CONVITE
NÚMERO: 5/2011

Objeto: Recuperação da Praça da Bíblia em Conceição do Araguaia/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 05/05/2011
Hora da Abertura: 12:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO
Aviso de Licitação

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225710

Modalidade: Tomada de Preços
Número: 2/2011
Objeto: Construção da Praça do Teatro Municipal em Conceição do Araguaia/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 16/05/2011
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO
Aviso de Licitação

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225715

Modalidade: Tomada de Preços
Número: 3/2011
Objeto: Construção da Casa do Artesão em São Geraldo do Araguaia/PA
Entrega do Edital: pelo site www.compraspara.pa.gov.br e na Travessa do Chaco, 2158 - Bairro do Marco - Belém do Pará. Para a obtenção do edital é necessário um CD-R virgem e lacrado, bem como carta de apresentação da Empresa interessada. Outras informações podem ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (91) 3183-0032, no horário de 8h:00min às 12h:00min.
Responsável pelo certame: Antonio Lobato Coutinho
Local de Abertura: Belém
Data da Abertura: 17/05/2011
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
23695123648760000 449051 6121000000 Estadual
23695123648760000 449051 6121000000 Federal
Ordenador: JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225660
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
NÚMERO: 2/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Responsável pelo certame: Ernani Lisboa Coutinho Junior
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 15/05/2011
Hora da Abertura: 09:30
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
26122012545340000 339030 0101000000 Estadual
Ordenador: FRANCISCO MELO

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225661
PORTARIA: 68

Objetivo: ACOMPANHAR O DESEMBARQUE DE SEMENTES DE FEIJÃO CAUPI ORIUNDAS DO ESCRITÓRIO DE NEGÓCIOS DA EMBRAPA PETROLINA/PELI
Fundamento Legal: LEI 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
CAPANEMA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
130301/JOSÉ RIBAMAR NOGUEIRA (ENG AGR) / 0.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: IACIRA LEITE SEDRIM

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225650
PORTARIA: 067

Objetivo: PARTICIPAR DE REUNIÃO DA COORDENAÇÃO TERRITORIAL DO ENTORNO DE TUCURUÍ PARA DISCUSSÃO E FECHAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO
Fundamento Legal: LEI 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
TUCURUÍ/PA - Brasil<br
Servidor(es):
132931/JULIO CÉZAR MOREIRA (ENG AGR) / 2.5 diárias (Completa) / de 05/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: IACIRA LEITE SEDRIM

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225682
PORTARIA: 70

Objetivo: CONDUZIR O ENG AGR JOSÉ RIBAMAR NOGUEIRA AO REFERIDO MUNICÍPIO
Fundamento Legal: LEI 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
CAPANEMA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
121491/ANTÔNIO LIBERATO SOARES (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: IACIRA LEITE SEDRIM

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225674
PORTARIA: 69

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS JUNTO AO SETOR COMPETENTE
Fundamento Legal: LEI 5810/94
Origem: SOURE/PA - BRASIL
Destino(s):
BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):
175311/HUMBERTO BARBOSA DA CUNHA (GERENTE REGIONAL EM EXERCÍCIO) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: IACIRA LEITE SEDRIM
Contrato
Número de Publicação: 225925
Contrato: 5-11
Exercício: 2011
Objeto: FORNECIMENTO DE 60.000 (SESSENTA MIL) SEMENTES DE PROGÊNIOS ORIUNDAS DO CRUZAMENTO DE CLONES DE CUPUAÇUZEIROS, SENDO 174 (COARI), 186 (CODAJÁ) E 215 (MANACAPURU).
Valor Total: 60.000,00
Data Assinatura: 27/04/2011
Vigência: 27/04/2011 a 24/10/2011

INEXIGIBILIDADE: 1/2011

Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
20601123548810000 339030 0146000000 Estadual
Contratado: RUBENS RODRIGUES LIMA
Endereço: Tv D Pedro I, 780
CEP. 66050-100 - Belém/PA
Telefone: 9132253009
Ordenador: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225887
PORTARIA: 71

Objetivo: DAR APOIO AO ENG AGR JULIO CEZAR AO REFERIDO MUNICÍPIO
Fundamento Legal: LEI 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
TUCURUÍ/PA - Brasil<br
Servidor(es):
240071/NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (VIGIA) / 2.5 diárias (Completa) / de 05/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: IACIRA LEITE SEDRIM

Instituto de Terras do Pará

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225692
PORTARIA Nº 180/2011
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2011

O Diretor de Administração e Finanças do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 168/2011-GP, de 01 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.889, de 06.04.2011, que lhe foram delegadas pelo Presidente do ITERPA com base na Lei nº 4.584, de 8 de outubro de 1975 e, considerando ainda o artigo 74, § 2º da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER 30 (Trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste Órgão, conforme escala abaixo;

MATRÍCULA	SERVIDOR	PERÍODO	EXERCÍCIO
3253929/1	ALDENOR GONÇALVES DO NASCIMENTO	02.05 a 31.05.11	2010/2011
55588960/2	CHRISTINA COELI AVELAR PIRES	16.05 a 14.06.11	2010/2011
57194776/1	ELIAS FROTA SANTOS	01.02 a 02.03.11	2009/2010
3167089/1	FRANCISCO CARLOS DA SILVA LIMA	02.05 a 31.05.11	2009/2010
3166694/1	JOSÉ DA GRAÇA NUNES DA CRUZ	02.05 a 31.05.11	2009/2010
3167259/1	MARIA IZABEL SILVA PANTOJA	02.05 a 31.05.11	2009/2010
3170195/1	RAIMUNDO GUIMARAES SOUZA	02.05 a 31.05.11	2009/2010
55589694/1	TIAGO DE LIMA FERREIRA	02.05 a 31.05.11	2010/2011

José Cezario Arias de Souza-Diretor de Administração e Finanças

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225628
PORTARIA: 188/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART. 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: BREVES/PA - BRASIL
Destino(s):
MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571758531/GLAUBER FLORÊNCIO DA CUNHA (EXTENSIONISTA RURAL I) / 6.0 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225636
PORTARIA: 189/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: BREVES/PA - BRASIL
Destino(s):
MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541975741/BRUNO JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA (AUXILIAR ADMINISTRATIVO) / 6.0 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

ADMISSÃO CHAMADAS PÚBLICAS MDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225605
PORTARIA Nº 0371/2011 - 22.03.2011

A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04.04.2011, a Licenciada em Ciências Agrária – **SUZI BARBOSA DE SOUSA**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Rondon do Pará/Regional de Marabá.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0416/2011 - 19.03.2011

A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 18/04/2011, Engª Agrônoma – **RAKEL BATISTA DE MOURA**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Gurupá/Regional do Marajó.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0403/2011 - 19.03.2011

A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 18/04/2011, Engª Agrônoma – **LUNIARA BASTOS DOS SANTOS**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Ulianópolis/Regional do São Miguel.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0370/2011 - 19.03.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, Engº Agrônomo – **RAFAEL ANTÔNIO HABER**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de São Miguel do Guamá/Regional do São Miguel do Guamá.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0369/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 14/04/2011, Engº Agrônoma – **WAGNER JOSÉ VITAL DA SILVA**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Chaves/Regional das Ilhas.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0368/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, a Técnica em Aquicultura – **LIDIANE COSTA RABELO**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural II, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Breves/Regional do Marajó.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0367/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, a Pedagoga – **KLAISSA VERONICA DOS SANTOS ANDERSON**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Breves/Regional do Marajó.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0366/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, a Tecnóloga Agroindustrial – **KAMALLA KRETLI CONTÃO**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Rondon do Pará/Regional do Marabá.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0365/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, a Pedagoga – **BENEDITA PESSOA FURTADO**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Cachoeira do Piriá/Regional de Capanema.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0364/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, o Técnico em Agropecuária – **ANTONIO RAFAEL DA SILVA ALMEIDA**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural II, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Anajás/Regional do Marajó.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0363/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, Bel em Economia – **ANDRÉ LUIS CORREA MAGNO**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Mocajubá/Regional do Tocantins.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0362/2011 - 06.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, Engº Agrônomo – **ADELSON LUIS CARDOSO**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural I, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Abaetetuba/Regional do Tocantins.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0361/2011 - 18.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
ADMITIR, a contar de 04/04/2011, Técnico em Agropecuária – **PAULO BRITO SANTOS**, convocado através das Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para exercer o emprego de Extensionista Rural II, por prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando lotado no Escritório Local de Rondon do Pará/Regional do Marabá.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO			
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225617			
PORTARIA: 348/2011			
Prazo para Aplicação (em dias): 60			
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15			
Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matricula	
SISLEY BEZERRA CAMELO		AUXILIAR DE	
ADMINISTRAÇÃO572118321			
Recurso(s):			
Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
20606127762300000	0261000000	339033	1.000,00
Observação: MARABÁ REGIONAL			
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA			

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225733
PORTARIA Nº 0415/2011 - 20.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
CRIAR, Comissão de Sindicância, composta pelos empregados **PAULO AUGUSTO LOBATO DA SILVA**- Extensionista Rural I, **ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO**- Extensionista Rural II, e **ELY CRISTINA DA SILVA SANTOS**- Extensionista Rural I, e para sob, a presidência do primeiro, apurar possíveis irregularidades nos processos licitatórios, envolvendo a empregada **ALESSANDRA MIRANDA DE MACÊDO MARTINS**.
DETERMINAR, no prazo de 30 (Trinta) dias, a contar da

data do início dos trabalhos, para apresentação do relatório circunstanciado e Conclusivo a presidência da Empresa, para tomadas de decisão.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ.
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 0417/2011 – 20.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
REVOGAR, a contar de 18.04.2011, a Portaria nº 0047/2008, que designou o Extensionista Rural I, Engº Agrônomo JORGE DUARTE FARO– Matricula nº 57176469/1, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Escritório Local de Jacareacanga/ Escritório Regional do Tapajós.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ, .
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 0418/2011 - 20.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
DESIGNAR, a contar de 18.04.2011, o Extensionista Rural II, Técnico em Agropecuária, **RAIMUNDO DELIVAL BATISTA DE SOUZA** - Matricula nº 57223709/1, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Escritório Local de Jacareacanga/Regional do Tapajós.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 0421/2011 – 20.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
REVOGAR, a contar de 18.04.2011, a Portaria nº 0402/2009, que designou o Extensionista Rural II, Técnico em Agropecuária PATRÍCIO COSTA DOS REIS FILHO– Matricula nº 3178242/1, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Escritório Local de Marituba/Escritório Regional das Ilhas.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ, .
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 0422/2011 - 20.04.2011
A PRESIDENTE DA EMATER – PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
DESIGNAR, a contar de 18.04.2011, o Extensionista Rural I, Engº Agrônomo, **OBERLANDER BARBOSA DE CASTRO** - Matricula nº 3176061/1, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Escritório Local de Marituba/Regional das Ilhas.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225848
PORTARIA: 191/2011
Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: MOJU/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57190375/LILIAN CRISTINA PINHEIRO LOBATO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225841
PORTARIA: 197/2011
Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es):

31742551/JOÃO MARIA MARQUES DA CUNHA (ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225875
PORTARIA: 192/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 31735691/AILTON VIEIRA DE OLIVEIRA (TÉCNICO DE ADMIN. E FINANÇAS) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225880
PORTARIA: 199/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 31723841/ROBERTO VILHENO RIBEIRO DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225854
PORTARIA: 190/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: MOJU/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541895062/JOÃO CARLOS MOREIRA PAMPLONA (RESPONSÁVEL ADMINISTRATIVO) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225864
PORTARIA: 198/2011

Objetivo: VIAJAR A MARITUBA PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFEM NAS SUB-UNIDADES GESTORAS DA EMATER-PA
Fundamento Legal: ART 154 DA LEI ESTADUAL 5.810/94
Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 55585707/SERGIO WAGNER DA SILVA HOLANDA (EXTENSIONISTA RURAL I) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225868
PORTARIA: 1040/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.

Origem: MARABÁ/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541869611/Célia Rosimarie dos Reis (Gerente Regional) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225862
PORTARIA: 1039/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: CAPITÃO POÇO/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58695603/Auricélia do Socorro Souza Araújo (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011
541857321/Gerson Chaves Penner (Gerente Regional) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225873
PORTARIA: 1041/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541800502/Cleane Pantoja Pessoa (Gerente) / 4.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225886
PORTARIA: 1046/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: NOVO PROGRESSO/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 555900321/Dirlei Paulo Charnobay (Médico Veterinário) / 8.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225877
PORTARIA: 1043/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: AFUÁ/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572345121/Danilo Brito do Nascimento (Médico Veterinário) / 7.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225879
PORTARIA: 1045/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 50660341/Diogo Guerreiro Reale (Gerente) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011
56894222/Moacir Vasconcelos Barbosa Filho (Médico Veterinário) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225903
PORTARIA: 1049/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: RIO MARIA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571759621/Eufrásio Jacome de Moura Filho (Médico Veterinário) / 7.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225889
PORTARIA: 1047/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: OURILÂNDIA DO NORTE/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58708873/Eliandro Alves de Sá (Médico Veterinário) / 7.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225897
PORTARIA: 1048/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541857431/Elton Bandeira Toda (Gerente Regional) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225922
PORTARIA: 1054/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: PIÇARRA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58827533/Graziela Soares de Oliveira (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225918
PORTARIA: 1053/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572009201/Giovani Luidy Girardeli (Médico Veterinário) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011
541869601/Pedro Paulo Matos de Araújo (Engenheiro Agrônomo) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225907
PORTARIA: 1050/2011

Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ALMEIRIM/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541857311/Everaldo Luis Martins Chaves (Engenheiro Agrônomo) / 9.5 diárias (Completa) / de 22/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225910
PORTARIA: 1051/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572154352/Fabiana Possato (Engenheira Agrônoma) / 8.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225912
PORTARIA: 1052/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: PRAINHA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572016112/Gerlan Matos de Alvarenga (Médico Veterinário) / 8.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225930
PORTARIA: 1056/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: BRAGANÇA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58733123/Leonardo de Lemos Bonfim (Médico Veterinário) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225933
PORTARIA: 1046/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: NOVO PROGRESSO/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541820762/Luciano Cervo (Gerente Regional) / 8.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225935
PORTARIA: 1057/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: RONDON DO PARÁ/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541937691/Marcelo Bierhals Roloff (Gerente Regional) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225924
PORTARIA: 1055/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: BOM JESUS DO TOCANTINS/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572241681/Karinny Ferreira Campos (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225938
PORTARIA: 1036/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: TUCURUI/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541818202/Nívea Paula Assunção Zandonadi (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225949
PORTARIA: 1059/2011
Objetivo: conduzir as servidoras Rita do Socorro e Rosilane Soares que irão realizar vistoria técnica em laticínios.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Rondon do Pará/PA - Brasil
Tucumã/PA - Brasil
Xinguara/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572229121/Elcemberg Santos Monteiro (Motorista) / 4.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 225977
CONTRATO: 10

Exercício: 2011
Objeto: Consiste na prestação de serviços bancários de arrecadação de taxas e multas e demais receitas prevista na Lei nº 7.393/2010, através das agências da contratada, mediante Guia de Recolhimento Bancário - GTV, Guia de Recolhimento Bancário- Multa de Defesa Vegetal, em código de barra padrão-FEBRABAN
Valor Total: 9.900,00
Data Assinatura: 25/03/2011
Vigência: 25/03/2011 a 25/03/2012
Decreto Qualificação: 31824
Data do Decreto: 01/01/2011
Data de Publicação do Decreto: 03/01/2011
Dispensa: 4/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
20122012545340000 339039 0261000000 Estadual
Contratado: BANPARA AG PALACIO (EPPF) EMPRESTIMOS
Endereço: RUA JOÃO DIOGO, 130
CEP. 66000-000 - BELÉM/PAEmail: projur.adepara@gmail.com
Telefone: 9132101119 Fax: 9132101116
Ordenador: MARIO APARECIDO MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225986
PORTARIA: 1042/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: XINGUARA/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58884141/Daniel Cappellari (Gerente) / 7.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225999
PORTARIA: 1044/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: SANTARÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541974101/Débora Paula Marcelino Ueno (Gerente Regional) /

6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011
1115201/João Alberto Pereira Coelho (Gerente) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226006
PORTARIA: 972/2011
Objetivo: reunir com os servidores para apresentação do novo Gerente Regional, levar material de expediente e distribuição de material de campanha contra febre aftosa etapa maio/2011.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.

Origem: XINGUARA/PA - BRASIL
Destino(s):
Bannach /PA - Brasil
Canaã dos Carajás /PA - Brasil
Floresta do Araguaia /PA - Brasil
Rio Maria /PA - Brasil
Sapucaia/PA - Brasil<br
Servidor(es):
58884141/Daniel Cappellari (Gerente) / 3.5 diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225840
PORTARIA: 1033/2011
Objetivo: realizar fiscalização de entrada e saída de animais e emissão de GTA do “3ºGrande Leilão de Aniversário Janaína Leilões”
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ÁGUA AZUL DO NORTE/PA - BRASIL
Destino(s):
Xinguara/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572234841/Jailson Palmeira da Silva (ADA) / 3.5 diárias (Completa) / de 14/04/2011 a 17/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225833
PORTARIA: 1032/2011
Objetivo: realizar vistoria, fiscalização e reunião nas Ulsa’s da ADEPARÁ.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: TUCURUI/PA - BRASIL
Destino(s):
Goianésia do Pará/PA - Brasil
Jacundá/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571982122/Ana Paula Vilhena Beckman Pinho (Médica Veterinária) / 2.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011
541818202/Nívea Paula Assunção Zandonadi (Médica Veterinária) / 2.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225849
PORTARIA: 1036/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: TUCURUI/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571982122/Ana Paula Vilhena Beckman Pinho (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225851
PORTARIA: 1037/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ORIXIMINÁ/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572180651/André Reale Simões (Médico Veterinário) / 8.5 diárias (Completa) / de 23/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225852
PORTARIA: 1038/2011
Objetivo: participar do curso de atualização em gestão e padronização.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: PARAGOMINAS/PA - BRASIL
Destino(s):
Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541810502/Arlinéa Maria Mota Rodrigues (Médica Veterinária) / 6.5 diárias (Completa) / de 24/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225844
PORTARIA: 1034/2011
Objetivo: dar apoio na fiscalização de entrada e saída de animais e emissão de GTA do Leilão HD.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: FLORESTA DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s):
Xinguara/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572233681/Jadson Borges Costa (Auxiliar de Campo) / 1.5 diárias (Completa) / de 15/04/2011 a 16/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225829
PORTARIA: 1031/2011
Objetivo: realizar atividades técnico administrativa no escritório de atendimento da ADAPARÁ com vigilância em propriedades de risco.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Acará/PA - Brasil<br
Servidor(es):
56894222/Moacir Vasconcelos Barbosa Filho (Médico Veterinário) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 07/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225815
PORTARIA: 1028/2011
Objetivo: finalizar o estudo de circulação viral em área livre de febre aftosa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: NOVO PROGRESSO/PA - BRASIL
Destino(s):
Altamira/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572233051/Roberth Tcharles Schegoscheski (Engenheiro Agrônomo) / 7.5 diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 19/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225818
PORTARIA: 1029/2011
Objetivo: realizar atividades técnico administrativa no escritório de atendimento da ADEPARÁ com vigilância em propriedades de risco.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Igarapé-Miri/PA - Brasil<br
Servidor(es):
56894222/Moacir Vasconcelos Barbosa Filho (Médico Veterinário) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 18/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225823
PORTARIA: 1030/2011
Objetivo: dar apoio nas atividades técnico administrativa no escritório de atendimento da ADEPARÁ com vigilância em propriedades de risco.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
Igarapé-Miri/PA - Brasil<br

Servidor(es):
541937641/Daniel Alves Silva (Auxiliar de Campo) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 18/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225598
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 217437
PORTARIA: 691/2011
Objetivo: realizar inspeção de plantios de pimenta-do-reino para detecção de ocorrências de pragas em propriedades no município.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art.145/149.
Origem: TUCURUÍ/PA - BRASIL
Destino(s):
Pacajá /PA - Brasil<br
Servidor(es):
541915323/Raimundo José Moraes Júnior (Engenheiro Agrônomo) / 1.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 26/04/2011<br
Ordenador: ADENAIR VIEIRA DE SÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225550
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2011- ADEPARÁ
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA ADEPARA, CONFORME A DESCRIÇÃO CONTIDA NO PRESENTE EDITAL Nº 003/2011 - ADEPARA.
Data de Abertura: 10/05/2011 (terça-feira)
Horário: 09:00 (nove) horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br
Informações pelo fone: (91) 3210-1136.
Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225608
PORTARIA: Nº 105/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 123
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Maria de Jesus Alves Vieira Chefe de Gabinete 51855795
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
08122012545340000 0101000000 339039 1.000,00
08122012545340000 0101000000 339030 1.000,00
Observação: Para atender despesas de pronto pagamento e pequeno vulto do Gabinete e da DAF desta SEEL.
Ordenador: Marcos Vinícius Eiró do Nascimento

REVOGAÇÃO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226007
PORTARIA Nº 111 /2011-SEEL, DE 27 DE ABRIL DE 2011.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006.

RESOLVE:
I - REVOGAR a Portaria nº 64/2011-SEEL, publicada no D.O.E nº 31.875 de 17/03/2011, que constituía a comissão homologadora do sistema de cotação eletrônica.

II – Os efeitos desta Portaria retroagem a 13 de abril de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 27 DE ABRIL DE 2011.

MARCOS VINÍCIUS EIRÓ DO NASCIMENTO
Secretário de Estado de Esporte e Lazer
CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226000
PORTARIA Nº 110 / 2011 – SEEL, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de

2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006.
RESOLVE:
I – CONSTITUIR comissão, formada pelos servidores abaixo relacionados, para homologar e conduzir os procedimentos do sistema de cotação eletrônica de preços:

PERFIL	MATRÍC.	NOME	CARGO
Coordenador	57234896	Alex Adam Martins Oliva	Assistente Administrativo
Coordenadora	3222551	Angela Maria de Souza	Auxiliar Administrativo
Homologador	40371	Antonio Augusto Vulcão Gama	Gerente I
Coordenador	8017942	Edson Coutinho Oliveira	Secretário de Gabinete
Homologadora	51855595	Elisabeth Aguiar Contente Dias	Diretora
Coordenadora	5444802	Leozete Araújo de França	Assessora
Coordenadora	57202020	Sônia Regina Rodrigues	Assistente Administrativo

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 13 de abril de 2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 27 DE ABRIL DE 2011.

MARCOS VINÍCIUS EIRÓ DO NASCIMENTO
Secretário de Estado de Esporte e Lazer
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225861

O Secretário de Estado de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2011/115570 que objetivam a contratação de empresa para o fornecimento de água mineral para o atendimento das necessidades desta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, RESOLVE:
I – AUTORIZAR a continuidade dos procedimentos necessários à contratação da empresa GEMA – GEOLOGIA E MINERAÇÃO MONT’ALVERNE LTDA-EPP (CNPJ/MF nº: 14.101.232/0001-40) vencedora do Pregão Presencial nº 039/2010-MP/PA que originou a Ata de Registro de Preços nº 026/2010-MP/PA, regularmente aderida por esta SEEL;
II – Determinar ao Setor de Licitações a veiculação desta Decisão na Imprensa Oficial do Estado;
III – Determinar à Assessoria Jurídica e elaboração de instrumento contratual, adequando as obrigações decorrentes do processo licitatório supracitado às necessidades administrativas da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
IV – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a designação de fiscal para o acompanhamento da execução das obrigações contraídas.
Os autos do presente processo estão à disposição de todos que interessarem para vistas junto ao Setor de Licitação desta SEEL.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.
Belém, 27 de abril de 2011.
MARCOS VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225669
PORTARIA Nº 107 DE 26 DE ABRIL DE 2011
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2011, e usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
CONCEDER 5% (cinco por cento) como adicional por tempo de serviço ao servidor abaixo relacionado, em cumprimento ao art. 131, Parágrafo 1º da Lei nº 5.810 de 24.01.94, a contar de 10.03.2011.
IDENTIDADE NOME
FUNCIONAL
57194005/2 SEBASTIÃO DE JESUS LIMA RIBEIRO FILHO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, em 26 de abril de 2011.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225708
PORTARIA: 108
Objetivo: Participar da 1ª Reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico de 2011.
Fundamento Legal: O. N. nº 001/AGE, de 11.03.2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Belo Horizonte/MG - Brasil<br
Servidor(es):
8013209/Airton Lisboa Fernandes (Diretor) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: Geraldo Narciso da Rocha Filho

Junta Comercial do Estado do Pará

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225859
PORTARIA: 031/11
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
Welma Dias Silva Coordenadora Regional 57199119
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
23122012545340000 0261000000 339030 500,00
23122012545340000 0261000000 339036 480,00
23122012545340000 0261000000 339039 700,00
Observação: Para as despesas de pronto pagamento
Ordenador: José Artur Guedes Tourinho

TRANSFERÊNCIA DE FÉRIAS DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225923
PORTARIA 037/11 DE 15/04/2011.
Artigo Primeiro: TRANSFERIR por necessidade de serviço, o gozo de férias do servidor Getúlio Villas Moreira, matrícula nº 55588260/1, ocupante do Cargo de Secretário Geral, referente ao período aquisitivo de 29-03-10 a 28-03-11 cujo período marcado é de 04-04-2011 a 03-05-2011, restando 30 dias para gozar no período de 30-06-2011 a 29-07-2011. JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO-Presidente.

CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225991
PORTARIA 042/11 DE 19/04/11.
Artigo Primeiro: CONCEDER 30 (Trinta) dias de férias ao servidor Getúlio Teixeira da Silva, matrícula nº 3208940/1, Auxiliar Administrativo, a partir de 02-01-2012 à 31-01-2012, referente ao período aquisitivo de 11-07-2010 à 10-07-2011. JOSÉ ARTUR GUEDES TOURINHO-Presidente.

LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225961
PORTARIA 038/11 DE 15/04/2011.
Artigo Primeiro: CONCEDER Licença para tratamento de saúde da servidora Danielle Barros da Silva Cal, matrícula nº 57209827/1, Técnico do Registro Mercantil Classe A Nível I - Direito, no período de 04-02-2011 a 02-04-2011. Artigo Segundo: Esta Portaria retroage seus efeitos funcionais a 04-02-2011. JOSE ARTUR GUEDES TOURINHO-Presidente.

Companhia Paraense de Turismo

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225904
PORTARIA: 142/2011
Objetivo: Dar apoio Técnico no Workshop em Excelência da Governança em Regiões Turísticas - Pólo Marajó.
Fundamento Legal: Decreto Estadual nº 734/92
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):

Soure/PA - Brasil<br
Servidor(es):
55585628/Michelle Sena da Silva (Técnica de Planejamento e Gestão em Turismo) / 2.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225666
PORTARIA: 140/2011
Objetivo: Acompanhar na qualidade de interlocutora do Pará o Módulo I.
Fundamento Legal: Decreto Estadual nº 734/92
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
Soure/PA - Brasil<br
Servidor(es):
5080525/CONCEIÇÃO SILVA DA SILVA (DIRETORA DE FOMENTO) / 5.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225558
MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
NÚMERO: 3/2011
Objeto: Contrat. de empresa(s) para o fornec. de equipamento de informática ((BATERIAS para os bancos de baterias de 2 no-break's de 40 KVA; PLACA ELETRÔNICA de controle e monitoramento WEB específica para no-break CP Modelo Top 24400 e BATERIA AUTOMOTIVA para o Grupo Motor Gerador-GMG).
Entrega do Edital: Nos sites: COMPRASNET.GOV.BR; www.sefa.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br.
Observação: Cada lote deverá ser suprido por um único fornecedor, que terá a obrigação de garantir a compatibilidade e funcionalidade dos componentes dos lotes.
Responsável pelo certame: RAIMUNDO NONATO MELO MARINHO
Local de Abertura: site: WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Data da Abertura: 11/05/2011
Hora da Abertura: 09:00
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
04126119126310000 449052 0130000000 Estadual
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO-CERAT CASTNHAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225547
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT CASTANHAL
O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Castanhal, no uso de suas atribuições, faz saber aos titulares, sócios ou representantes legais da firma TRANSPER TRANSPORTES LTDA, Inscrição Estadual nº15.163.263-4, a manifestação da Diretoria de Tributação – DTR, relativo ao Processo nº022010730000559-8, como segue: Considerando que o julgamento do procedimento administrativo tributário da formalização do crédito tributário não compete a esta Diretoria, não podemos nos manifestar a respeito do pedido de anulação de AINF's, devendo ser observado o contido na Lei nº6.182/98. Sobre o direito ao crédito previsto no art. 82 do RICMS/PA, esclarecemos que o mesmo somente se efetiva após o recolhimento do imposto. No caso em questão, somente após o pagamento do AINF o contribuinte terá o direito de proceder a apropriação do valor recolhido a título de diferencial de alíquota. MARIO YASUO NAKAMURA
Coordenador Fazendá

ACÓRDÃOS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225726
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF
SEGUNDA CÂMARA
Acórdão n. 2721 - 2ª cpj, RECURSO N. 6052 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 332008510000100-6). CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1.ICMS

– Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de “ativo não regular” deve fazer o recolhimento antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso voluntário conhecido e não provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2011.
Acórdão n. 2722 - 2ª cpj, RECURSO N. 6054 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 332008510000099-9). CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1.ICMS – Auto de Infração. 2. O contribuinte que se encontrar na condição de “ativo não regular” deve fazer o recolhimento antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense. 3. Recurso voluntário conhecido e não provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2011.
Acórdão n. 2723 - 2ª cpj, RECURSO N. 6060 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012006510001228-8). CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1.ICMS – Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que declara nulo o AINF, ante a ausência de cópias das notas fiscais de entrada indicadas no relatório fronteira que serviram de base ao levantamento fiscal. 3. Recurso de Ofício conhecido e não provido, para manter a decisão recorrida, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2011.

PORTARIAS CEEAT IPVA/ITCD
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225731
PORTARIA N.º932-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 27/04/2011 - PROC N.º 1920117300015459/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD
Motivo: Conceder a imunidade do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art150, vi,“c”, cf/88, art.14 ctn, dec 2703/06 e in 09/07
Interessado: Congregação de Santa Doroteia do Brasil
Marca Tipo Chassi
FIAT/PALIO FIRE ECONOMY Pas/Automovel 9BD17164LA5588688
PORTARIA N.º933-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 27/04/2011 - PROC N.º 1920117300014967/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º, XII, Lei 6017/96, decr 2703/06 e in nº 009/2007
Interessado: Albertino Moreira Bastos
Marca Tipo Chassi
TOYOTA/COROLLAGLIFLEX Pas/Automovel 9BRBL42E6C4700272
PORTARIA N.º934-CEEAT/IPVA/ITCD, DE 27/04/2011 - PROC N.º 1920117300016048/SEFA/CEEAT IPVA-ITCD
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º, XII, Lei 6017/96, decr 2703/06 e in nº 009/2007
Interessado: Carlos Diego Pojo de Brito Souza
Marca Tipo Chassi
HONDA/FIT LX Pas/Automovel 93HGD18405Z119645

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225899
PORTARIA N.º201101000290 DE 27/04/2011 - PROC N.º 002011730007389/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Zedivaldo Carneiro da Cruz** – CPF: 147.492.972-91
Marca: FIAT/IDEA ESSENCE 1.6 DL FLEX Tipo: Pas/Automóvel
PORTARIA N.º201101000289 DE 27/04/2011 - PROC N.º 002011730007097/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Marcelino Teles da Silva** – CPF: 709.934.592-34
Marca: FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º201101000291 DE 27/04/2011 - PROC N.º 002011730007095/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: **Everardo Soares de Araujo** – CPF: 121.360.182-72

Marca: FIAT/UNO WAY 1.4 EVO Tipo: Pas/Automóvel
**PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225892**

PORTARIA N.º201104000808, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007527/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Reginaldo Leite de Oliveira – CPF: 174.264.052-49
Marca/Tipo/Chassi
GM/CORSA SEDAN PREMIUM/Pas/
Automovel/9BGXM19808C177070

PORTARIA N.º201104000809, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007585/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Djalma de Oliveira – CPF: 066.086.802-44
Marca/Tipo/Chassi
GM/CORSA SEDAN PREMIUM/Pas/
Automovel/9BGXM19P09B237062

PORTARIA N.º201104000810, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007448/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Arilson Almeida Furtado – CPF: 402.184.142-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4/Pas/
Automovel/9BD17307MC4354439

PORTARIA N.º201104000811, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007519/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Rubens Nogueira Muniz – CPF: 294.873.402-97
Marca/Tipo/Chassi
VW/VOYAGE 1.6 TREND/Pas/Automovel/9BWDB05U6BT276911

PORTARIA N.º201104000812, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007598/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Marcos Jorge Cordeiro Melo – CPF: 561.143.702-87
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/
Automovel/9BD135019C2181399

PORTARIA N.º201104000813, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007590/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Nilson Rui Borges Bastos – CPF: 187.411.852-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/
Automovel/9BD135019C2181398

PORTARIA N.º201104000814, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007494/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

6427/01
Interessado: Americo Tourinho Samico – CPF: 061.607.352-68
Marca/Tipo/Chassi
GM/CORSA SEDAN PREMIUM/Pas/
Automovel/9BGXM19P0BC107436

PORTARIA N.º201104000815, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007484/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ieda Vieira da Silva Sousa – CPF: 430.475.482-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WEEK TREKKING/Pas/
Automovel/9BD17350MA4324601

PORTARIA N.º201104000816, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007601/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Irineu Barboza da Costa Filho – CPF: 380.013.142-00
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WEEK TREKKING/Pas/
Automovel/9BD17350MA4324611

PORTARIA N.º201104000817, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007603/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Lucia de Melo Barros – CPF: 105.685.222-49
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17201M83423004

PORTARIA N.º201104000818, DE 27/04/2011 - PROC N.º 192011730001756/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Gerson Luiz Ferreira de Almeida – CPF: 036.684.602-72
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD13561362022245

PORTARIA N.º201104000819, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007532/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Maria de Souza Campos – CPF: 071.193.052-04
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/8AP17201MA2115358

PORTARIA N.º201104000820, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007467/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Josenir Alves dos Santos – CPF: 328.915.982-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA FIRE FLEX/Pas/Automovel/9BD17206G83418955

PORTARIA N.º201104000821, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007468/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Roberci da Silva Gonzaga Junior – CPF: 429.566.252-68
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT SIENA EL FLEX/Pas/Automovel/8AP372111B6008203

PORTARIA N.º201104000822, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007655/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Genilson de Moura Ribamar – CPF: 481.265.002-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/
Automovel/9BD135019C2182084

PORTARIA N.º201104000823, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007613/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ivan Pires Chaves – CPF: 159.563.002-30
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/LINEA HLX 1.8 DUAL/Pas/Automovel/9BD11058CB1540046

PORTARIA N.º201104000824, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007548/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Ferreira da Silva – CPF: 254.831.102-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/UNO WAY 1.4/Pas/Automovel/9BD195163C0162686

PORTARIA N.º201104000825, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007656/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Maria de Fatima Ferreira Soares – CPF: 194.825.232-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17201M83422989

PORTARIA N.º201104000826, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007384/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Edmilson Ramos de Souza – CPF: 117.328.572-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA FIRE FLEX/Pas/Automovel/9BD17206G83438868

PORTARIA N.º201104000827, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007555/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Candido Coutinho Ferreira – CPF: 330.819.562-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO FIRE FLEX/Pas/Automovel/9BD17164G85213276

PORTARIA N.º201104000828, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007621/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Joao Lopes de Souza – CPF: 015.716.802-68
Marca/Tipo/Chassi
VW/VOYAGE 1.6/Pas/Automovel/9BWDB05U4BT250601

PORTARIA N.º201104000829, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007386/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Maria de Araujo Lima – CPF: 116.620.262-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WEEK ELX FLEX/Pas/
Automovel/9BD17301M94267105

Caderno 2

QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2011

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA N.º201104000830, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007629/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Expedito Fernandes de Almeida – CPF: 035.071.222-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD13561382094951

PORTARIA N.º201104000831, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007643/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Getulio de Almeida Jales – CPF: 047.659.742-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/PALIO

WK

ADVEN

DUAL/Pas/

Automovel/9BD17309ZA4317042

PORTARIA N.º201104000832, DE 27/04/2011 - PROC N.º 2011730007647/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2011

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Inaldo da Cruz e Silva – CPF: 106.272.192-68

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/PALIO ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17140LB5748643

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225921

INEXIGIBILIDADE: 2/2011

Data: 27/04/2011

Valor: 29.033,30

Objeto: objeto é a de prestação de serviços de publicações diárias de matérias e/ou atos administrativos da Secretaria de Estado da Fazenda, pelo período de 12 meses, no valor mensal estimado de R\$ 29.033,30 (vinte e nove mil, trinta e três reais e trinta centavos) e total anual de R\$ 348.399,60 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Fundamento Legal: Art.25, I da Lei Federal nº 8666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

04122012545340000 339039 0101000000 Estadual

Contratado(s):

Nome: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ-IOEPA

Endereço: Tv Chaco, Bairro: Marco, 2271

CEP. 66093-542 - Belém/PA

Telefone: 0000000000

Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225929

PORTARIA: 0337

Objetivo: Participar da 4ª turma do curso “Fundamentos em auditoria contábil e fiscal” (recursos do BNDES)

Fundamento Legal: Dec. 2.819 de 06.09.94

Origem: SANTARÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Belém/PA - Brasil<br

Servidor(es):

5418662801/LANA CRISTINA ALBARADO DA SILVA (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) / 4.5 diárias (Completa) / de

21/03/2011 a 25/03/2011<br

Ordenador: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Banco do Estado do Pará

TERMO ADITIVO A CONTRATO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225737 TERMO ADITIVO: 1

Data de Assinatura: 19/04/2011

Valor: 11.580.000,20

Vigência: 26/01/2012 a 25/01/2013

Justificativa: Prorrogação de prazo

Contrato: 3

Exercício: 2010

Contratado: ATP - Tecnologia e Produtos S/A

Endereço: Q SGAN, Bairro: Asa Norte, QD601

CEP. 70830-010 - Brasília/DF

Complemento: Conjunto L

Telefone: 6121088848

Ordenador: Augusto Sérgio Amorim Costa

CONCLUSÃO DE VENDA DIRETA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225620 CONCLUSÃO DE VENDA DIRETA

O Banco do Estado do Pará S/A comunica a conclusão da Venda Direta do Imóvel situado no conjunto Residencial Vyllya Rua C, Nº 29, adquirido pela Srª Leida Maria Monteiro Costa, com fundamento legal no Art. 24, Inciso V da Lei 8.666/93. Contrato por Instrumento particular de compra e venda com utilização dos recursos próprios, datado 04.11.2010 com Protocolo definitivo nº 35271 digitalizado no cartório de 1º Ofício com Certidão datada de 05.11.2010.

Valor: R\$ 15.265,25 (Quinze Mil, Duzentos e Sessenta e Cinco Reais e Vinte e Cinco Centavos).

AVISO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225597 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO: 1/2011

Objeto: Contratação de empresa de serviços para prestação de Serviços de Telecomunicações de: Telefonia Móvel Pessoal (SMP), acesso à Internet móvel seguindo a tecnologia GSM ou 3G, nas modalidades local (VC1) e Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional – STFC LDN (VC2 e VC3), com fornecimento de aparelhos, compreendendo um total de 100 (cem) linhas telefônicas na modalidade PÓS-PAGO e 06 (seis) acessos à Internet Móvel, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos

Entrega do Edital: O EDITAL encontra-se disponível no site www.banparanet.com.br e www.compraspara.pa.gov.br. Na impossibilidade de obtenção pela internet, o mesmo estará disponível na CPL situada na Av. Presidente Vargas, 251 6º andar – Comércio - Belém-Pará, em dias úteis, das 10 às 14h, ao custo de R\$-20,00.

Observação: UASG: 925803

Responsável pelo certame: Vera Morgado

Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br

Data da Abertura: 11/05/2011

Hora da Abertura: 10:00

Ordenador: Augusto Sérgio Amorim Costa

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225599 PORTARIA Nº. 332, DE 08 DE ABRIL DE 2011.

O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a estrutura operacional do Programa CRED-PARÁ, nos termos estabelecidos:

RAIMUNDO ALEXANDRE DANTAS BENTES – Coordenador Operacional.

CHRISTIANO DOS SANTOS LIMA – Coordenador Administrativo.

LUCILÉA CRISTINA CORDEIRO COELHO NEVES – Coordenadora de Planejamento e Controle.

II – Revogam-se as disposições em contrário.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de março de 2011.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, em 08 de abril de 2011.

SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

□Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

* Republicada por ter saído com incorreções no DOE nº 31893 de 12/04/2011

SUPRIMENTO DE FUNDO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225619 PORTARIA: 0407/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 10

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matrícula
------------------	-------------------	-----------

Patricia Maslova dos Santos Moreira Godoy	Assessor	80012231
---	----------	----------

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
----------------------	------------------	---------------------	-------

04122125960550000	0101000000	339036	200,00
-------------------	------------	--------	--------

Observação: para ocorrer com as despesas de pronto pagamento.

Ordenador: CLÁUDIA SALAME SERIQUE

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225613

PORTARIA: 0406/2011

Objetivo: a fim de realizar vistoria técnica de convênio FDE nos referidos Municípios.

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E Nº 5.810/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte /PA - Brasil

Tucumã/PA - Brasil<br

Servidor(es):

80012231/Patricia Maslova dos Santos Moreira Godoy (Assessor)

/ 5.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 07/05/2011<br

Ordenador: CLÁUDIA SALAME SERIQUE

PORTARIA Nº 405, DE 26 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225579

O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, no uso da competência que lhe é conferida pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2011, publicado no DOE nº 31.824 de 03/01/2011 e considerando os Ofícios nºs 116/2011-DAP/AL, de 20/04/2011 e 067/2011-GP, de 15/04/2011.

R E S O L V E:

I -REVOGAR, a contar de 01/05/2011, a cessão Administrativa do servidor HUGO PENNA HACHEM, matrícula nº 54197843/2, cedido através da Portaria nº 1043, de 15 de setembro de 2010 – SEPOF, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para a Assembléia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, sem ônus para o Órgão de origem.

II -CEDER para o Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, sem ônus para o Órgão de origem, a contar de 01/05/2011.

III – Dê-se, Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 26 de abril de 2011.

SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225720

PORTARIA Nº 397, DE 25 DE ABRIL DE 2011.

A Diretora Administrativo-Financeira no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 163, de 16 de fevereiro de 2011,

considerando o disposto no art.74 da Lei nº 5.810, de 24/01/1994, e considerando o parecer jurídico favorável de nº 097/2011, e processo nº 2011/128279, de 08/04/2011.

RESOLVE:

CONCEDER a servidora **CHÊNIA ELFRISA TORTOLA BURLAMAQUI**, matrícula nº. 13463/2, ocupante do cargo de Assistente Social, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02 a 31/05/2011, correspondente ao triênio 1996/1999.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 25 de abril de 2011.

CLÁUDIA SALAME SERIQUE

Diretora Administrativo-Financeira

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225747

PORTARIA Nº 398, DE 25 DE ABRIL DE 2011

A Diretora Administrativo-Financeira, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 163, de 16 de fevereiro de 2011, e considerando a CI nº 024, DE 08/04/2011 - DIPLAN.

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor **ALTINO CHAVES LIMA ARAÚJO**, matrícula 5310083/2, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Diretoria de Planejamento – DIPLAN, para responder pela Diretoria, durante ausência da titular, **CHÊNIA ELFRISA TORTOLA BURLAMAQUI**, a partir de 02 a 31/05/2011.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 25 de abril de 2011.

CLÁUDIA SALAME SERIQUE

Diretora Administrativo-Financeira

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225746

PORTARIA: 647/2010

Objetivo: PARTICIPAR DE REUNIÃO COM A EQUIPE TÉCNICA DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE -PEMA, VISTORIAR A INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTO E ACOMPANHAR OS TRABALHOS EM CONJUNTO COM ARQUEÓLOGOS DO MPEG E UNIVERSIDADE DA ESPANHA.

Fundamento Legal: ART.145 DA LEI 5.810 E SEUS PARAGRAFOS

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MONTE ALEGRE/PA - Brasil

SANTARÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

32535701/CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (TECNICO D/DIRETOR) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225712

PORTARIA: 640/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matrícula
REGINA OLIVEIRA SABBA	CHEFE DE GABINETE	54948694

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
18542124749110000	0116000000	339039	600,00

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225709

PORTARIA: 641/2011

Objetivo: 1- AOS TÉCNICOS: Realizar vistoria. 2-AO MOTORISTA: Conduzir veículo oficial.

Fundamento Legal: ART.145 DA LEI 5810 E SEUS PARÁGRAFOS.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MÃE DO RIO/PA - Brasil

SÃO DOMINGOS DO CAPIM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

572146651/LUIS AUGUSTO MAIA CESAR (GEOGRAFO) / 4.5 diárias (Completa) / de 30/05/2011 a 03/06/2011

571967961/MARCELO ANTONIO DE SA MEDEIROS (MOTORISTA) / 4.5 diárias (Completa) / de 30/05/2011 a 03/06/2011

80012791/WILHELM ABUD KLEINLEIN (ENGENHEIRO QUIMICO) / 4.5 diárias (Completa) / de 30/05/2011 a 03/06/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225725

PORTARIA: 646/2011

Objetivo: PARTICIPAR DE SEMINÁRIO DAS UNIDADES REGIONAIS.

Fundamento Legal: ART.145 DA LEI 5.810 E SEUS PARAGRAFOS.

Origem: ALTAMIRA /PA - BRASIL

Destino(s):

BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

58455802/SOLANGE HENCHEN TREVISAN (BIOLOGO) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

AVISO DE ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225589

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

PORTARIA Nº. 652/2011-GAB/SEMA DE 27 DE

ABRIL DE 2011

AVISO DE ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 2011/2011- GELIC/COAD/DGAF/SEMA.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente/SEMA, através da Gerencia de Licitação - GELIC torna pública a adesão à Ata de Registro de Preços nº 38/2010 oriundo do Pregão Eletrônico SRP Nº 02/2010-TRE-PA, referente ao processo nº 2497/2009, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA 24HS. Conforme Termo de Referência descrito no edital relacionado, com a empresa SECURITY AMAZON SERV. DE SEG. PRIVADA LTDA.com o CNPJ 09.211.205/0001-90, a saber:

Lote VI – Metropolitana de Belém						
ITEM	Quantidade de Postos 24 horas diárias	ISS (%)	Prazo para instalação do posto de serviço	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
14	6	5 %	A instalação e desinstalação dos postos dar-se-á conforme Ordem de Serviço emitida pela Comissão de Fiscalização do Contrato	R\$ 8.250,00	R\$49.500,00	R\$ 594.000,00
Valor Total do Lote VI					R\$ 594.000,00	

Belém , 27 de Abril de 2011.

Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa

Secretária de Estado de Meio Ambiente

NOTIFICAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225675

NOTIFICAÇÃO:

A Secretária Estadual de Meio Ambiente – SEMA/PA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 138, inciso II, da Constituição do Estado do Pará, considerando o disposto na Instrução Normativa nº 03/2006 – SEMA, bem como na Portaria nº 424 de 29 de março de 2011, notifica os interessados responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental em trâmite nesta SEMA, discriminados na planilha disponível no site [WWW.sema.pa.gov.br](http://www.sema.pa.gov.br), que estão sem movimentação por pendência de parte do empreendedor por mais de 365 dias, ou que estão com notificação de pendências técnicas ou jurídicas não cumpridas no prazo estipulado, serão INDEFERIDOS e conseqüentemente ARQUIVADOS pelas Diretorias ou pela Coordenadoria Jurídica, caso não haja manifestação imediata do autor sobre o prosseguimento do feito ou da juntada de pendências, dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da presente data. É importante ressaltar que o Indeferimento poderá ser questionado dentro do prazo legal, mediante recurso administrativo nos termos do art.50 da Lei Federal nº9.784/1999, em 10 (dez) dias após a ciência da decisão. Belém: 25/04/2011

Atenciosamente,

Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa

Secretária de Estado de Meio Ambiente

SEMA/PA.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225625

PORTARIA: 485/2011

Objetivo: 1- Ao Técnico:Atender à diversas demandas da regional, tais como realizar levantamento cadastral, vistoriar vigilância, limpeza e avaliar o prédio locado para a unidade da Sema no município; 2- Ao motorista: Conduzir veículo oficial.

Fundamento Legal: Art. 145 da lei 5810 e seus parágrafos.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Marabá/PA - Brasil<br

Servidor(es):

572158341/FERNANDO MARCOS MOTA PEREIRA E SILVA (ENG. CIVIL) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011

571937481/JOSE LUCIANO SANTOS RODRIGUES (MOTORISTA) / 4.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 06/05/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

LICENÇA MATRIMÔNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225941

PORTARIA Nº 642/2011-DGAF/GAB/SEMA DE 26 DE

ABRIL DE 2011

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e considerando o disposto no art. 72 da Lei nº 5.810 de 24.01.1994 e o Requerimento da servidora, de 19.04.11;

RESOLVE

CONCEDER 08 (oito) dias de Licença Matrimônio, à servidora **ANNE SUELLEM OLIVEIRA PINTO**, matrícula nº. 57215335/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente, lotada na Gerência de Projetos Industriais, no período de 08 a 15/04/2011.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMpra-SE

Belém, 26 de abril de 2011

MÁRCIO ANDRÉ DOS SANTOS LEITÃO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225955

PORTARIA: 650/2011

Objetivo: 1-AOS TÉCNICOS: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA; 2-AO MOTORISTA:CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL.

Fundamento Legal: ART.145 DA LEI 5.810 E SEUS PARAGRAFOS.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

80012831/ALINE DO SOCORRO DIAS CUNHA (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE) / 2.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 06/05/2011

572350111/EVERTON BARROS DIAS (ENG. FLORESTAL) / 2.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 06/05/2011

571943771/LEONARDO SILVA DA SILVA (MOTORISTA) / 2.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 06/05/2011

571971571/PALMIRA FRANCISCA GONCALVES FERREIRA (BIOLOGO) / 2.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 06/05/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225982

PORTARIA: 651/2011

Objetivo: 1-AO TÉCNICOS:REALIZAR VISTORIA TÉCNICA.

Fundamento Legal: ART.145 DA LEI 5.810 E SEUS PARAGRAFOS.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

RIO MARIA/PA - Brasil

SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - Brasil

TUCUMÃ/PA - Brasil

XINGUARA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

571938441/ALEX GONCALVES SOARES (MOTORISTA) / 6.5 diárias (Completa) / de 09/05/2011 a 15/05/2011

80012571/CHRISTIANNE RODRIGUES FERNANDES (ENGENHEIRO QUIMICO) / 6.5 diárias (Completa) / de 09/05/2011 a 15/05/2011

55566601/MARIA TEREZA PRIMO DOS SANTOS (QUIMICO INDUSTRIAL) / 6.5 diárias (Completa) / de 09/05/2011 a 15/05/2011

58192963/RUI SIDARTA DE SOUZA REIS (ENGENHEIRO) / 6.5 diárias (Completa) / de 09/05/2011 a 15/05/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA

5727073/Raimundo Henrique R.Aranha (CB PM) / 1.0 diárias (Completa) / de 26/01/2011 a 27/01/2011

Ordenador: Mário Alfredo Souza Solano

PORTARIA Nº 004/2011 – DP4/PMPA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225891
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
COMANDO GERAL * DIRETORIA DE PESSOAL**
SEÇÃO DE MOBILIZAÇÃO, RECRUTAMENTO E
SELEÇÃO - DP4
PORTARIA Nº 004/2011 – DP4/PMPA

O Comandante Geral da Polícia Militar do Pará, no exercício de suas atribuições legais;
Considerando que o Exmº. Sr. Marco Antônio Lobo Castelo Branco – Juiz de Direito da 2ª Vara de Fazenda da Capital, concedeu a segurança pleiteada por Fábio Jorge da Conceição Cardoso nos termos do Processo nº 0033335-02.2009.814.0301;
Considerando o disposto no art. 19º, inc. I, da Lei Estadual nº 6.626/2004, **RESOLVE:**
Art. 1º - Incorporar e matricular o candidato FÁBIO JORGE DA CONCEIÇÃO CARDOSO no próximo curso de formação de soldados policiais militares a ser realizado nesta instituição, no município de Belém;
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Quartel em Belém - PA, 25 de abril de 2011.
MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO – CEL QOPM
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Fundo de Saúde da Polícia Militar

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 225865
CONTRATO: 12-11
Exercício: 2011
Objeto: Prestação de Serviços Odontológicos básicos no Município de Itaituba-PA, entre o FUNSAU e a empresa Alexandre X. DE OLIVEIRA & CIA LTDA. CNPJ nº 09.628.265/0001-03. Decorrente do Credenciamento nº 001/2010-FUNSAU.
Valor Total: 30.000,00
Data Assinatura: 01/04/2011
Vigência: 01/04/2011 a 31/03/2012
Credenciamento: 12/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
10302121144930000 339039 0101000000 Estadual
10302121144930000 339039 0150000000 Estadual
10302121144930000 339039 0103000000 Estadual
Contratado: ALEXANDRE X DE OLIVEIRA E CIA LTDA
Endereço: Av Nova de Santana, 167
CEP. 68180-030 - Itaituba/PA Telefone: 9335183416
Ordenador: Walci Luiz Travassos Queiroz

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225885
PORTARIA: 599/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
REGINALDO DA COSTA CARDOSO GERENTE 57106938
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
03122012545340000 0101000000 339039 1.000,00
Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225966
PORTARIA: 601/2011
Objetivo: conduzir internos do CR Altamira, a fim de serem transferidos para o CRPP III, em Santa Izabel do Pará/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
ALTAMIRA/PA - Brasil

Servidor(es):
57192953/CARLOS SOARES AMORAS FILHO (MOTORISTA) / 3.5 diárias (Completa) / de 15/04/2011 a 18/04/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225971
PORTARIA: 602/2011
Objetivo: conduzir internos do CR Altamira, a fim de serem transferidos para o CRPP III, em Santa Izabel do Pará/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
ALTAMIRA/PA - Brasil

Servidor(es):
57221261/REGINALDO DE SENA E SOUZA JUNIOR (MOTORISTA) / 3.5 diárias (Completa) / de 15/04/2011 a 18/04/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225974
PORTARIA: 603/2011
Objetivo: ministrar Curso 'Treinamento Básico de Formação de Agentes Prisionais', no Município de Marabá/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARABÁ/PA - Brasil

Servidor(es):
54196410/FERNANDA NAZARÉ DA LUZ ALMEIDA (TÉC. GESTÃO PENIT.) / 7.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 08/05/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225980
PORTARIA: 604/2011
Objetivo: ministrar Curso 'Treinamento Básico de Formação de Agentes Prisionais', no Município de Marabá/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARABÁ/PA - Brasil

Servidor(es):
3264122/GIANE WALDEA ROSA DE LIMA SALZER (DIRETORA) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 08/05/2011
54194951/RINGO ALEX RAYOL FRIAS (VICE-DIRETOR) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 08/05/2011
54188819/SOLIANE FERNANDES GUIMARÃES (GERENTE) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 08/05/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225989
PORTARIA: 605/2011
Objetivo: ministrar Curso 'Treinamento Básico de Formação de Agentes Prisionais', no Município de Marabá/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARABÁ/PA - Brasil

Servidor(es):
57192202/ALEXANDRE PEREIRA E SOUZA (TÉC. EM ADM E FINAN) / 1.5 diárias (Completa) / de 04/05/2011 a 05/05/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225962
PORTARIA: 600/2011
Objetivo: realizar Visita de Inspeção nas Casas Penais dos Municípios de Paragominas/PA, Bragança/PA, Capanema/PA e Salinópolis/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):
BRAGANÇA/PA - Brasil
CAPANEMA/PA - Brasil
PARAGOMINAS/PA - Brasil

Servidor(es):
5264006/MARCOS VELÉRIO VALENTE DOS SANTOS (DIRETOR) / 3.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 29/04/2011
54196403/WILKER GONÇALVES DE SOUZA (MOTORISTA) / 3.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 29/04/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225729
PORTARIA: 598/2011
Objetivo: escoltar internos a fim de serem transferidos aos CRPP III, CRPP I e PEM I, em Santa Izabel do Pará/PA e Marituba/PA.
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24/01/1994
Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL
Destino(s):
MARITUBA/PA - Brasil
SANTA IZABEL DO PARÁ/PA - Brasil

Servidor(es):
8400662/EDNILSON VASCONCELOS DOS SANTOS (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011
8400682/JOÃO BOSCO MELO CARDOSO (AGENTE PRISIONAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011
5755328/JORGE AUGUSTO LARANJEIRAS MELO (DIRETOR) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011
8400674/JOSÉ ANTONIO PINHEIRO SANTOS (AGENTE PRISIONAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011
8400669/PAULO ANTONIO SILVA FONSECA (AGENTE PRISIONAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225756
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 25/04/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: DISTRATO UNILATERAL
Orgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Servidor(es):
Concurso / SELMA LUCIA GOMES DO NASCIMENTO (PSICOLOGA)

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225741
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 01/02/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: DISTRATO UNILATERAL
Orgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Servidor(es):
Temporário / FRANCIVALDO JOSÉ CAMARÃO CARDOSO (AGENTE PRISIONAL)

Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225762
PORTARIA Nº 300/2011- GAB.SUSIPE
BELÉM, 19 DE ABRIL DE 2011.

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais etc.
CONSIDERANDO o disposto na IN/STN nº 01/97 art. 23.
RESOLVE:
I – Designar o servidor MARCOS PAULO GONÇALVES NORONHA, matrícula nº 54182338-3, para atuar como fiscal do Convênio nº 006/2011, celebrado entre a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE e a Empresa C2A Serviços em Tecnologia da Informática Ltda, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra de 12(doze) internos do regime semi-aberto para a execução de atividade de operador de máquina de fotocópia.
II – Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se
FRANCISCO MOTA BERNARDES
Superintendente

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225594
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 01/02/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: DISTRATO UNILATERAL
Orgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Servidor(es):
Temporário / JOSEANA DA ROSA MONTEIRO (AGENTE PRISIONAL)<br
Ordenador: FRANCISCO MOTA BERNARDES

Departamento de Trânsito do Estado do Pará

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225583
TERMO ADITIVO: 1
Data de Assinatura: 18/04/2011
Vigência: 18/04/2011 a 16/07/2011
Justificativa: Alterar a Cláusula Sexta - Da Vigência Contratual, do Contrato originário.
Contrato: 73
Exercício: 2010
Contratado: Plataforma Sinalização e Construções Ltda.
Endereço: Av Três Corações, Bairro: Cidade Nova, s/n CEP. 67130-850 - Ananindeua/PA
Telefone: 9181450581
Ordenador: ANTONIO FERNANDO CARVALHO DE OLIVEIRA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225602
ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 211442
TERMO ADITIVO: 3
Data de Assinatura: 15/03/2011
Vigência: 16/03/2011 a 15/03/2012
Justificativa: Alterar o item 4.2.1 da Cláusula Quarta, que indica o fiscal do contrato e a Cláusula Décima que trata do prazo de vigência do contrato originário.
Contrato: 10
Exercício: 2009
Contratado: ROYAL SUNALLIANCE S/A
Endereço: Av das Nações Unidas, Bairro: Brooklin Paulista, 12995
CEP. 04578-000 - São Paulo/SP
Telefone: 9132146333
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225610
PORTARIA: 1235/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Mário Augusto Lisboa Couto Coordenador 8080160
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339039 400,00
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225615
PORTARIA: 1064/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Eremita Gavinho Nunes Gerente 80006891
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339033 700,00
06181118425900000 0261000000 339036 300,00
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225632
PORTARIA: 1234/2011

Objetivo: A fim de efetuar a manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de informática, que estão apresentando problemas, naquele município.

Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Parauapebas/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571957501/Ruy Jorge Cecim dos Santos (Tec. Informática) / 7.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225643
PORTARIA: 1244/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Ary de Castro Monteiro Auxiliar Operacional 808455471
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339030 1.000,00
06181118425900000 0261000000 339036 500,00
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA
DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225691
PORTARIA: 1176/2011

Objetivo: A fim de participar de curso de Licitação Pública Superior, naquela cidade.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
São Paulo/SP - Brasil<br
Servidor(es):
53104401/Maurício Blanco de Almeida (Procurador Chefe) / 4.5 diárias (Completa) / de 16/05/2011 a 20/05/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225761
PORTARIA: 1209/2011
Objetivo: A fim de conduzir equipe da DTI, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Capitão Poço/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571954701/Gilson Wilton da Costa de Brito (Motorista) / 2.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225739
PORTARIA: 1205/2011
Objetivo: A fim de realizar treinamento do Gerente, setor de retaguarda e atendimento, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Ananindeua/PA - Brasil<br
Servidor(es):
808455501/Daniel Corrêa Pinho (Assistente Administrativo) / 14.5 diárias (Completa) / de 13/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225751
PORTARIA: 1208/2011
Objetivo: A fim de realizar atendimento de veículo, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Itupiranga/PA - Brasil<br
Servidor(es):
808455321/Francilene Maciel da Silva (Assistente Administrativo) / 11.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225730
PORTARIA: 1206/2011

Objetivo: A fim de participar da Reunião Nacional de Coordenadores e Analistas de Informática dos Sistemas RENAVAL, RENAINF e RENACH.

Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Brasília/DF - Brasil<br
Servidor(es):
58884411/Nelivaldo Costa da Silva (Coordenador) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225718
PORTARIA: 1204/2011
Objetivo: A fim de realizar inspeção na agencia, daquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Monte Alegre/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571898692/Reginaldo da Silva Ramos (Procurador) / 14.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 18/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225780
PORTARIA: 1222/2011
Objetivo: A fim de conduzir equipe da UCP, naqueles municípios.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Mãe do Rio/PA - Brasil
São Miguel do Guamá/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572295601/Otacílio Vale de Aquino (Motorista) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225772
PORTARIA: 1210/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Fábio da Silva Pinheiro Gerente 58881221
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
06181118425900000 0261000000 339030 500,00
06181118425900000 0261000000 339033 50,00
06181118425900000 0261000000 339036 800,00
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225800
PORTARIA: 1223/2011
Objetivo: A fim de realizar vistoria técnica predial para implantação da biometria captura de imagem, exame médico/psicotécnico e exame teórico on-line, naquele município.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Abaetetuba/PA - Brasil<br
Servidor(es):
32166671/Luís Mário Contente Farias (Aux. Técnico) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011
571762052/Renato Alves de Mendonça (Eng. Civil) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225952
Órgao: 01 REGIONAL DE PROTECAO SOCIAL - BELEM
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO
Data de Admissão: 25/04/2011
Admitidos:
Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo Observação
ANTÔNIO ZEFFALON NETTO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 21/10/2011
CRISTIANE CALEGARI ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 21/10/2011
JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS BARBOSA JUNIORASSISTENTE ADMINISTRATIVO 21/10/2011
ROSANGELA NASCIMENTO DOS SANTOS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 21/10/2011
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

EXTRATO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225993
PORTARIA 1233/2011-DG/CDRH DE 25.04.2011
O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora SANDRA TEREZINHA BRAGA TEIXEIRA DE SOUZA, Assistente Administrativo, matrícula 54184444/3, desenvolvendo atividades na Agência de Trânsito de Ananindeua, a Gratificação por Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral, devendo a mesma cumprir o expediente diário de 08:00 às 17:00 h, enquanto perdurar a necessidade de serviço. Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir desta data.
SÉRGIO DUBOC MOREIRA
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 1211/2011-DG/CDRH DE 20.04.2011
A Coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria 118/2011-DG/CDRH,
R E S O L V E:
RETIFICAR na Portaria 950/2011-DG/CDRH, de concessão de Licença Prêmio à servidora ANA RUTE TAVARES DA SILVA, Técnico/03, matrícula 651575/2, lotada na Gerência de Desenvolvimento de Programas Sócio-Assistenciais, onde se lê referente ao triênio 1999/2002 leia-se referente ao triênio 2002/2005.
MANOELA PAULO DE OLIVEIRA
Coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos
PORTARIA Nº 1277/2011-DG/CDRH DE 27.04.2011
O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor Antônio Fernando Carvalho de Oliveira, Diretor Técnico Operacional, matrícula 8055459/3, para responder pela Direção Geral deste Departamento, cumulativamente com a função que exerce, até ulterior deliberação.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 28.04.2011.
SÉRGIO DUBOC MOREIRA
Diretor Geral.

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 225913
CONTRATO: 3

Exercício: 2011
Objeto: Prestação de serviços de limpeza, higiene e conservação a serem efetuadas nas áreas internas e externas da sede do DETRAN/PA, no posto da Av. João Paulo II, posto da Rua Antonio Barreto, Regionais e Agências de Trânsito.
Valor Total: 737.141,88
Data Assinatura: 25/04/2011
Vigência: 25/04/2011 a 22/08/2011
Dispensa: 1/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06181118425890000 339037 0261000000 Estadual
06181118425900000 339037 0261000000 Estadual
06122012545340000 339037 0261000000 Estadual
Contratado: E.B.CARDOSO
Endereço: R WE-4, 386
CEP. 66623-284 - Belém/PATelefone: 9132384884
Ordenador: SÉRGIO DUBOC MOREIRA

Centro de Perícias Científicas

Renato Chaves

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225716
TERMO ADITIVO: 4

Data de Assinatura: 01/01/2011
Vigência: 01/01/2011 a 31/12/2011
Justificativa: O presente termo aditivo tem como finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Contrato: 25
Exercício: 2007
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
06122012545350000 339034 0101000000 Estadual
Contratado: SILVANA MARIA BATISTA DA COSTA
Endereço: Tv Apinagés, Bairro: Batista Campos, 645
CEP. 66033-170 - Belém/PA
Telefone: 9140096068
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225630
PORTARIA: 137/11

Objetivo: Remoção Cadavérica
Fundamento Legal: Lei nº5.810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Paragominas/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57230610/Ana Claudia Mendes Portal (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 26/02/2011 a 26/02/2011
57193905/Devid Coelho Araújo (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 26/02/2011 a 26/02/2011
57197407/Erick Nelson Costa Feio (Aux.Tec. Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 26/02/2011 a 26/02/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225645
PORTARIA: 145/11

Objetivo: Remoção Cadavérica
Fundamento Legal: Lei nº5.810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Aurora do Pará/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57230610/Ana Claudia Mendes Portal (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/02/2011 a 14/02/2011
57193905/David Coelho Araújo (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/02/2011 a 14/02/2011
57197407/Erick Nelson Costa Feio (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/02/2011 a 14/02/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225657
PORTARIA: 139/11

Objetivo: Remoção Cadavérica
Fundamento Legal: Lei nº5.810/94
Origem: BRAGANÇA/PA - BRASIL
Destino(s):
Capanema/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57223113/Raimundo Nonato Lima de Sousa (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 20/03/2011 a 20/03/2011
57195447/Valércio José da Cruz Rosa (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 20/03/2011 a 20/03/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225618
PORTARIA: 089/11

Objetivo: Remoção Cadavérica
Fundamento Legal: Lei nº5.810/94
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Mãe do Rio/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57227568/Djair Garcia Lopes (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 21/02/2011 a 21/02/2011
57197407/Erick Nelson Costa Feio (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 21/02/2011 a 21/02/2011
57223113/Raimundo Nonato Lima de Sousa (Aux.Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 21/02/2011 a 21/02/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225606
PORTARIA: 087/11

Objetivo: Remoção cadevérica
Fundamento Legal: Lei nº5.810/94

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Tracuateua/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57227568/Djair Garcia Lopes (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 20/02/2011 a 20/02/2011
57197407/Erick Nelson Costa Feio (Aux.Téc.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 20/02/2011 a 20/02/2011
57223113/Raimundo Nonato Lima de Sousa (Aux. Tec.Pericia) / 0.5 diárias (Completa) / de 20/02/2011 a 20/02/2011<br
Ordenador: Orlando Salgado Gouvêa

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225596
PORTARIA Nº 185/2011 - DIGEP/SEJUDH
BELÉM (PA), 20 DE ABRIL DE 2011.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o memorando nº. 045/2011 de 21.03.2011, RESOLVE:
DESIGNAR a servidora **UDIELEN AISLANE CORTEZ FOREST CRUZ**, matrícula nº 57202726/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para responder pela Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP, durante o período de férias da titular **REGINA CÉLIA BAYMA PINHEIRO**, matrícula nº.5789443/2, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, de 01/05/2011 a 30/05/2011.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ ACREANO BRASIL JÚNIOR
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225622
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 225396
PORTARIA: 185/2011

Objetivo: Inauguração do Centro de Referência Maria do Pará
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Santarém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
1963552/ANTÔNIA DA COSTA FERREIRA (ASSISTENTE SOCIAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: JOSÉ ACREANO BRASIL JUNIOR

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225640
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 225466
PORTARIA: 188/2011

Objetivo: Participar do V Congresso do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense- MMNEPA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Mãe do Rio/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555861181/ELISETY VEIGA MAIA (PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
57201790/EVERSON SALES DOS SANTOS DE ALMEIDA (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
572025161/ROSANA RIBEIRO MORAES (ASSISTENTE SOCIAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: JOSÉ ACREANO BRASIL JUNIOR

CONVÊNIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225670
CONVÊNIO: 3

Exercício: 2011
Objeto: Continuidade do Programa Estadual de Assistência e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência - PROVITA - PA, por intermédio da SDDH
Valor Total: 75.000,00
Assinatura: 01/04/2011
Vigência: 26/04/2011 a 30/04/2011

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

SANTA MARIA DO PARÁ E SÃO MIGUEL DO GUAM/PA - Brasil<br Servidor(es):

084/JOSE LUIZ LIMA DE ASSIS (METROLOGISTA) / 10.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 05/05/2011

084/JOSÉ LUIZ LIMA DE ASSIS (METROLOGISTA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225874

Órgao: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA

Modalidade de Admissão: Comissionado

ATO: PORTARIA Nº175/2011-GAB/IMEP

Data de Admissão: 01/05/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
CARLOS ROBERTO BARAÚNA LISBOA	ASSESSOR	

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225914

PORTARIA: 0150/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLOGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92

Origem: BELEM /PA - BRASIL

Destino(s):

SANTA MARIA DO PARA/SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA - Brasil<br Servidor(es):

105/CLAUDIO MAURICIO MATOS SOARES (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225926

PORTARIA: 0151/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 35

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matricula
JOSE LUIZ LIMA DE ASSIS	METROLOGISTA	0084

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
14125120747340000	02600000000	339030	500,00
14125120747340000	02600000000	339039	50,00

Observação: SUPRIMENTO DE FUNDOS DE VIAGEM EM FUNÇÃO DA Portaria Nº0149/2011

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225822

PORTARIA: 0146/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICAS EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

ABAEETUBA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

018/JORGE LUIZ ALVES DE ALBUQUERQUE (METROLOGISTA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

018/JORGE LUIZ ALVES DE ALBUQUERQUE (METROLOGISTA) / 17.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 12/05/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225816

ATO: PORTARIA 159/2011-GAB/IMEP

Término Vínculo: 01/05/2011

Tipo: Termino de Vínculo de Servidor

Motivo: Substituição de servidor

Orgão: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA

Servidor(es):

Comissionado / CARLOS ROBERTO BARAÚNA LISBOA (Gerente do Núcleo de Tecnologia da Informação)<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225828

Órgao: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA

Modalidade de Admissão: Comissionado

ATO: PORTARIA 160/2011-GAB/IMEP

Data de Admissão: 01/05/2011

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Observação
DIEGO BAPTISTA LEITÃO	Gerente do Núcleo de Tecnologia da Informação	

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225843

PORTARIA: 0147/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

ABAEETUBA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

009/DAGOBERTO JORGE DA COSTA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

009/DAGOBERTO JORGE DA COSTA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 17.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 12/05/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

Termino de Vínculo de Servidor

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225837

Ato: Portaria 173/2011-GAB/IMEP

Término Vínculo: 01/05/2011

Tipo: Termino de Vínculo de Servidor

Motivo: Substituição de servidor

Orgão: INSTITUTO DE METROLOGIA DO PARA

Servidor(es):

Comissionado / ARILSON DAS GRAÇAS ALVES COSTA (Assessor)<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225798

PORTARIA: 0144/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/2011.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BARCARENA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

136/MARCELO BRIGLIA DE CASTRO (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

136/MARCELO BRIGLIA DE CASTRO (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225812

PORTARIA: 0145/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 35

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matricula
HERLY MOREIRA DA COSTA	METROLOGISTA	014

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
14125120747340000	02600000000	339030	550,00
14125120747340000	02600000000	339039	50,00

Observação: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225782

PORTARIA: 0143/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

BARCARENA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

014/HERLY MOREIRA DA COSTA (METROLOGISTA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

014/HERLY MOREIRA DA COSTA (METROLOGISTA) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225775

PORTARIA: 0142/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 35

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matricula
JOÃO BENTES FARIAS	METROLOGISTA	025

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
14125120747340000	02600000000	339030	500,00
14125120747340000	02600000000	339039	50,00

Observação: SUPRIMENTO DE FUNDOS DE VIAGEM EM RAZÃO DA PORTARIA 0140/2011.

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225769

PORTARIA: 0141/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

CAPANEMA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

005/RAIMUNDO CORREA DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

005/RAIMUNDO CORREA DE OLIVEIRA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 9.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 04/05/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225757

PORTARIA: 0140/2011

Objetivo: SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA EM EQUIPAMENTOS.

Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 E O DECRETO ESTADUAL Nº 734/92.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

CAPANEMA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

025/JOÃO BENTES FARIAS (METROLOGISTA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011

025/JOÃO BENTES FARIAS (METROLOGISTA) / 9.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 04/05/2011<br

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225744

PORTARIA: 0139/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 35

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matricula
ALEXANDRE SOUSA DA COSTA	METROLOGISTA	032

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
14125120747340000	02600000000	339030	500,00
14125120747340000	02600000000	339039	50,00

Observação: SUPRIMENTO DE FUNDOS EM FUNÇÃO DA Portaria Nº 0137/2011.

Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225738

PORTARIA: 0138/2011

Objetivo: Serviços de Fiscalização Metrológica em Equipamentos.

Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92.

Origem: BELÉM /PA - BRASIL

Destino(s):
CASTANHAL/PA - Brasil<br
Servidor(es):
126/CHRISTIAN ROGERIO MARQUES TEIXEIRA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011
126/CHRISTIAN ROGERIO MARQUES TEIXEIRA (AUXILIAR DE METROLOGIA) / 10.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 05/05/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225695
PORTARIA: 0137/2011

Objetivo: Serviços de Fiscalização Metrológica em Equipamentos
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
Castanhal/PA - Brasil<br
Servidor(es):
032/ALEXANDRE SOUSA DA COSTA (METROLOGISTA) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011
032/ALEXANDRE SOUSA DA COSTA (METROLOGISTA) / 10.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 05/05/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225654
PORTARIA: 0135/2011

Objetivo: Serviços de Fiscalização Metrológica em Equipamentos.
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Castanhal/PA - Brasil<br
Servidor(es):
138/JOSÉ MARIA MORAES RIBEIRO (Auxiliar de Metrologia) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011
138/JOSÉ MARIA MORAES RIBEIRO (Auxiliar de Metrologia) / 11.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225665
PORTARIA: 0136/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 35
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
CANUTO CORREA MARQUES METROLOGISTA 008
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
14125120747340000 02600000000 339030 500,00
14125120747340000 02600000000 339039 50,00
Observação: Suprimento de Fundos de viagem em função da Portaria nº 0134/2011.
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225639
PORTARIA: 0134/2011

Objetivo: Serviços de Fiscalização Metrológica em Equipamentos.
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto nº 734/92
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Castanhal/PA - Brasil<br
Servidor(es):
008/CANUTO CORREA MARQUES (Metrologista) / 13.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 20/04/2011
008/CANUTO CORREA MARQUES (METROLOGISTA) / 11.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 06/05/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225601
PORTARIA: 0125

Objetivo: Visita Técnica na Regional do IMEP em Santarém.
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto nº 734/92
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
SANTARÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):
238/CID BARBOSA DE BARROS (Gerente de Fiscalização de Produtos) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/03/2011 a 29/03/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225577
PORTARIA: 0126/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
HELEM AMARAL DA SILVA SALES Secretaria de Gabinete 236
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
14122012545340000 02600000000 339030 1.000,00
14122012545340000 02600000000 339039 1.000,00
Observação: Suprimento de Fundos para atender as despesas eventuais no Gabinete da Presidência.
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225582
PORTARIA: 0124

Objetivo: Visita Técnica na Regional do IMEP em Santarém.
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
Santarém/PA - Brasil<br
Servidor(es):
230/LUIZIEL HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA (PRESIDENTE) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/03/2011 a 29/03/2011<br
Ordenador: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225578
PORTARIA: 706

Objetivo: VISITA A SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO, PARA CONHECER O CONTROLE E AVALIACAO DOS HOSPITAIS SOB GERENCIA DE ORGANIZACAO SOCIAL E SEUS RESULTADOS. FONTE: 0103.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
SÃO PAULO/SP - Brasil<br
Servidor(es):
00/ARTHUR DE PAULA LOBO (MEDICO) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225571
PORTARIA Nº 835 DE 25 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997; Considerando a autorização no processo de nº 2011/61246; R E S O L V E:
PRORROGAR, a contar de 01.03.2011 a 31.08.2011, o Contrato Administrativo de TEREZINHA DE JESUS DA CRUZ REIS, matricula nº 57215618/2, cargo de Consultor Jurídico, lotado no Gabinete do Secretário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, EM: 25.04.2011
HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225574
PORTARIA: 461

Objetivo: SOLICITAMOS DIÁRIAS PARA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA BORGES CORREA OLIVEIRA QUE SE DESLOCARA PARA O MUNICIPIO DE MARABA, QUE IRÁ SUPERVISIONAR O CURSO DE TSB NO DIA 05/04/2011, NO REFERIDO MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARABA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
2419202/IZABEL CRISTINA BORGES CORRÊA OLIVEIRA (PSICOLOGO) / 0.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 07/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225562
PORTARIA: 675

Objetivo: REALIZAR INSPEÇÃO SANITÁRIA NO HOSPITAL REGIONAL DE MARABÁ
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
MARABÁ/PA - Brasil<br
Servidor(es):
7223081/CLEBER MONTEIRO MARQUES (BIOLOGO) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011
555857651/DORILÉA DE SENA PANTOJA SALES (NUTRICIONISTA) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011
50928501/MARIA DAS GRACAS GUERREIRO PEREIRA (ODONTOLOGO) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011
6211010/OTAVIO SAMPAIO MELO JUNIOR (ENGENHEIRO) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011
57190508/SAMUEL SILVA IBRAHIM SENA (FARMACEUTICO) / 4.5 diárias (Completa) / de 11/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225568
PORTARIA: 825

Objetivo: A VIAJEM ATÉ O MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA, JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE ENTREGA DE EQUIPAMENTOS E NA OPORTUNIDADE REALIZAR O LEVANTAMENTO PATRIMONIAL NO HOSPITAL REGIONAL, PARA O REPASSE A GESTÃO MUNICIPAL.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
TAILÂNDIA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571939461/ADAIRSON DA SILVA TIAGO (AGENTE ADMINISTRATIVO) / 11.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

RESOLUÇÕES CIB
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225548
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESPA
COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO Nº 42, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a PORTARIA Nº 2.226 de 18/09/2009, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e estabelece diretrizes para a construção de Unidades Básicas de Saúde.
- Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde de Ourém, cumpriu com o objetivo proposto no Projeto de Construção da Unidade Saúde da Família, no Município de Ourém, localidade do Arraial de Caeté e está regular com o cronograma de obras, portanto apta ao recebimento da 2ª (segunda) parcela de repasse dos recursos definidos pela PORTARIA Nº 2.226 de 18/09/2009. Resolve:
Art. 1º - Ratificar a Ordem de Serviço que autorizou o início da Obra de Construção da Unidade Saúde da Família no Município de Ourém, localidade do Arraial de Caeté.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 31 de março de 2011.
Hélio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Fredson Pereira da Silva.
Presidente do COSEMS/PA.

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a PORTARIA Nº 2.198 de 17/09/2009 que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada.
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 18/11/2009, que aprovou os Projetos de Captação de Recursos junto ao FNS/ MS “ad referendum” parecer favorável da Diretoria Técnica.
- Considerando a manifestação favorável das áreas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (SESPA) à proposta de aquisição de equipamento e Material Permanente para Atenção Básica do Município de Tucuruí.
Resolve:
Art. 1º - Homologar o Termo de Compromisso de Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica do Município de Tucuruí, referente à proposta cadastrada np Fundo Nacional de Saúde - FNS sob o nº 05251.6320001/09-004, oriunda de emenda parlamentar.
Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 31 de março de 2011.
Hélio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Fredson Pereira da Silva.
Presidente do COSEMS/PA.

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a PORTARIA Nº 2.226 de 18/09/2009, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e estabelece diretrizes para a construção de Unidades Básicas de Saúde.
- Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal cumpriu com o objetivo proposto no Projeto de Construção da Unidade Básica de Saúde e está regular com o cronograma de obras, portanto apta ao recebimento da 2ª (segunda) parcela de repasse dos recursos definidos pela PORTARIA Nº 2.226 de 18/09/2009.
Resolve:
Art. 1º - Ratificar a Ordem de Serviço Nº 002/2011 – PMC, que autorizou o início da Obra de Construção da Unidade Básica de Saúde no Município de Castanhal, habilitando-o ao recebimento da 2ª (segunda) parcela do recurso.
Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 31 de março de 2011.
Hélio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Fredson Pereira da Silva.
Presidente do COSEMS/PA.

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a PORTARIA Nº 2.198 de 17/09/2009 que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada.
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 18/11/2009, que aprovou os Projetos de Captação de Recursos junto ao FNS/ MS “ad referendum” parecer favorável da Diretoria Técnica.
- Considerando a manifestação favorável da área técnica da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (SESPA) às propostas de aquisição de equipamento e Material Permanente para Atenção Básica do Município de Marabá.
Resolve:
Art. 1º - Homologar o Termo de Compromisso de Aquisição de Equipamentos para a Atenção Básica do Município de Marabá, referente às propostas cadastradas no Fundo Nacional de Saúde, abaixo relacionadas, oriundas de emenda parlamentar.

PROPOSTA: OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE EMENDA PARLAMENTAR: 1120007 PROPOSTA FNS: 05853163000110004 UNIDADES ASSISTIDAS: Hospital Municipal de Marabá. VALOR: R\$ 431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais)
PROPOSTA: OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE EMENDA PARLAMENTAR: 24150013. PROPOSTA FNS: 05853163000310001 UNIDADES ASSISTIDAS: Hospital Materno Infantil de Marabá VALOR: R\$ 317.500,00 (trezentos e dezessete mil e quinhentos reais).
PROPOSTA: OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE EMENDA PARLAMENTAR: 11420010. PROPOSTA FNS: 05853163000110009 UNIDADES ASSISTIDAS: 20 Unidades Básicas de Saúde. VALOR: R\$ 299.996,00 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais).
PROPOSTA: OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE EMENDA PARLAMENTAR: 06416/09 PROPOSTA FNS: 05853163000109005. UNIDADES ASSISTIDAS: 19 Unidades Básicas de Saúde. VALOR: R\$ 160.355,00 (cento e sessenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 31 de março de 2011.
Hélio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Fredson Pereira da Silva.
Presidente do COSEMS/PA.

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 31 DE MARÇO DE 2011.
A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a PORTARIA Nº 2.226 de 18/09/2009, que institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família e estabelece diretrizes para a construção de Unidades Básicas de Saúde.
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 18/11/2009, que aprovou os Projetos de Captação de Recursos junto ao FNS/ MS “ad referendum” parecer favorável da Diretoria Técnica.
- Considerando a manifestação favorável da área técnica da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (SESPA) ao Projeto de Construção da Unidade Básica de Saúde – Porte I, na localidade Santa Julia, do Município de Novo Progresso, com recomendações que sejam realizadas algumas adequações ao mesmo nos termos do parecer técnico.
Resolve:
Art. 1º - Homologar a proposta de Projeto de Construção da Unidade Básica de Saúde – Porte I, da Comunidade Santa Julia, do Município de Novo Progresso cadastrada no Fundo Nacional de Saúde - FNS.
Art. 2 º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 31 de março de 2011.
Hélio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.
Fredson Pereira da Silva.
Presidente do COSEMS/PA.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225549
PORTARIA: 452
Objetivo: PARTICIPAR DA OFICINA MACRO REGIONAL CENTRO OESTE ALTAMIRA
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): ALTAMIRA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571978671/GABRIELA DO NASCIMENTO DE MENEZES (ENFERMEIRA) / 3.5 diárias (Completa) / de 22/03/2011 a 25/03/2011

541907421/MÁRCIA ROBERTA DE OLIVEIRA RODRIGUES (AGENTE ADMINISTRATIVO) / 3.5 diárias (Completa) / de 22/03/2011 a 25/03/2011
00/ROSIANE PINHEIRO RODRIGUES (ENFERMEIRA) / 3.5 diárias (Completa) / de 22/03/2011 a 25/03/2011
5088941012/SOCORRO DE JESUS GOMES MOTA (ENFERMEIRA) / 3.5 diárias (Completa) / de 22/03/2011 a 25/03/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225590
PORTARIA: 707
Objetivo: VISITA A SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO, PARA CONHECER O CONTROLE E AVALIACAO DOS HOSPITAIS SOB GERENCIA DE ORGANIZACAO SOCIAL E SEUS RESULTADOS. FONTE: 0103.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): SÃO PAULO/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57682412/FERNANDO GOMES ESCUDEIRO (ADMINISTRADOR) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011
00/JOSE MANOEL DE SOUZA MARQUES (MEDICO) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225623
PORTARIA: 850
Objetivo: CONDUZIR COM RETORNO A CAPITAL OS SERVIDORES CLEIDE ELMA PEREIRA RIBEIRO, MARIA CONCEICAO DE SOUZA OLIVEIRA E MARCIO RONI CORREA LIMA, QUE ESTIVERAM DANDO CONTINUIDADE NA EXECUCAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DO PROCESSO DE TRABALHO E SERVICOS NO HOSPITAL REGIONAL DO REFERIDO MUNICIPIO. FONTE: 0103.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): TUCURUI/PA - Brasil<br
Servidor(es): 5025291/ISAIAS ALVES SANTANA (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 19/04/2011 a 20/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225616
PORTARIA: 755
Objetivo: REALIZAR VISITA TECNICA E AVALIAR AREA FISICA, INSTALACOES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DO LOCAL PARA ONDE SERA TRANSFERIDO O CTA. FONTE: 0149001435
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): PARAGOMINAS/PA - Brasil<br
Servidor(es): 54157132/AIDE TELES DE CARVALHO (ENFERMEIRA) / 1.5 diárias (Completa) / de 06/04/2011 a 07/04/2011
571954161/ANGELA CRISTINA FREIRE DA SILVA MARQUES (FARMACEUTICA) / 1.5 diárias (Completa) / de 06/04/2011 a 07/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU
AVISO DE ADIAMENTO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225609
O Pregoeiro/SESPA, comunica aos interessados no pregão eletrônico nº 029/2011, que a abertura do mesmo foi adiada para o dia 10/05/2011 as 10:00, devido a alterações no Edital.
Claudio dos Santos Silva
Pregoeiro/SESPA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225604
PORTARIA: 752
Objetivo: VISITORIA TECNICA NOS POSTOS DE SAUDE DA FAMILIA DA CIDADE NOVA E VILA ICATU E DISCUTIR PROPOSTA PARA CONSTRUCAO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ATENCAO ESPECIALIZADA NO MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. FONTE:0103.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
IGARAPE MIRI/PA - Brasil<br
Servidor(es):
6060935027/CLODOALDO SIQUEIRA MOREIRA (ENGENHEIRO) / 3.5 diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225612
PORTARIA: 712

Objetivo: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA AO HOSPITAL MUNICIPAL DE SOURE COM LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE REFORMA DO REFERIDO HOSPITAL.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
SOURE/PA - Brasil<br
Servidor(es):
57621/JOSE MARIA DE OLIVEIRA LOBO (ENGENHEIRO) / 2.5 diárias (Completa) / de 07/04/2011 a 09/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225651
PORTARIA: 736

Objetivo: PARTICIPAR DA OFICINA DA MACRO REGIÃO SUL, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA./PA - Brasil<br
Servidor(es):
00/CIRIA AURORA FERREIRA PIMENTEL (DIRETORA) / 1.5 diárias (Completa) / de 05/04/2011 a 06/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225646
PORTARIA: 732

Objetivo: VISITA E MONITORAMENTO DA IMPLATAÇÃO DA CADERNETA DO ADOLESCENTE EM SANTA LUZIA DO PARÁ.
FONTE: 0349002573
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
STA LUZIA DO PARÁ/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571980901/MARCIA MONTEIRO DA SILVA (ASSISTENTE SOCIAL) / 2.5 diárias (Completa) / de 13/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225655
PORTARIA Nº 750 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117123.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.05.2011, a servidora MARIA LÚCIA PINTO RODRIGUES, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 101931/1, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.
PORTARIA Nº 751 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ELIANA FREITAS MAIA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 57197589/1, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 752 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor WALDECIR DA SILVA AMARAL, cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM, matrícula nº 5829542/3, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 753 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora LUZIA RIBEIRO SANTANA, cargo ENFERMEIRO, matrícula nº 54196680/2, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 754 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor JOÃO PAULO DE CARVALHO RIBEIRO, cargo QUÍMICO INDUSTRIAL matrícula nº 57202530/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 755 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ESTER MARIA RODRIGUES RIBEIRO, cargo TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA matrícula nº 57191776/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 756 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora GERUSA DA SILVA FERREIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 57190881/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 763 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ANDREA HELENA MARTINS AMARAL, cargo AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS, matrícula nº 57205636/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 764 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor SALATIEL SILVA DOS SANTOS, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matrícula nº 57206353/1, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 765 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ANA KELLY GOMES DA SILVA, cargo FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, matrícula nº 55586171/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 766 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ROSEANE SILVA DE ASSIS, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matrícula nº 57206487/1, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 767 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor CLEBER PANTOJA DE FIGUEIREDO, cargo AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 57198237/1, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 768 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor LAILSON FLÁVIO DE ASSIS RODRIGUES, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57193892/1, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 769 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/81602.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor PAULO SÉRGIO BARBOSA PINTO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57194732/1, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base

PORTARIA Nº 771 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor RAIMUNDO FELIPE DOS SANTOS JUNIOR, cargo AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 86304/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 772 DE 13 DE ABRIL DE 2011
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.
R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora LEILA KETTLE, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº54191285/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 773 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120115.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor JOSÉ OLÍMPIO BARAHUNA DA SILVA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº54193807/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 774 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/121188.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor PAULO ROBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57197609/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 775 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/121188.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 02.05.2011, o servidor IVONILDO SEABRA LEDO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57194317/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 776 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/121188.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 02.05.2011, o servidor MARIVALDO CASTILHO DA SILVA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57190900/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 777 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/121188.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor BRUNO DOS SANTOS MARINHO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº55586199/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 778 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/103817.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ELIANE PINHEIRO CASSEB, cargo ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, matrícula nº54187818/2, lotada no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 779 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/103817.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 02.05.2011, o servidor EDILSON CORREA E SILVA, cargo ENFERMEIRO, matrícula nº 8010307/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 780 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/103817.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ELIZABETH MARIA LEAL, cargo ENFERMEIRO, matrícula nº 57191201/1, lotada no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 781 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/103817.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor ANTONIO JOAQUIM REIS CARVALHO, cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM, matrícula nº 57207646/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 782 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/95868.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor WLADIMIR MACEDO RODRIGUES, cargo MOTORISTA, matrícula nº 55586788/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 783 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/95868.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor LUIZ MARIA ALVES FELIPE FILHO, cargo MOTORISTA, matrícula nº 57206795/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 784 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/95868.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor MARCIO FABIANO DA SILVA GUEDES, cargo MOTORISTA, matrícula nº 57206805/1, lotado no 4º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 785 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/128326.

R E S O L V E:

DESIGNAR, a contar de 31.03.2011, a servidora RAQUILENE SILVA CORRÊA, matrícula nº 55587385/2, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO E MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL, padrão FG-4.

PORTARIA Nº 787 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120810.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora EDILEUSA DA SILVA PEREIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº57194872/1, lotada no 6ºCENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 788 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/122657.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MARIA LÚCIA GOMES FERREIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº1635/1, lotada no 4ºCENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 789 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/129170.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MARIA DOMINGAS DOS SANTOS SILVA, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matrícula nº57206429/1, lotada no DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 790 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/129170.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora BETÂNIA REJANE SARGES COSTA, cargo AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº54194542/1, lotada na DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 791 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/129170.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 02.04.2011, o servidor AFONSO SANTOS VILHENA, cargo AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº57193932/1, lotado na DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 792 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/129170.

R E S O L V E:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor JOÃO TOMÉ DE SOUSA, cargo AGENTE DE ELETRICIDADE, matrícula nº122955/1, lotado na DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 27.04.2011.

HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225635

PORTARIA Nº 677 DE 12 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117144.

R E S O L V E:

DESIGNAR, a contar de 01.04.2011, a servidora LENICE CAVALCANTE BORGES, matrícula nº 57190692/1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABERLADO SANTOS, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO DE CENTRO DE SAÚDE, padrão FG-4.

PORTARIA Nº 678 DE 12 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através decreto nº 2.235 de 16 de

Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117144.

R E S O L V E:
DESIGNAR, a contar de 01.04.2011, o servidor PAULO SERGIO BARBOSA PINTO, matricula nº 57194732/1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABERLADO SANTOS, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO DE CENTRO DE SAÚDE, padrão FG-4.

PORTARIA Nº 679 DE 12 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, Doe nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117144.

R E S O L V E:
DESIGNAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MANUELA GONÇALVES DE SALES, matricula nº 55586178/1, cargo de AGENTE DE PORTARIA, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DE CENTRO DE SAÚDE, padrão FG-4.

PORTARIA Nº 696 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/85588.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor LAURO ANTÔNIO COSTA PANTOJA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 5761301/2, lotado no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 701 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/85588.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor JEFFERSON BARBOSA OEIRAS, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 5761379/2, lotado no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 703 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120895.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ÂNGELA MARIA DOS SANTOS SOUSA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 721310/1, lotada no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 704 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120895.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MARIA DE FÁTIMA SILVA DO ESPIRITO SANTO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 5099544/1, lotada no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 705 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120895.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora DINORÁ BRASIL DE MORAES ARAÚJO, cargo ADMINISTRADOR, matricula nº 5149045/1, lotada no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 706 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120895.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MARIA JAQUELINE MARINHO ARAÚJO SARDINHA, cargo DATILÓGRAFO, matricula nº 5180767/1, lotada no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 718 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/58662.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor LAURO FONSECA BOULHOSA, cargo ENGENHEIRO, matricula nº 77780/1, lotado no 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 719 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/77546.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor CLAUDIO OBADIA DE CARVALHO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 54180438/3, lotado no 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 720 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/116084.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ANDREA NUNES DA COSTA, cargo FARMACÊUTICO, matrícula nº 54188886/1, lotada no DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 721 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/116084.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora LIA TRINDADE BORGES, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 54191384/1, lotada no DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 722 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/114268.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ANA MARIA ESTUMANO, cargo AGENTE DE PORTARIA, matricula nº 5099617/1, lotada no 13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 723 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/103459.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor VITOR ELOI REIS DO COUTO, cargo MOTORISTA, matrícula nº 57205645/1, lotado na DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 724 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/88446.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora SÔNIA MARIA CERQUEIRA DOS SANTOS, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 80845716/2, lotada na DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 725 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/114262.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MARIA CONSOLAÇÃO MENDES, cargo AGENTE DE PORTARIA, matricula nº 5105404/1, lotada no 13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 726 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/101172.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 04.04.2011, a servidora ROSIRENE DE MOURA GALVÃO, cargo AGENTE DE SAÚDE, matricula nº 2010704/1, lotada na UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA AIDS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 727 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/120082.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora JACICLENE DE SOUZA BRAGA, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matricula nº 57206568/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 728 DE 14 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/104742.

R E S O L V E:
I - CESSAR, a contar de 08.04.2011, os efeitos da Portaria Coletiva nº 05/14.01.2009, que autorizou o servidor LEONARDO LIMA RIBEIRO, cargo de BIÓLOGO, matrícula nº 57190735/1, lotado no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS, a Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

II - AUTORIZAR, a contar de 08.04.2011, a servidora ALINE DE PAULA CARNEIRO DA SILVA, cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, matricula nº 57190727/1, lotada no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENDEMIAS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 729 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117123.

R E S O L V E:
AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora MANUELA GONÇALVES DE SALES, cargo AGENTE DE PORTARIA, matricula nº 55586178/1, lotada no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 730 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/117123.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor MAURO DOS SANTOS SOUZA, cargo AGENTE DE PORTARIA, matricula nº 55585528/1, lotado no HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 731 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127679.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor PEDRO DA SILVA SANTOS, cargo MOTORISTA, matricula nº5143535/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 732 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127679.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor MARCO ANTONIO BENATHAR MALATO, cargo MOTORISTA, matricula nº57206438/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 733 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/46479.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor FABIO MARCELO DE LIMA, cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM, matricula nº 57224813/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 735 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/46479.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora CARLA OLIVEIRA ARAÚJO, cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM, matricula nº 57224768/1, lotada no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 736 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/46479.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor ANDERSON FÁBIO GUEDES PEREIRA, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matricula nº 57224575/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 737 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127657.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor JOSÉ MOREIRA DE MENEZES, cargo AGENTE DE PORTARIA, matricula nº 54194597/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 738 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127657.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor DOMINGOS REGINALDO LOBO AMARAL, cargo ADMINISTRADOR, matricula nº 5166837/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 739 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127657.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor MARCELO MARANHA, cargo AGENTE DE ARTES PRÁTICAS, matricula nº 57231592/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 740 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/127657.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora HILDEANI THALITA DE OLIVEIRA FARINA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 54194085/1, lotada no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 741 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/114274.

RESOLVE:

I - CESSAR, a contar de 28.02.2011, a Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base que autorizou o servidor GEFERSON BRUNO FEITEIRO DA MATA, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO matricula nº 57225167/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE.

II - AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor VELDSOON DE SOUZA PINTO, cargo de AGENTE de PORTARIA, matricula nº 57190714/1, lotado no 10º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 742 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora GERTRUDE DA SILVA CARDOSO, cargo TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, matricula nº 54184401/2, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 744 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora ILVANETE ALMEIDA DA SILVA, cargo FARMACÊUTICO, matricula nº 54194132/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 745 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora SUSAN BEATRIZ BATISTA DE OLIVEIRA, cargo FARMACÊUTICO, matricula nº 57191055/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 746 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor AMÉRICO JOSÉ SOUSA BARBOSA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 57193924/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 747 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 02.05.2011, a servidora CLÁUDIA CRISTINA GOMES PEREIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 57194985/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 748 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, o servidor RAFAEL FERREIRA DA CRUZ cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matricula nº 57197614/1, lotado no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PORTARIA Nº 749 DE 13 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, considerando o teor do processo nº2011/118026.

RESOLVE:

AUTORIZAR, a contar de 01.04.2011, a servidora KELLY CRISTINA SANTOS FERREIRA, cargo TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA matricula nº 54191867/1, lotada no LABORATÓRIO CENTRAL, a perceber Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 70% (Setenta por Cento) do vencimento base.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE, GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 27.04.2011.

HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225638

PORTARIA: 846

Objetivo: PARA CADASTRAR AREAS COM POPULACOES POTENCIALMENTE EXPOSTAS A CONTAMINACAO QUIMICA NO MUNICIPIO DE INHANGAPI. FONTE: 0349001435.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

INHANGAPI/PA - Brasil<br

Servidor(es):

1227421/FRANCY MARIA DA COSTA CORREA (MEDICO VETERINARIO) / 0.5 diárias (Completa) / de 19/04/2011 a 19/04/2011<br

Ordenador: ANTONIETA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225633

PORTARIA: 848

Objetivo: PARTICIPAR DO SEMINARIO " O PAPEL DA GESTAO ESTADUAL DO SUS NA REDE DE ATENCAO A SAUDE", DURANTE A 4º ASSEMBLEIA DO CONASS, NO DISTRITO FEDERAL. FONTE: 0103.

Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: BELEM/PA - BRASIL

Destino(s):

DISTRITO FEDERAL/DF - Brasil<br

Servidor(es):
56938883/HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR (SECRETARIO DE SAUDE) / 1.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225627
PORTARIA: 849

Objetivo: CONDUZIR O SERVIDOR JOSE MARIA MARTINS DE SOUZA PARA REALIZAR VISITA TECNICA A FIM DE AVALIAR AS CONDICÕES ESTRUTURAIS DO HOSPITAL REGIONAL DE SALINOPOLIS PARA PROPRO MELHOR FUNCIONAMENTO DO REFERIDO HOSPITAL. FONTE: 0103.
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
SALINOPOLIS/PA - Brasil<br
Servidor(es):
572050811/ANTONIO MARCOS DA SILVA SARAIVA (MOTORISTA) / 3.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 21/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225671
PORTARIA: 656

Objetivo: REALIZAR VISITA TÉCNICA E AVALIAÇÃO SITUACIONAL DA GESTÃO E GERENCIA DO HOSPITAL REGIONAL DA TRANSAMAZÔNICA
Fundamento Legal: DECRETO: Nº2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s):
ALTAMIRA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
00/ELIANETE DO SOCORRO MARQUES NASCIMENTO (ENFERMEIRO) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 08/04/2011
00/MARILIA DO SOCORRO BRITO SOUSA (CONTADOR) / 4.5 diárias (Completa) / de 04/04/2011 a 08/04/2011<br
Ordenador: ANTONIETA DE FATIMA DE OLIVEIRA POMPEU

ERRATA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225678
ERRATA

FICA RETIFICADO NA PORTARIA Nº 611/31.03.2011, QUE DESIGNOU A SERVIDORA JUCIREMA SOUZA GOMES WANDERLEY DA SILVA, O SEGUINTE;
ONDE SE LÊ: NO PERÍODO DE 01.01 A 28.02.2011.
LEIA-SE: NO PERÍODO DE 03.01 A 28.02.2011.
PUBLICADO NO DOE DE Nº 31.890/07.04.2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 18.04.2011.
HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

PORTARIA Nº 543
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225755
PORTARIA Nº 543, DE 21 DE MARÇO DE 2011*.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO a necessidade de cumprir o estabelecido na PORTARIA Nº 1.721/GM de 21 de setembro de 2005, que versa sobre o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito deste Estado;
RESOLVE:
I – Instaurar a Comissão de Acompanhamento dos Convênios firmados entre a SESPA e o Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria, sob a coordenação da DDASS/SESPA, designando os servidores e funcionários do Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria, respectivamente: IVANILDE SILVA DE SOUSA, VICTOR RENATO SILVA SOUZA, HERNAN AUGUSTO CALCUCHIMAC, GUILHERME MEDINA FERNADEZ, MÁRIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR e SONIA MARIA DO NASCIMENTO, para atuarem como membros permanentes, CÍRIA AURORA FERREIRA PIMENTEL e SÉRGIO AUGUSTO ARAÚJO ARAGÃO, como membros suplentes, e sob a presidência do primeiro, efetuarem acompanhamento às atividades relacionadas nos instrumentos legais avençados de conformidade às Cláusulas e condições, previamente, conveniadas;
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
Secretária de Estado de Saúde Pública
* Republicada por ter saído com incorreções no DOE nº 31897 de 18/04/2011.

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225783
PORTARIA N º 875 DE 25 DE ABRIL DE 2011

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado do DOE Nº 28.508/18.07.1997, e considerando teor do processo de nº 2011/96197.
R E S O L V E:
I - REVOGAR, a contar 01.03.2011, os efeitos da PORTARIA Nº 111/09.02.2010, que cedeu para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, o servidor JAQUES DA SILVA NEVES, cargo de MEDICO, matricula nº 54195976/1, lotado no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE.
II - CEDER, a contar 01.03.2011, à FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ, o servidor JAQUES DA SILVA NEVES, cargo de MEDICO, matricula nº 54195976/1, lotado no 3º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, com ônus para o órgão de destino.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 25.04.2011
HELIO FRANCO DE MACEDO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225881

Dispensa: 10/2011
Data: 12/04/2011
Valor: 21.725,70
Objeto: PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE DIABETES, PARA O CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, COM JUNTADA DOS PROCESSOS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES PORTADORES DE DIABETTES.
Fundamento Legal: LEI Nº 8.666/93, ART. 24, INCISO IV.
Data de Ratificação: 12/04/2011
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10303118626130000	339030	0103000000	Estadual

Contratado(s):
Nome: DROGUISTAS POTIGUARES REUNIDOS LTDA
Endereço: R dos Caicós, Bairro: Alecrim, 16.14
CEP. 59037-700 - Natal/RN
Telefone: 8440084500
Nome: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Endereço: Q SAAN, Bairro: Zona Industrial, S/N
CEP. 70632-300 - Brasília/DF
Telefone: 6138789900
Nome: HOSP LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: St SPMS II, Bairro: Zona Industrial, S/N
CEP. 71200-000 - Guará/DF
Telefone: 8120282000
Nome: HOSPIFAR IND. E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: R 3, Bairro: Setor Morais, S/N
CEP. 74620-385 - Goiânia/GO
Telefone: 6232693500
Ordenador: HÉLIO FRANCO DE MACÊDO JÚNIOR

Secretaria de Estado
de Saúde Pública - 3ª Regional

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225704
PORTARIA: 120

Objetivo: CONDUZIR A SERVIDORA QUE IRÁ DISCUTIR REPACTUAÇÃO DAS METAS PARA 2011 DO SISPACTO. NO NÍVEL CENTRAL/SESPA.
Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 ART. 145
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
BELÉM/PA - Brasil<br
Servidor(es):
32076091/RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: JOSÉ MOREIRA SALES

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225700
PORTARIA: 119

Objetivo: DISCUTIR REPACTUAÇÃO DAS METAS PARA 2011 DO SISPACTO. NO NÍVEL CENTRAL/SESPA.
Fundamento Legal: LEI Nº 5.810/94 ART. 145

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
BELÉM/PA - Brasil<br
Servidor(es):
52302172/ELEM CRISTINA DE MAGALHÃES ASSIS (FARMACEUTICA) / 0.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: JOSÉ MOREIRA SALES

Secretaria de Estado
de Saúde Pública - 5ª Regional

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225997
PORTARIA: 025

Objetivo: REALIZAR ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA/2011, NOS MUNICIPIOS DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIA, CAPITAO POÇO, IRTUUA E GARRAFAO DO NORTE, NO PERIODO DE 27 A 29/04/2011
Fundamento Legal: LEI 5.810/94
Origem: SAO MIGUEL DO GUAMA/PA - BRASIL
Destino(s):
CAPITAO POÇO/PA - Brasil
GARRAFAO DO NORTE/PA - Brasil
IRITUUA/PA - Brasil
NOVA ESPERANÇA DO PIRIA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
1061191/MARIA DE BELEM DOS SANTOS COELHO (ENFERMEIRA) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: MARILEIDE DO NASCIMENTO

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226005
PORTARIA: 026

Objetivo: REALIZAR ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA/2011, NOS MUNICIPIOS DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIA, CAPITAO POÇO, IRTUUA E GARRAFAO DO NORTE, NO PERIODO DE 27 A 29/04/2011
Fundamento Legal: LEI 5.810/94
Origem: SAO MIGUEL DO GUAMA/PA - BRASIL
Destino(s):
CAPITAO POÇO/PA - Brasil
GARRAFAO DO NORTE/PA - Brasil
IRITUUA/PA - Brasil
NOVA ESPERANÇA DO PIRIA/PA - Brasil<br
Servidor(es):
91243/MARIA DE FATIMA GONÇALVES DIAS (AGENTE DE SAUDE) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: MARILEIDE DO NASCIMENTO

Secretaria de Estado
de Saúde Pública - 8ª Regional

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225764
PORTARIA: 72/2011

Objetivo: REALIZAR INSPEÇÃO SANITARIA EM 08(OITO) INDUSTRIAS DE PALMITO EM CONSERVA NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE BREVES(SEIS INDUSTRIAS) E GURUPA(DUAS INDUSTRIAS).
Fundamento Legal: LEI ESTADUAL Nº 5810/94
Origem: BREVES/PA - BRASIL
Destino(s):
GURUPA/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
5112796015/HILDEMAR DA SILVA SANTOS (AGENTE DE VISA) / 5.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: ÂNGELA CLEA QUEIROZ IKETANI

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225779
PORTARIA: 72/2011
Objetivo: REALIZAR INSPEÇÃO SANITARIA EM 08(OITO) INDUSTRIAS DE PALMITO EM CONSERVA NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE BREVES(SEIS INDUSTRIAS) E GURUPA(DUAS INDUSTRIAS).
Fundamento Legal: LEI ESTADUAL Nº 5810/94
Origem: BREVES/PA - BRASIL
Destino(s): GURUPA/PA - BRASIL<br
Servidor(es): 001/JANE MARIA DOS PASSOS DIAS (AGENTE DE VISA) / 5.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: ÂNGELA CLEA QUEIROZ IKETANI

Secretaria de Estado de Saúde Pública - 12ª Regional

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225778
PORTARIA: 152/27.04.11
Objetivo: participar da Campanha de Vacinação contra Influenza
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Santana do Araguaia/PA - Brasil<br
Servidor(es): 505590/Nerivaldo Timoteo Oliveira (Agente de Saúde Pública) / 5.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225784
PORTARIA: 151/27.04.11
Objetivo: Transportar Profissionais da Coordenação Estadual na Capacitação do SAMU
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA - Brasil<br
Servidor(es): 505056/Raimundo Nonato Alves Marinho (Agente de Saúde Pública) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225795
PORTARIA: 149/27.04.11
Objetivo: Participar do Curso de Elaboração de Projetos e Capacitação de Recursos
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57198909/Whatina Leite de Souza (Enfermeira) / 13.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225790
PORTARIA: 150/27.04.11
Objetivo: Participar do Curso de Elaboração de Projetos e Capacitação de Recursos
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 504410/Pedro Luiz Gomes (Microscopista) / 13.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225809
PORTARIA: 147/26.04.11
Objetivo: Distribuir Vacina Influenza
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Floresta do Araguaia,Bannach,Pau D’arco/PA - Brasil<br
Servidor(es): 504691/Jeniel dos Santos Rocha (Guarda de Endemias) / 2.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225804
PORTARIA: 148/27.04.11
Objetivo: acompanhar profissional da coordenação estadual na capacitação do SAMU
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57198909/Whatina Leite de Souza (Enfermeira) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225832
PORTARIA: 144/26.04.11
Objetivo: Dar Apoio na Campanha de Vacinação da Influenza
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Banach/PA - Brasil<br
Servidor(es): 505060/Manoel da Paz Ribeiro dos Santos (Agente de Saúde Pública) / 9.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 11/05/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225826
PORTARIA: 145/26.04.11
Objetivo: Participar de Curso de Planejamento, orçamento e finanças Públicas
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Belém/PA - Brasil<br
Servidor(es): 5888328/Edvaldo Marques Ribeiro (Chefe da DAF) / 6.5 diárias (Completa) / de 08/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225819
PORTARIA: 146/26.04.11
Objetivo: Distribuir Vacina Influenza
Fundamento Legal: Decreto nº 2819 de 06 de setembro de 1994, que disciplina a concessão de Diárias em missão oficial do estado e obtenção de capacitação profissional.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Ourilândia do Norte/PA - Brasil
Sapucaia,Xinguara, Água Azul do Norte/PA - Brasil<br
Servidor(es): 3610493/José antônio França Nunes (Chefe da Divisão de Endemias) / 2.5 diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011<br
Ordenador: Regina Maria Lopes Branco

Secretaria de Estado de Saúde Pública - 13ª Regional

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225773
PORTARIA: 050/2011
Objetivo: CONDUZIR A EQUIPE TECNICA QUE IRA REALIZAR VISTORIA TECNICA PARA POSTERIR LIBERACAO DE FUNCIONAMENTO NO CAPS.

Fundamento Legal: RJU5810
Origem: CAMETA/PA - BRASIL
Destino(s): BAIÃO/PA - Brasil<br
Servidor(es): 5108411/JOSE MARIA PITEIRA DE CARVALHO (MOTORISTA) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: OLIVALDO JOSE ARAGÃO VALENTE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225754
PORTARIA: 051/2011
Objetivo: REALIZAR VISTORIA TECNICA PARA POSTERIR LIBERACAO DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO NO CAPS.
Fundamento Legal: RJU5810
Origem: CAMETA/PA - BRASIL
Destino(s): BAIÃO/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58509402/DENILTON DE CASTRO TAVARES (FARMACEUTICO) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
572234881/ISAIAS MENDES FARIAS (CHEFE DA DIVISAO TECNICA) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
571961882/LILIANE DE JESUS GONCALVES DIAS (ENFERMEIRA) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: OLIVALDO JOSE ARAGÃO VALENTE

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225690
PORTARIA: 027/2011
Objetivo: PARTICIPAR DO EVENTO “IV CONVERSANDO COM O CONTROLE INTERNO”
Fundamento Legal: RJU5810
Origem: CAMETA/PA - BRASIL
Destino(s): BELEM/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572063421/ROGERIO SERGIO MOIA DE MELO (MARINHEIRO DE CONVES) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/03/2011 a 30/03/2011<br
Ordenador: OLIVALDO JOSE ARAGÃO VALENTE

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225600
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 22 DE 26 DE ABRIL DE 2011.
O Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 2.651/2011-CCG de 21 de Março de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31878 de 22/03/2011.
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora MARCELES MEDEIROS SILVA matricula nº5888179-1, lotada no Escritório Regional/13ºCRS para responder pela Direção do 13ºCentro Regional de Saúde no dia 27/04/2011.
PUBLIQUE–SE, REGISTRE–SE E CUMPRA–SE.
Olivaldo José AragãoValente
Diretor do 13º Centro Regional de Saúde.

Hospital Regional de Cametá

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225554
PORTARIA: 032
Objetivo: PARTICIPAR DO TREINAMENTO DE GESTÃO DO PROGRAMA DO ESTADO DO PARA (GP.PARA) QUE ACONTECERÁ NA SALA DO GT.ORCAMENTO SESP/NIVEL CENTRAL.
Fundamento Legal: RJU 5810
Origem: CAMETÁ/PA - BRASIL
Destino(s): BELEM/PA - Brasil<br
Servidor(es): 51084461/LEONIRA VALENTE ANDRADE (DATILOGRAFO/ HRC) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011
55208602/MARIA DE FÁTIMA MIRANDA BATISTA (TEC. DE ENFERMAGEM/HRC) / 2.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: JOÃO BATISTA SILVA NUNES

Caderno 3

QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2011

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Laboratório Central

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225834
PORTARIA: 173
Objetivo: CAPACITAR OS TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO 3º CRS, NO DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL ENTRE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA E INFECÇÕES FÚNGICAS.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº 689 DE 20.05.1994. DOE Nº 27.723.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): CASTANHAL/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571910551/SUSAN BEATRIZ BATISTA DE OLIVEIRA (FARMACÊUTICO) / 4.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226001
PORTARIA: 176
Objetivo: LEVAR SERVIDORES DA DIVISÃO DE REDE DE LABORATÓRIOS, QUE IRÃO REALIZAR A IMPLANTAÇÃO DO GAL, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº 689 DE 20.05.1994. DOE Nº 27.723.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): CAPANEMA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 572056351/KLEBER MARCELO MIRANDA DO NASCIMENTO (MOTORISTA) / 1.0 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 25/04/2011<br
Ordenador: SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225882
PORTARIA: 175
Objetivo: CAPACITAR OS TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO 4º CRS (CAPANEMA), NO DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº 689 DE 20.05.1994. DOE Nº 27.723.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): CAPANEMA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 571912161/MARLI DOS SANTOS BAIA (TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA) / 4.5 diárias (Completa) / de 09/05/2011 a 13/05/2011<br
Ordenador: SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225867
PORTARIA: 174
Objetivo: CAPACITAR OS TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO 3º CRS, NO DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL ENTRE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA E INFECÇÕES FÚNGICAS
Fundamento Legal: PORTARIA Nº 689 DE 20.05.1994. DOE Nº 27.723.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): CASTANHAL/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541940661/ROSEANE DE NAZARÉ MOURA VIEIRA (TÉCNICO DE LABORATÓRIO) / 4.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

Hospital Ophir Loyola

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225817
Ato: PORTARIA N º 351/2011-GAB/DG/H
Término Vínculo: 05/03/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: A PEDIDO
Orgão: HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Servidor(es): Temporário / MARIA TELMA COIMBRA DA SILVA (AUXILIAE EM ENFERMAGEM)<br
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB
TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225827
Ato: PORTARIA N º 352/2011-GAB/DG/H
Término Vínculo: 05/04/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: A PEDIDO
Orgão: HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Servidor(es): Temporário / LAURA ANDRÉA FACUNDO VIANA (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)<br
Ordenador: MARIA GRAÇA BORGES JACOB

Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 225838
Contrato: 50
Exercício: 2011
Objeto: Aquisição de medicamento para uso humano
Valor Total: 892,00
Data Assinatura: 20/04/2011
Vigência: 20/04/2011 a 03/06/2011
Dispensa: 22/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 02690000000 Federal
Contratado: ALFAMED COMERCIAL LTDA
Endereço: Av Mq de Herval, 2106
CEP. 66087-320 - Belém/PATelefone: 9132772744
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

DISPENSA DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225846
Dispensa: 22/2011
Data: 20/04/2011
Valor: 892,00
Objeto: Aquisição de medicamento para uso humano
Fundamento Legal: Conforme o disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10302118526100000 339030 02690000000 Federal
Contratado(s):
Nome: ALFAMED COMERCIAL LTDA
Endereço: Av Mq de Herval, Bairro: Pedreira, 2106
CEP. 66087-320 - Belém/PA
Telefone: 9132772744
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato
TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225786

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 18/03/2011
Valor: 4.706,65
Vigência: 19/03/2011 a 18/09/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência contratual, bem como, acréscimo de quantidade no importe de 25% do total contratado, conforme o disposto nos artigos 57 e 65, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93.
Contrato: 36
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 01030000000 Estadual
10302118526100000 339030 02690000000 Federal
Contratado: NOVAFARMA IND FARM LTDA
Endereço: Av Brasil, Bairro: Cidade Jardim, 1255
CEP. 75080-240 - Anápolis/GO
Telefone: 6233113434
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225793
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 14/03/2011
Valor: 2.362,12
Vigência: 15/03/2011 a 14/09/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência contratual, bem como, acréscimo de quantidade no importe de 25% do total contratado, conforme o disposto nos artigos 57 e 65, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93
Contrato: 8
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 01030000000 Estadual
10302118526100000 339030 02690000000 Federal
Contratado: K M SAMPAIO & CIA LTDA
Endereço: Tv Quintino Bocaiúva, Bairro: Centro, 1854
CEP. 68743-010 - Castanhal/PA
Telefone: 9137111173
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225767
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 14/03/2011
Valor: 10.499,85
Vigência: 15/03/2011 a 14/09/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência contratual, bem como, acréscimo de quantidade no importe de 25% do total contratado, conforme o disposto nos artigos 57 e 65, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93
Contrato: 9
Exercício: 2010
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302118526100000 339030 01030000000 Estadual
10302118526100000 339030 02690000000 Federal
Contratado: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARM. LTDA
Endereço: R Olimpíadas, Bairro: Vila Olímpia, 200
CEP. 04551-000 - São Paulo/SP
Complemento: 7º andar
Telefone: 1121620801
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225771
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 14/03/2011
Vigência: 15/03/2011 a 14/09/2011
Justificativa: Art. 57 da Lei nº 8.666/93
Contrato: 19
Exercício: 2010
Contratado: União Química Farmacêutica Nacional LTDA
Endereço: Avenida do Café 277, Bairro: Vila Guarani(Zona Sul), 277
CEP. 04311-900 - São Paulo/SP
Complemento: 7º andar, Torre A
Telefone: 1155862000
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225776
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 14/03/2011
Valor: 7.232,50
Vigência: 15/03/2011 a 14/09/2011
Justificativa: Prorrogação de prazo de vigência contratual, bem como, acréscimo de quantidade no importe de 25% do total contratado, conforme o disposto nos artigos 57 e 65, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93
Contrato: 16
Exercício: 2010
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10302118526100000	339030	0103000000	Estadual
10302118526100000	339030	0269000000	Federal

Contratado: FARMACE IND QUIM FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA
Endereço: R Stos Dumont, Bairro: Centro, s/n
CEP. 63180-000 - Barbalha/CE
Telefone: 8835327000
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225736
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 30/03/2011
Valor: 53.800,00
Vigência: 01/04/2011 a 31/03/2012
Justificativa: Art. 57 e 65, I, b, ambos da Lei nº 8.666/93
Contrato: 62
Exercício: 2009
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10122012545760000	339039	0269000000	Federal
10122012545760000	339039	0103000000	Estadual

Contratado: Imprensa Oficial do Estado - IOEPA
Endereço: Tv Chaco, Bairro: Marco, 2271
CEP. 66087-542 - Belém/PA
Telefone: 9140097800
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225758
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 31/03/2011
Valor: 95.343,36
Vigência: 01/04/2011 a 31/03/2012
Justificativa: Art. 57 e 65, I, b da Lei nº 8.666/93
Contrato: 1
Exercício: 2010
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10302118526100000	339039	0103000000	Estadual

Contratado: Comércio e Representações Marajó LTDA
Endereço: Tv Mauriti, Bairro: Pedreira, 1076
CEP. 66087-680 - Belém/PA
Telefone: 9132441798
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225749
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 31/03/2011
Valor: 36.360,00
Vigência: 01/04/2011 a 31/03/2012

Justificativa: Art. 57 e 65, I, b, da Lei nº 8.666/93
Contrato: 7
Exercício: 2010
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10302118526100000	339039	0103000000	Estadual

Contratado: TECMED - Antônio C. M. Araújo - EPP
Endereço: Av Gentil Bittencourt, Bairro: São Brás, 1916
CEP. 66063-018 - Belém/PA
Telefone: 9132640077
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225705
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 06/04/2011
Vigência: 07/04/2011 a 06/07/2011
Justificativa: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93
Contrato: 43
Exercício: 2010
Contratado: Diagnocel Comércio e Representações LTDA
Endereço: R Edgar Damasceno, Bairro: Meireles, 65
CEP. 60120-010 - Fortaleza/CE
Telefone: 8534623600
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225567
PORTARIA: 293/2011-GAP
Objetivo: Participar do II Simpósio Acredita Minas, que será realizado no período de 06 a 07/05/2011, na cidade de Belo Horizonte/MG.
Fundamento Legal: Art. 145, parágrafo 1º da Lei 5.810/94.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Belo Horizonte/MG - Brasil<br
Servidor(es): 541837252/Lia Crystina Bastos Araújo (Enfermeira) / 3.5 diárias (Completa) / de 05/05/2011 a 08/05/2011
58286002/Solange Carneiro Antonelli (Comissionado) / 3.5 diárias (Completa) / de 05/05/2011 a 08/05/2011<br
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225697
Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 06/04/2011
Vigência: 07/04/2011 a 06/07/2011
Justificativa: Art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93
Contrato: 42
Exercício: 2010
Contratado: Diagnocel Comércio e Representações LTDA
Endereço: R Edgar Damasceno, Bairro: Meireles, 65
CEP. 60120-010 - Fortaleza/CE
Telefone: 8534623600
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225634
Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 01/04/2011
Valor: 6.000,00
Vigência: 07/04/2011 a 06/04/2012
Justificativa: Art. 57 e 65, I, b, ambos da Lei. nº 8.666/93
Contrato: 7
Exercício: 2009
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10121125349530000	339039	0103000000	Estadual

Contratado: Methodus Serviços de Informática LTDA
Endereço: Av Francisco Sá, Bairro: Barra do Ceará, 6061A
CEP. 60330-875 - Fortaleza/CE
Telefone: 5134411255
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225960
PORTARIA Nº. 266/2011–GP/FSCMPA
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 03/01/2011, publicado no DOE 31.824,

RESOLVE:
DESIGNAR a servidora MARIA DE LARA REIS E SILVA, Matrícula Nº 5377609/2, para responder pela Coordenadoria de Residência Médica desta Fundação, em substituição ao titular do cargo – Nathércia de Freitas Meirelles – que estará afastada em razão de Gozo de Férias Regulares no período de 02/05/2011 a 31/05/2011.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 19 de março de 2011.
MARIA DO CARMO DE LIMA MENDES LOBATO
Presidente FSCMPA

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225937
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 18/10/2010
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: CONFORME CLAUSULA IX, ITEM 9.1, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.
Orgão: FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA
Servidor(es):
Temporário / GISLANIA PONTES DE ARAUJO (MÉDICA)<br
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225950
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 28/03/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: CONFORME CLAUSULA IX, ITEM 9.1, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.
Orgão: FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA
Servidor(es):
Temporário / JOSE AMARALINO COELHO CAVALCANTE JUNIOR (AGENTE DE ARTES PRATICAS)<br
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225956
Ato: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 11/04/2011
Tipo: Termino de Vínculo de Servidor
Motivo: CONFORME CLAUSULA IX, ITEM 9.1, DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.
Orgão: FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA
Servidor(es):
Temporário / LUIZ DE FRANÇA DE LIMA COSTA (AGENTE DE ARTES PRATICAS)<br
Ordenador: Maria do Carmo de Lima Mendes Lobato

Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225641
PORTARIA: 114
Objetivo: Participar do Highlights of ASH
Fundamento Legal: Decreto Estadual 734/92, alterado pelo decreto 3805/99. Verba federal proveniente do convenio 3662/2004, firmado entre a Fundação Hemopa e o Ministério da Saúde.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Punta del Leste/UR - Uruguai<br
Servidor(es): 20189771/Ieda Solange de Sousa Pinto (Médica) / 3.0 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225649
PORTARIA: 101
Objetivo: Participar da primeira reunião de hemorrede 2011 em Recife
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n. 001 de 11/01/2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Recife/PE - Brasil<br

Servidor(es):
20189501/Luciana Maria Cunha Maradei Pereira (Presidente) /
2.5 diárias (Completa) / de 10/04/2011 a 12/04/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225703
PORTARIA: 109

Objetivo: Realizar Visita técnica e treinamento no Hospital Ulianópolis
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n.001 de 11/01/2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Ulianópolis/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555883901/Edgar Flavio de Queiroz Lemos (Motorista) / 1.5 diárias (Completa) / de 14/04/2011 a 15/04/2011
58836441/Regina Amelia Braga Cardoso (Aux. Enfermagem) / 1.5 diárias (Completa) / de 14/04/2011 a 15/04/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225693
PORTARIA: 108

Objetivo: Participar do treinamento de implantação da Informatização do sitema do REDOME
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n. 001 de 11/01/2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Castanhal/PA - Brasil<br
Servidor(es):
571961931/Ioná Lima da Cunha (Ag. Administrativo) / 0.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 27/04/2011
56316372/Juciara Farias de Farias (Assistente Social) / 0.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225742
PORTARIA: 110

Objetivo: Realizar Visita Técnica e Treinamento no Hospital e Maternidade de Santa Isabel do Pará
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n.001 de 11/01/2008
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Santa Isabel do Pará/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555883901/Edgar Flavio de Queiroz Lemos (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 31/03/2011 a 31/03/2011
70935211268/Regina Amelia Braga Cardoso (Aux. de Enfermagem) / 0.5 diárias (Completa) / de 31/03/2011 a 31/03/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225766
PORTARIA: 111

Objetivo: Participar da campanha de doação de sangue (Projeto Atividade de captação de doadores) em Ananindeua
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n.001 de 11/01/2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Ananindeua/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541883801/Anna Nery da Silva (Aux. Administrativo) / 0.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 29/04/2011
571961931/Ioná Lima da Cunha (Ag. Administrativo) / 0.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 25/04/2011
541956201/Lilian Lucia Freire Bouth (Tec. Hemoterapia) / 0.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 25/04/2011
51457162/Maria Aparecida Rocha Salgado (Assistente Social) / 0.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 26/04/2011
53044312/Rosicleide Tedózio de Lima (Assistente Social) / 0.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 29/04/2011
572184611/Sandra Nazare Macedo da Cruz (Tec. Hemoterapia) / 0.5 diárias (Completa) / de 26/04/2011 a 26/04/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225813
PORTARIA: 112

Objetivo: Participar da campanha de doação de sangue no Shopping Castanheira em Ananindeua
Fundamento Legal: Orientação normativa AGE
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Ananindeua/PA - Brasil<br
Servidor(es):
555883921/Aderaldo Moura de Moraes (Agente de Portaria) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
541882421/Gilson Rodrigues Carvalho (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
55946261/Joaquim Araujo Henriques (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
54608832/Marcelo Freitas de Oliveira (Servente) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
54263241/Marcelo Santos de Lima (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
541876081/Mivaldo Monteiro de Melo (Eletricista) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011
571746631/Shirliane Silva de Moraes (Tec. Hemoterapia) / 0.5 diárias (Completa) / de 18/02/2011 a 18/02/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225847
PORTARIA: 115

Objetivo: Visita tecnica e divulgação da campanha externa de cadastro de candidatos à doação de medula óssea em Curuçá-Pará
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n.001 de 11/01/2008
Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL
Destino(s):
Curuçá/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541907122/Adinaura Ramos de Castro (Assitente Social) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 01/05/2011
555883901/Edgar Flavio de Queiroz Lemos (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 01/05/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225835
PORTARIA: 113

Objetivo: Visita técnica no Hemonúcleo de Capanema para cumprir as metas previstas no PPA em Curso
Fundamento Legal: Orientação Normativa AGE n.001 de 11/01/2008
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Capanema/PA - Brasil<br
Servidor(es):
541959563/Joseane dos Santos Ferreira (Economista) / 0.5 diárias (Completa) / de 31/05/2011 a 31/05/2011
541843195/Lucianna Saraiva Monteiro de Brito (Administrador) / 0.5 diárias (Completa) / de 31/05/2011 a 31/05/2011<br
Ordenador: LUCIANA MARIA CUNHA MARADEI PEREIRA



Fundação Carlos Gomes

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225957
PORTARIA: 075/2011

Objetivo: Participará do aniversário da Banda Antonio Malato.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de

07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
PONTA DE PEDRAS/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
5723841/PAULO JOSE CAMPOS DE MELO (SUPERINTENDENTE) / 1.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 03/05/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225963
PORTARIA: 076/2011

Objetivo: Conduzirá o Superintendente ao referido município.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de 07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
SALVATERRA/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
/JARDEL LIMA DE SOUSA (COLABORADOR) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225948
PORTARIA: 074/2011

Objetivo: Participará do 3º Encontro de bandas do município de Salvaterra.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de 07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
SALVATERRA/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
5723841/PAULO JOSE CAMPOS DE MELO (SUPERINTENDENTE) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225969
PORTARIA: 077/2011

Objetivo: Acompanhará o Superintendente ao referido município.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de 07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
SALVATERRA/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
/WANDERSON DIAS SOARES (COLABORADOR) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225972
PORTARIA: 078/2011

Objetivo: Participará do 3º Encontro de Bandas do município de Salvaterra.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de 07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
SALVATERRA/PA - BRASIL<br
Servidor(es):
2016036/JORGE SANTOS SOUSA (DIRETOR DE INTERIORIZAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225979
PORTARIA: 079/2011

Objetivo: Participará do aniversário da Banda Antonio Malato.
Fundamento Legal: PORTARIA Nº0419/GS, de 11 de Junho de 2007, considerando o disposto no art. 11 do Decreto nº734 de 07 de abril de 1992.
Origem: BELÉM /PA - BRASIL
Destino(s):
PONTA DE PEDRAS/PA - BRASIL<br
Servidor(es):

2016036/JORGE SANTOS SOUSA (DIRETOR DE INTERIORIZAÇÃO) / 1.5 diárias (Completa) / de 02/05/2011 a 03/05/2011<br
Ordenador: PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO-Superintendente

Instituto de Artes do Pará

RESUMO DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225787
RESUMO DE PORTARIA
PORTARIA DE Nº 070/2011-IAP,
DE 27/04/2011 – TEMPO INTEGRAL

Nome: CECILIA CLEYDE BENAYON BEZERRA
Id. Funcional: 3254585/1
Cargo: Assistente Administrativo
Conceder a servidora Gratificação de Tempo Integral
No percentual de 70%(setenta por cento), a contar de 01/05/2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 16/2011-GAB/PAD
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225850
PORTARIA Nº. 16/2011-GAB/PAD.
BELÉM, 26 DE ABRIL DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo exercício do Poder Disciplinar nos termos da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, CONSIDERANDO os termos do processo nº 401609/2011 e anexo 399759; CONSIDERANDO o Parecer exarado pelo Consultor do Núcleo Jurídico da SEDUC recomendando a apuração de responsabilidade dos membros da Comissão Técnica Avaliadora do Programa de Formação Continuada – Bolsa Mestrado/Doutora, constituída pela PORTARIA Nº 053/10-GS ; CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

R E S O L V E:

I – DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em desfavor dos membros da Comissão Técnica Avaliadora do Programa de Formação Continuada – Bolsa Mestrado/Doutora, constituída pela PORTARIA Nº 053/10-GS, pelo cometimento, em tese, de infração disciplinar constantes do art. 177, IV, VI, e art. 190, XIX, todos da Lei Estadual nº 5.810/94;

II – CONSTITUIR a Comissão formada pelas servidoras MARIA ELIZABETH DAMASCENO PINTO, Mat. nº. 5743036-2, JOANILCE CARNEIRO PEREIRA, Mat. nº. 454745-1 e SUELI BRASIL BRAGA DOS SANTOS Mat. nº. 240842-1, para sob a Presidência da primeira, e em Comissão, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente à Autoridades e Órgãos da Administração Pública ou proceder à diligências indispensáveis à instrução processual;

IV - DETERMINAR à Gerência de Registro e Cadastro/CRH/ SEDUC, que adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Educação

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225870
PORTARIA: 5908/2011

Objetivo: Viagem ao município de Monte Alegre, visando dar continuidade a instrução processual.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 734 DE 07/04/1992 GABINETE DO GOVERNADOR

Origem: BELEM /PA - BRASIL
Destino(s): MONTE ALEGRE/PA - Brasil<br
Servidor(es): 5743036/MARIA ELISABETH DAMASCENO PINTO (PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE) / 6.5 diárias (Completa) / de 08/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Nilson Pinto de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225876
PORTARIA: 5911/2011

Objetivo: Conduzir técnicos da drti sra elaine cristina de souza, que realizara visita técnica em 16 comunidades afim de subsidiar laudo de avaliação que viabilize contrato de locação de imóvel, (conf. memorando n. 325/2011) no período de 16 a 25/05/2011.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 734 DE 07/04/1992 GABINETE DO GOVERNADOR
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): ABAETETUBA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 183300/ESMERINO JOSE DE MATOS BARREIRA (MOTORISTA NIV. 8 / ATIV APOIO OPERAC) / 9.5 diárias (Completa) / de 16/05/2011 a 25/05/2011<br
Ordenador: JOSÉ SANTOS CROELHAS

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225884
PORTARIA: 5912/2011

Objetivo: CONDUZIR TÉCNICOS DESTA SECRETARIA ate as escolas que fazem partes da 4 URE:EE Helio Frota,EE Raulino de Oliveira.Melquiades Justiano da Silva, para realizar fiscalização de obras da DTRI.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 734 DE 07/04/1992 GABINETE DO GOVERNADOR
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): MARABA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 5120330/JOSE CASTRO MASCARENHAS (SERVENTE / ATIV APOIO OPERAC) / 4.5 diárias (Completa) / de 19/04/2011 a 23/04/2011<br
Ordenador: JOSÉ SANTOS CROELHAS

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225915
PORTARIA: 5907/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matricula
ELISANGELA DO SOCORRO SANTOS DA COSTA TECNICO EM GESTAO PUBLICA / ATIV NIVEL SUPERIOR57211678
Recurso(s): Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
16122012545340000 0102000000 339033 25,00
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225890
PORTARIA: 5909/2011

Objetivo: Viagem ao município de Monte Alegre, visando dar continuidade a instrução processual.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 734 DE 07/04/1922 GABINETE DO GOVERANDOR
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): MONTE ALEGRE /PA - Brasil<br
Servidor(es): 404071/RAIMUNDO NONATO LAUNE DOS SANTOS (PROF. COLABORADOR NIVEL MEDIO / DOCENTE) / 6.5 diárias (Completa) / de 08/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Nilson Pinto de Oliveira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225901
PORTARIA: 5910/2011

Objetivo: Viagem ao município de Monte Alegre, visando dar continuidade a instrução processual.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 734 DE 07/04/1992 GABINETE DO GOVERNADOR
Origem: BELEM /PA - BRASIL
Destino(s):

MONTE ALEGRE/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57212446/OLAVO CRAVEIRO RODRIGUES (ASSIST. ADMINIST. / ATIV AUX INTERMED) / 6.5 diárias (Completa) / de 08/05/2011 a 14/05/2011<br
Ordenador: Nilson Pinto de Oliveira
PORTARIA 17/2011-GAB/PAD
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225905
PORTARIA Nº. 17/2011-GAB/PAD.
BELÉM (PA), 25 DE ABRIL DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo exercício do Poder Disciplinar nos termos da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, CONSIDERANDO a instauração do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da PORTARIA Nº. 03/2011-GAB/PAD de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOE nº. 31.864 do dia 28 de fevereiro de 2011, considerando os fatos denunciados nos autos dos processos nº 172829/2008, 161719/2008, 173384/2008, 185215/2008, 290335/2009, 328341/2010, 278006/2009, 354830/2010, 365110/2010, 319575/2010, 367340/2010, 214549/2009 e 215670/2009; CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 08/CPAD-03/2011-GAB/PAD, de 20 de abril de 2011, de lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes; CONSIDERANDO ainda, que, embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis a busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – PRORROGAR, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instituído através da PORTARIA Nº 03/2011-GAB/PAD, de 11.02.2011, publicada no DOE edição nº 31864, de 28.02.2011de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60(sessenta) dias, a contar da data subsequente do termo final do prazo originalmente concedido.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Educação - CCC

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225893
ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 224323

Termo Aditivo: 1
Data de Assinatura: 01/04/2011
Valor: 8.358,87
Vigência: 01/04/2011 a 31/03/2012
Justificativa: visando alterar o valor mensal , dotação orçamentária e item 6.6 na cláusula sexta do contrato original, bem como prorrogar sua vigência.
Contrato: 28
Exercício: 2009
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12361125549630000 339036 0102000000 Estadual
Contratado: Aldomar Aarão Monteiro
Endereço: Av Vinte E N de Dezembro, Bairro: Centro, s/n
CEP. 68650-000 - Capitão Poço/PA
Telefone: 9134682153
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225857

Errata da Publicação: 216009
Contrato: 11
Exercício: 2011
Objeto: Reforma da cobertura, banheiros e instalação elétrica na EEEFM. Onésima Pereira de Barros, município de Santarém/PA
Valor Total: 145.728,56
Data Assinatura: 28/03/2011
Vigência: 28/03/2011 a 30/06/2011

Convite: 3/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12122128219560000 339039 0102000000 Estadual
Contratado: Plano “A” Engenharia e Comércio Ltda.
Endereço: R Roberto Regateiro, 06057
CEP. 66640-405 - Belém/PAComplemento: Rod. A. Montenegro
Email: planoaengenharia@bol.com.br
Telefone: 9132793753
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

**CONTRATO
NÚMERO DE PÚBLICAÇÃO: 225965**

Contrato: 2
Exercício: 2011
Objeto: locação de um imóvel , localizado na Vila Quatro Bocas, no município de Maracanã, para abrigar professores do SOME.
Valor Total: 415,00
Data Assinatura: 20/04/2011
Vigência: 20/04/2011 a 19/04/2012
Dispensa: 77/2010
Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
12362125549640000 339036 0102000000 Estadual
Contratado: Jandir Monteiro Borges
Endereço: R Ernesto Gomes, 128
CEP. 68710-000 - Maracanã/PATelefone: 9134481139
Ordenador: WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA

**RESUMO DE PORTARIAS DIVERSAS-GRC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225958
DESIGNAR**

PORTARIA Nº.: 4908/11 DE 18/04/2011
Nome: MARIA DO AMPARO COSTA SILVA
Matrícula: 278335-1 Cargo; Prof. AD-1
Designar para exercer, até ulterior deliberação, a função de Diretor (GED-4) da EEEFM Dr. Tancredo de Almeida Neves/Sede, no Município de Curionópolis, a partir de 18/04/11.

PORTARIA Nº.: 4855/11 DE 20/04/2011
Nome: MARIA DO SOCORRO SANTANA MACHADO DE LEÃO
Matrícula: 745154-1 Cargo: Escr. Datilografo
Designar, a contar de 20/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Locação para fins não Residenciais nº 005/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Senhora Wilma Gouvêa Ferreira, cujo objeto é a locação de um Imóvel, situado na Rodovia Mangabeira, Km 9-M, Vila Margarida, no Município de Ponta de Pedras, para funcionamento da EEEF. Dr. Souza Castro.

PORTARIA Nº.: 4784/11 DE 20/04/2011
Nome: SANTANA MARIA DOS SANTOS BARRETO
Matrícula: 6400574-1 Cargo: Aux. De Serviços Gerais
Designar, a contar de 27/01/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Amazônia Norte Comercial e Serviços LTDA-ME, cujo objeto é a Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Refrigeração; SPLIT e ACJ da Sede e Polos da SEDUC.

PORTARIA Nº.: 5115/11 DE 20/04/2011
Nome: TERESA SILVA MACIEL
Matrícula: 57194362-2 Cargo: Assist. Administrativo
Designar, a contar de 01/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Locação para fins não residenciais nº 010/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa FLAMME LTDA-ME,cujo objeto é a Locação de um Imóvel, situado no Conjunto Júlia Seffer, Rua 14 nº 26, Bairro Águas Lindas, Ananindeua, para funcionamento da EEEFM. Nair Zahluth.

PORTARIA Nº.: 4846/11 DE 18/04/2011
Nome: ERLINDA DA SILVA LIMA
Matrícula: 756555-1 Cargo: Prof. AD-2
Designar, a contar de 11/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Locação para fins não Residenciais nº 002/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e o Senhor Jandir Monteiro Borges, cujo objeto é a locação de um Imóvel, situado na Vila Quatro Bocas, no Município de Maracanã, para abrigar Professores do Sistema de Organização Modular de Ensino/SOME.

PORTARIA Nº.: 4980/11 DE 19/04/2011
Nome: ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Matrícula: 57211521-1 Cargo: Técnico em Gestão de Infra-Estrutura

Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 002/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa SERVE OBRAS ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a execução de obras na EEEFM. Almirante Tamandaré, no Município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4988/11 DE 19/04/2011
Nome: KATIA ALRELHIA DO ROSARIO
Matrícula: 54188132-2 Cargo: Técnico de Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 009/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC e a Empresa PLANEGE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, cujo objeto é a execução de obras na EEEF. Prof. José Edmundo Queiroz, no Município de Marituba.

PORTARIA Nº.: 4982 /11 DE 19/04/2011
Nome: ADEMAR PESSOA VALENTE
Matrícula: 446459-1 Cargo: Professor
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 008/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa SS ENGENHARIA LTDA, cujo objeto é a execução de Obras na EEEF. Vereador Manoel Matos da Costa, no Município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4933/11 DE 19/04/2011
Nome: LUCIVAL FURTADO DA SILVA
Matrícula: 54190596-3 Cargo: Técnico de Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 010/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa ALCYR MEIRA CIA LTDA Arquitetura e Urbanismo, cujo objeto é a execução de obras na EEEF. Rui Barbosa, no Município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4932/11 DE 19/04/2011
Nome: LUCIVAL FURTADO DA SILVA
Matrícula: 54190596-3 Cargo: Técnico em Gestão de Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de obras nº 020/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empres POLITEC ENGENHARIA S/S LTDA, cujo objeto é a execução de obras na EEEFM. José Veríssimo, no Município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4831/11 DE 20/04/2011
Nome: TERESA SILVA MACIEL
Matrícula:57194362/2 Cargo:Assist.Administrativo
Designar, a contar de 01/05/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Locação para fins não Residenciais nº 008/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e o Senhor CARLOS VANEIDE MOREIRA DO SACRAMENTO, cujo objeto é a Locação de um Imóvel na Rua Santos dos Santos, nº 24, Bairro: Tapanã, Belém/PA, para Funcionamento da EEEF. Benedito Monteiro.

PORTARIA Nº.: 5118/11 DE 20/04/2011
Nome: RAFAEL BENATHAR DA FONSECA
Matrícula:5361800/1 Cargo:Agente de Eletricidade
Designar, a contar de 08/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Aquisição nº 023/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa M.E Canuto de Souza ME, cujo objeto é a Aquisição de Material Hidro - Sanitário, Elétrico e Ferramentas para Manutenção das Escolas da Região Metropolitana de Belém.

PORTARIA Nº.: 5121/11 DE 20/04/2011
Nome: FLAVIO JOSE PIMENTEL PENNA
Matrícula:3252248/2 Cargo:Assist.Administrativo
Designar, a contar 08/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Aquisição nº 014/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Jean Miler SCATENA – EPP, Cujo objeto é a Aquisição de Cadeiras para Atender as Necessidades da SEDUC.

PORTARIA Nº.: 5125/11 DE 20/04/2011
Nome: FLAVIO JOSE PIMENTEL PENNA
Matrícula:3252248/2 Cargo:Assist.Administrativo
Designar, a contar de 08/04/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Aquisição nº 013/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa ER Soluções Informática LTDA, cujo Objeto é a Aquisição de Microcomputador Pessoal Notebook, para atender as Necessidades da SEDUC.

PORTARIA Nº.: 5130/11 DE 20/04/2011
Nome: ROSEMARY DOS REIS
Matrícula:5163498/1 Cargo:Agente Administrativo
Designar, a contar 01/01/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Prestação de Serviços nº 064/2010,Celebrado entre

a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e o Banco do Brasil S.A,cujo objeto é a Prestação de Serviços de Pagamento a Favorecidos Indicados pela SEDUC.

PORTARIA Nº.: 4981/11 DE 19/04/2011
Nome: ADEMAR PESSOA VALENTE
Matrícula:446459/1 Cargo:Prof.Colaborador
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 016/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Politec Engenharia S/S LTDA, cujo objeto é a Execução de Obras na EE Coronel Sarmento, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4983/11 DE 19/04/2011
Nome: ADEMAR PESSOA VALENTE
Matrícula:446459/1 Cargo:Prof.Colaborador
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 005/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Texas Construções e Saneamento LTDA, cujo objeto é a Execução de Obras na EEEF. Paracuri II, no município de Belém..

PORTARIA Nº.: 4986/11 DE 19/04/2011
Nome: PEDRO HENRIQUE SIMAO DE MOURA
Matrícula:80845415/2 Cargo:Téc. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 007/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Planege Engenharia e Comercio LTDA, cujo objeto é a Execução de Obras na EEEFM. Renato Pinheiro Conduru, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4987/11 DE 19/04/2011
Nome: PEDRO HENRIQUE SIMAO DE MOURA
Matrícula:80845415/2 Cargo:Téc. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de obras nº 013/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Performance Construções Comércio e Representação LTDA, cujo objeto é a Execução de Obras na EEEF. Profº. Jonathas Pontes Athias LTDA, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4976/11 DE 19/04/2011
Nome: HENOQUE NASCIMENTO FEITOSA
Matrícula:54191538/2 Cargo:Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 018/2011,Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa B & M Construtora LTDA, cujo objeto é a Execução de obras na EEEF. Marilda Nunes, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4975/11 DE 19/04/2011
Nome: HENOQUE NASCIMENTO FEITOSA
Matrícula:54191538/2 Cargo:Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 019/2011,Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Contap Construtora LTDA, cujo Objeto é a Execução de Obras na EEEFM. Maria Luiza da Costa Rego, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4974/11 DE 19/04/2011
Nome: HENOQUE NASCIMENTO FEITOSA
Matrícula:54191538/2 Cargo:Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 015/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Construtora Capitolio LTDA, cujo Objeto é a Execução de Obras na EEEF. Canarinho, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4977/11 DE 19/04/2011
Nome: HENOQUE NASCIMENTO FEITOSA
Matrícula:54191538/2 Cargo:Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 006/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Performance Construções Comercio e Representação LTDA, CUJO Objeto é a Execução de Obras na EEEF. Profª. Claudine Gabriele, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4985/11 DE 19/04/2011
Nome: LUCIVAL FURTADO DA SILVA
Matrícula:54190596/3 Cargo:Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 017/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa SANECON Saneamento e Construção Civil LTDA, cujo Objeto é a Execução de Obras na UEES Jose Álvares de Azevedo, no município de Belém.

PORTARIA Nº.: 4978/11 DE 19/04/2011
Nome: FLAVIO MARCELO NEVES DE SOUSA
Matrícula:57199420/2 Cargo: Tec. em Gestão Infra-Estrutura
Designar, a contar de 28/03/2011, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 012/2011, Celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Empresa Queiroz Nascimento Engenharia e Comércio LTDA, cujo Objeto é a Execução de Obras na EEEF. Santos Dumont, no município de Belém.

LICENÇA MANDATO CLASSISTA
PORTARIA Nº.: 4236/11 DE 06/04/2011
Nome: ALBERTO FERREIRA DE ANDRADE JUNIOR
Matrícula: 57174575/1
Cargo/Lot.: Prof.AD-4/ERC C Educacional Flaviano Gomes/ Ananindeua
Conceder Licença para Desempenho de Mandato Classista no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, no período de 29/03/2011 a 01/07/2012.

TORNAR SEM EFEITO
PORTARIA Nº.: 4813/11 DE 18/04/2011
Nome: ELMIRA FATIMA FLORES
Matrícula:286745/1
Cargo/Lot.:Prof.Assist.SEDUC
Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 16164/10 de 15/12/2010, que incluiu na Portaria Col. nº 15047/1999 de 30/12/1999, que cedeu para a Secretaria Municipal de Educação do Distrito de Monte Dourado,sem ônus para o órgão de origem.

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS
PORTARIA Nº.: 065/11 DE 06/04/2011
Nome: JOÃO EVANDRO MATOS DA SILVA
Matrícula:57210728/1 Período:01/05 à 30/05/11 Exercício:2010
Unidade:EEEFM. Argentina Pereira/Bragança

PORTARIA Nº.: 064/11 DE 06/04/2011
Nome: DILEIA DE LIMA BRITO
Matrícula:57210678/1 Período:01/05 à 30/05/11 Exercício:2009
Unidade:EEEFM. Argentina Pereira/Bragança

PORTARIA Nº.: 242/11 DE 29/01/2011
Nome: GRACINÊS PEREIRA DA COSTA
Matrícula:5821940/2 Período:21/02 à 06/04/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Raimundo Nonato/Santarém

PORTARIA Nº.: 266/11 DE 17/03/2011
Nome: MARIA LUIZA SILVA DE OLIVEIRA
Matrícula: 200930/1 Período:01/04 à 30/04/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 267/11 DE 17/03/2011
Nome: ALESSANDRO SIDNEY MONTEIRO VELOSO
Matrícula:5720859/1 Período:01/03 a 14/04/11 à Exercício:2010
Unidade:EE. Teodato de Rezende/Salinópolis

PORTARIA Nº.: 252/11 DE 17/03/2011
Nome: HILDILÉIA SOUSA PAULA
Matrícula:57213319/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 247/11 DE 17/03/2011
Nome: ELIANA MARIA FEITOSA DE SOUSA
Matrícula:200492/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 245/11 DE 17/03/2011
Nome: EDIMILSON LIMA DO NASCIMENTO
Matrícula:57210779/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 250/11 DE 17/03/2011
Nome: FRANCISCO GILSON MAXIMIANO FERREIRA
Matrícula:57213763/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 251/11 DE 17/03/2011
Nome: GEORGE ANTONIO PAULA MELO
Matrícula:57212357/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 241/11 DE 17/03/2011
Nome: ANTONIO VENANCIO DA SILVA
Matrícula:213454/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 240/11 DE 17/03/2011
Nome: ANTONIO NOGUEIRA FILHO
Matrícula:539899/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 248/11 DE 17/03/2011
Nome: FLAVIO AUGUSTO DE MONTALVÃO QUEIRÓZ
Matrícula: 57208719/1 Período:01/07 à 14/08/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 237/11 DE 17/03/2011
Nome: ANA MARIA DE SOUZA
Matrícula:5553903/2 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 260/11 DE 17/03/2011
Nome: RAISINERY MACEDO DA SILVA ALVES
Matrícula: 5786770/2 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 262/11 DE 17/03/2011
Nome: ROSA MARIA AQUINO
Matrícula:200913/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 264/11 DE 17/03/2011
Nome:SHEILA DO SOCORRO DE CARVALHO GALVÃO
Matrícula:57211135/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 256/11 DE 17/03/2011
Nome: LAETE PEREIRA DA SILVA
Matrícula:57211096/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 258/11 DE 17/03/2011
Nome: MARIA DE NAZARÉ LIMA DO ROSÁRIO
Matrícula:201324/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olímpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 259/11 DE 17/03/2011
Nome: RAIMUNDO GRANVILLE DE AQUINO
Matrícula:6025005/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 261/11 DE 17/03/2011
Nome: RAQUEL FELIX DA COSTA SILVA
Matrícula:201413/1 Período: 01/07 à 30/07/11 Exercício:2009
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 273/11 DE 17/03/2011
Nome: MARIDALVO DA COSTA SANTOS
Matrícula:57210756/1 Período:01/06 à 30/06/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 275/11 DE 17/03/2011
Nome: SEMARI SILVA DO NASCIMENTO
Matrícula:57214125/1 Período:01/06 à 30/06/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 274/11 DE 17/03/2011
Nome: MARLUCI MONTEIRO DO ROSÁRIO
Matrícula:57213217/1 Período:01/06 à 30/06/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 263/11 DE 17/03/2011
Nome: ROSIANA DO SOCORRO GARCIA NUNES
Matrícula:57212297/1 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 265/11 DE 17/03/2011
Nome: TEREZINHA NOGUEIRA DE LIMA
Matrícula:213474/11 Período:01/07 à 30/07/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Augusto Olimpio/Nova Timboteua

PORTARIA Nº.: 270/11 DE 17/03/2011
Nome: DJANE MARIA RIBEIRO SALOMÃO
Matrícula:57213791/1 Período01/06 à 30/06/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 269/11 DE 17/03/2011
Nome: CLEIDSON RIBEIRO BRAGA
Matrícula:57210690/1 Período:01/06 à 30/06/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 268/11 DE 17/03/2011
Nome: CARLOS ELTON ARAUJO DA SILVA
Matrícula:57213669/1 Período:01/06 à 30/06/11 Exercício:2011
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

PORTARIA Nº.: 271/11 DE 17/03/2011
Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO MACIEL DA SILVA
Matrícula:57211123/1 Período: 01/06 à 30/06/11 Exercício:2010
Unidade:EE. Mestre Lucindo/Capanema

ERRATA DE TORNAR SEM EFEITO
PORTARIA Nº.: 0749/11 DE 15/04/2011
Nome:MARIA DA CONCEIÇÃO LEAL COELHO
Onde se lê: PORTARIA Nº 0749/11 de 15/04/2011
Leia-se: PORTARIA Nº 4749/11 de 15/04/2011
Publicada no Diário Oficial nº. 31.902/11 de 27/04/2011

Secretaria de Estado de Educação - SAEN

IMPLANTAÇÃO DE NÍVEIS E MODALIDADE DE ENSINO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225667 PORTARIA Nº 26/2011 – SAEN

O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO a política de expansão de ensino no município de Belém, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, conforme a conclusão do Processo nº 401938/2011.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO na MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS - EJA, a partir do ano letivo de 2011, na EEEF RUTH PASSARINHO, município de Belém/PA;
Art. 2º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior, a Coordenadoria de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Coordenação de Educação de Jovens Adultos – CEJA e a USE 9, providenciarão junto a Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõe os artigos 2º e 3º §1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007;
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO
Belém, 19 de abril de 2011
CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO
Secretário Adjunto de Ensino

PORTARIA Nº 27/2011 - SAEN
O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a oferta de vagas para discentes aptos a ingressar no Ensino Médio, no município de Bragança, conforme conclusão do processo nº 401405/2011;
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REGULAR, a partir do ano letivo de 2011, na EEEF SEMENTINHA DO SABER, situada à R. Simpliciano Medeiros, s/nº, Perpétuo Socorro, no município de Bragança-PA;
Art. 2º - A referida escola passa a denominar-se de EEEFM SEMENTINHA DO SABER;
Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo 1º, a Coordenadoria de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Direção da 1ª URE, providenciarão junto à Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõe o artigo 2º e artigo 3º § 1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007, assim como, junto a Secretaria de Estado de Administração – SEAD, a oficialização da nova nomenclatura da escola;
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO
Belém, 20 de fevereiro de 2011
CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO
Secretário Adjunto de Ensino

PORTARIA Nº 28/2011 – SAEN
O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO a política de expansão de ensino no município de Ourém, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino

Médio na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, conforme a conclusão do Processo nº 375287/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO na MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS - EJA, a partir do ano letivo de 2011, na EEEFM Pe. Antonio Vieira, município de Ourém-PA;

Art. 2º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior, a Coordenadoria de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Coordenação de Educação de Jovens Adultos – CEJA e a 14ª URE, providenciarão junto a Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõe os artigos 2º e 3º §1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO

Belém, 20 de abril de 2011

CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Secretário Adjunto de Ensino

PORTARIA Nº 29/2011 – SAEN

O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento da organização curricular na sua totalidade para os discentes do Ensino Médio no município de Goianésia do Pará, conforme a conclusão do Processo nº 368910/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA MODULAR DE ENSINO, na categoria C, a partir do ano letivo de 2005, na localidade Vila Pitinga, nas dependências da EMEF Rui Barbosa;

Art. 2º - Os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior deverão ser expedidos, assinados e arquivados na EEEM Professora Anunciada Chaves , no município de Goianésia do Pará, conforme o que dispõe a Resolução Nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do Conselho Estadual de Educação – CEE;

Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo 1º, a Coordenadoria de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Coordenação do Sistema de Organização Modular – SOME e 16ª Unidade Regional de Educação – URE, providenciarão junto a Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõem os artigos 2º e 3º § 1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO

Belém, 20 de abril de 2011

CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Secretário Adjunto de Ensino

PORTARIA Nº 30/2011 – SAEN

O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento da organização curricular na sua totalidade para os discentes do Ensino Médio no município de Prainha-PA, conforme a conclusão do Processo nº 231668/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA MODULAR DE ENSINO, na categoria C, a partir do ano letivo de 2009, na Comunidade do Cupim, nas dependências da EMEF VISTA ALEGRE DO CUPIM;

Art. 2º - Os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior deverão ser expedidos, assinados e arquivados na EEEM Pretextato da Costa Alvarenga , no município de Prainha, conforme o que dispõe a Resolução Nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do Conselho Estadual de Educação – CEE;

Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo 1º, a Coordenadoria

de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Coordenação do Sistema de Organização Modular – SOME e 6ª Unidade Regional de Educação – URE, providenciarão junto a Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõem os artigos 2º e 3º § 1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO

Belém, 20 de abril de 2011

CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Secretário Adjunto de Ensino

PORTARIA Nº 31/2011 - SAEN

O Secretário Adjunto de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a oferta de vagas para discentes aptos a ingressar no Ensino Médio, no município de Bragança, conforme conclusão do processo nº 403406/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REGULAR, a partir do ano letivo de 2011, na EEEF Monsenhor Mâncio Ribeiro, situada à TV. Oliveira Pantoja, s/nº- Bairro Trevo, no município de Bragança-PA;

Art. 2º - A referida escola passa a denominar-se de EEEFM Monsenhor Mâncio Ribeiro;

Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo 1º, a Coordenadoria de Integração Regional – COINTER em conjunto com a Direção da 1ª URE, providenciarão junto à Coordenação de Descentralização – CODES, a lotação do quadro de servidores de acordo com a demanda do alunado registrada pela Direção da Unidade, como dispõe o artigo 2º e artigo 3º § 1º da Portaria de Lotação 219/2007 – GS, de 22 de novembro de 2007, assim como, junto a Secretaria de Estado de Administração – SEAD, a oficialização da nova nomenclatura da escola;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO

Belém, 20 de fevereiro de 2011

CLAUDIO CAVALCANTI RIBEIRO

Secretário Adjunto de Ensino

Universidade do Estado do Pará

ERRATA DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225658

ERRATA DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 196942

Diário Oficial nº. 31835, de 18/01/2011

6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2006 – UEPA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

ONDE SE LÊ:

Término da vigência: 30.03.2011

LEIA-SE:

Término da vigência:30.06.2011

GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225570

PORTARIA Nº 887/11 DE 19 DE ABRIL DE 2011

I – CONCEDER, ao servidor PAULO AUGUSTO SAINT CLAIR IGREJA, Id. Funcional nº 3183947-1, cargo de Agente Administrativo C, lotado na Coordenadoria Administrativa do Campus IV, gratificação de tempo integral, a contar de 18.04.2011.

II – CESSAR, a contar de 18.04.2011 a gratificação de tempo integral da servidora TEREZA CRISTINA MARTINS BARBOSA LOUREIRO, Id. Funcional nº 3187195-1, cargo de Assistente Administrativo I A, lotada na Coordenadoria da Editora da UEPA.

MARILIA BRASIL XAVIER

REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CONCESSÃO DE LICENÇA CASAMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225575

PORTARIA Nº 827/11 DE 12 DE ABRIL DE 2011

CONCEDER, Licença Casamento a servidora SONIA MARIA SIMÃO DE MIRANDA, Id. Funcional nº 57197638-3, na função de Coordenador de Cerimonial e Eventos por 08(oito) dias, no período de 19 a 26.03.2011.

MARILIA BRASIL XAVIER

REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225556

PORTARIA Nº 898/11, DE 19 DE ABRIL DE 2011.

A Reitora da Universidade do Estado do Pará, usando das atribuições legais e Estatutárias que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO Decreto nº 1.945 de 13.12.2005, publicado no D.O.E nº 30.579 de 14.12.2005, Memorando nº 01/2011-CCBS/UEPA e Processo nº 00732/11-UEPA, de 04.02.2011,

R E S O L V E:

Art.1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, do Pessoal Técnico, Administrativo e Operacional da Universidade do Estado do Pará.

* Avaliação da Reitoria, Campi do Interior, Centro de Ciências

Sociais e Educação e Centro de Ciências Naturais e Tecnologia

Presidente: MARIVALDO OLIVEIRA DA SILVA Id. Funcional nº 03184706-1

Membros: SILVIA ANGELA COSTA DE PAULA Id. Funcional nº 3154971-1

IVANETE MODESTO DO AMARAL Id. Funcional nº 3154076-1

Suplentes: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO Id. Funcional nº 013072- 2

RITA DE CASSIA FROTA VIEIRA CALS Id. Funcional nº 5757207-2

* Avaliação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Presidente: RITA DE CASSIA FROTA VIEIRA CALS Id. Funcional nº 5757207-2

Membros: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO Id. Funcional nº 0013072- 2

MARIA DE NAZARÉ GÔES OLIVEIRA GOMES Id. Funcional nº 240869/ 2

Suplentes: MARIVALDO OLIVEIRA DA SILVA Id. Funcional nº 03184706-1

SILVIA ANGELA COSTA DE PAULA Id. Funcional nº 3154971/ 1

Art.2º. A presente portaria entrará em vigor a contar da data de sua publicação.

MARILIA BRASIL XAVIER

REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

REVOGAÇÃO DE PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225564

PORTARIA Nº 897/11, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Art.1º - REVOGAR, a PORTARIA Nº 1915/09 de 24.08.2009, publicada no D.O.E nº 31.535 de 30.10.2009, que designou os servidores abaixo relacionados, para constituírem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, do Pessoal Técnico, Administrativo e Operacional da Universidade do Estado do Pará.

* Avaliação da Reitoria, Centro de Ciências Sociais e Educação e

Centro de Ciências Naturais e Tecnologia.

Presidente: MARIVALDO OLIVEIRA DA SILVA Id. Funcional nº 03184706-1

Membros: LÚCIA MARIA VALÉRIO COUCEIRO Id. Funcional nº 05553865-2

DENISE CRISTINA TORRES COSTA Id. Funcional nº 54188853-1

Suplentes: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO Id. Funcional nº 013072- 2

MARIA DE NAZARÉ BARROSO DA SILVA Id. Funcional nº 3183920-1

* Avaliação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Presidente: RITA DE CASSIA FROTA VIEIRA CALS Id. Funcional nº 5757207-2

Membros: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO Id. Funcional nº 0013072- 2

MARIA DE NAZARÉ BARROSO DA SILVA Id. Funcional nº 03183920-1

Suplentes: MARIVALDO OLIVEIRA DA SILVA Id. Funcional nº 03184706-1

DENISE CRISTINA TORRES COSTA Id. Funcional nº 54188853-1

Art.2º. A presente portaria entrará em vigor a contar da data de sua publicação.

MARILIA BRASIL XAVIER

REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225566

PORTARIA Nº 824/11, DE 11 DE ABRIL DE 2011

HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação Especial de Desempenho que considerou aprovada no estágio probatório a servidora abaixo, reconhecendo-a apta para o exercício do cargo efetivo, conforme o respectivo Processo:

NOME	ID. FUNCIONAL	CARGO	PROCESSO	CONCEITO
Kátia Maria Lobato dos Santos	54194757-2	Agente Administrativo	01029/2011	Excelente

MARILIA BRASIL XAVIER
REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225603
PORTARIA Nº 896/11, DE 19 DE ABRIL DE 2011

A Reitora da Universidade do Estado do Pará, usando das atribuições legais e Estatutárias que lhe são conferidas e;
CONSIDERANDO, os fatos relatados no Memorando nº 664/10-NUCAR/ UEPA, pela Coordenadora Administrativa do Campus de Interiorização de Conceição do Araguaia, quanto ao comportamento de servidor lotado no referido Campus;
CONSIDERANDO, o disposto no artigo nº 199 da Lei nº 5.810 de 24.01.1994, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público a promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado à ampla defesa,
CONSIDERANDO, os termos da PORTARIA Nº 072/11, de 13.01.2011, publicado no Diário Oficial nº 31.836 de 19.01.2011, que institui Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da UEPA;
CONSIDERANDO, parecer nº 014/2010 da Procuradoria Jurídica desta IES, nos autos do Processo nº 00017/11, de 03.01.2011;
R E S O L V E:

Art. 1º - CONSTITUIR, a Comissão de Processo Administrativo, para apurar os fatos supramencionados, composta dos seguintes servidores efetivos;
Presidente: GERMANA BEZERRA DE AMORIM
Id. Funcional: 54188843/ 1 Procurador Autárquico
Secretario: LINA ROSA NEVES RODRIGUES CARDOSO
Id. Funcional: 5817595/ 1 Agente Administrativo A
Membros: RENATO DA COSTA TEIXIERA
Id. Funcional: 5041465/ 1 Professor Adjunto I 40
ROBERTO MENDES FERREIRA
Id. Funcional: 3183602/ 1 Advogado A
Art. 2º A comissão deverá apurar os fatos e apresentar relatório conclusivo no prazo legal de 60(sessenta) dias, a contar da data de sua instalação.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir data de sua publicação.

MARILIA BRASIL XAVIER
REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CONCESSÃO DE LICENÇA ÓBITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225586
PORTARIA Nº 742/11 DE 05 DE ABRIL DE 2011

CONCEDER, a servidora TEREZINHA LOUREIRO RODRIGUES, Id. Funcional nº 2010968-1, cargo de Auxiliar de serviços Gerais lotada na Coordenadoria Administrativa do Campus III, por 08(oito) dias, de Licença Óbito no período de 16 a 23.02.2011.

MARILIA BRASIL XAVIER
REITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225839
PORTARIA: 0932/2011

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
MARIA DE JESUS DA CONCEIÇÃO FERREIRA FONSECA Coordenador de Programa de Pós Graduação 1837092
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
12364125849950000 0261000000 339039 4.000,00
Ordenador: MARILIA BRASIL XAVIER

ERRATA AO EDITAL Nº 020/2011 - UEPA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225735

2º PROCESSO SELETIVO DE MONITORIA BOLSISTA E VOLUNTÁRIA 2011

Imprime-se correção no Quadro de vagas, item V, 5.1, do curso de Fisioterapia, integrante do Edital Nº 20/2011 – UEPA, publicado pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, de 20 de abril de 2011, que trata do quadro vagas para o 2º Processo Seletivo de Monitoria Bolsista e Voluntária –CCBS 2011.

Onde se lê:

CURSO	DEPTO	DISCIPLINA	SÉRIE	TURNO	VAGAS	ÍNICIO DAS ATIVIDADES
FISIOTERAPIA	DCMH	História e evolução da Fisioterapia	1ª	Manhã	01	AGOSTO DE 2011
		Total de bolsas Fisioterapia			01	

Leia-se:

CURSO	DEPTO	DISCIPLINA	SÉRIE	TURNO	VAGAS	ÍNICIO DAS ATIVIDADES
FISIOTERAPIA	DCMH	História e Evolução Científica e Social da Fisioterapia (1º Sem) Investigação Científica em Fisioterapia (2º Sem)	1ª	Manhã	01	AGOSTO DE 2011
		Fisioterapia na Saúde da Mulher (1º sem.) Estágio Preliminar I - Saúde da Mulher (2º sem.)	4ª	Tarde	01	AGOSTO DE 2011
		Total de bolsas Fisioterapia				02

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ERRATA DE PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225944
PORTARIA Nº. 212/2011 – SEDES
DE 01 DE ABRIL DE 2011.

Publicada no DOE nº. 31891 de 08/04/2011
Em nome da Servidora: IRIS CLARA LUIZ DO NASCIMENTO ALVES (DIARIA)
Onde se lê: soure para Belém, e CLARA LUIZ DO NASCIMENTO ALVES e representando o CREAS de soure
Leia-se: TAILANDIA PARA BELÉM, IRIS CLARA LUIZ DO NASCIMENTO ALVES E REPRESENTANDO O CREAS DE TAILANDIA
PORTARIA Nº. 213/2011 – SEDES
DE 01 DE ABRIL DE 2011.

Publicada no DOE nº. 31891 de 08/04/2011
Em nome da Servidora: TELA DO SOCORRO RABELO RODRIGUES (DIARIA)
Onde se lê: soure para Belém, e cargo: Assistente de Desenvolvimento Social e representando o CREAS de soure
Leia-se: TAILANDIA PARA BELÉM, GARGO: GERENTE E REPRESENTANDO O CREAS DE TAILANDIA
MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225869

Termo Aditivo: 3
Data de Assinatura: 20/04/2011
Vigência: 23/04/2011 a 22/04/2012
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 06/2008/SEDES pelo período de 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Contrato: 6
Exercício: 2008
Contratado: Katia Cilene Miranda Del Pupo
Endereço: Av Fortaleza, Bairro: Tailândia, s/n
CEP. 68695-000 - Tailândia/PA
Telefone: 9192041484
Ordenador: Maria Alves dos Santos

Fundação da Criança e do Adolescente do Pará

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225975

Órgao: FUNDACAO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DO PARA
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: EXTRATO DE Contrato
Data de Admissão: 18/04/2011
Admitidos:

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Término Vínculo	Observação
DAVI CRISTIANO SODRE CRUZ	Tecnico Social	17/10/2011	
ROBERTO FARIAS NASCIMENTO	Monitor	17/10/2011	

Ordenador: ANA CELIA CRUZ DE OLIVEIRA

EXCLUSÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225768

Excluir o nome da servidora ANA CLAUDIA MIRANDA DE SOUSA - **MATRÍCULA 57221246/1**, da publicação nº.173423/10, pub. no DOE nº.31.787 de 04/11/10, referente a PORTARIA Nº. 1044/10 de 03/11/10.
Ana Célia Cruz de Oliveira
Presidente da Funcap.

SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº056/2011/DIRAF-SEPE BELÉM,
27 DE ABRIL DE 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225723

A DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 7.018/2007, de 24.07.2007, e ainda, as atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 003/2011 – SEPE.
RESOLVE:
CONSTITUIR Comissão de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores RENATA QUARESMA MANESCHY PALMEIRA, identidade funcional nº 572074002, ocupante do cargo de Apoio Técnico, MASSA GOTO, identidade funcional nº 51871252, Assessor Superior I e VERÔNICA ALICE DE CASTRO RODRIGUES, identidade funcional nº 56324712 , Assessor, lotados neste órgão, sob a presidência da primeira, com a finalidade de apurar as denúncias de irregularidades constantes do Memo.nº 001/2011 – GMAP de 14 de Abril de 2011.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.
TEREZINHA SILVA DA COSTA

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225626
PORTARIA: 055/2011

Objetivo: Participar da 1ª Reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico de 2011, que será realizada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDE. Fundamento Legal: Lei nº 5.810 de 24/01/1994.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
BELO HORIZONTE/MG - Brasil<br
Servidor(es):
572350571/DAVID ARAÚJO LEAL (SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, em exercício) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: David Araújo Leal

SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225978
PORTARIA: 035/2011
Objetivo: Conduzir o servidor Denivaldo Pinheiro para participar da Assembléia Extraordinária
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Igarapé Miri/PA - Brasil<br
Servidor(es): 541891941/Silvio Martins Borges (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: CLAUDIA DE MORAES RÊGO HESKETH

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225970
PORTARIA: 034/2011
Objetivo: Participar da Assembléia Extraordinária para deliberar sobre alterações no Estatuto do CONJUS
Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Igarapé Miri/PA - Brasil<br
Servidor(es): 58515134/Denivaldo Dias Pinheiro (Diretor) / 0.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 28/04/2011<br
Ordenador: CLAUDIA DE MORAES RÊGO HESKETH

SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225951
PORTARIA: 033/2011
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
Micicleia Cunha dos Passos Técnico em Gestão Pública555885603
Recurso(s): Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
04122122848360000 0101000000 339033 200,00
Observação: Efetuar despesas de pronto pagamento com locomoção
Ordenador: CLAUDIA DE MORAES RÊGO HESKETH

SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA

LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225916
PORTARIA Nº 120/2011, DE 15 DE ABRIL DE 2011
O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
CONCEDER, 21 (vinte e um) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor MÁRCIO JOSÉ MACEDO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura, Identidade funcional nº 57202861/1 no período de 11/04/2011 a 01/05/2011, de acordo com o Laudo Médico nº 109424A/1 da SEAD.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA
LUIZ SERGIO BORGES
Diretor Administrativo e Financeiro
Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225908
PORTARIA: 152
Objetivo: Substituir o Eng. Márcio Macedo no Período de 27 de abril a 03 de maio de 2011.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): Terra Alta/PA - Brasil<br

Servidor(es): 54181297/Mauro Ribeiro Leite (Gerente) / 5.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 03/05/2011<br
Ordenador: Henrique Kiyoshi Sawaki

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225807
PORTARIA: 152
Objetivo: Efetuar pagamento dos valores arrecadados com a comercialização do caranguejo na Semana Santa 2011.
Fundamento Legal: Lei 5810/94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Quatipuru/PA - Brasil<br
Servidor(es): 57209398/Evandro Fernandes dos Santos (Motorista) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
80144001/Marcelo Cunha Mousinho Coelho (Gerente) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011
57211941/Patrick Heleno dos Santos Passos (Técnico em Gestão de Pesca) / 1.5 diárias (Completa) / de 28/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: Henrique Kiyoshi Sawaki

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

TORNAR SEM EFEITO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225791
PORTARIA Nº 0256/11 - SETER, 26 DE ABRIL DE 2011.
O Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em uso de suas atribuições legais e,
R E S O L V E:Tornar sem Efeito, a PORTARIA Nº0181/11 – SETER, de 04/04/2011, publicada no D.O.E. nº 31.892 de 11/04/2011, que designou a comissão de sindicância que tinha por objetivo a fiel apuração dos fatos no processo nº 2011/72804.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 25 de Abril de 2011.
JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JÚNIOR
Secretario de Estado da SETER

INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225794
PORTARIA Nº 0257/11 – SETER, 26 DE ABRIL DE 2011.
O Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em uso de suas atribuições legais e,
Considerando, o que dispõe o artigo 199 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994;
Considerando, os fatos expostos no Processo nº 2011/72804 – SETER de 01/03/2011;
RESOLVE:I – DETERMINAR a instauração de Processo de Sindicância, para proceder à elucidação dos fatos relatados no referido Processo;II – DESIGNAR para compor a Comissão Processante, os servidores LÚCIA MARA BEZERRA OZÓRIO, Assistente Social, matrícula nº. 3199240/1, BENEDITA DE LOURDE BARBOSA DE CASTRO, Assistente Social, matrícula nº. 5350271/1 e ANDREIA VANESSA DA SILVA ALBUQUERQUE, Agente Administrativo, matrícula nº. 57191745/1, para sob a presidência do primeiro, objetivar a fiel apuração dos fatos e as responsabilidades administrativas, tratados no referido Processo, assegurando ao(s) envolvidos(s) o direito constitucional de ampla defesa;III – A comissão instituída por esta portaria deverá apresentar relatório final de apuração no prazo de 30(trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual prazo, em conformidade com o parágrafo único do artigo 201 da lei nº 5810/94;IV – Esta portaria entrará em vigor a contar da data de sua publicação no D.O.E.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 26 de Abril de 2011.
JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JÚNIOR
Secretario de Estado da SETER

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225785
PORTARIA Nº 0245/11 – SETER, 20 DE ABRIL DE 2011.
Nome: João Miguel Baptista Guerreiro Matrícula: 54192691/1
Cargo: Psicólogo
Laudo Médico: 109530A/1
Período de Licença: 13/04/2011 a 11/06/2011
Lotação: DQP

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225902
PORTARIA: 253/11
Objetivo: participar da reunião técnica e visitação ao posto do SINE/SP
Fundamento Legal: lei 5810 de 24/01/1994
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): São Paulo/SP - Brasil<br
Servidor(es): 5888368/Carlos Jessé Teixeira Fernandes (Diretor) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: Tatyane Chaves dos Santos Amaral

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225860
PORTARIA: 254/11
Objetivo: realizar a recepção do seguro-desemprego do pescador artesanal
Fundamento Legal: lei 5810 de 24/01/1994
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): Cachoeira do Arari/PA - Brasil<br
Servidor(es): 54188907/Jacqueline Costa Campos (Monitor) / 5.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 30/04/2011<br
Ordenador: Tatyane Chaves dos Santos Amaral

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225883
PORTARIA: 253/11
Objetivo: realizar supervisão técnica do seguro-desemprego no Postos do Sine/Pa
Fundamento Legal: lei 5810 de 24/01/1994
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): Marabá/PA - Brasil
Parauapebas/PA - Brasil<br
Servidor(es): 3219607/Paloma Fadul Ferreira (Auxiliar Técnico) / 6.5 diárias (Completa) / de 01/05/2011 a 07/05/2011<br
Ordenador: Tatyane Chaves dos Santos Amaral

CONCEDER GTI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226002
PORTARIA Nº 0258/11 – SETER, 26 DE ABRIL DE 2011.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Art. 137 da Lei nº 5.810 de 24/01/1994;
RESOLVE: CONCEDER, a contar de 01 de abril de 2011, Gratificação de Tempo Integral – GTI ao servidor abaixo relacionado, no percentual fixado em 70% (setenta por cento), incidente sobre os vencimentos do cargo/função exercido pelo servidor:
- Americo Pires Martins, Matrícula nº 310352/1;
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 26 de abril de 2011.

TATYANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL
Diretora de Administração e Finanças da SETER
PORTARIA Nº 0259/11 – SETER, 26 DE ABRIL DE 2011.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Art. 137 da Lei nº 5.810 de 24/01/1994;
RESOLVE: CONCEDER, a contar de 16 de março de 2011, Gratificação de Tempo Integral – GTI à servidora abaixo relacionada, no percentual fixado em 70% (setenta por cento), incidente sobre os vencimentos do cargo/função exercido pela servidora:
- Larissa Santana da Silva Trindade, Matrícula nº 57176283/1;
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, em 26 de abril de 2011.
TATYANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL
Diretora de Administração e Finanças da SETER

Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225959

Dispensa de Licitação nº 010/2011/TJPA -O Estado Do Pará, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado Do Pará, neste ato representado por seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor das Empresas M F DA S FRANCO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.084.503/0001-02, e TRAT COMERC E REPRES DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.378.126/0001-06, a Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a aquisição de material de uso dontológico, referente ao processo 2011.001.007.823. Belém, 26 de abril de 2011. Antônio Álvaro Garcia Brito Secretário de Administração do TJ/PA

Ratificação -Excelentíssima Desembargadora Presidente do TJ/PA, em cumprimento ao artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifica a Dispensa de Licitação do Processo acima referido. Belém, 26 de abril de 2011. Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha -Presidente do TJ/PA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039.2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225954

Extrato Contrato nº. 039/2011/TJ/PA//Partes:TJ/PA e Empresa Ala Informática S/C Ltda// CNPJ nº. 02.544.010/0001-13// Objeto do Contrato:Contratação de empresa especializa, para suporte a serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações providas pela Secretaria de Informática do TJPA, incluindo manutenção de equipamentos de informática com fornecimento de peças de reposição//Modalidade de Licitação: Dispensa, art. 24 inciso IV //Valor Global estimado do Contrato:R\$-453.111,48// Dotação orçamentária:02.126.1290.1988/339030 e 339039// Fonte de Recursos:0118//Vigência:20/04/2011 a 19/08/2011// Assinatura:19/04/2011 // Responsável pela assinatura: Antônio Álvaro Garcia Brito - Secretário de Administração//Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo.

EXTRATO DE EMPENHO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225686

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Almeida & Brasil Ltda

Objeto: Pregão Eletrônico nº 010/TJE/2011- Aquisição e montagem de móveis diversos para edifício anexo-1 do prédio sede do TJE

Nota de Empenho: 2011NE02361

Dotação Orçamentária: 18890000 0118000000 44905200

Valor: R\$ 14.250,00

Data de Assinatura: 19/04/2011

Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo

EXTRATO DE EMPENHO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225694

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Norte Vidros Decorações e Construções

Objeto: Pregão Eletrônico nº 010/TJE/2011- Aquisição e montagem de móveis diversos para edifício anexo-1 do prédio sede do TJE

Nota de Empenho: 2011NE02362

Dotação Orçamentária: 18890000 0118000000 44905200

Valor: R\$ 6.794,00

Data de Assinatura: 19/04/2011

Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033.2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225552

Extrato de Contrato- Nº 033/2011/TJ/PA //Partes: TJ/PA e Sindicato dos Fotógrafos e cinegrafistas Profissionais do Estado do Pará – S.F.C.P.E.P.// CNPJ nº 05.091.178/0001-09// Objeto do Contrato: Doação de bens móveis inservíveis// Modalidade de Licitação: Dispensa Art. 17, II, “a”// Valor (depreciado) dos bens: R\$-150,05 // Data da assinatura do Contrato: 25/04/2011 //Responsável pela assinatura do Contrato – Antônio Álvaro Garcia Brito – Secretário de Administração – TJ/PA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034.2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225553

Extrato de Contrato- Nº 034/2011/TJ/PA //Partes: TJ/PA e a Associação dos Moradores do Guamá.// CNPJ nº 10.235.331/0001-64// Objeto do Contrato: Objeto do Contrato: Doação de material reciclável às cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis para fins de reciclagem // Modalidade de Licitação: Dispensa Art. 24, inciso V e XXVII// Valor do Contrato: não há transferência de recursos financeiros/// Data da assinatura do Contrato: 25/04/2011 //Responsável pela assinatura do Contrato – Antônio Álvaro Garcia Brito – Secretário de Administração – TJ/PA.

RESUMO DE DIÁRIAS DO DIA 18 DE ABRIL DE 2011.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 224608

PORTARIA Nº. 0534-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: JOSÉ AYRES DO AMARAL / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 10634 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: PARTICIPAÇÃO “PROJETO SORRISOS FELIZES”.

PORTARIA Nº. 0535-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: SÁGIO ALFREDO BRABO DE ARAÚJO / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 8966 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM/ Destino: SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: PARTICIPAÇÃO “PROJETO SORRISOS FELIZES”.

PORTARIA Nº. 0536-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: VERA LUCIA PAMPOLHA DO AMARAL / Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / Matrícula: 9768 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: PARTICIPAÇÃO “PROJETO SORRISOS FELIZES”.

PORTARIA Nº. 0537-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: SYLVIO AUGUSTO FERNANDES MARQUES DA SILVA / Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO/ Matrícula: 68411/ Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: PARTICIPAÇÃO “PROJETO SORRISOS FELIZES”.

PORTARIA Nº. 0539-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: CRISTIANO ARANTES E SILVA / Cargo: JUIZ CORREGEDOR / Matrícula: 8001 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SALVATERRA/PA / Período: 25 a 27/04/11 / Objetivo: REALIZAR INSPEÇÃO JUDICIAL NOS SERVIÇOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.

PORTARIA Nº. 0540-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: AVANI LEÃO DE ARAUJO RODRIGUES / Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO / Matrícula: 41420 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SALVATERRA/PA / Período: 25 a 27/04/11 / Objetivo: ASSESSORAR JUIZ CORREGEDOR NA INSPEÇÃO JUDICIAL NOS SERVIÇOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.

PORTARIA Nº. 0541-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: FRANCISCO DE ASSIS DE AMORIM FIÚZA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 24007 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SALVATERRA/PA / Período: 25 a 27/04/11 / Objetivo: ASSESSORAR JUIZ CORREGEDOR NA INSPEÇÃO JUDICIAL NOS SERVIÇOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.

PORTARIA Nº. 0542-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: FÁBIO PENEZI PÓVOA / Cargo: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE REDENÇÃO / Matrícula: 37930 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: REDENÇÃO / Destino: XINGUARA/PA / Período: 18 a 20/04/11 / Objetivo: REALIZAR AUDIÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 0543-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: FERNANDA SILVA PASSOS / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 79120 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: REDENÇÃO / Destino: XINGUARA/PA / Período: 18 a 20/04/11 / Objetivo: ACOMPANHAR MAGISTRADO EM AUDIÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 0544-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: VILENE ADRIANA SOUTO OLIVEIRA / Cargo: AUXILIAR DE SECRETARIA / Matrícula: 12181/ Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: REDENÇÃO / Destino: XINGUARA/PA / Período: 18 a 20/04/11 / Objetivo: ACOMPANHAR MAGISTRADO EM AUDIÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 0545-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO / Cargo: DESEMBARGADOR / Matrícula: 329 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: CAPANEMA,

BRAGANÇA E PARAGOMINAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: ACOMPANHAR TRABALHOS DE INSPEÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

PORTARIA Nº. 0546-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: SILVIA MARA BENTES DE SOUZA / Cargo: JUÍZA AUXILIAR DA VICE-PRESIDÊNCIA / Matrícula: 4596 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: CAPANEMA, BRAGANÇA E PARAGOMINAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: ACOMPANHAR TRABALHOS DE INSPEÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

PORTARIA Nº. 0547-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: ANIBAL CORREA PINHEIRO / Cargo: COORDENADOR DE GABINETE / Matrícula: 49522 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: CAPANEMA, BRAGANÇA E PARAGOMINAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: ACOMPANHAR TRABALHOS DE INSPEÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.

PORTARIA Nº. 0548-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: DAILSON PAIXÃO DA SILVA / Cargo: MOTORISTA / Matrícula: 3670 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: CAPANEMA, BRAGANÇA E PARAGOMINAS/PA / Período: 25 a 29/04/11 / Objetivo: SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO.

PORTARIA Nº. 0549-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO / Cargo: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA DA COMARCA DE XINGUARA / Matrícula: 82643 / Nº. de Diárias: 1 (uma) / Origem: XINGUARA / Destino: OURILÂNDIA DO NORTE/PA / Período: 18 e 19/04/11 / Objetivo: COMPLEMENTAÇÃO DA DIÁRIA LIBERADA PELA PORTARIA Nº 472/2011-GP.

PORTARIA Nº. 0550-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: MARCELO FARIAS DAS CHAGAS / Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO / Matrícula: 59994 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 25 a 29 /04/11 / Objetivo: DAR SUPORTE AO SISTEMA PROJUD.

PORTARIA Nº. 0551-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: CARLOS DIEGO POJO DE BRITO SOUZA / Cargo: ATENDENTE JUDICIÁRIO / Matrícula: 67555 / Nº. de Diárias: 4.½ (quatro e meia) / Origem: BELÉM / Destino: BREVES/PA / Período: 25 a 29 /04/11 / Objetivo: DAR SUPORTE AO SISTEMA PROJUD.

PORTARIA Nº. 0552-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES / Cargo: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA, RESPONDENDO PELA COMARCA DE TUCURUI / Matrícula: 82872 / Nº. de Diárias: 1.½ (uma e meia) / Origem: TUCURUI / Destino: GOIANÉSIA DO PARÁ/PA / Período: 20 e 21/04/11 / Objetivo: REALIZAR AUDIÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 0553-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: EDIVALDO MOISES DOS SANTOS OLIVEIRA / Cargo: GUARDA JUDICIÁRIO / Matrícula: 76651/ Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: CASTANHAL / Destino: CAMETÁ/PA / Período: 28/04/11 / Objetivo: SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO.

PORTARIA Nº. 0554-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: MARIA RITA LIMA XAVIER / Cargo: DESEMBARGADORA / Matrícula: 18821 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SÃO PAULO/SP / Período: 28 a 30/04/11/ Objetivo: PARTICIPAR VII SEMINÁRIO INFÂNCIA E CIDADANIA.

PORTARIA Nº. 0555-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: ROSANGELA DE CASTRO CONTE LARANJEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 11851 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: SÃO PAULO/SP / Período: 28 a 30/04/11/ Objetivo: ASSESSORAR MAGISTRADA NO VII SEMINÁRIO INFÂNCIA E CIDADANIA.

PORTARIA Nº. 0556-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: JANE CÉLIA BEGOT DE SOUZA OLIVEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 76325 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: BELÉM / Destino: URUARÁ/PA / Período: 28 a 30/04/11/ Objetivo: MINISTRAR CURSO DE PREPARAÇÃO A ADOÇÃO.

PORTARIA Nº. 0557-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: RUBEILTON GUILHERME SALES / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 69310 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem: ALTAMIRA / Destino: URUARÁ/PA / Período: 28 a 30/04/11/ Objetivo: MINISTRAR CURSO DE PREPARAÇÃO A ADOÇÃO.

PORTARIA Nº. 0558-GP, DE 18 ABRIL 2011.

Nome: SANDRA DA SILVA VIEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 78778 / Nº. de Diárias: 2.½ (duas e meia) / Origem:

ALTAMIRA / Destino: URUARÁ/PA / Período: 28 a 30/04/11/
Objetivo: MINISTRAR CURSO DE PREPARAÇÃO A ADOÇÃO.
PORTARIA Nº. 0559-GP, DE 18 ABRIL 2011.
Nome: FRANCISCO VÉCIO DE ARAÚJO / Cargo: TÉCNICO ESPECIAL / Matrícula: 42720 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: BELÉM / Destino: CASTANHAL/PA / Período: 20/04/11/
Objetivo: REALIZAR O GEOREFERENCIAMENTO DE ÁREA.

Tribunais de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PAUTA DE JULGAMENTO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225853 PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica ao interessado que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 03 de maio de 2011, às 9 horas, em sua sede, o seguinte processo:
01) Processo nº 440022003-00
Responsável : Francisco Moraes da Trindade
Origem : Câmara Municipal de Marapanim
Assunto : Prestação de Contas de 2003
Relatora : Conselheira Rosa Hage
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 27 de abril de 2011.
a) Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

RESENHA DE PORTARIAS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225996

PORTARIA Nº 0453/2011 – TCM, DE 04/04/2011
Nome: NICANOR MONTEIRO DOS SANTOS FILHO
Assunto: Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 1007/2010, de 02/08/2010.
PORTARIA Nº 0454/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: IDINEIDE MARIA D. GONCALVES
Assunto: Férias
Período: 02 à 31/05/11; P.A: 2010/2011
PORTARIA Nº 0455/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: ULAIMA FINARDI KALUME
Assunto: Férias
Período: 01 à 30/04/11; P.A: 2010/2011
PORTARIA Nº 0456/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: JANDIRA MACHADO DA SILVA BORGES
Assunto: Férias
Período: 09/05 à 07/06/11; P.A: 2010/2011
PORTARIA Nº 0457/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: CLOVIS LUIZ DOS SANTOS BRITO
Assunto: Férias
Período: 09/05 à 07/06/11; P.A: 2010/2011
PORTARIA Nº 0458/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: Auditor LEONARDO DOS SANTOS MACIEIRA
Assunto: Autorizando-o a gozar 11 (onze) dias de férias, concedidas pela PORTARIA Nº 0343/10, de 06/04/2010, adiadas pela PORTARIA Nº 0991/2010, de 26/07/2010 e gozo autorizado pela PORTARIA Nº 0315/2011, de 03/03/2011.
Período: 09 à 19/05/11; P.A: 2009/2010
PORTARIA Nº 0459/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: MARCELINA SANCHES FIGUEIREDO
Assunto: Férias
Período: 11/04 à 10/05/11; P.A: 2010/2011
PORTARIA Nº 0460/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: MARIA JOSE MACHADO DUARTE
Assunto: Licença Prêmio
Período: 05/04 à 04/05/11.

PORTARIA Nº 0462/2011 – TCM, DE 05/04/2011
Nome: VIVIANE COSTA COELHO PASSARINHO
Assunto: Averbar o tempo de serviço prestado à este Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, no total de 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 05 (cinco) dias para todos os efeitos legais.

PORTARIA Nº 0463/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: SANDRA MARIA FONTELES OLIVEIRA E SILVA
Assunto: Férias
Período: 02 à 31/05/11; P.A: 2010/2011.
PORTARIA Nº 0464/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: DIEGO MARTINS ESTACIO
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Companhia Paraense de Turismo-PARATUR, no total de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0465/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: FELIPE RABELO DE AGUIAR
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN, no total de 03 (três) anos e 04 (quatro) dias para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0466/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: CARMEM ESTELA LOURINHO LOPES
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará - SEDUC, no total de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 01 (um) dia e a Auditoria Geral do Estado do Pará no total de 02 (dois) anos e 02 (dois) meses, totalizando o tempo de serviço de 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 01 (um) dia para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0467/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: THIAGO SALES REDIG
Assunto: Férias
Período: 06/04 à 05/05/11; P.A: 2009/2010.
PORTARIA Nº 0468/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: LEONARDO RAFAEL FERNANDES
Assunto: Retificando a modalidade do Certame Licitatório autorizado pela PORTARIA Nº 0314/11, de 03/03/11, para CONVITE e alterar o Pregoeiro da mesma, para o referido servidor.
PORTARIA Nº 0469/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: PAULO ROBERTO SILVA SOUSA
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Secretaria de Estado de Administração – SEAD , no total de 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 25 (vinte e cinco) dias, e à Auditoria Geral do Estado do Pará, no total de 03 (três) anos e 10 (dez) meses, que perfaz um total de 05 (cinco) anos, 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0470/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: THIAGO CUNHA DA CUNHA
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no total de 04 (quatro) anos e 29 (vinte e nove) dias devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0471/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: ALEXANDRE ROSA REIS
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Secretaria de Estado de Cultura, no total de 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 17 (dezessete) dias, e ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, no total de 08 (oito) meses e 18 (dezoito) dias, que perfaz um total de 03 (três) anos e 05 (cinco) meses devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0472/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: ROSALINA DAMASCENO MONTEIRO
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Universidade Federal do Pará, no total de 06 (seis) meses e 10 (dez) dias e ao Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no total de 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 04 (quatro) dias, que perfaz um total de 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 14 (quatorze) dias para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0473/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: GISELE SAMPAIO FIDALGO
Assunto: Averbar o tempo de serviço prestado ao Serviço Público prestado à Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA no total de 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias, Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 03 (três) dias que perfaz um total de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias, para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0474/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: MARIA HELENA DE SOUZA BARREIROS
Assunto: Averbar o tempo de serviço prestado à Iniciativa Privada, no total de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 01 (um) dia, devendo ser considerado somente para efeito de aposentadoria.

PORTARIA Nº 0475/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: BEATRIZ LOBATO GAIA
Assunto: Férias
Período: 25/04 à 24/05/11; P.A: 2010/2011.
PORTARIA Nº 0476/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: Conselheiro SEBASTIAO CEZAR LEO COLARES
Assunto: Autorizando-o a gozar 16 (dezesesseis) dias de férias regulamentares,concedidas pela PORTARIA Nº 0329/10, de 29/03/2010.
A partir de 07/04/11; P.A: 2008/2009.
PORTARIA Nº 0477/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: SIMONE DO SOCORRO SOARES LIMA
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB, no total de 02 (dois) anos e 13 (treze) dias, à este Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA, no total de 14 (quatorze) anos, 06 (seis) meses e 03 (três) dias, que perfaz um total de 16 (dezesesseis) anos, 06 (seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0478/2011 – TCM, DE 06/04/2011
Nome: LUIZ TADEU SALES CORREA
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Auditoria Geral do Estado do Pará, no total de 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 01 (um) dia, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0479/2011 – TCM, DE 07/04/2011
Nome: ANA LIDIA SERRUYA HAGE
Assunto: Autorizar o afastamento das suas atividades, por motivo de doença.
Período: 17 à 31/03/11.
PORTARIA Nº 0490/2011 – TCM, DE 07/04/2011
Nome: MARIA CLARA DEMETRIO GAIA
Assunto: Licença Prêmio
A contar de 16/05 à 11/11/11
PORTARIA Nº 0492/2011 – TCM, DE 07/04/2011
Nome: JOAO RICARDO PINTO MACIEL
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado ao Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, no total de 05 (cinco) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0493/2011 – TCM, DE 07/04/2011
Nome: WAGNER DE SOUSA ROCHA
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado ao Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, no total de 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 08 (oito) dias e à Auditoria Geral do Estado do Pará, no total de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 02 (dois) dias totalizando o tempo de serviço de 07 (sete) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez), dias para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0499/2011 – TCM, DE 07/04/2011
Nome: ROBERTO CHERMONT CHAVES
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Auditoria Geral do Estado do Pará, no total de 03 (três) anos e 10 (dez) meses, devendo ser considerado para todos os efeitos legais.
PORTARIA Nº 0501/2011 – TCM, DE 08/04/2011
Nome: MARIO AUGUSTO MEDINA VIANA
Assunto: Licença Saúde
Período: 16 à 25/09/10.
PORTARIA Nº 0503/2011 – TCM, DE 08/04/2011
Nome: LUÍS AUGUSTO DA SILVA VALENTE
Assunto: Designando-o para responder pela Chefia da Divisão de Recursos Financeiros/DIRFIN/DIORF deste Tribunal, durante o impedimento do titular, com ônus para este Tribunal.
Período: 21/03 à 19/04/11.
PORTARIA Nº 0507/2011 – TCM, DE 11/04/2011
Nome: NILDA MARIA SARMENTO GOBITSCH
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, no total de 10 (dez) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias, à Secretaria de Estado e Cultura – SECULT, no total de 03 (três) anos, 04 (quatro) meses e 11 (onze)dias para todos os efeitos legais e a Centrais Elétricas do Pará – CELPA no total de 13 (treze) anos, 04 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias para efeito de aposentadoria, totalizando o tempo de serviço de 27 (vinte e sete) anos, 08 (oito) meses e 16 (dezesesseis) dias.
PORTARIA Nº 0508/2011 – TCM, DE 11/04/2011
Nome: ADILSON VASCONCELLOS JESUS
Assunto: Averbar o tempo de serviço público prestado ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET, no total de 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 07 (sete) dias e à Auditoria Geral

do Estado do Pará, no total de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 11 (onze) dias totalizando o tempo de serviço de 06 (seis) anos, 07 (sete) meses e 18 (dezoito) dias para todos os efeitos legais.

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CSMP - 2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226003
EXTRATO DA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2011

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)
DATA E HORA – 14.02.2011, das 9:15h às 15h15h.
LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. PRESENTES – ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, Subprocurador-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa, com delegação, que conduziu os trabalhos; Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, Secretário do Conselho Superior, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA, Dra. ANA LOBATO PEREIRA, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR.
DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

1. Apreciação da Ata da 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28.01.2010 e do Extrato da 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 02.02.2010. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU à unanimidade pela aprovação do extrato da ata da 2ª Sessão Extraordinária, sem retificações. O ilustre Secretário do Conselho, Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, solicitou a inversão de pauta para ser julgado previamente o ITEM 3, que diz respeito a processo de vitaliciamento do Promotor de Justiça Guilherme Chaves Coelho, único pendente do grupo de Promotores de Justiça a ser vitaliciado no próximo dia vinte e cinco de fevereiro, caso seja homologado. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, por acatar a sugestão do Conselheiro Secretário com relação à inversão de pauta.
3. Julgamento de Processos de Vitaliciamento de Promotores de Justiça:
3.1. Processo de Vitaliciamento do Promotor de Justiça GUILHERME CHAVES COELHO, previsto para o dia 1º/02/2011 (Protocolo nº 44953/2010). O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade de votos, referendar a confirmação na carreira do Promotor de Justiça GUILHERME CHAVES COELHO, nos termos da proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do voto do Conselheiro Relator MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR, atribuindo-lhe a garantia constitucional da vitaliciedade, a partir de 01 de fevereiro de 2011, a teor do disposto no art. 128, § 5º, inciso I, alínea “a” da Constituição Federal.
2. Revisão da Resolução Nº 001/2009/MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos Membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção, após a inversão anteriormente deferida. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, designar o dia vinte e oito fevereiro do corrente ano para nova sessão extraordinária para retomada da discussão do artigo sexto e apresentação de manifestação da Corregedoria-Geral. O Egrégio Conselho Superior em face de proposta de supressão do inciso II do art. 16 da Resolução Nº001/2009/MP/CSMP também DECIDIU, à unanimidade, aguardar simulação a ser feita pela Corregedoria-Geral no dia 28 de fevereiro do corrente ano para que, não havendo qualquer dificuldade, seja suprimido este inciso. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, aprovar a alteração da redação do art. 13 da Resolução Nº001/2009/MP/CSMP. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, pela manutenção do inciso III e do inciso IV do art.

16 da forma que estava e pela supressão do inciso V pela não necessidade de pontuação. Após maiores discussões, o Egrégio Conselho Superior, DECIDIU, à unanimidade, pela suspensão da Sessão para ulteriores discussões e aprovação do referido tema.
Belém-Pa, 14 de fevereiro de 2011.
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Procurador de Justiça Criminal
Secretário do Conselho Superior

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225973
PORTARIA: 864/2011

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS AFETOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOMÉ-ACÚ.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.
Origem: TOMÉ-ACÚ/PA - BRASIL
Destino(s): BELÉM/PA - Brasil<br
Servidor(es): 9991649/LEILA DO SOCORRO NASCIMENTO DA SILVA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 2.5 diárias (Completa) / de 06/04/2011 a 08/04/2011<br
Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

EXTRATO DA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CSMP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225998
EXTRATO DA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2011

(Lei nº 8.625, de 12/02/1993 – art. 15, § 1º)
DATA E HORA – 02/02/2011, das 09:00h às 15:00h.
LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. PRESENTES – Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional, com delegação; Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, Secretário do Conselho Superior, Dra. ANA LOBATO PEREIRA e os Conselheiros Convocados: Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dra. ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER.
DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutido o assunto constante da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, o Egrégio Conselho Superior tomou as seguintes decisões:
1. Apreciação de Proposta de alteração da Resolução Nº 001/2009/MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento. O Egrégio Conselho Superior retomou as discussões sobre as propostas de alteração da Resolução Nº 001/2009/MP/CSMP, a partir do artigo 12, estendendo-se até o artigo 16, inciso II e, deliberou o seguinte:
1.1. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU suspender a aprovação dos artigos 12 e 13 para melhor apreciação do expediente protocolado sob o nº 4657/2011, subscrito pela Promotora de Justiça / Coordenadora do Pólo Belém II, Dra. Patrícia Araújo Franco.
1.2. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU retomar o conceito de produtividade disposto no art. 15 da antiga Resolução Nº 002/2007-MP/CSMP, distinguindo-se quantidade e qualidade do trabalho do membro.
1.3. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU considerar a qualidade do trabalho – maior, média e menor complexidade, no artigo 15 da Resolução, relativo à segurança e a qualidade técnica dos trabalhos, e DECIDIU ainda reduzir a quantidade de trabalhos jurídicos a serem encaminhados à Corregedoria-Geral.
1.4. O Egrégio Conselho Superior DECIDIU alterar o artigo 16, inciso I, da Resolução para compreender como dedicação do membro, o seguinte:
a) Cumulações de cargos da carreira, função administrativa, atuação em programas institucionais, designações e atuação em Juizados Especiais, previamente comunicadas à Corregedoria-Geral do Ministério Público, de 0 (zero) a () pontos;
b) Atuação em Promotoria de Justiça que apresentar particular dificuldade ao exercício das funções, assim reconhecida pelo Conselho Superior do Ministério Público, de ofício ou mediante provocação fundamentada de qualquer Órgão da Administração Superior ou Membro do Ministério Público, de 0 (zero) a () pontos; e
c) Palestras, audiências públicas e/ou reuniões de trabalho que participar, de 0 (zero) a () pontos;
Às 15h, o Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, suspender a sessão, para continuação dos trabalhos em nova Sessão Extraordinária agendada para o dia 11/02/2011, às 9h00.
Belém-Pa, 02 de fevereiro de 2011.
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Procurador de Justiça Criminal
Secretário do Conselho Superior

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225994
PORTARIA: 866/2011
Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.
Origem: AUGUSTO CORRÊA/PA - BRASIL
Destino(s): BRAGANÇA/PA - Brasil<br
Servidor(es): 9991236/ROBSON DE SOUSA FEITOSA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 2.5 diárias (Completa) / de 25/04/2011 a 27/04/2011<br
Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

AVISO Nº 018/2011-CSMP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225995
AVISO Nº 018/2011-CSMP

- Faço público, a quem interessar possa que a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, será realizada no dia 29 de abril de 2011, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:
ITENS DA PAUTA:
1. Apreciação da Ata da 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 25/03/2011.
2. Distribuição do Processo de Vitaliciamento do Promotor de Justiça ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS, previsto para o dia 12/06/2011 (Protocolo nº 14682/2011).
3. Redistribuição do Processo nº 017/2011/MP/CSMP (Protocolo nº 42934/2010), através do qual a Promotora de Justiça, Dra. SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, requer prorrogação de prazo para assumir o cargo de Promotor de Justiça de Brasil Novo, para o qual foi removida.
4. Apreciação do Ofício nº 237/2011-MP/PJAC, protocolizado sob o nº 12312/2011 (Processo nº 440/2010-PGJ), através do qual a Promotora de Justiça de Augusto Corrêa, Dra. MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO, comunica que foram adotadas todas as providências cabíveis ao órgão ministerial, quanto ao descumprimento de ordem judicial reclamada no expediente protocolizado sob o nº 25956/2010, subscrito pelo Exmo. Juiz de Direito da Comarca de Augusto Correa, Dr. Antonio Francisco Gil Barbosa.
5. Apreciação do Ofício nº 272/2011-MP/PJAC, protocolizado sob o nº 14575/2011, através do qual a Promotora de Justiça de Augusto Corrêa, Dra. MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO, encaminha para conhecimento e providências cabíveis, cópia dos Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta, acompanhados da celebração do Convênio, do Relatório Final e da Petição Inicial da Ação Civil Pública nº 068.2010.1.000.284-2, com o pedido de homologação Judicial nos autos.
6. Apreciação do Ofício nº 022/2011-MP/3ªPJCRIM, protocolizado sob o nº 152955/2011, através do qual a 3ª Promotora de Justiça Criminal de Ananindeua, Dra. DANIELA SOUZA FILHO MOURA, encaminha cópia do certificado de conclusão de curso de especialização “lato sensu” em Ciências Penais, para fins do art. 15, inciso I, da Resolução Nº 002/2011-CSMP e solicita que após a devida homologação sejam feitas as anotações na ficha funcional.
7. Apreciação do requerimento protocolizado sob o nº 13890/2011, através do qual o 2º Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária da Capital, Dr. FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID, em cumprimento ao Ofício nº 072/2011/MP/CSMP, justifica a necessidade e solicita autorização para seu deslocamento à cidade de Brasília nos dias 9 e 10/06/2011, conforme esclarecimentos consignados no requerimento em tela. Ref. Processo nº 029/2010/MP/CSMP (Protocolo nº 13075/2010).
8. Apreciação do requerimento protocolizado sob o nº 14574/2011, através do qual o Exmo. Promotor de Justiça, Dr. SAMIR TADEU MORAES DAHÁS JORGE, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará – AMPEP, requer ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público que sumule o entendimento a respeito da análise dos artigos 90 e 142, VI da Lei Complementar nº 057/2006, objetivando esclarecê-los e evitar no futuro qualquer tipo de impugnação nos certames de merecimento.
9. Apreciação do Relatório de Inspeção Ordinária nº 008/2011-MP/CGMP, realizada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público na Promotoria de Justiça de Salvaterra, no dia 24 de março de 2011, encaminhado através do Of. nº 697/2011-MP/CGMP, protocolizado sob o nº 14546/2011.
10. Apreciação do Relatório de Inspeção Ordinária nº 007/2011-MP/CGMP, realizada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público na Promotoria de Justiça de Soure, no dia 25 de março de 2011, encaminhado através do Of. nº 721/2011-MP/CGMP, protocolizado sob o nº 14584/2011.
11. Julgamento de REMOÇÃO na 2ª Entrância, para o cargo de 2º Promotor de Justiça de Tucuruí, pelo critério de ANTIGUIDADE

- ED-001/2011 - Processo nº 002/2011/MP/CSMP. Há candidatos à vaga.

12. Julgamento de REMOÇÃO na 1ª Entrância, para o cargo de Promotor de Justiça de Bagre, pelo critério de MERECIMENTO - ED-002/2011 - Processo nº 003/2011/MP/CSMP. Há candidatos à vaga.

13. Julgamento de REMOÇÃO na 1ª Entrância, para o cargo de Promotor de Justiça de Uruará, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-002/2011 - Processo nº 004/2011/MP/CSMP. Há candidatos à vaga.

14. Julgamento de REMOÇÃO na 1ª Entrância, para o cargo de Promotor de Justiça de São Felix do Xingu, pelo critério de MERECIMENTO - ED-002/2011 - Processo nº 005/2011/MP/CSMP. Há candidatos à vaga.

15. Julgamento de REMOÇÃO na 1ª Entrância, para o cargo de Promotor de Justiça de Curralinho, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-002/2011 - Processo nº 006/2011/MP/CSMP. Há candidatos à vaga.

16. O que ocorrer.

Belém, 26 de abril de 2011.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça Criminal

Secretário do Conselho Superior

EXTRATO DA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CSMP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225990
EXTRATO DA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2011

(Lei nº 8.625, de 12/02/1993 – art. 15, § 1º)

DATA E HORA – 28/01/2011, das 11:00h às 14:30h.

LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. PRESENTES – Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional, com delegação; Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, Secretário do Conselho Superior, Dra. ANA LOBATO PEREIRA e os Conselheiros Convocados: Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dra. ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER.

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutido o assunto constante da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

O ilustre Secretário do Conselho Superior, Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, requereu a inversão da pauta.

2. Distribuição de Processos para revisão de arquivamento.

2.1. Oito processos distribuídos à Conselheira Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA

2.1.2.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 008/2008-MP/PJC (Protocolo nº 2150/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 310/2010-MP/PJC). Interessado(s): EX-PREFEITO JOSUE NEVES. Assunto: INTERRUPCAO DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE PUBLICA MUNICIPAL DE ARAQUAIM E TRANSPORTE ESCOLAR.

2.1.3.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 014/2007-MP/PJC (Protocolo nº 2164/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 304/2010-MP/PJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: CONTRATACAO IRREGULAR DE FUNCIONARIOS PELA PREFEITURA DE CURUCA

2.1.4.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 006-A/2008-MP/PJC (Protocolo nº 2171/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 305/2010-MP/PJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUCA. Assunto: CONTRATACAO IRREGULAR DE FUNCIONARIOS E IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE ESCOLAR

2.1.5.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 007/2008-MP/PJC (Protocolo nº 2172/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 307/2010-MP/PJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUCA. Assunto: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL DE CURUCA

2.1.6.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 003/2010-MP/PJC (Protocolo nº 2174/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 309/2010-MPPJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: PROVIDENCIAS EM RELACAO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CURUCA

2.1.7.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 002/2010-MP/PJC (Protocolo nº 2175/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 308/2010-MP/PJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUCA. Assunto: CRIME CONTRA ADMINISTRACAO PUBLICA E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO EX-PREFEITO JOSE DA SILVA NEVES E SECRETARIOS MUNICIPAIS, EXERCICIO 2005/2008

2.1.8.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 006/2008-MP/PJC (Protocolo nº 2176/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 306/2010-MP/PJC). Interessado(s): A COLETIVIDADE, CAMARA MUNICIPAL DE CURUCA. Assunto: DENUNCIA DE CONTRATO DE LOCACAO DE VEICULO IRREGULAR PELA CAMARA MUNICIPAL DE CURUCA

2.1.9.PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 011/2007-MP/PJC (Protocolo nº 1166/2011). Procedência: PJ. DE CURUCA (Of. nº 296/2010-MP/PJC). Interessado(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA. Assunto: PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIO SEDUC PELO EX-PREFEITO DE TERRA ALTA

2.2.1. Cinco processos distribuídos ao Conselheiro Dr. Adélio Mendes dos Santos.

2.2.2. PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 043/2009-1ªPJDMAPC (Protocolo nº 13921/2004). Procedência: 1º PJ. DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO CULTURAL (Of. nº 717/2010-1ªPJ/MA/PC). Interessado(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM, JOAO EVANDRO DA SILVA. Assunto: Pedido de providências acerca de alagamentos na Trav. Barão do Triunfo

2.2.3. PROCESSO Nº 233/2002-PGJ (Protocolo nº 10763/2002). Procedência: 1º PJ. DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO CULTURAL (Of. nº 715/2010-1ªPJ/MA/PC). Interessado(s): KANOA INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA.. Assunto: AUTO DE INFRACAO AMBIENTAL LAVRADO CONTRA KANOA INDUSTRIA LTDA

2.2.3. PROCED.ADM.INVESTIGATORIO Nº 032/2004-2ªPJDMAPC (Protocolo nº 2953/2011). Procedência: 2º PJ. DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO CULTURAL (Of. nº 05/2011-2ªPJ/MA/PC). Interessado(s): ANDERSON MOREIRA FLORES, HILTON FRANCA MACEDO. Assunto: PEDIDO DE PROVIDECIAS SOBRE SUPOSTA POLUICAO AMBIENTAL PELO LAVAJATO, DE PROPRIEDADE DE ANDERSON MOREIRA FLORES.

2.2.4. PROCED.ADM.INVESTIGATORIO S/Nº/2002 (Protocolo nº 4000/2011). Procedência: 1º PJ. DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO CULTURAL (Of. nº 606/2010-MP/1ªPJ/MA/PC). Interessado(s): FLORISVALDO PENA DE SOUSA. Assunto: DENÚNCIA DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E SONORA POR OFICINA MECÂNICA LOCALIZADA NO CONJ. CATALINA, EM BELÉM-PA.

2.2.5. PROCESSO Nº 036/2010-1ªPJDMAPC (Protocolo nº 4005/2011). Procedência: 1º PJ. DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO CULTURAL (Of. nº 718/2010-MP/1ªPJ/MA/PC). Interessado(s): MORADORES DA VILA GENY. Assunto: RECLAMAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA DEMOLIÇÃO DO SUPERMERCADO CIDADE, NA AV. GENTIL BITTENCOURT, BELÉM-PA.

2.3.1. Cinco processos distribuídos à Conselheira Dra. Ana Lobato Pereira

2.3.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 002/2007-PJJ (Protocolo nº 2117/2011). Procedência: PJ. DE JURUTI (Of. nº 797/2010-MP/PJJ). Interessado(s): LUIZ CARLOS ALBUQUERQUE ARAUJO. Assunto: SUPOSTA IRREGULARIDADE NO FUNCIONAMENTO, ENCERRAMENTO E PRESTACAO DE CONTAS DA COOPER OESTE

2.3.3. PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 068/2003-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 2118/2011). Procedência: PJ. DE JURUTI (Of. nº 800/2010-MP/PJJ). Interessado(s): RAIMUNDO FLORECI DE SOUZA RAMOS, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA - COSANPA. Assunto: RELACAO DE TRABALHO ENTRE RAIMUNDO FLORECI DE SOUZA RAMOS E COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA - COSANPA

2.3.4. PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 007/2009-MP/PJB (Protocolo nº 3537/2011). Procedência: PJ. DE BAGRE (Of. nº 023/2011-MP/PJB). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: VERIFICAR A EXISTENCIA DE CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR URBANO NO MUNICÍPIO DE BAGRE.

2.3.5 PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 001/2009-MP/PJB (Protocolo nº 3542/2011). Procedência: PJ. DE BAGRE (Of. nº 022/2011-MP/PJB). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: VERIFICAR A EXISTENCIA DE CONSELHO DE CULTURA NO MUNICIPIO E BAGRE.

2.3.6.PROCESSO Nº 005/2009-2ªPJMA (Protocolo nº 4088/2011). Procedência: 1º PJ. DE MONTE ALEGRE (Of. nº 006/2011-1ªPJMA). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES CONTRA EX-PREFEITO E SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

2.4.1. Cinco processos distribuídos à Conselheira Dra. ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER.

2.4.2.PROCESSO Nº 364/2009-PGJ (Protocolo nº 36274/2009). Procedência: COORDENADOR CRIMINAL (Of. nº 091/2010/1ªPJJS-MPPA). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: APURACAO DE SUPOSTA PRATICA DE ILICITOS PENAIS NO AMBITO HOSPITALAR.

2.4.3.PROCESSO Nº 017/2006-MP/CCRIM (Protocolo nº 47594/2010). Procedência: COORDENADOR CRIMINAL (Of. nº 090/2010-1ªPJJS-MPPA). Interessado(s): EDINEY DIEGO PANTOJA, LUIZA (IRMA DE FABIANO JOSE B. BARROS). Assunto: CRIME DE AMEACA (ART. 147 CPB)

2.4.4.EXPEDIENTE Nº 214/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 38690/2008). Procedência: 3º PJ. DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS E PATRIMONIO PUBLICO (Of. nº 001/2011-MP/3ªPJ/DC/PP). Interessado(s): ESTADO DO PARA, ORGANIZACAO SOCIAL VIA AMAZONIA. Assunto: DENUNCIA DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A ORGANIZACAO SOCIAL VIA AMAZONIA E GOVERNO DO ESTADO DO PARA

2.4.5.PROCESSO Nº 046/2009-MP/PJ/DC (Protocolo nº 3829/2011). Procedência: 3º PJ. DO CONSUMIDOR (Of. nº 024/2011-MP/3ªPJ/DC). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: APURAÇÃO DE CONDUTAS IRREGULARES DE TORCIDAS ORGANIZADAS EM JOGOS DE FUTEBOL DO CAMPEONATO PARAENSE.

2.4.6.PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 041/2008-MP/PJ/DC/PP (Protocolo nº 3867/2011). Procedência: 3º PJ. DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS E PATRIMONIO PUBLICO (Of. nº 004/2011-MP/3ªPJ/DC/PP). Interessado(s): CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Assunto: APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FALHAS OU IRREGULARIDADES, ENCAMINHADO EM RAZÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E O MP/PA.

2.5.1 Quatro processos distribuídos ao Conselheiro Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR.

2.5.1.PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 006/2010 (Protocolo nº 1802/2011). Procedência: 2º PJ. DE SANTA IZABEL DO PARA (Of. nº 357/2010-MP/2ªPJSIP). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: PROVIDENCIAS PARA APURACAO DE 82 FUGAS NO MES DE DEZEMBRO DE2009, NA COLONIA AGRICOLA `HELENO CLAUDIO FRAGOSO, INFORMADOS PELO CONSELHO PENITENCIARIO - COPEN

2.5.2.PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 001/2011-MP/1ªPJA (Protocolo nº 3052/2011). Procedência: 1º PJ. DE ALENQUER (Of. nº 007/2011-MP/1ªPJA). Interessado(s): MUNICIPIO DE ALENQUER, LAERCIO GUTEMBERG FARIAS DO VALE CALDERARO, ANTONIO FERNANDO DA SILVA COSTA, FRANCISCA CLAUDIA ALVES LEITAO, JOGLI RABELO LEITAO. Assunto: REPRESENTACAO CRIMINAL PARA APURACAO DE DENUNCIACAO CALUNIOSA E FORMACAO DE QUADRILHA

2.5.3.PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 001/2010 (Protocolo nº 3898/2011). Procedência: PJ. DE SANTA LUZIA DO PARA (Of. nº 262/2010-MP/PJSLP). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: TRABALHO PREVENTIVO PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A REALIZAÇÃO DA “FESTA POP”, NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ, EM 24/09/2010.

2.5.4.PROCED.ADM.PRELIMINAR Nº 001/2010 (Protocolo nº 3636/2011). Procedência: PJ. DE AUGUSTO CORREA (Of. nº 024/2011-MPPJAC). Interessado(s): A COLETIVIDADE. Assunto: PROVENIENTE DO BAR SOLAR DA BEIRA, NO MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA

1. Apreciação de Proposta de alteração da Resolução Nº 001/2009/MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento. O Egrégio Conselho Superior retomou as discussões sobre as propostas de alteração da Resolução Nº 001/2009/MP/CSMP, a partir do artigo 6º (sexto), estendendo-se até o artigo 11 e, apreciou ainda, as seguintes propostas encaminhadas por Membros da Instituição:

1.1. Apreciação do Ofício nº 150/2010-MP/CAO (Protocolo nº 40129/2010), subscrito pelos Promotores de Justiça, Coordenadores de Centros de Apoio Operacional, Dr. NATANAEL CARDOSO LEITÃO, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, Dra. REGINA DE FÁTIMA SADALLA SILVA e Dr. RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES, sugerindo a adoção de tabela com critérios específicos de avaliação do merecimento de Membros em exercício de atividades de Coordenação e Assessoramento. O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO do expediente, e, por sugestão do

Conselheiro, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, DECIDIU, à unanimidade, encaminhar cópia do expediente à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para manifestação acerca do pedido.

1.2. Apreciação do Ofício no 2129/2010-MP/CGMP, protocolado sob o n.º 40859/2010, através do qual a Exma. Corregedora-Geral do Ministério Público do biênio 2009-2010, Dra. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, sugeriu modificações no artigo 9º da Resolução Nº 001/209/MP/CSMP. O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO da proposta e DECIDIU, à unanimidade, acolher as sugestões propostas e efetuar as modificações no texto da Resolução.

Às 14h30, em razão do adiantado da hora, o Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, suspender a sessão, para continuação dos trabalhos em nova Sessão Extraordinária agendada para o dia 02/02/2011, às 9h00.

Belém-Pa, 28 de janeiro de 2011.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça Criminal

Secretário do Conselho Superior

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225992**

Termo Aditivo: 7

Data de Assinatura: 26/04/2011

Vigência: 29/04/2011 a 28/04/2012

Justificativa: Prorrogação de vigência de prazo.

Contrato: 6

Exercício: 2008

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

03122123745120000 339039 0101000000 Estadual

Contratado:

Endereço: , Bairro: ,

CEP. - - /

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225981
PORTARIA: 865/2011**

Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: MOCAJUBA/PA - BRASIL

Destino(s):

BARCARENA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999980/PAULO FERREIRA COSTA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 2.5 diárias (Completa) / de 13/04/2011 a 15/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225964
PORTARIA: 863/2011**

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES NESTA CAPITAL.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991504/ANDESRON LUIZ LIMA DOS SANTOS (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 12/04/2011 a 12/04/2011

999617/MARIA LUCINEIDE BARBOSA MONTEIRO (TÉCNICO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 12/04/2011 a 12/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225953
PORTARIA: 862/2011**

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

MARACANÃ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991504/ANDERSON LUIZ LIMA DOS SANTOS (OFICIAL DE SERVIÇOS AUXILIARES) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 11/04/2011 a 11/04/2011

9991131/ERICSON NASCIMENTO DA SILVA (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 11/04/2011 a 11/04/2011

999617/MARIA LUCINEIDE BARBOSA MONTEIRO (TÉCNICO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 11/04/2011 a 11/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225936
PORTARIA: 860/2011**

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999617/MARIA LUCINEIDE BARBOSA MONTEIRO (TÉCNICO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 18/04/2011 a 18/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225940
PORTARIA: 861/2011**

Objetivo: TRATAR DE ASSUNTOS AFETOS AO PROGRAMA “O MINISTÉRIO PÚBLICO E A COMUNIDADE”.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

BELÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999918/IVAN NAZARENO PEREIRA DA SILVA (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 18/04/2011 a 18/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225906
PORTARIA: 856/2011**

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA GRACE KANEMITSU PARENTE.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

GARRAÃO DO NORTE/PA - Brasil<br

Servidor(es):

3330274/MUÇAEDE FRUTUOSO ALVES (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 13/04/2011 a 13/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225896
PORTARIA: 855/2011**

Objetivo: PARTICIPAR DO CURSO PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO PREGOEIRO - TÉCNICO E PRÁTICO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO PAULO/PA - Brasil<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225911
PORTARIA: 858/2011**

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA DA PROMOTORA DE JUSTIÇA GRACE KANEMITSU

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

3330274/MUÇAEDE FRUTUOSO ALVES (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 12/04/2011 a 12/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225919
PORTARIA: 859/2011**

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTRA DE JUSTIÇA ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

PARAGOMINAS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333266/JOSÉ AILTON DE ARAÚJO (SARGENTO PM) / 3.5 diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 15/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225788
PORTARIA: 855/2011**

Objetivo: PARTICIPAR DO CURSO PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO PREGOEIRO - TEÓRICO E PRÁTICO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO PAULO/SP - Brasil<br

Servidor(es):

9991203/ANELICE FONSECA BELÉM LEITÃO SILVA (ASSESSOR DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA) / 2.0 diárias (Completa) / de 28/05/2011 a 01/06/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225732
PORTARIA: 854/2011**

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SANTARÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

999770/ANDRÉ DE OLIVEIRA SOBRINHO (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011

9991675/RENATO ALBUQUERQUE CHAVES (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225711
PORTARIA: 848/2011**

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003, DE 1º/07/2009

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

NOVA TIMBOTEUA/PA - Brasil<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225719
PORTARIA: 849/2011**

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003, DE 1º/07/2009.

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

NOVA TIMBOTEUA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333247/LUIZ ANTÔNIO MENDES ARAÚJO (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 23/02/2011 a 24/02/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225777**

PORTARIA: 857/2011
Objetivo: CONDUZIR A PROMOTORA DE JUSTIÇA GRACE KANEMITSU PARENTE.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.
Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL
Destino(s):
SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA - Brasil<br
Servidor(es):
9991131/ERICSON NASCIMENTO DA SILVA (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 12/04/2011 a 12/04/2011<br
Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225770
PORTARIA: 854/2011
Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
SANTARÉM/PA - Brasil<br
Servidor(es):
999770/ANDRÉ DE OLIVEIRA SOBRINHO (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011
9991675/RENATO ALBUQUERQUE CHAVES (TÉCNICO ESPECIALIZADO) / 2.5 diárias (Completa) / de 27/04/2011 a 29/04/2011<br
Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

PORTARIAS PGJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225559
PORTARIA Nº 1709/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
AUTORIZAR o Promotor de Justiça, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA para, como representante do Ministério Público, participar de reunião da Comissão Justiça e Paz do Regional Norte 2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, no dia 26/4/2011, nesta Capital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça
Obs.: Republicada por incorreções no DOE de 27.04.2011.

PORTARIA Nº 4487/2010-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER ao Promotor de Justiça MAURIM LAMEIRA VERGOLINO, licença para tratamento de saúde, no período de 26/10 a 6/11/2010, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 3 de novembro de 2010.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5325/2010-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos para atuação no município de Belém, na forma do art. 10, inciso IX, alínea f da Lei nº 8.625/93, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
R E S O L V E :

DESIGNAR a Promotora de Justiça VALÉRIA PORPINO NUNES IANNUZZI para exercer o 3º cargo Criminal de Ananindeua, em virtude da atuação da Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS, no município de Belém, no período de 1/1 a 31/3/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 17 de dezembro de 2010.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 854/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
REVOGAR, a contar de 7/2/2011, a PORTARIA Nº 5137/2010-MP/PGJ, de 16/12/2010, que designou o Promotor de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO, para sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 3 de março de 2011.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 855/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 020/2011-MP/3ªPJ/DCPP, de 4 de fevereiro de 2011, protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 6154/2011,
R E S O L V E :
DESIGNAR a Promotora de Justiça SUELY REGINA AGUIAR CRUZ para sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público, no período de 7/2 a 6/6/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 3 de março de 2011.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 884/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a convocação do Promotor de Justiça Luiz Márcio Teixeira Cypriano para atuação no município de Belém, na forma do art. 10, inciso IX, alínea f da Lei nº 8.625/93, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
R E S O L V E :
CONVOCAR a Promotora de Justiça ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA para, até 8/2/2011 exercer o cargo de Promotor de Justiça de Capanema, em virtude da atuação do Promotor de Justiça LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO no município de Belém, a contar de 1º/2/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 4 de março de 2011.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N º 1053/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
TRANSFERIR as férias do Promotor de Justiça JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3464/2010-MP/PGJ, de 19/8/2010, em 2/2 a 3/3/2011 para 1º a 30/7/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 17 de março de 2011.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1301/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 0059/2011/MP/3ªPJCRIM, de 16/3/2011, protocolizado sob o nº 10338/2011,
R E S O L V E :
CONVOCAR o Promotor de Justiça FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA, para exercer atribuições perante o 3º cargo Criminal de Marabá, no período de 1º a 30/4/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 30 de março de 2011.
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1302/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 0059/2011/MP/3ªPJCRIM, de 16/3/2011, protocolizado sob o nº 10338/2011,
R E S O L V E :
CONVOCAR a Promotora de Justiça ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN para, conjuntamente com a Promotora de Justiça MAYANNA SILVA DE SOUZA QUEIROZ, oficial perante o 1º cargo de Promotor de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Marabá, a partir de 1º/4/2011 a 31/5/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 30 de março de 2011.
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1377/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
R E S O L V E :
DESIGNAR a Promotora de Justiça VALÉRIA NOGUEIRA DA SILVA para exercer o cargo de Promotor de Justiça de Capitão Poço, em virtude das férias da Promotora de Justiça LÍLIAN NUNES E NUNES, no período de 1º a 30/4/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 1º de abril de 2011.
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1450/2011-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Grace Kanemitsu Parente para atuação nos municípios de Capanema e Garrafão do Norte, de acordo com o art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei nº 8.625/93, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
R E S O L V E :
DESIGNAR o Promotor de Justiça RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA para, até 30/4/2011, exercer o cargo de Promotor de Justiça de Novo Repartimento, em virtude da atuação da Promotora de Justiça GRACE KANEMITSU PARENTE nos municípios de Capanema e Garrafão do Norte, a contar de 1º/4/2011, sem prejuízo de suas atribuições no município de

Tucuruí.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 5 de abril de 2011.
ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1451/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a atuação dos Promotores de Justiça Arnaldo Célio da Costa Azevedo e Daniel Henrique Queiroz de Azevedo, respectivamente, nos municípios de Belém e São Miguel do Guamá, de acordo com o art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei nº 8.625/93, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, inciso IX, alínea f e inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:
CONVOCAR o Promotor de Justiça JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO para, até 10/4/2011, exercer atribuições cumulativas no 1º cargo de Promotor de Justiça de Paragominas e Promotor de Justiça de Viseu, em virtude da atuação dos Promotores de Justiça ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO e DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, respectivamente, nos municípios de Belém e São Miguel do Guamá, a contar de 1º/4/2011.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 5 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N º 1499/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER ao Promotor de Justiça MÁRCIO LEAL DIAS, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2009/2010, e autorizar o gozo de 30 (trinta) dias no período de 13/4 a 12/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1512/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 11625/2011, em 30/3/2011, de iniciativa da Srª. Coordenadora das Promotorias de Justiça Criminais da Capital, Drª. Maria Luiza Loureiro de Borborema,

R E S O L V E:
CONVOCAR o Promotor de Justiça CARLOS STILIANIDI GARCIA para, até 31/5/2011, exercer os 2º e 3º cargos da Promotoria de Justiça de Entorpecentes e Crimes de Imprensa, em virtude, respectivamente, da atuação do Promotor de Justiça CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA como Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará e da convocação do Promotor de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA ao cargo de Procurador de Justiça, a contar de 1º/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1513/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 11625/2011, em 30/3/2011, de iniciativa da Srª. Coordenadora das Promotorias de Justiça Criminais da Capital, Drª. Maria Luiza Loureiro de Borborema,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA para, até 31/5/2011, exercer o 1º cargo do Tribunal do Júri da comarca de Belém, em virtude da nomeação do Promotor de Justiça JOSÉ RUI DE ALMEIDA BARBOZA para assessorar a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 1º/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1546/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :
CONCEDER à Promotora de Justiça SAMILE SIMÕES ALCOLUMBRE, licença por luto no período de 1º a 8/4/2011, com fulcro no art. 137 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1550/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Memo nº 38/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 12/4/2011,

R E S O L V E:
DESIGNAR o Procurador de Justiça ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO para atuar como órgão de execução, nos termos do art. 29, IX da Lei 8.625/93 c/c art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057/2006, referente ao expediente protocolizado neste órgão sob o nº 1465/2011, em 10/1/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1551/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Memo nº 37/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 12/4/2011,

R E S O L V E:
DESIGNAR o Procurador de Justiça RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA para atuar como órgão de execução, nos termos do art. 29, IX da Lei 8.625/93 c/c art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057/2006, referente ao expediente protocolizado neste órgão sob o nº 41248/2010, em 5/11/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1552/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Memo nº 36/2011/ASS/JUR/PGJ, datado de 12/4/2011,

R E S O L V E:
DESIGNAR o Procurador de Justiça CLAUDIO BEZERRA DE MELO para atuar como órgão de execução, nos termos do art. 29, IX da Lei 8.625/93 c/c art. 56, IX, da Lei Complementar nº 057/2006, referente ao expediente protocolizado neste órgão sob o nº 873/2011, em 5/1/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1553/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO para, até 30/4/2011, como representante do Ministério Público, exercer atribuições perante o Juizado Especial de Santa Bárbara do Pará, sem prejuízo de suas atribuições no município de Benevides, a contar de 1º/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1556/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :
CONCEDER à Promotora de Justiça SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 11 a 20/4/2011, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1557/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :
CONCEDER à Promotora de Justiça VIVIANE VERAS DE PAULA, licença para tratamento de saúde, no período de 7 a 21/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1558/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :
CONCEDER à Promotora de Justiça MAGDALENA TORRES TEIXEIRA, licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 19/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

Caderno 4

QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2011

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 1563/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

ALTERAR o período das férias do Promotor de Justiça RODIER BARATA ATAÍDE, estabelecido pela PORTARIA Nº 995/2011-MP/PGJ, de 14/3/2011, em 4/4 a 3/5/2011 para 7/4 a 6/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N º 1565/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o Promotor de Justiça WILSON PINHEIRO BRANDÃO, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3371/2007-MP/PGJ, de 10/12/2007 e suspensas pela PORTARIA Nº 955/2008-MP/PGJ, de 3/4/2008, no período de 12/4 a 11/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1566/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade assegurar a continuidade dos serviços na Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviços, as férias da Promotora de Justiça SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1258/2011-MP/PGJ, de 25/3/2011, no período de 22/3 a 20/4/2011, no período de 13 a 18/4/2011, e autorizar o gozo dos 6 (seis) dias restantes, no período de 25 a 30/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1567/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Promotora de Justiça VIVIANA DOS SANTOS COUTO DELAQUIS PEREZ, 60 (sessenta) dias de férias, referentes ao exercício 2009/2010, e autorizar o gozo nos períodos de 2 a 31/5 e 1º a 30/9/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1568/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos para atuação no município de Belém, de acordo com o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO oostermosdoOficionº134/2011-COORDENAÇÃO, de iniciativa da Srª Promotora de Justiça Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo Franco Costa, Coordenadora das Promotorias de Justiça de Ananindeua, protocolizado sob o nº 11059/2011,

R E S O L V E :

DESIGNAR os Promotores de Justiça ALESSANDRA REBELO CLOS, HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA, HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO e VÂNIA CAMPOS DE PINHO para, até 6/4/2011, como representantes do Ministério Público, oficiarem em audiências judiciais relativas a processos de atribuição do 3º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua, sem prejuízo das respectivas atribuições nos municípios de Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara do Pará, em virtude da atuação da Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS no município de Belém, a contar de 25/3/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1569/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos para atuação no município de Belém, de acordo com o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO oostermosdoOficionº134/2011-COORDENAÇÃO, de iniciativa da Srª Promotora de Justiça Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo Franco Costa, Coordenadora das Promotorias de Justiça de Ananindeua, protocolizado sob o nº 11059/2011,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO para, até 6/4/2011, como representante do Ministério Público, apresentar manifestação em processos de atribuição do 3º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua, sem prejuízo de suas atribuições no município de Ananindeua, em virtude da atuação da Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS no município de Belém, a contar de 25/3/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N º 1677/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a Procuradora de Justiça DULCELINDA LOBATO PANTOJA, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1977/2002-PGJ, de 5/12/2002 e suspensas pela PORTARIA Nº 2143/2003-PGJ, de 24/10/2003, no período de 5/5 a 3/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N º 1678/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a Promotora de Justiça ALESSANDRA REBELO CLOS, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA Nº 639/2010-MP/PGJ, de 16/2/2010 e suspensas pela PORTARIA Nº 1008/2011-MP/PGJ, de 14/3/2011, no período de 25/4 a 24/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1680/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o Promotor de Justiça EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO a participar do Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAf, no período de 25 a 29/4/2011, nesta Capital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1681/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Promotora de Justiça POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA, licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 20/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1682/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER à Procuradora de Justiça MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS, licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 20/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1684/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

CONVOCAR o Promotor de Justiça JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ para exercer o 9º cargo de Promotor de Justiça de Família, Resíduos e Sucessão, durante a licença da titular, Drª MARIA DE BELÉM SANTOS, no período de 20/4 a 20/5/2011. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1687/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade assegurar a continuidade dos serviços na Promotoria de Justiça de Acará,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviços, as férias da Promotora de Justiça ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1638/2011-MP/PGJ, de 18/4/2011, no período de 17/4 a 16/5/2011, a partir de 25/4/2011, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1689/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade assegurar a continuidade dos serviços na Promotoria de Justiça do Juízo Singular,

R E S O L V E:

SUSPENDER, por necessidade de serviços, as férias do Promotor de Justiça WILSON PINHEIRO BRANDÃO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 1565/2011-MP/PGJ, de 12/4/2011, no período de 12/4 a 11/5/2011, a contar de 18/4/2011, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1690/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA, gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA Nº 2722/2004-PGJ, de 14/12/2004 e suspensas pela PORTARIA Nº 52/2005-PGJ, de 13/1/2005, no período de 2 a 31/5/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 20 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1696/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Promotor de Justiça LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA, licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 19/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1697/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER à Promotora de Justiça AGAR DA COSTA JUREMA,

licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 28/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1698/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CONCEDER ao Promotor de Justiça ALEXANDRE MONTEIRO VENDITTE, licença para tratamento de saúde, nos dias 14 e 15/4/2011, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1700/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

CONVOCAR o Promotor de Justiça BEZALIEL CASTRO ALVARENGA para exercer o 9º cargo de Promotor de Justiça do Juízo Singular Criminal de Belém, no período de 25 a 29/4/2011, sem prejuízo de suas atribuições nos municípios de Benevides e Belém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1701/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 14027/2011, em 14/4/2011, da lavra dos Promotores de Justiça em exercício na comarca de Itaituba,

R E S O L V E:

CONVOCAR os Promotores de Justiça ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS e FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA MARTINS para, até 20/6/2011, exercerem o 1º cargo de Promotor de Justiça de Itaituba, em virtude da licença e férias da Promotora de Justiça REGIANE BRITO COELHO OZANAN, a contar de 20/4/2011, sem prejuízo de suas atribuições no município de Jacareacanga.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1702/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 14027/2011, em 14/4/2011, da lavra dos Promotores de Justiça em exercício na comarca de Itaituba,

R E S O L V E:

CONVOCAR a Promotora de Justiça MAGDALENA TORRES TEIXEIRA para, até 20/6/2011, exercer o 2º cargo de Promotor de Justiça de Itaituba e como representante do Ministério Público, em caráter cumulativo, o Juizado Especial do município de Itaituba, em virtude das férias e licenças-prêmio do Promotor de Justiça PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ, a contar de 20/4/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1704/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação do Promotor de Justiça Alexandre

Monteiro Venditte para atuação no município de Abaetetuba, na forma do art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 14027/2011, em 14/4/2011, da lavra dos Promotores de Justiça em exercício na comarca de Itaituba,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça MAURIM LAMEIRA VERGOLINO para, até 20/6/2011, exercer o cargo de Promotor de Justiça de Aveiro, em virtude da atuação do Promotor de Justiça ALEXANDRE MONTEIRO VENDITTE no município de Abaetetuba, a contar de 20/4/2011, sem prejuízo de suas atribuições no município de Itaituba.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1705/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a convocação da Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos para atuação no município de Belém, na forma do art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 14101/2011, em 15/4/2011, de iniciativa da Srª Coordenadora da Região Administrativa Belém II, Drª Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo Franco Costa,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça SÍLVIA BRANCHES SIMÕES para, até 19/4/2011, exercer o 3º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua, em virtude da atuação da Promotora de Justiça SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS, a contar de 14/4/2011, sem prejuízo de suas atribuições no município de Ananindeua.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 25 de abril de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225560

PORTARIA: 837/2011

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA.

Fundamento Legal: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA.

Origem: ABAETETUBA/PA - BRASIL

Destino(s):

IGARAPÉ-MIRI/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333288/LUCINALDO DA SILVA PANTOJA (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 28/03/2011 a 28/03/2011

333288/LUCINALDO DA SILVA PANTOJA (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 29/03/2011 a 29/03/2011

333288/LUCINALDO DA SILVA PANTOJA (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 30/03/2011 a 30/03/2011

333288/LUCINALDO DA SILVA PANTOJA (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 31/03/2011 a 31/03/2011

333288/LUCINALDO DA SILVA PANTOJA (CABO PM) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 01/04/2011 a 01/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

TERMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225561

Ato: 61/2011

Término Vínculo: 02/05/2011

Tipo: Termino de Vínculo de Servidor

Motivo: A PEDIDO.

Orgão: MINISTERIO PUBLICO

Servidor(es):

Concurso / RAIMUNDO SÉRGIO SALES DE MATOS (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO)<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225576

PORTARIA: 838/2011

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s): MAGALHÃES BARATA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 01/04/2011 a 01/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 08/04/2011 a 08/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 11/04/2011 a 11/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 15/04/2011 a 15/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 18/04/2011 a 18/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 25/04/2011 a 25/04/2011		
333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 29/04/2011 a 29/04/2011<br		

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225585

PORTARIA: 839/2011

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DAQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): ITAITUBA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333229/EDILSON MACHADO SILVA (CABO PM) /	14.5	diárias
(Completa) / de 09/04/2011 a 22/04/2011		
333200/VANER SILVIO MIRANDA DOS SANTOS (SARGENTO PM) /	14.5	diárias (Completa) / de 09/04/2011 a 22/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225614

PORTARIA: 840/2011

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145, DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): SÃO FRANCISCO DO PARÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991659/ALEXANDRE DOS SANTOS COSTA (AUXILIAR DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO) /	2.5	diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011
999471/ANTÔNIO CARLOS ARAÚJO PIRES (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) /	2.5	diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011
9991659/MARCOS ROBERTO SIQUEIRA ANDRADE (MOTORISTA) /	2.5	diárias (Completa) / de 18/04/2011 a 20/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225701

PORTARIA: 847/2011

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA.

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003, DE 1º/07/1994

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s): NOVA TIMBOTEUA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333149/PAULO CEZAR DA SILVA SOUSA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 09/02/2011 a 10/02/2011<br		

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225688

PORTARIA: 846/2011

Objetivo: REALIZAR SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA

Fundamento Legal: CONVÊNIO Nº 003/2009, DE 1º/07/2009.

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s): NOVA TIMBOTEUA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333159/AGNALDO GARCIA (CABO PM) /	0.5	diárias
(Deslocamento) / de 02/02/2011 a 03/02/2011<br		

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225679

PORTARIA: 842/2011

Objetivo: DESEMPENHAREM SUAS ATRIBUIÇÕES JUNTO ÀQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL Nº 5.810, DE 24/01/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s): SANTARÉM E ÓBIDOS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991637/JOSÉ DE JESUS PEREIRA FILHO (AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO) /	3.5	diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 15/04/2011
9991471/MARIA DA VITÓRIA MOTTA MELO DA ROCHA (ASSES. ESPECIAL. DE APOIO TECN. OPERAC. JUD. E EXTRAJUD.) /	3.5	diárias (Completa) / de 12/04/2011 a 15/04/2011<br

Ordenador: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225644

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO

MINUTA DE EDITAL

O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aveiro, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, etc. **RESOLVE:** abrir licitação pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, para compra de **MERENDA ESCOLAR**. Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos no prédio da Prefeitura Municipal de Aveiro, localizada na Av. Pititinga s/nº, centro. ESPECIFICAÇÕES: **VALOR DO EDITAL R\$ 100,00 (cem reais). DATA DE ABERTURA: 10 de maio de 2011, às 09h00 horas.** PUBLIQUE-SE.

Luciane Alves de Oliveira
Pregoeira / Portaria nº 301/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225801

A Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri no uso de suas atribuições legais torna público aos interessados, através de seu pregoeiro Gilberto Sousa Corrêa, o Extrato do edital: **Pregão Presencial 018/2011-PMI-PP** que versa Seleção e contratação de pessoa jurídica de direito privado, para a aquisição de medicamentos, material técnico hospitalar para manutenção de diversos setores do Fundo Municipal de Saúde Igarapé-Miri/PA, Abertura 12/05/2011, as 08h:30min. Os editais encontram-se disponível na sala de Tributos da Sede da Prefeitura. Valor do edital: R\$ 100,00(cem reais). Esclarecimentos de dúvidas pelo e-mail: cpligarapemiri@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225752

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE CNPJ 04.838.496/0001-28. Torna público que solicitou a SEMA a Licença Previa p/ o loteamento de 170 unidades Habitacionais em Monte Alegre/PA

PREFEITURA DE PALESTINA DO PARÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225611

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALESTINA DO PARÁ-PA Pregão Presencial nº 015/2011: Aquisição de Gêneros Alimentícios; Materiais de Limpeza e Materiais de Expediente para atender a necessidade das atividades de manutenção do pronto atendimento do Hospital Municipal, Postos de Saúde e Centro Odontológico-Data de Abertura 10/05/2011 às 09 horas, Local: Sala da CPL na Prefeitura Municipal de Palestina do Pará-Rua Magalhães Barata S/n-Centro-CEP: 68535-000 – onde o edital poderá ser obtido gratuitamente da 08h as 12h a ser gravado em pen drive ou CD-R, fornecido pelo interessado que se identificar. Fone: 94-3351-1328-e-mail: pm.palestin@hotmail.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225659

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2011-CPL/PMB/SEMEC

A Prefeitura Municipal de Belém – PMB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado final referente a **Tomada de Preços nº 004/2011-CPL/PMB/SEMEC**, cujo objeto versa sobre a **“Contratação de Empresa Especializada para a Construção da Unidade de Educação Infantil Ayrton Senna em Terreno Localizado à Rua Mário Andreazza, Esquina Com a Passagem dos Líderes, No Bairro Parque Guajará, Belém-Pa” – SEMEC, – SEMEC**, que a empresa **RICCE CONSTRUTORA LTDA**, foi desclassificada por não atender ao Item 15.1.8 (Composição de Encargos Sociais) e a **SERVIÇOS TOTAL LTDA-ME** foi a vencedora do referido certame com o valor de R\$966.040,48 (Novecentos e Sessenta e Seis Mil, Quarenta Reais e Quarenta e Oito Centavos) Belém/PA, 27 de abril de 2011.

PRISCILA PERES SANTIAGO SALDANHA
Presidente da CPL – PMB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225573

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 018/2011 – CPL/SESMA/PMB

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM – PMB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público que a sessão Licitatória cujo objeto está especificado abaixo, fará realizar-se no dia 17/05/2011 às 11h00min – Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: “Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Preventiva e Corretiva em Motores e Bombas D’AGUA”

LOCAL: Sala da CPL, sito à Rodovia Artur Bernardes, KM 14 S/N – Tapanã, onde poderá ser adquirido o Edital.

Belém/PA, 27 de Abril de 2011.

LUIZ GUILHERME JORGE DE NAZARETH
Presidente da CPL – PMB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225681

Extrato Ata Registro de Preços. Publico para os devidos fins, a Ata de Registro de Preços 003/2011 que versa sobre a Aquisição de Materiais de Expediente, afim de suprir as necessidades da Prefeitura Municipal, Secretarias e Fundos celebrado entre Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME, Lote: 001 pelo menor lance de R\$ 7,50; Lote: 002 pelo menor lance de R\$ 53,20; Lote: 003 pelo menor lance de R\$ 46,40; Lote: 004 pelo menor lance de R\$ 13,65; Lote: 005 pelo menor lance de R\$ 65,00; Os lotes foram adjudicados no dia 30 de Março de 2011 e Homologados para a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME. Aos Interessados a Ata com detalhes encontra-se disponível na **Prefeitura Municipal de Magalhães Barata**

Extrato Ata Registro de Preços. Publico para os devidos fins, a Ata de Registro de Preços 005/2011 que versa sobre a Aquisição de Gêneros Alimentícios que visa atender a Prefeitura Municipal, Secretarias e fundos, celebrado entre Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME, Lote: 001 pelo menor lance de R\$ 57,42; Lote: 002 pelo menor lance de R\$ 225,76; Lote: 003 pelo menor lance de R\$ 30,76; Lote: 004 pelo menor lance de R\$ 17,45; Lote: 005 pelo menor lance de R\$ 14,10; Lote: 006 pelo menor lance de R\$ 18,78; Lote: 007 pelo menor lance de R\$ 57,22; Lote: 008 pelo menor lance de R\$ 32,56; Lote: 009 pelo menor lance de R\$ 30,60; Lote: 010 pelo menor lance de R\$ 49,60; Os lotes foram adjudicados no dia 31 de Março de 2011 e Homologados para a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME. Aos Interessados a Ata com detalhes encontra-se disponível na **Prefeitura Municipal de Magalhães Barata**.

Extrato Ata Registro de Preços. Publico para os devidos fins, a Ata de Registro de Preços 006/2011 que versa sobre a Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, para manutenção da Prefeitura Municipal, Secretarias e fundos, celebrado entre Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME, Lote: 001 pelo menor lance de R\$ 46,25; Lote: 002 pelo menor lance de R\$ 137,20; Lote: 003 pelo menor lance de R\$ 138,00; Lote: 004 pelo menor lance de R\$ 101,00; Lote: 005 pelo menor lance de R\$ 66,00; Lote: 006 pelo menor lance de R\$ 204,00; Os lotes foram adjudicados no dia 31 de Março de 2011 e Homologados para a empresa B e P COMERCIAL LTDA-ME. Aos Interessados a Ata com detalhes encontra-se disponível na **Prefeitura Municipal de Magalhães Barata**.

PREFEITURA DE PALESTINA DO PARÁ

Pregão Presencial nº 016/2011: Aquisição de Material Didático para atendimento das atividades de manutenção do expediente das escolas da rede municipal de Ensino de Palestina do Pará-Data 11/05/2011 às 09 Horas-Local:Sala da CPL na Prefeitura Municipal de Palestina-Rua Magalhães Barata S/n-Centro-CEP:68535-000-onde o edital poderá ser obtido gratuitamente da 08h as 12h a ser gravado em pen drive ou CD-R, fornecido pelo interessado que se identificar. Fone: 94-3351-1328-e-mail: pm.palestin@hotmail.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225811

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 129/2010

- Segundo Termo Aditivo do contrato nº 129/2010. Partes: Secretaria Municipal de Educação e Desporto/ CONTAP CONSTRUTORA LTDA. Finalidade: Alteração da Cláusula II do Contrato original. Prazo: 19/04/2011 a 19/06/2011. Fundamentação: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

RAIMUNDA LUCINEIDE GONÇALVES PINHEIRO

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225825

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO PÚBLICA EDITAL Nº: 002- SMS PROCESSO Nº: 178/2011 – SMS/PMCA OBJETO DE LICITAÇÃO: Aquisição de Móveis e equipamentos para CLÍNICA MIRIAN FURTADO. MODALIDADE: Tomada de Preços ABERTURA: 12 de maio de 2011. HORÁRIO: 09h A Secretária Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia – PA, através da Comissão Permanente instituída pela portaria nº 582/2011 - GAB/SMS, avisa aos interessados que, fará realizar no dia **12 de maio de 2011**, às 09h, na sede desta Secretaria, sito à Rua Frei Antônio Salá, Conceição do Araguaia-PA, CEP.: 68.540-000, Licitação Pública, na modalidade “Tomada de Preços”, visando: **Aquisição de móveis e equipamentos para a CLÍNICA MÍRIAN FURTADO**, conforme, disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações poderão ser dadas no endereço supracitado. Fone: 94-3421-0299 e-mail: comprassmsca@hotmail.com Conceição do Araguaia, 25 de abril de 2011.

SIMONE MIRANDA DE LOYOLA FERREIRA

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA AZUL DO NORTE

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225895

Processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº. 020/2011 **Objeto:** Aquisição de iogurte para uso na merenda escolar das escolas e creches municipais. **Abertura:** 11 de Maio de 2011 **Horário:** às 09:00 (nove) horas. **Local:** Sala da Comissão Permanente de Licitação. **Pregoeira:** Cleudence B. de Macedo **Valor do Edital:** 100,00 (cem reais). **Email:** licitacao@aguaazuldonorte.pa.gov.br

CLEUDENCE B. DE MACEDO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225888

EXTRATO DE PORTARIA Nº 0413/2011

A Prefeita Municipal de Novo Repartimento, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e no art. 93 da Lei /orgânica do Município de Novo Repartimento. Considerando o resultado do Concurso Público nº001/2006, realizado pela prefeitura Municipal devidamente homologado através do Decreto nº 027/2006. **RESOLVE:** Nomear a Servidora **CLAÚDIA HENRINGER DE FREITAS**, para exercer o cargo Efetivo de Engenheira Agrônoma. Novo Repartimento, 19 de abril de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO – PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225858

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

Custo do Projeto: **SEM ÔNUS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO, sendo o valor das inscrições revertidas em favor da OSCIP.** Locais de Realização do Projeto: **Município de Melgaço-PA e Sede da OSCIP.** Data de assinatura do TP: 20/04/2011 Início do Projeto: 21/04/2011 Término Previsto: 25/07/2011 ou entrega do Resultado Final do Concurso ao Parceiro Público. Objeto do Termo de Parceria: **PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS** ofertadas pela Prefeitura Municipal de Melgaço/PA, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes. Nome da OSCIP: **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ÁGATA.** Endereço: **Rua Santo Antônio, 432, sala 1013, Bairro da Campina, cidade de Belém – PA.** Cidade: **Belém** UF: **PARÁ** CEP: **66.010-090** Nome do responsável pelo projeto: **ELESÂNIA GARÇON ALVARENGA.** Cargo / Função: **Presidente do Instituto Ágata**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225927

Aviso de Resultado de Licitação Pregão Presencial Nº 007 / 2011-SEMED. Comunicamos as empresas vencedoras do certame que teve abertura no dia 26 de Abril de 2011 às 14:00hs: Lotes 01,02 e 07 empresa S. de Carvalho-ME no valor de R\$ 249.707,80 e os Lotes 03,04,05 e 06 a empresa CR Ribeiro no valor total de R\$ 261.200,00. O Pregoeiro.

Aviso de Resultado de Licitação Pregão Presencial Nº 008 / 2011-SEMED. Comunicamos que o certame que teve abertura no dia 27 de Abril de 2011 às 10:00hs. foi cancelado por motivo técnicos administrativos . O Pregoeiro.

Pregão Presencial Nº 010 / 2011-SEMED. A Secretaria Municipal de Educação comunica que fará realizar processo licitatório para a Aquisição de Carteiras Escolares em Madeiras de Lei, abertura prevista para o dia 10 de Maio de 2011 às 10:00hs: Os interessados deverão pegar o edital na sala da CPL da Prefeitura Municipal de Portel. O Pregoeiro.

Convite Nº 280401 / 2011-S&S. A Secretaria Municipal de Saúde comunica que fará realizar processo licitatório para a Aquisição de Materiais de Construções. Abertura prevista para o dia 05 de Maio de 2011 às 08:30hs: Os interessados deverão pegar o edital na sala da CPL da Prefeitura Municipal de Portel.

A Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225932

Adiamento de Abertura de Processo Licitatório. Aviso de Licitação Tomada de Preço nº 2/2011-050401.O Município de Capitão Poço, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que abertura da licitação pública na modalidade Tomada de Preço nº 2/2011-050401, tipo menor preço, para Contratação de empresa para realizar serviços de manutenção da rede iluminação publica com troca de material na zona rural e urbana do município, foi adiada para o dia 02/05/2011 às 10:00 hs, na sala de licitações da Prefeitura.

OZIAS FREITAS BARROSO -

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225934

Resultado de Licitação Modalidade: Pregão Presencial 006/2011/PM/SEMED. Objeto: Contratação de serviços de transporte para atender o programa PROJOVEM/CAMPO - Saberes da Terra do Município de Moju; Empresa vencedora: Martelão Transportes, Comércio & Serviços Ltda-Me Cnpj 07.875.850/0001-82; valor contratado: R\$ 46.633,50 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

WALDEMAR CARDOSO NERY JÚNIOR

Pregoeiro.

Resultado de Licitação. Modalidade: Pregão Presencial 001/2011/PM/MS. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis e material descartável, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas divisões; Empresas vencedoras: Lote 01: J. dos Reis Pereira-Me Cnpj 07.107.374/0001-50; valor contratado: R\$ 227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil reais); Lote 02: M. R. Furtado-Me Cnpj 00.600.482/0001-10; valor contratado: R\$ 330.050,00 (trezentos e trinta mil e cinquenta reais); Lote 03: S. Pantoja Damasceno-Me Cnpj 05.885.541/0001-68; valor contratado: R\$: 104.308,40 (cento e quatro mil trezentos e oito reais e quarenta centavos).

WALDEMAR CARDOSO NERY JÚNIOR

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2011-SEMAD (REPETIÇÃO DO PREGÃO Nº 002/2011)

Objeto: Aquisição de Combustível: gasolina comum, óleo diesel e óleo lubrificante. Abertura: 10 de maio de 2011 às 14:00 horas na SEMPLAN. O Edital e informações poderão ser obtidos na SEMPLAN, Santarém/PA, no horário de 08:00 às 13:00 horas ou pelo telefone (0XX93)2101-5550. Santarém, 27 de abril de 2011.

PEDRO GILSON VALÉRIO DE OLIVEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226008

A Prefeitura Municipal de Paragominas através do Departamento de Alimentação Escolar, torna público que no período de 09 a 11 de maio de 2011, realizará testes de aceitabilidade para introdução de novos alimentos ao cardápio da Alimentação Escolar. Por oportuno, solicitamos que cada empresa deverá ter uma nutricionista para o desenvolvimento de tal teste. Maiores informações pelo fone 91-37298005 com a **Drª. Galbaní Cardoso Carneiro.**

TOMADA DE PREÇOS - 011/2011 - Reabertura – Obj: Cadastramento/Credenciamento de emp. especializadas na área Educacional, objet. oferecer aos Servidores Públicos Municipais efetivos, a oportunidade de participarem de Cursos de Graduação, até 31/12/11. **Reabertura: 13/05/2011 às 09:00 h.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame.Pgm.:28/04/11.

CONT. – 455/11 – PREGÃO PRESENCIAL – 036/11, PMP/ A.R. DA SILVA JUNIOR COMÉRCIO-ME. Obj: Aquis. de 1.200 kg de Carne bovina de 1ª (bife), objet. atender as necessidades dos Departamentos: Educação Rural e Área Indígena em viagens com Equipe Técnica Administrativa e Pequenos Reparos junto as E.M.E.Fs. da Zona Rural e pelos motoristas e ajudantes dos Ônibus da Sec. Mun. de Educação.Valor global: R\$ 17.880,00. Vig: 19/04/11 a 31/12/11. Rec: FME. Ord. Desp: **Adnan Demachki - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226010

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-002-PMO/2011. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município. Contratada: Santos & Sarubbi. Valor de **R\$-1.178.339,19.** Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 07 de Março de 2011.

Contrato nº. 058/2011; Origem: Pregão Presencial PP-002-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Santos & Sarubbi. Valor de R\$-1.178.339,19. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-002-PMO/2011. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município. Contratada: M. C D. Carvalho. Valor de **R\$-3.078.051,44.** Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 07 de Março de 2011.

Contrato nº. 059/2011; Origem: Pregão Presencial PP-002-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: M. C D. Carvalho. Valor de R\$-3.078.051,44, Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-002-PMO/2011. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município. Contratada: Rosa de Souza Nogueira - Me. Valor de **R\$-339.241,40.** Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 07 de Março de 2011.

Contrato nº. 060/2011; Origem: Pregão Presencial PP-002-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Rosa de Souza Nogueira - Me. Valor de R\$-339.241,40. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-002-PMO/2011. Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município. Contratada: Cohen & Serique LTDA. Valor de **R\$-121.112,50.** Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 07 de Março de 2011.

Contrato nº. 061/2011; Origem: Pregão Presencial PP-002-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Cohen & Serique LTDA. Valor de R\$-121.112,50, Objeto: Aquisição de combustíveis, lubrificantes e carga de GLP destinadas a atender o Gabinete Civil e Secretarias Municipais deste Município deste Município.

JOSEANE DE OLIVEIRA SEIXAS

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225939

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº PP.2011.001.PMA.SEC&S

Órgão: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal de Ananindeua.

Objeto: **Contratação de Empresa Especializada** para eventos, fornecimento, transporte, locação montagem e desmontagem de arquibancadas, barracas cobertas, barreiras

contra pânico, Box truss, camarotes, cercas metálicas, coberturas tipo tenda, estandes mistos, galpões, galpões metálicos, palanques, praticáveis modulados, tabladros, tapumes metálicos, pórticos metálicos, WC químico, estruturas para rodeios, a serem utilizados em eventos internos e externos, feiras e exposições, para o atendimento das necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL.

A pregoeira, no uso de suas atribuições, comunica o adiamento do pregão, em epígrafe, anteriormente marcado para o dia 27/04/2011, às 10:00 horas, para o dia 29/04/2011, às 10:00 horas, por motivo de conveniência administrativa.

Ananindeua/PA, 26 de abril de 2011.

PRISCILLA MENDES DE MENDES

Pregoeira/PMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: S. da Costa Bentes - Me. Valor de **R\$-8.754,99**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 064/2011; Origem: Pregão Presencial PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: S. da Costa Bentes - Me. Valor de R\$-8.754,99. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: Josimar C. de Oliveira - Me. Valor de **R\$-73.218,00**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 065/2011; Origem: Pregão Presencial PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Josimar C. de Oliveira - Me. Valor de R\$-73.218,00. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: Costa & Menezes Com. de equip. elétricos e eletrônicos Ltda. Valor de **R\$-33.650,00**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 066/2011; Origem: Pregão Presencial PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Costa & Menezes Com. de equip. elétricos e eletrônicos Ltda. Valor de R\$-33.650,00. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: Piau Formulários Ltda. Valor de **R\$-5.332,04**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 067/2011; Origem: Pregão Presencial PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Piau Formulários Ltda. Valor de R\$-5.332,04. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: Valdir Divino - Me. Valor de **R\$-189,80**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 068/2011; Origem: Pregão Presencial

PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Valdir Divino - Me. Valor de R\$-189,80. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

Aviso de homologação e adjudicação Modalidade Pregão Presencial nº PP-004-PMO/2011. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais. Contratada: Rosa de Sousa Nogueira - Me. Valor de **R\$-14.837,00**. Conforme mapa comparativo anexado aos auto, homologo a Licitação na forma da Lei 8.66/93-, 11 de Março de 2011.

Contrato nº. 069/2011; Origem: Pregão Presencial PP-004-PMO/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Oriximiná, Contratada: Rosa de Sousa Nogueira - Me. Valor de R\$-14.837,00. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados, máquinas e inst. de escritório e equipamentos diversos e do mobiliário, destinados a manutenção das Secretarias Municipais.

JOSEANE DE OLIVEIRA SEIXAS

Pregoeira

Empresarial

COM. E DISTR. DE COMB. E DER. TIGRÃO LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225748

COM. E DISTR. DE COMB. E DER. TIGRÃO LTDA CNPJ 04.661.178/0001-34. Torna público que solicitou a SEMA a Licença de Operação p/ posto de combustíveis em Conceição do Araguaia/PA

M. A. HUBNER INDÚSTRIA E COMÉRCIO-ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225985

M. A. Hubner Indústria e Comércio-ME CNPJ: 04.963.220/0001-71, torna público que recebeu da SEMA a L.O. nº 4090/2009, para beneficiamento de madeira serrada em Paragominas-Pa.

J. X. DE OLIVEIRA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226011

J. X. DE OLIVEIRA, torna Público que recebeu da SEMMA/ municipal, a Licença de Operação nº 023/2011, válida até 28/03/2012, atividade de **FABRICAÇÃO DE MATERIAL CERÂMICO**, localizada a Av. Curuá-Una, nº 3510, Urumari, Santarém/Pa.

MARCOS ANTONIO MORAIS GONÇALVES –ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226013

MARCOS ANTONIO MORAIS GONÇALVES –ME, torna Público que recebeu da SEMMA/ municipal, a Licença de Operação nº 025/2011, válida até 31/03/2012, atividade de **FABRICAÇÃO DE MATERIAL CERÂMICO**, localizada a Av. Curuá-Una, nº 3510, Urumari, Santarém/Pa.

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, e Canaã dos Carajás. SINTRACPAR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226014

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, e Canaã dos Carajás. -SINTRACPAR – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Pelo presente ficam todos os associados deste **SINDICATO**, quites com suas obrigações legais e estatutárias, convidados a se fazerem presentes, na **Assembléia Geral Extraordinária**, a realizar-se na **sede provisória do SINTRACPAR**, sito na rua: “F” nº 136 Bairro: Cidade Nova, nesta cidade no dia **13 de Maio de 2011**, sendo às **9:00 horas** em 1º convocação e às **9:30 horas**, em 2º e ultima convocação com qualquer número de presentes, afim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia : **A) APROVAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO E PATRIMONIAL COMPARADO COM APLICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COM O PARECER DO CONCELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCICIO DE JANEIRO À DEZEMBRO 2010, B) PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCICIO DE 2012, COM O PARECER DO CONCELHO FISCAL.** Parauapebas/PA, 27 de Abril de 2011.

ADENILTON ALVES DE FREITAS
Presidente- SINTRACPAR.

HOLANDA E MENDONÇA LTDA ME
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226012

HOLANDA E MENDONÇA LTDA ME, torna Público que recebeu da SEMMA/municipal, a Licença de Operação nº 022/2011, válida até 28/03/2012, atividade de **FABRICAÇÃO DE MATERIAL CERÂMICO**, localizada a Rua Pirelle, s/nº, Alvorada, Santarém/Pa.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225555
SEÇÃO DO PARÁ

ACÓRDÃO Nº 25/2011. REQUERENTE: OAB/PA. ASSUNTO: Prestação de Contas da OAB/PA do exercício 2010. EMENTA: Contas do exercício 2010 da OAB/PA. Satisfeitas as condições impostas pelo Provimento nº 101/2003 e 104/2004 do Conselho Federal da OAB e consideradas Regulares, por encontrar-se em observância com as normas estabelecidas na Lei 8.906/94 e do Regulamento Geral, aprovadas à unanimidade. Vistos, relatados e discutidos, acordam os integrantes do Egrégio Conselho Seccional da OAB/PA, por unanimidade, em aprovar a prestação de contas do exercício de 2010. Sala das Sessões “ALDEBARO KLAUTAU”, em 26 de abril de 2011. aa) **JARBAS VASCONCELOS DO CARMO - Presidente da OAB/PA. Cons. ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR – Relator.**

B. DA COSTA ARAUJO NETO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225662

B. DA COSTA ARAUJO NETO, CNPJ nº 07.809.095/0001-38, torna-se público q/recebeu da SEMA a LO nº. 5453/2011 c/ validade até 31/01/2012, p/exercer a atividade de desdobro de mads. em tora p/prod. de mads. serrada na Est. N. Esperança do Piriá ao Pitoró, Est. Do Agricultor, Km-03 s/nº. no Município de Nova Esperança do Piriá/PA.

SOCOCO S.A AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225673
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ/MF 05.832.555/0001-13
NIRE/JUCEPA Nº 15.300.013.411

Capital Autorizado: R\$ 150.000.000,00
Capital Subscrito: R\$ 103.790.248,00
Capital Realizado: R\$ 103.790.248,00

Ficam convocados os Acionistas da Sococo S.A Agroindústrias da Amazônia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 07 de maio de 2011, às 08 horas, na sede social da Companhia, situada na Fazenda Sococo, à margem da Rodovia PA-252 (Mojú-Acará), Km 38, no Município de Mojú, Estado do Pará, com a seguinte ordem do dia: 1- Identificar alterações feitas no Estatuto Social da Companhia e proceder sua consolidação.

Mojú, PA, 28 de abril de 2011.

JOSÉ GIVAGO RAPOSO TENÓRIO
Presidente do Conselho de Administração

SALOMÃO SOLINO DE CARVALHO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226009
LICENÇA AMBIENTAL

SALOMÃO SOLINO DE CARVALHO, vem comunicar que protocolou junto a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) a **LAR** (Licença de Atividade Rural) para atividade de Projeto de Bovinocultura na propriedade **Fazenda São Bento**, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins-PA.

G MELO & SANTOS LTDA-AUTO POSTO ARCO IRIS II
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225745

G MELO & SANTOS LTDA-AUTO POSTO ARCO IRIS II CNPJ 02.115.216/0001-28. Torna público que solicitou a SEMA a Licença de Operação p/ posto de combustíveis em Uruará/PA

AGROINDUSTRIAL PALMASA S/A
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225365

AGROINDUSTRIAL PALMASA S/A, CNPJ-MF Nº 15.282.791/0001-67 **ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO:** Convidamos os senhores Acionistas desta sociedade a participarem das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 13 de maio de 2011, às 08:00 hs, em sua sede social na Rodovia PA 320, km 37, na cidade de Igarapé-Açu-PA, para deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **I) Em Assembléia Geral Ordinária:** a) Leitura discussão e votação do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010; b) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal c) Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal d) Outros Assuntos de interesse da Sociedade.. **II) Em Assembléia Geral Extraordinária: 1)** Assuntos de interesse da Sociedade. Igarapé-Açu-PA, 25 de abril de 2011. Ichio Miyagawa, Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Início das operações da Companhia

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Pará ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará este gás para os Estados do Piauí e Maranhão, existe também a possibilidade deste gás chegar ao Estado do Pará via Gasoduto da Venezuela ou ainda oriundo de produção dentro do próprio Estado. O fornecimento de gás natural ao Estado do Pará poderá ser antecipado através do transporte de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL). As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da construção do referido gasoduto e, conseqüentemente, início das operações, e não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Salvador, 12 de abril de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC - nº 2SP 011.609/O-8- "F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC-BA nº 015.640/O 3 "S" PA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 22 de novembro de 2006, cujo objeto social é a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização, no varejo e no atacado, de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, de produção no Estado do Pará, pela União, terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais e residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia hodierna disponível, observando as leis e as normas de proteção ao meio ambiente em todo o território do Estado do Pará.

A Companhia poderá explorar jazidas de gás natural existentes ou em prospecção para produção e distribuição canalizada mediante concessão da União, em todo o território do Estado do Pará, pode também exercer atividades correlatas a sua finalidade principal, especialmente elaboração e execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; pode ainda participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar a sua infra-estrutura disponível, objetivando a prestação de outros serviços.

A Companhia é concessionária exclusiva até o ano de 2036, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Pará, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

O início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Pará ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará este gás para os Estados do Piauí e Maranhão, existe também a possibilidade deste gás chegar ao Estado do Pará via Gasoduto da Venezuela ou ainda oriundo de produção dentro do próprio Estado. O fornecimento de gás natural ao Estado do Pará poderá ser antecipado através do transporte de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL).

O investimento para a construção das linhas de distribuição dentro da cidade de Belém está sendo estimado.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

Em todos os exercícios anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. As informações acerca de sua adoção inicial estão demonstradas na nota explicativa nº 4.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 7.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3. Diferido

De acordo com a Medida Provisória nº 449 emitida em 03 de dezembro de 2008 e convertida na Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais, referentes a manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008, que foram amortizados em 2009, vide nota explicativa nº 8.

3.4. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeresses ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.5. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

3.6. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

- (a) Circulante
- São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.
- (b) Não circulante
- São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.9. Uso de estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas o reconhecimento de perda estimada em face da vida útil do ativo imobilizado e outras perdas relacionadas a recuperação do valor de ativos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS DO CPC

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis a Companhia segue as premissas definidas no CPC 37– Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

A adoção dessas novas práticas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	1,753	11.430	2.744
Aplicações Financeiras	<u>156.331</u>	<u>82.557</u>	<u>167.439</u>
	<u>158.084</u>	<u>93.987</u>	<u>170.183</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Pará, remunerados a taxas que variam de 91% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

7. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios 10%	Máquinas e equipamentos 10%	Computadores e periféricos 20%	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	10%	10%	20%	
Custo corrigido				
Saldos em 1º de janeiro de 2009	6.689	3.550	11.215	21.454
Adições	-	-	657	657
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.689	3.550	11.872	22.111
Adições	<u>480</u>	-	<u>2.206</u>	<u>2.686</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>7.169</u>	<u>3.550</u>	<u>14.078</u>	<u>24.797</u>
Depreciação acumulada				
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(891)	(543)	(3.364)	(4.798)
Adições	(740)	(355)	(2.347)	(3.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(1.631)	(898)	(5.711)	(8.240)
Adições	<u>(714)</u>	<u>(355)</u>	<u>(2.766)</u>	<u>(3.836)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(2.345)</u>	<u>(1.253)</u>	<u>(8.477)</u>	<u>(12.076)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldos em 1º de janeiro de 2009	<u>5.798</u>	<u>3.007</u>	<u>7.851</u>	<u>16.656</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>5.058</u>	<u>2.652</u>	<u>6.161</u>	<u>13.871</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>4.824</u>	<u>2.297</u>	<u>5.601</u>	<u>12.721</u>

8.	DIFERIDO	01/01/2009
	Despesas administrativas	699.422
	Resultado financeiro líquido	24.726
	Gastos com tributos	100.629
	Total	827.777

Em dezembro de 2009 a administração analisou a recuperabilidade do ativo diferido e concluiu pela baixa do mesmo.

9.	SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	Honorários do conselho de administração	-	-	669
	Contribuição assistencial	50	-	-
	Vale transporte a pagar	74	-	-
	INSS a recolher	9.332	5.251	4.639
	FGTS a recolher	132	-	-
	Total	9.568	5.251	5.308

10.	IMPOSTOS A RECOLHER	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	ISS retido a recolher	150	355	154
	IRRF a recolher	682	1.311	1.820
	Total	832	1.666	1.974

11. CAPITAL SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito é de R\$ 3.000.000 (2009, R\$ 1.900.000), e o capital integralizado de R\$ 1.830.000 (em 2009, R\$ 1.429.350), tendo seu valor assim distribuído:

	Acionistas	31/12/2010	Valor integralizado	31/12/2009	01/01/2009
	Estado do Pará	466.650		364.000	255.000
	CS Participações Ltda.	1.363.350		1.065.350	745.000
	Total	1.830.000		1.429.350	1.000.000

No exercício de 2010 foi integralizado o montante de R\$ 400.650 (em 2009 R\$ 429.350), sendo R\$ 102.650 do Estado do Pará e R\$ 298.000 da CS Participações Ltda. Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
- prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
- prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia;
- participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- em caso de liquidação da sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do capital social da Companhia;
- no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.

O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei. A Assembléia Geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

12. DESPESAS POR NATUREZA
Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2010	2009
Serviços profissionais	37.338	76.502
Remuneração de administradores	181.507	235.247
INSS	37.648	47.613
Associação de classe	44.639	34.419
Assessoria jurídica	11.807	13.337
Passagens aéreas e hospedagens	34.742	31.702
Telefone e energia elétrica	23.142	29.847
Publicações	12.880	-
Aluguel e condomínio	11.811	10.962
Depreciação e amortização	3.836	828.219
Outros	58.741	28.796
Total	458.091	1.336.684
Classificado como:		
Classificado como:	276.584	1.101.437
Remunerações de administradores	181.507	235.347
Total	458.091	1.336.784

13.	RESULTADO FINANCEIRO	2010	2009
	Receitas financeiras		
	Rendimentos de aplicações financeiras	12.133	7.892
	Descontos obtidos	2.137	-
	Total das receitas financeiras	14.270	7.892
	Despesas financeiras		
	Juros passivos	1.997	30
	Total das despesas financeiras	1.997	30
	Resultado financeiro	12.273	7.862

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Considerações gerais
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.
b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado suas operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportado por suas acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não tinha operações com derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

15. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
A Administração da Companhia e o seu Conselho de administração autorizaram a conclusão das demonstrações financeiras em 12 de abril de 2011.									
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ									
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009									
(Valores expressos em reais - R\$)									
ATIVO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.084	93.987	170.183	Fornecedores		-	2.936	618
Adiantamentos		4	-	-	Salários, provisões e contribuições sociais	9	9.568	5.251	5.308
Impostos a recuperar	6	8.812	6.768	4.001	Impostos a recolher	10	832	1.666	1.974
Total do ativo circulante		166.900	100.755	174.184	Outras obrigações		2.111	4.245	267
					Total do passivo circulante		12.511	14.098	8.167
NÃO CIRCULANTE					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Imobilizado	7	12.721	13.871	16.656	Capital social	11	1.830.000	1.429.350	1.000.000
Diferido	8	-	-	824.777	Prejuízos acumulados		(1.774.640)	(1.328.822)	-
Total do ativo não circulante		12.721	13.871	841.433	Total do patrimônio líquido		55.360	100.528	1.000.000
					Adiantamento para futuro aumento de capital		111.750	-	7.450
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		167.110	100.528	1.007.450
TOTAL DO ATIVO		179.621	114.626	1.015.617	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.621	114.626	1.015.617
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Check	-	-	-	-					

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009			
(Valores expressos em reais - R\$)			
	Nota explicativa	2010	2009
DESPESAS			
Gerais e administrativas	12	(276.584)	(1.101.437)
Remuneração de administradores	12	(181.507)	(235.247)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(458.091)	(1.336.684)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	13	14.270	7.892
Despesas financeiras	13	(1.997)	(30)
Total		12.273	7.862
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(445.818)	(1.328.822)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ						
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009						
(Valores expressos em reais - R\$)						
	Nota Explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		1.000.000	-	1.000.000	7.450	1.007.450
Aumento de capital	11	429.350	-	429.350	(7.450)	421.900
Prejuízo do exercício		-	(1.328.822)	(1.328.822)	-	(1.328.822)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		1.429.350	(1.328.822)	100.528	-	100.528
Aumento de capital	11	400.650	-	400.650	-	400.650
Prejuízo do exercício		-	(445.818)	(445.818)	-	(445.818)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	111.750	111.750
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		1.830.000	(1.774.640)	55.360	111.750	167.110
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ						
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009						
(Valores expressos em reais - R\$)						

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(445.818)	(1.328.822)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa consumido nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7, 8	3.836	828.219
Adiantamentos outros		(4)	-
Redução dos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(2.044)	(2.767)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.936)	2.318
Salários, provisões e contribuições sociais		4.317	(57)
Impostos a recolher		(834)	(308)
Outras obrigações		(2.134)	3.978
Caixa consumido nas atividades operacionais		(445.617)	(497.439)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(2.686)	(657)
Caixa consumido nas atividades de investimento		(2.686)	(657)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	10	400.650	421.900
Adiantamento para futuro aumento de capital		111.750	
Caixa gerado nas atividades de financiamento		512.400	421.900
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		64.097	(76.196)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	93.987	170.183
No fim do exercício	5	158.084	93.987
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		64.097	(76.196)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

RELATORIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2010
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ – GÁS DO PARÁ
CNPJ: 08.454.441/0001-75

Senhores Acionistas:
A Administração da Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ, em obediência às disposições estatutárias e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, apresenta a V. Sa., o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

1. Histórico Institucional
A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Estados à exploração direta ou mediante concessão, dos serviços de gás canalizado. Nesse contexto, a Lei Estadual 6.878 de 29 de junho de 2006, autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade de economia mista com a denominação de Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ.
Em 05 de dezembro de 2006, a Gás do Pará recebeu a outorga, através da assinatura do Contrato de Concessão, da exploração de serviços de gás canalizado no Estado do Pará. Em consonância com a aludida Lei, o Governo do Estado do Pará promoveu a seleção de interessados para se tornarem acionistas da GÁS DO PARÁ, através de Edital de Convocação Pública expedido em setembro de 2006, resultando a seleção do sócio C.S. Participações Ltda.
A GÁS DO PARÁ possui a participação acionária conforme abaixo:

ACIONISTAS	ORDINARIAS	PREFERENCIAIS	TOTAIS
ESTADO DO PARÁ	51,00 %	0,00 %	25,50 %
CS	49,00 %	100,00 %	74,50 %
PARTICIPAÇÕES			
TOTAL	100,00 %	100,00 %	100,00 %

Em 22 de novembro de 2006, foi constituída a Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ, com capital subscrito de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Em 09 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social para R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). O Conselho de Administração aprovou em 14/01/2010 o aumento do capital social para R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

2. Desempenho
A GÁS DO PARÁ encontra-se em fase pré-operacional e, a manutenção administrativa da GÁS DO PARÁ é suportada pelo Capital integralizado pelos sócios, em conformidade com o orçamento anual, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Auditoria das contas e práticas contábeis referente ao exercício de 2010 foi realizada pela empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes
Ao longo do ano de 2010 foram desenvolvidas diversas ações previstas no âmbito do Termo de Compromisso assinado com a Eletronorte e demais parceiros. Também em 2010 a GÁS DO PARÁ prosseguiu com as tratativas com a PDVSA no que se refere ao suprimento de gás natural para o Pará, a Diretoria da GÁS DO PARÁ também reuniu-se com a Petrobrás sobre o referido tema.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante aos seguintes principais critérios contábeis:
As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor do mercado.
O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais.
O saldo do Diferido foi transferido para despesas por se tratarem de despesas administrativas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital subscrito é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), com um saldo a integralizar de R\$ 1.058.250,00 (hum milhão, cinqüenta e oito mil e duzentos e cinqüenta reais).

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL TOTAL INTEGRALIZADO			
ACIONISTAS	ORDINARIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL
Estado do Pará	466.650,00	-	466.650,00
CS Participações	485.069,00	990.031,00	1.475.100,00
TOTAL	951.719,00	990.031,00	1.941.750,00

Belém/PA, 10 de março de 2011

CLAUDIO LUCIANO DA ROCHA CONDE Diretor Presidente ROBERTO DE MENEZES PEDROSO Dir. Administrativo e Financeiro FABIO MOREIRA AMORIM Dir. Técnico e Comercial	Membros do Conselho de Administração da Cia Gás do Pará. Shydney Jorge Rosa Vilmos da Silva Grunvald Claudio Luciano da Rocha Conde Jose Carlos de Salles Garcez Hermano Drawin Vasconcelos Mattos	Membros do Conselho Fiscal da Gás do Pará Paulo de Andrade Lima Filho Humberto Riella Sobrinho Adjard Gaia Cruz
--	--	---

CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A. (Companhia fechada) - CNPJ nº 06.013.760/0001-10									
Relatório da Administração									
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005. Em 09 de abril de 2008, foi assinado o termo de compra e venda das ações de emissão da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., controladora de 100% do capital social da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., sendo compradora a Nara Valley Participações S.A., que adquiriu 75% da participação societária da referida empresa. Barcarena, 31 de janeiro de 2011									
A Administração									
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/Jan/2009	Passivo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/Jan/2009
Caixa e equivalentes de caixa	5	365	217	335	Empréstimos e financiamentos	11	1.955	2.198	663
Contas a receber de clientes	6	1.740	1.590	1.099	Fornecedores		1.230	1.005	408
Estoques		83	40	-	Salários e obrigações sociais		629	489	297
Ativo fiscal corrente	8	997	500	292	Impostos, taxas e contribuições		276	315	254
Despesas pagas antecipadamente		8	9	18	Operações com swap	18	110	-	-
Outros ativos		105	28	534	Outras contas a pagar		19	1.512	972
Total do ativo circulante		3.298	2.384	2.278	Total do passivo circulante		4.219	5.519	2.594
Depósitos judiciais	12	1.443	1.172	1.172	Empréstimos e financiamentos	18	4.555	6.586	3.487
Imobilizado	9	24.042	24.530	14.649	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	12	1.616	1.172	1.172
Intangível	10	119	155	81	Partes relacionadas	7	24.445	33.802	21.879
Total do ativo não circulante		25.604	25.857	15.902	Passivo fiscal diferido	17	110	-	-
					Total do passivo não circulante		30.726	41.560	26.538
					Patrimônio líquido				
					Capital social integralizado	14	30.789	11.489	11.489
					Prejuízos acumulados		(36.832)	(30.327)	(22.441)
					Total do patrimônio líquido		(6.043)	(18.838)	(10.952)
					Total do passivo e patrimônio líquido		28.902	28.241	18.180
Total do ativo		28.902	28.241	18.180					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)				
	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total			Nota	31/12/2010	31/12/2009	
Saldos em 1º de janeiro de 2009	11.489	(22.441)	(10.952)		Receita	15	17.766	13.801	
Prejuízo do exercício	-	(7.886)	(7.886)		Custo dos serviços prestados		(17.246)	(15.613)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	11.489	(30.327)	(18.838)		Lucro (Prejuízo) Bruto		520	(1.812)	
Prejuízo do exercício	-	(6.505)	(6.505)		Receitas (Despesas)				
Aumento de capital - AGO/E 30/04/2010	19.300	-	19.300		Vendas		(240)	(102)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	30.789	(36.832)	(6.043)		Administrativas		(2.919)	(3.286)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					Outras receitas		103	514	
					Outras despesas		(16)	-	
					Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.552)	(4.686)	
					Receitas financeiras	16	1.274	1.069	
					Despesas financeiras	16	(5.117)	(4.269)	
					Despesas financeiras líquidas		(3.843)	(3.200)	
					Resultado antes dos impostos		(6.395)	(7.886)	
					Imposto de renda e contribuição social				
					Imposto de renda e contribuição social - diferido	17	(110)	-	
							(110)	-	
					Resultado do exercício		(6.505)	(7.886)	
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)				
	31/12/2010	31/12/2009			1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. a. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará - CDP: A Companhia tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m ² do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$10,00 por contêiner cheio movimentado, R\$2,00 por contêiner vazio movimentado, e R\$1,00 por contêiner movimentado de carga unitizada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e <i>software</i> , sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais, arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M. A Companhia deve manter cobertura de seguros para quaisquer danos aos seus ativos, bem como para os riscos inerentes à sua própria operação e perante terceiros. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC's) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2011. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentadas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.				
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(6.395)	(7.886)							
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:									
Variações monetárias e cambiais	(343)	(1.911)							
Depreciação e amortização	2.436	2.114							
Constituição (reversão) da provisão para contingências	444	-							
Resultado na venda de ativos permanentes/baixas	4	-							
Juros sobre empréstimos apropriados	688	645							
Ganho/(perda) em operações com swap	(75)	-							
Variações nos ativos e passivos (Aumento) diminuição dos ativos:									
Contas a receber	(150)	(491)							
Estoques	(43)	(40)							
Ativo fiscal corrente	(497)	(208)							
Despesas pagas antecipadamente	1	9							
Depósitos judiciais	(271)	-							
Outros ativos	(77)	506							
Aumento (diminuição) dos passivos:									
Fornecedores	225	597							
Salários e obrigações sociais	140	192							
Impostos, taxas e contribuições	(39)	61							
Partes relacionadas	(9.357)	11.923							
Outros passivos	(1.492)	539							
Juros pagos por debêntures, empréstimos e financiamentos	(698)	(582)							
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades operacionais	(15.499)	5.468							
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Aquisição de imobilizado	(1.916)	(11.597)							
Alienação de imobilizado	-	244							
Aumento do ativo intangível	-	(93)							
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.916)	(11.446)							
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
Aumento de capital	19.300	-							
Empréstimos tomados	-	7.550							
Pagamentos de empréstimos	(1.737)	(1.690)							
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	17.563	5.860							
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	148	(118)							
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	217	335							
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	365	217							
Transações das atividades de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:									
Capitalização de juros no imobilizado	-	623							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					continua—★				

—★ continuação

CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.
(Companhia fechada) - CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

● **Nota nº 13 - Arrendamento:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa: ● **Nota nº 12 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais.**

2.5. Transição das práticas contábeis: Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa apresentou suas demonstrações financeiras utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 2010. Esses novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009, no entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, originalmente divulgadas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros: ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação: **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros. Caixa e equivalentes de caixa

abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

● **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

● **Capital social: Ações ordinárias e preferenciais:** Ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

● **Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

c. Imobilizado: ● **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A Administração da Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009.

● **Custos subseqüentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

● **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado demonstradas na Nota Explicativa nº 9, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

e. Redução ao valor recuperável: Os ativos do imobilizado e do intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

f. Ativos arrendados: Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados

como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g. Concessões de serviços públicos: A Companhia possui concessão não onerosa de serviço público decorrente do contrato de arrendamento, conforme Notas Explicativas nº 1. A Companhia atua sob regime de concessão, entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente, dessa forma não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência desse pronunciamento.

h. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receita: A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

k. Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

4. Gerenciamento do risco financeiro: Gestão de capital: Embora a Companhia venha apresentando uma situação de patrimônio líquido negativo, a política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Os de-

continua—★

continuação

CONVICON CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) - CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

b.2 - Instrumentos Financeiros "Não Derivativos":

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos e Financiamentos: Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais. Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

2010

Saldo

Valor de

Contábil

Mercado

Passivo

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

3.845

3.905

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

2.665

1.676

Total

6.510

5.581

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Natureza do saldo

2010

2009

01/01/09

Moeda

Finimp

16

229

975

€

Supplier Credit

3.829

5.509

-

€

Total

3.845

5.738

975

d. Hierarquias de valor justo:

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Derivativos de

Passivos financeiros

2010

Nível 1

Nível 2

Nível 3

Total

Swap -Itaú

-

(110)

-

(110)

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2010. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

e. Risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$187, representando 9,70% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2009, esta provisão era de R\$21 equivalente a 1,30%. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

f. Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. Vide informações quantitativas na Nota Explicativa nº 11, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

g. Risco de mercado: As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições

de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos. Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com desvalorização em relação ao Real de 3,13% e 12,26%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2009. A Administração mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos. A Administração utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Seguros: Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

CONVICON

Seguro de Operador

Portuário - SOP

Coberturas

Moeda

Vencimento

Responsabilidade Civil

20.000

US\$

Jan/2011

Bens Móveis e Imóveis

5.000

US\$

Jan/2011

Responsabilidade Civil

Empregador - RCE

1.000

US\$

Jan/2011

Responsabilidade Civil- Danos Morais

1.000

US\$

Jan/2011

Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal

600

US\$

Jan/2011

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Caio Marcelo Morel Correa - Diretor Presidente

Paulo Roberto Brandão - Diretor Administrativo

Luiz Carlos Quene

TC/CRC 1SP192166/O-6-S-PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A. Barcarena - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONVICON Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de janeiro de 2011

KPMG

KPMG

Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6 "S" PA

Wagner Petelin

Contador

CRC SP142133/O-7 "S" PA

PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A. (Companhia fechada) - CNPJ nº 08.108.954/0001-24														
Relatório da Administração														
Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. relativas ao exercício social findo em 2010. Durante o exercício de 2010, a Companhia realizou somente operações administrativas.					31 de dezembro de 2010. Pará, 31 de janeiro de 2011									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)														
Ativo	Nota	2010	2009	01/Jan/2009	Passivo	Nota	2010	2009	01/Jan/2009					
					Provisão para perda com investimentos	6	6.044	18.838	10.952					
					Partes relacionadas	5	61	21	-					
					Total do passivo circulante		6.105	18.859	10.952					
					Patrimonio líquido									
					Capital social integralizado	7-a	24.219	11.352	11.352					
					Reservas de capital	7-b	6.433	-	-					
					(Prejuízos) lucros acumulados		(36.757)	(30.211)	(22.304)					
					Total do patrimonio líquido		(6.105)	(18.859)	(10.952)					
					Total do passivo e patrimonio líquido		=	=	=					
Total do ativo		=	=	=										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)									
	Nota	Capital social integralizado	Reservas de capital Outras	Prejuízos acumulados	Total		Nota	2010	2009					
Saldos em 1º de janeiro de 2009		11.352	-	(22.304)	(10.952)	Resultado de equivalência patrimonial	6	(6.505)	(7.886)					
Prejuízo do exercício		-	-	(7.907)	(7.907)	Receitas (despesas)								
Saldos em 31 de dezembro de 2009		11.352	-	(30.211)	(18.859)	Administrativas		(41)	(21)					
Prejuízo do exercício		-	-	(6.546)	(6.546)	Resultado do exercício		(6.546)	(7.907)					
Aumento de capital AGO/E 30/04/2010		12.867	-	-	12.867	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								
Reserva de subscrição de ações AGO/E 30/04/2010	7-b	-	6.433	-	6.433	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)								
Saldos em 31 de dezembro de 2010	7-a	24.219	6.433	(36.757)	(6.105)			2010	2009					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)					Resultado do exercício									
1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto a participação em outras empresas, especialmente as que tenham por objeto social a armazenagem, consolidação, desconsolidação e a movimentação de contêineres, veículos e cargas utilizadas para exportação, importação e cabotagem. Em 9 de abril de 2008, foram vendidos 75% das ações representativas do capital social da Companhia para a empresa Nara Valley Participações S.A., esta com a finalidade de controle indireto da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., da qual a Companhia detém 100% das ações representativas do capital social. Em 30 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária sua controladora Nara Valley Participações S.A. passou a deter 87,673% das ações representativas do capital social da Companhia. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC's) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2011. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 36, desta forma, conforme faculta o item 10 desse Pronunciamento a Companhia não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 2.5. Transição das práticas contábeis: Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa apresentou suas demonstrações financeiras utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 2010. Esses novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009, no entanto, não foram apurados ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, originalmente divulgadas. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. a. Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na					Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:									
					Equivalência patrimonial					6.505 7.886 (41) (21)				
					Variações nos ativos e passivos									
					Aumento (diminuição) dos passivos:									
					Outros passivos					41 21				
					Caixa líquido oriundo das atividades operacionais					- -				
					Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
					Aumento de investimento em controladas					(19.300) -				
					Caixa líquido usado nas atividades de investimentos					(19.300) -				
					Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
					Aumento de capital					12.867 -				
					Outras reservas de capital					6.433 -				
					Caixa líquido oriundos									
					das atividades de financiamentos					19.300 -				
					Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa					- -				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					- -				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					- -				
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. • Capital social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo. b. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 4. Gerenciamento do risco financeiro: Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. 5. Partes relacionadas: a. Contas correntes:														
					2010 2009 01/01/2009									
Passivo circulante														
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.					43 3 -									
Santos Brasil Participações S.A.					18 18 -									
Total					61 21 -									
Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Convicon tinha registrado em contas correntes a pagar valores, principalmente, referente a despesas com serviços administrativos compartilhados. Em 31 de dezembro de 2009, além dos valores referentes despesas com serviços administrativos compartilhados, tinha também registrado compra de equipamentos de movimentação de carga. b. Controladores: Os controladores da Companhia são, a Nara Valley Participações S.A. que detém 87,673% das ações, e o Sr. Paulo Roberto Brandão que detém 12,327% das ações,														
continua														

Empresarial

★ continuação			
PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A. (Companhia fechada) - CNPJ nº 08.108.954/0001-24			
Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais)			
totalizando 100% das ações que representam o seu capital social. A controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A. 6. Investimentos: a. Composição dos saldos:			
	2010	2009	01/01/2009
Provisão para perda com investimento	(6.044)	(18.838)	(10.952)
	(6.044)	(18.838)	(10.952)
b. Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2009			
		Convicon	
		Contêineres de Vila	
		do Conde S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2009		(18.838)	
Aumento de capital - AGO/E 30/04/2010		12.866	
Reserva de subscrição de ações- AGO/E 30/04/2010		6.433	
Equivalência patrimonial		(6.505)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009		(6.044)	
Diretoria			
Antônio Carlos Duarte Sepúlveda Diretor Presidente	Washington Cristiano Kato Diretor Econômico-Financeiro	Caio Marcelo Morel Correa Diretor de Operações	Mauro Santos Salgado Diretor Administrativo
Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6-S-PA			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			
Aos Administradores e aos Acionistas da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. Belém - PA			
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.			
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras			
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Responsabilidade dos auditores independentes			
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em			
nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.			
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da			
apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Opinião			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
São Paulo, 31 de janeiro de 2011			
			
KPMG Auditores Independentes			
CRC SP014428/O-6 "S" PA			
Wagner Petelin			
Contador			
CRC SP142133/O-7 "S" PA			

NORTE MADEIRAS LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225987
Norte Madeiras Ltda CNPJ:11.347.565/0001-66, torna público a solicitação da renovação da L.O. junto à SEMA, Prot. nº 2011/3613, para desdobro de madeira. em tora para produção de madeira. serrada e seu beneficiamento em Benevides-Pa.

FABRICA DE CERÂMICA CASA NOVA LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225984
Fabrica de Cerâmica Casa Nova Ltda CNPJ: 07.409.628/0001-94, torna público a solicitação da L.O. junto à SEMA, Prot. nº 2010/30961, para fabricação de Cerâmica em São Miguel do Guamá-Pa.

EMA AGROPECUÁRIA S/A
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225968
Ema Agropecuária S/A CNPJ 04.990.461/0001-00. Convocamos Srs. acionistas a se reunirem em AGO/AGE a realizar-se no dia 17/05/2011, às 10:00 hs, na sede da empresa, Rodovia BR 308, Km 75, trecho Bragança/Viséu, município de Viséu-PA para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: AGO: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, e demais Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2010. AGE: a) Discutir acordo de Participação Societária de sócios anteriormente constituídos em deliberação social; b) O que ocorrer. Acham-se à disposição os documentos de que trata o art.133 da Lei 6.404/76. A Diretoria.

SINFAR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225894
SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DE BELÉM DO PARÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A Diretoria do Sindicato dos Farmacêuticos de Belém do Pará, no uso de suas atribuições, com fulcro no(s) art.(s) 13 e 16 de seu Estatuto Social, convoca a todos os associados para Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 19/05/2011, na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará, localizado na Av. Almirante Barroso, n.º 788, em primeira convocação às 17:00 h. e em segunda convocação às 18:00 h, para conhecerem e deliberarem sobre o seguinte assunto:
- Aprovação do novo Estatuto Social.
A presença de todos os farmacêuticos é fundamental para o fortalecimento de nosso sindicato, por isso não deixem de participar.

Belém, 26 de abril de 2011
ANTÔNIO CÉSAR RODRIGUES GOMES
Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Belém do Pará

NORTE MADEIRAS LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225988
Norte Madeiras Ltda CNPJ:11.347.565/0001-66, torna público que requereu à SEMA, Prot. nº 2011/9668, outorga para uso de recurso hídrico subterrâneo p/ atividade de desdobro de madeira em Benevides-Pa.

NORTE MADEIRAS LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225983
Norte Madeiras Ltda CNPJ:11.347.565/0001-66, torna público que recebeu da SEMA a L.O. nº 4694/2010, para desdobro de madeira. em tora para produção de madeira. serrada e seu beneficiamento em Benevides-Pa.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225759
NOTIFICAÇÃO
O Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, sob os termos do art. 67, III do Código de Processo Ético-Profissional, **NOTIFICA** o **Dr. MARIO ERNESTO SASSIM RODRIGUES** para apresentar **CONTRA-RAZÕES DO RECURSO** ao Conselho Federal de Medicina nos autos da **Sindicância nº303/2010**, no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da sua publicação, devendo apresentar na sede deste Conselho Regional, sito à Av. Generalíssimo Deodoro, 223, Umarizal, Belém/PA. E por se encontrar em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento deste, expediu-se este Edital, que será publicado na forma da lei.
O Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, sob os termos do art. 67, III do Código de Processo Ético-Profissional, **NOTIFICA** o **Sr. FRANCISCO LIMA COELHO** que a **Sindicância nº182/2010** foi arquivada, e cabe **RECURSO** ao Conselho Federal de Medicina no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da sua publicação, devendo apresentar na sede deste Conselho Regional, sito à Av. Generalíssimo Deodoro, 223, Umarizal, Belém/PA. E por se encontrar em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento deste, expediu-se este Edital, que será publicado na forma da lei.
Drª. Maria de Fátima Guimarães Couceiro-Presidente

C.N.P.J.: 04.102.265/0001-51

Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa encerrados em 31.12.2010, Tailândia - Pará, 19 de Abril de 2011. - **Diretoria:** José Hilário Rodrigues de Freitas - José Elanir de Lima - Marcelo Silva do Amaral Brito - **Contador:** Paulo de Tarso Souza. CRC - PA 012897/0-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2010	2009	1/1/2009		2010	2009	1/1/2009		2010	2009
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE						
Caixas e equivalentes de caixa (nota 4.b) e 5)	76	88	93	Fornecedores (nota 12)	8.173	8.326	13.883	Receita Operacional Líquida (nota 4.j) e 18)	137.828	124.208
Duplicatas a receber	9	-	-					Custos dos produtos vendidos (nota 19)	(114.106)	(111.593)
Adiantamentos e valores a receber	747	703	408	Obrigações sociais e traba-				LUCRO OPERACIONAL BRUTO	23.722	12.615
				lhistas (nota 4.h) e 13)	6.917	6.245	6.227	Despesas com vendas	(88)	(59)
Impostos a recuperar (nota 6)	4.548	3.011	1.574	Obrigações fiscais (nota 14)	3.866	1.316	1.036	Despesas administrativas (nota 20)	(12.456)	(10.933)
Estoques (nota 4.C) e 7)	2.314	2.247	2.523	Credores diversos (nota 15 e 25)	18.384	14.654	39	Outras receitas operacionais líquidas	7.777	281
Despesas antecipadas	187	130	95	Dividendos obrigatórios	3.188	397	2.192	RESULTADO OPERACIONAL	18.955	1.904
								Receitas financeiras	221	85
Total do ativo circulante	7.881	6.179	4.693	Total do passivo circulante	40.528	30.938	23.377	Despesas financeiras	(858)	(319)
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				RESULTADO FINANCEIRO (nota 4.I) e 21)	(637)	(234)
Depósitos judiciais (nota 16)	4.435	915	360	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	18.318	1.670
				Provisão para contingências	4.255	2.764	2.675			
				(nota 4.i) e 16)				SOBRE A RENDA		
Investimentos temporários (nota 8)	960	960	960	Débitos com empresas	-	5.278	6.288	Provisão para Imposto de Renda		
				ligadas (nota 25)				Contribuição Social (nota 4.k) e 22)	(4.896)	-
				Total do passivo não circulante	4.255	8.042	8.963			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO				RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERA-		
Investimentos	-	2	8	Capital social (nota 17.a)	141.331	141.331	140.409	ÇÕES CONTINUADAS	13.422	1.670
Imobilizado (nota3, 4.d), e), o) e 9)	247.064	234.997	225.433	Reservas de lucros (nota	81.340	70.709	68.166			
Intangível (nota 3,4.f), o) e 10)	943	514	295	17.b), d) e e)				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fi-		
								nanceiras		
Diferido (nota 2.1, 3,4.g), o) e 11)	6.171	7.453	9.166		222.671	212.040	208.575			
	254.178	242.966	234.902							
Total do ativo não circulante	259.573	244.841	236.222							
TOTAL DO ATIVO	267.454	251.020	240.915	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	267.454	251.020	240.915			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								2010	2009	
									(Reapre-	
Reserva de lucros									sentado)	
	Capital	Reserva de	Reserva	Reserva es-	Reserva para	Lucros	Total	FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS		
	social	incentivos	legal	pecial para	aumento	acumula-		OPERAÇÕES		
								Lucro líquido do exercício		
								13.422	1.670	
								Ajustes para reconciliar o resultado do		
								exercício com recursos provenientes de		
								atividades operacionais:		
								13.289	13.466	
								1.491	935	
								526	1.603	
								15.306	16.004	
								Redução (aumento) nos ativos:		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	140.409	1.874	4.652	6.164	55.476	-	208.575	Duplicatas a receber		
(Reapresentado)								(9)	-	
Integralização Excesso de Reserva - Con-								(44)	(296)	
forme AGO 30/04/09	922	(767)			(155)		-	(1.537)	(1.435)	
Integralização de Dividendos Não Pagos				2.192			2.192	(67)	(276)	
Lucro do exercício							1.670	(3.520)	(555)	
Destinação do resultado:								(57)	(36)	
Constituição da reserva legal			84					(5.234)	(2.598)	
Dividendos mínimos obrigatórios				2.192				Aumento (redução) nos passivos:		
Constituição de reserva para dividendos								(153)	(5.557)	
Constituição de reserva para aumento de								Contas a pagar a fornecedores e pres-		
capital								tadores de serviços		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	141.331	1.107	4.736	8.475	56.391	-	212.040	Obrigações sociais e trabalhistas	672	17
(Reapresentado)								Obrigações Fiscais	2.550	280
Integralização de Dividendos Não Pagos				397			397	Credores Diversos	3.730	12.512
Lucro do exercício							13.422		6.799	7.252
Destinação do resultado:								RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES	30.293	22.328
Constituição da reserva legal			671				(671)	DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Dividendos mínimos obrigatórios							(3.188)	FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATI-		
Constituição de reserva para dividendos				956			(956)	VIDADES DE INVESTIMENTOS		
Constituição de reserva para aumento de							(8.607)	Adições ao ativo permanente	(24.244)	(21.036)
capital								Adições ao ativo intangível	(783)	(288)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	141.331	1.107	5.407	9.828	64.998	-	222.671	RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES	(25.027)	(21.324)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
								FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS		
								ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
								Pagamentos de débitos com empresas	(5.278)	(1.009)
								ligadas		
								RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES	(5.278)	(1.009)
								DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
								Redução no caixa e equivalentes	(12)	(5)
								Caixa e Equivalentes de Caixa		
								No início do exercício	88	93
								No final do exercício	76	88
								Redução no caixa e equivalentes	(12)	(5)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

AGROPALMA S/A

AGROPALMA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 30 de setembro de 1981 e tem como objeto a produção e a comercialização de frutos de dendê, sementes e mudas, formação de pastagens, o cultivo de palmeira de dendê, e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.

Em 30 de abril de 2007, as Assembleias Gerais Extraordinárias das empresas CRAI Agroindustrial S.A., Cia. Agroindustrial do Pará, Cia. Palmares da Amazônia e Amapalma S.A. aprovaram a sua cisão, sendo que a parte agrícola das referidas empresas foi incorporada pela Agropalma e a parte industrial da Agropalma foi incorporada pela Cia. Refinadora da Amazônia. Essa reorganização objetivou a otimização da estrutura organizacional das empresas, unificando as operações agrícolas, racionalizando os processos e otimizando os negócios.

O deferimento de Reestruturação Societária foi acatado e deferido por meio do processo nº 4900.000008/2007-93, conforme Ofício nº 558/2007/DGFI/SECEX/MI, de 30 de abril de 2007, do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos, da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs. Houve reclassificações no balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado na nota 3.

2.1 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis da Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de sua atualização.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras, conforme requerido na CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos e evidenciado na nota 3. Dessa forma, as demonstrações financeiras não apresentam diferenças em relação ao IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

- a) Reclassificação dos gastos com registro de marcas e patentes do imobilizado para o intangível no valor de R\$ 101 mil em 31 de dezembro de 2009 e 2008;
- b) Reclassificação do intangível para diferido dos gastos com certificação de qualidade e gastos com despesa prê-industrial no valor R\$ 598 mil e R\$ 304 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009, (R\$ 732 mil e R\$ 491 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2008).

	Apresentado em 31.12.2008	Reclassificações	2008 (Reapresentado)
Imobilizado	225.534	(101)	225.433
Intangível	1.416	(1.121)	295
Diferido	7.944	1.222	9.166
	234.894	-	234.894

	Apresentado em 31.12.2009	Reclassificações	2009 (Reapresentado)
Imobilizado	235.098	(101)	234.997
Intangível	1.316	(802)	514
Diferido	6.550	903	7.453
	242.964	-	242.964

4. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

b. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acréscido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

c. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. As importações em andamento e adiantamentos a fornecedores são registradas ao custo neste grupo. A companhia não possui produtos agrícolas em estoque, sendo que os mesmos são remetidos ao cliente no momento da colheita.

d. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (deemed cost) de acordo com o ICPC 10 por entender que o custo de formação dos ativos estão registrados a valor de mercado levando em consideração a localização e características de utilização dos mesmos, as taxas de depreciação e amortização adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos bens. Conforme demonstrado na nota nº 9, no exercício de 2010 a administração alterou revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

e. O ativo biológico é registrado pelo custo de aquisição deduzido de depreciação apurada pelo método linear. Não há um mercado ativo para definição do valor justo das culturas de palma e não é possível estimar o fluxo de caixa com precisão em função de diversas variáveis que podem afetar a produção e qualidade genética a médio e longo prazo, tais como: volume pluviométrico, déficit hídrico, diversidade de material genético e suscetibilidade a pragas.

f. O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 10.

g. O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11.

h. Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

i. São constituídas provisões para fazer face as contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda.

j. As receitas de vendas são reconhecidas a valor justo quando da entrega dos produtos com transferência dos riscos ao comprador. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que estas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.

k. O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acréscido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

l. As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros, ajustes inflacionários e variações cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, correção monetária e ajustes inflacionários sobre provisões para contingências e contas a receber, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.

m. Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos se aproximam substancialmente do valor justo destes instrumentos.

n. A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo – impairment). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizado, intangível, diferido e outros ativos não circulantes não serão recuperados no curso normal das operações.

o. As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros e variações cambiais, decorrentes de correção monetária e ajustes inflacionários sobre contas a receber, aplicações financeiras e mútuos com empresas do grupo, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.

p. Gastos relacionados a programas ambientais e responsabilidade social contínuos são registrados como custos no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados como forma de prevenção a possíveis impactos ambientais causados pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

q. A Demonstração do Resultado Abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2010 e 2009, pois a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que modificassem seu patrimônio líquido alheios ao resultado e participação dos proprietários, que exigissem a sua elaboração.

r. Moeda funcional e de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

s. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estão assim demonstrados:

	2010	2009	1/1/2009
Caixas	7	8	8

AGROPALMA S/A

	52.128	13.672	-	(9.369)	-	56.431
Total	234.997	22.897	(388)	-	(10.442)	247.064

10. INTANGÍVEL

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. São compostos por marcas e patentes e softwares.

a Composição dos saldos:

	2010			2009			1/1/2009			
	Custo	Amor- tização	Lí- qui- do	Cus- to	Amor- tiza- ção	Lí- qui- do	Cus- to	Amorti- zação	Lí- qui- do	Taxa de Amortiza- ção anual
Intangível										
Implantação Qualida- de Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marcas e Patentes	101	-	101	101	-	101	101	-	101	-
Sistema Operacional	1.205	-	(363)	842	486	-	(341)	145	466	-
Proj. Sócio-Ambienta			-	268			268	-		-
Total do Intangível	1.306	(363)	943	855	(341)	514	567	(272)	295	10%

b Movimentação dos saldos:

	31.12.2008	Adi- ções	Bai- xas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2009
Intangível						
Marcas e Patentes	101	-	-	-	-	101
Sistema Operacional	194	20	-	-	(69)	145
Proj. Sócio-Ambienta	-	268	-	-	-	268
Total do Intangível	295	288	-	-	(69)	514
	31.12.2009	Adi- ções	Bai- xas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2010
Intangível						
Marcas e Patentes	101	-	-	-	-	101
Sistema Operacional	145	788	-	-	(91)	842
Proj. Sócio-Ambienta	268	-	-	-	(268)	-
Total do Intangível	514	788	-	-	(359)	943

11. DIFERIDO

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado em até 10 anos.

a Composição dos saldos:

	2010			2009			1/1/2009			
	Custo	Amorti- zação	Líqui- do	Custo	Amorti- zação	Líquido	Custo	Amorti- zação	Líqui- do	Taxa de Amor- tização anual
Diferido										
Resul. Exercício Anteriores	18.607	(13.261)	5.346	18.607	-	12.506	6.101	-	18.607	-
Remuneração de Terceiros	-	-	-	65	(54)	11	65	(32)	33	10%
Desp. Pré-Operacionais	376	(301)	75	414	(333)	81	414	(332)	82	10%
Desp. Plano de Expansão	-	-	-	5.596	(5.452)	144	5.596	(4.892)	704	10%
Desp. Financeiras	84	(58)	26	84	(50)	34	84	(42)	42	10%

Desp. c/ Pesq. e Desenv.	305	(164)	141	453	(272)	181	453	(227)	226	10%
Implant. Certif. Qualidade	1.315	(861)	454	1.343	(745)	598	1.343	(611)	732	10%
Despesas Pré-Industriais	1.688	(1.559)	129	1.722	(1.419)	303	1.722	(1.231)	491	10%
Total do Diferido	22.375	(16.204)	6.171	28.284	20.831	7.453	28.284	(19.118)	9.166	

b Movimentação dos saldos:

	31.12.2008	Adi- ções	Bai- xas	Transfe- rência	Amortização	31.12.2009
Diferido						
Resul. Exercício Anteriores	6.858	-	-	-	(757)	6.101
Remuneração de Terceiros	33	-	-	-	(22)	11
Desp. Pré-Operacionais	82	-	-	-	(1)	81
Desp. Plano de Expansão	704	-	-	-	(560)	144
Desp. Financeiras	42	-	-	-	(8)	34
Desp. c/ Pesq. e Desenv.	226	-	-	-	(45)	181
Implant. Certif. Qualidade	732	-	-	-	(134)	598
Despesas Pré-Industriais	491	-	-	-	(188)	303
Total do Diferido	9.168	-	-	-	(1.715)	7.453
	31.12.2009	Adi- ções	Bai- xas	Trans- ferência	Amorti- zação	31.12.2010

Diferido						
Resul. Exercício Anteriores	6.101	-	-	-	(755)	5.346
Remuneração de Terceiros	11	-	(11)	-	-	-
Desp. Pré-Operacionais	81	-	(5)	-	(1)	75
Desp. Plano de Expansão	144	-	-	-	(144)	-
Desp. Financeiras	34	-	-	-	(8)	26
Desp. c/ Pesq. e Desenv.	181	-	-	-	(40)	141
Implant. Certif. Qualidade	598	-	-	-	(144)	454
Despesas Pré-Industriais	303	-	-	-	(174)	129

Total do Diferido	7.453	-	(16)	-	(1.266)	6.171
-------------------	-------	---	------	---	---------	-------

12. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Nos exercícios findos em 2010 e 2009, não há contas a pagar no longo prazo a fornecedores. A administração entende que não há ajustes relevantes a serem registrados para a rubrica de fornecedores e que os saldos estão registrados pelo valor presente.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro, as obrigações fiscais e trabalhistas estão assim compostas:

	2010	2009	1/1/2009
INSS a recolher	1.168	1.035	1.100
FGTS a recolher	596	565	532
Mensalidade sindical	35	35	35
Provisão de férias e encargos	5.118	4.610	4.557
Salários a pagar	-	-	3
Total	6.917	6.245	6.227

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais da Companhia em 31 de dezembro estão compostas conforme demonstrado

AGROPALMA S/A

abaixo:

	2010	2009	1/1/2009
IRPJ a pagar	(1.569)	-	(350)
CSLL a pagar	(588)	-	(73)
ICMS a pagar	(27)	(49)	(32)
IRRF a recolher	(180)	(149)	(148)
ISSQN a recolher	(54)	(61)	(57)
PIS a recolher	(255)	(185)	(63)
Cofins a recolher	(1.176)	(855)	(291)
Outros tributos	(17)	(17)	(22)
Total	(3.866)	(1.316)	(1.036)

15. CREDORES DIVERSOS

Os créditos diversos da Companhia em 31 de dezembro estão compostas conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009	1/1/2009
Adiantamento de Cliente Agropalma S.A.	(18.232)	(14.520)	-
Seguros a Pagar	(64)	(110)	-
Outros credores	(88)	(24)	(39)
Total	(18.384)	(14.654)	(39)

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia mantém provisão para contingências em ações judiciais nas quais está configurada como ré e cuja probabilidade de perda seja provável, baseada na opinião de seus assessores jurídicos. Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada tipo de tributo. Em 31 de dezembro, as provisões estão assim compostas:

	2010		2009		1/1/2009	
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências
Trabalhistas	4.435	4.255	915	2.764	360	2.675
Total	4.435	4.255	915	2.764	360	2.675

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$141.331 está dividido em 90.060.674 ações ordinárias nominativas e 199.451.553 ações preferenciais nominativas sem valor nominal. O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma legal. O pagamento desses dividendos está vinculado à deliberação da Assembléia Geral. Em 30 de abril de 2007, em decorrência da cisão, a Companhia recebeu R\$155 da parte agrícola das empresas cindidas, conforme nota explicativa nº 1, elevando os valores de todos os itens que compõem o patrimônio líquido.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 23, letra "a", do Estatuto Social da Companhia.

c. Dividendos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social.

	2010	2009
Resultado do Exercício	13.422	1.670
Reserva Legal - 5%	(671)	(84)
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	3.188	397

d. Reserva Especial para Dividendos

A reserva de dividendos é constituída em conformidade com o artigo 23, § 1, letra "b", do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

e. Reserva para Aumento de Capital

É constituída em conformidade com o artigo 23, § 1, letra "a", do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação de 90% (noventa por cento) do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para a constituição da Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Nos exercício findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a receita liquida de vendas pode ser demonstrada como segue:

	2010	2009
Vendas Mercado Interno	156.801	141.306
Receita Bruta	156.801	141.306
INSS s/ Venda Mercado Interno	(4.469)	(4.027)
PIS s/ Venda Mercado Interno	(2.587)	(2.332)
COFINS s/ Venda Mercado Interno	(11.917)	(10.739)
Deduções de Vendas	(18.973)	(17.098)
Receita Líquida de Vendas	137.828	124.208

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a composição dos custos dos produtos vendidos pode ser demonstrada como segue:

	2010	2009
Salarios e Encargos	(61.288)	(57.581)
Peças e Materiais	(8.458)	(7.171)
Combustível	(2.175)	(2.008)
Insumos	(19.444)	(24.457)
Segurança	(1.625)	(1.355)
Refeições	(4.231)	(3.656)
Remuneração de Terceiros PJ e PF	(728)	(903)
Utilidades e Serviços	(5.628)	(4.236)
Depreciação	(10.529)	(10.226)
	(114.106)	(111.593)

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro, as despesas administrativas estão compostas da seguinte maneira:

	2010	2009
Despesas com funcionários	(2.234)	(2.014)
Remuneração da Diretoria	(471)	(546)
Ocupação	(700)	(548)
Serviços de terceiros	(1.335)	(853)
Obrigações legais	(1.620)	(1.269)
Manutenção e conservação de ativos	(198)	(248)
Transportes	(219)	(217)
Despesas com materias	(11)	(15)
Constituições de provisões	(2.376)	(2.323)
Depreciação e Amortização	(1.436)	(1.867)
Outras despesas	(1.856)	(1.033)
Total	(12.456)	(10.933)

AGROPALMA S/A

21. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim demonstrado:

	2010	2009
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	6	18
Juros Ativos	2	-
Resultado da Variação Monetária	213	67
	221	85
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(648)	(312)
	(648)	(312)
Resultado da Variação Cambial	(210)	(7)
Resultado Financeiro Líquido	(637)	(234)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro, as apurações do imposto de renda e da contribuição social estão demonstra-
das da seguinte maneira:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Imposto de Renda	Contri- buição Social	Im- posto de Ren- da	Contri- buição Social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.550	15.550	-	-
Adições temporárias	5.051	4.580	-	-
Exclusões temporárias	(6.806)	(6.700)	-	-
Base de cálculo	13.795	13.430	-	-
Imposto de Renda (15%) e Contribuição Social (9%)	(2.069)	(1.293)	-	-
Adicional de 10% de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 mil	(1.534)	-	-	-
Total apurado	(3.603)	(1.293)	-	-

23. SEGURO

A Companhia mantém cobertura de seguros para veículos registrados no seu ativo imobilizado por
montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da ati-
vidade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e da
Administração.
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria
de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores
independentes.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial,
quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou,
na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa
vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de
mercado. Durante esse exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros,
considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b. Risco de taxa de câmbio e juros

A Companhia não utiliza mecanismos financeiros para fomentar suas atividades operacionais.

c. Concentração de risco de crédito

As contas a receber correspondem a operações com partes relacionadas as quais são praticadas a
valor de mercado.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é minimizado através da utilização de contrato com partes relacionadas.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. TRANSAÇÕES OCORRIDAS E POTENCIAIS

Em 30 de abril de 2007, após processo de cisão parcial, a Companhia assinou contrato de venda
de toda a sua produção para Companhia Refinadora da Amazônia, a qual passou a ser cliente ex-
clusivo, em decorrência desta operação comercial são recebidos adiantamentos que são deduzidos
a medida que a produção é retirada dos plantios pela própria Companhia Refinadora da Amazônia.

25.1. FIANÇAS E GARANTIAS

As garantias financeiras estão estipuladas em contrato com partes relacionadas devidamente re-
gistrados.

25.3. SALDOS E EFEITOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas são adiantamentos de clientes com saldo em 31 de dezembro
de 2010 R\$ 18.232 mil (R\$14.520 mil em 31 de dezembro de 2009 e saldo zero em 1º de janeiro
de 2009).

25.4. PESSOAS-CHAVE

A Companhia não possui políticas de remuneração variável sobre o lucro para pessoas-chave.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

As despesas de honorários da Administração totalizaram no exercício R\$471 mil (R\$46 mil em 2009).

José Hilário Rodrigues de Freitas Diretor - José Elanir de Lima
Diretor - Marcelo Silva do Amaral Brito – Diretor - Paulo de Tarso Souza
Contador CRC-PA 012897/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEI-

RAS - Ao Conselho de administração e acionistas - Agropalma S.A. - Belém – PA - Examinamos as
demonstrações financeiras da Agropalma S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patri-
monial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do
patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das
principais práticas contábeis e demais notas explicativas. - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A Administração da Companhia é responsável pela
elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas
contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para
permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente
se causada por fraude ou erro. - RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Nossa
responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base
em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja
planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações finan-
ceiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a
respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos
selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção
relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração
e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedi-
mentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma
opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a
avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas finan-
ceiras feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras
tomadas em conjunto. - Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada
para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em
todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro
de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nesta data,
de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 31 de março de 2011

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3 "S" PA
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

TAPAJOS FLORESTAL IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225836

TAPAJOS FLORESTAL IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA, INFORMA
QUE RECEBEU DA SEMA A L.O LICENÇA DE OPERAÇÃO N.
4921/2010.

LARINALDO DOS SANTOS SILVA MADEIRAS EPP

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225802

Larinaldo dos Santos Silva Madeiras EPP, CNPJ 07.503.371/0001-
35, torna público que solicitou à SEMA/PA, a Ren. da L.O nº
4145-09, para a atividade de desdobro de 40 m³ de madeira em
tora, sob prot. nº 2011/8672, loc. na Rod. Br-010, Km 1580,
Ulianópolis-Pa.

COELHO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 225753

COELHO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA CNPJ
11.084.319/0001-69 Torna público que solicitou a SEMA a Licença
de Instalação p/ instalação de tanque aéreo em Bragança/PA.

C.N.P.J: 83.663.484/0001-86

Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa encerrados em 31.12.2010, Belém – Pará, 19 de Abril de 2011. - **Diretoria:** José Hilário Rodrigues de Freitas - José Elanir de Lima - Marcelo Silva do Amaral Brito - **Contador:** Paulo de Tarso Souza - CRC - PA 012897/O-4.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
ATIVO	2010	2009	1/1/2009	PASSIVO	2010	2009	1/1/2009		2010	2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE				OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4.b) e 5)	6.584	12.270	8.215	Fornecedores (nota 13)	9.396	14.083	10.645	Receita Operacional Líquida (nota 4.I) e 19)	385.236	398.826
Contas a receber de clientes (nota 4.c) e 6)	49.096	40.965	47.892	Obrigações sociais e trabalhistas (nota 4.j) e 14)	4.130	3.422	3.499	Custos dos produtos vendidos (nota 20)	(318.072)	(317.554)
Adiantamentos e valores a receber	129	385	300	Obrigações fiscais (nota 15)	3.684	2.280	6.804	LUCRO OPERACIONAL BRUTO	67.164	81.272
Adiantamento a fornecedores (nota 4.e) e 8)	23.482	16.233	3.785	Adiantamento de clientes (nota 16)	10.153	6.367	3.593	Despesas com vendas (nota 21)	(33.754)	(43.934)
Impostos a recuperar	5.830	8.922	6.819	Credores diversos	556	448	964	Despesas administrativas (nota 22)	(21.443)	(17.569)
Estoques (nota 4.d) e 7)	48.172	42.968	49.009	Dividendos obrigatórios (nota18.c)	2.266	2.807	8.195	Outras (despesas) receitas operacionais	755	(1.174)
Despesas antecipadas	370	365	426						(54.442)	(62.677)
Total do ativo circulante	133.663	122.108	116.446	Total do passivo circulante	30.185	29.407	33.700	RESULTADO OPERACIONAL	12.722	18.595
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				Receitas financeiras	2.662	1.980
Créditos com empresas ligadas (nota 27)	9.726	6.292	3.884	Débitos com empresas ligadas (nota 27)	-	4.418	16.475	Despesas financeiras	(601)	(377)
Adiantamento a fornecedores (nota 8)	13.187	13.806	7.727	Provisão para contingências (nota 4.k), e 17)	353	3	-	Variações cambiais líquidas	89	(2.469)
INSS a recuperar (nota 9)	6.665	6.070	5.520	Total do passivo não circulante	353	4.421	16.475	RESULTADO FINANCEIRO (nota 4.o) e 23)	2.150	(866)
Outros créditos	1.583	1.484	1.495					RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A RENDA	14.872	17.729
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Provisão para Imposto de Renda Contribuição Social (nota 4.m), n) e 24)	(3.851)	(4.540)
Investimentos (nota 4.f)	29	220	830	Capital social (nota 18.a)	140.462	139.364	120.163	RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.021	13.189
Imobilizado (nota 3,4.g), r) e 10)	146.758	153.899	165.106	Reservas de lucros (nota 18.b), d), e), f)	145.768	135.304	135.950	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
Intangível (nota 3,4.h), r) e 11)	1.312	102	77		286.230	274.668	256.113			
Diferido (nota 3,4.i), r) e 12)	3.845	4.515	5.203							
Total do ativo não circulante	183.105	186.388	189.842							
TOTAL DO ATIVO	316.768	308.496	306.288	TOTAL DO PASSIVO	316.768	308.496	306.288			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
					Reservas de Lucros					
		Capital		Incentivos	Aumento de	Lucros				
		Realizado	Legal	Fiscais	Dividendos	Capital	Acumulados	Total		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (Reapresentado)		120.163	7.623	4.342	12.398	111.587	-	256.113		
Incentivos fiscais sobre o Imposto Renda				1.098			(1.098)	-		
Transferência de saldo parcial da reserva incentivo fiscal		314		-		(336)		(22)		
Integralização de Dividendos Não Pagos					8.195			8.195		
Lucro do exercício							13.189	13.189		
Destinação do resultado										
Reserva legal			591				(591)	-		
Dividendos mínimos obrigatórios							(2.807)	(2.807)		
Reserva para dividendos					842		(842)	-		
Reserva para aumento de capital		18.887		(174)		(10.862)	(7.851)	-		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Reapresentado)		139.364	8.214	5.266	21.435	100.389	-	274.668		
Incentivos fiscais sobre o Imposto Renda				1.408			(1.408)	-		
Transferência de saldo parcial da reserva incentivo fiscal		1.098		(1.098)				-		
Integralização de Dividendos Não Pagos					2.807			2.807		
Lucro do exercício							11.021	11.021		
Destinação do resultado										
Reserva legal			551				(551)	-		
Dividendos mínimos obrigatórios							(2.266)	(2.266)		
Reserva para dividendos					680		(680)	-		
Reserva para aumento de capital						6.116	(6.116)	-		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		140.462	8.765	5.576	24.922	106.505	-	286.230		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2010	2009
		(Reapresentado)
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Receita Operacional Líquida (nota 4.I) e 19)	385.236	398.826
Custos dos produtos vendidos (nota 20)	(318.072)	(317.554)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	67.164	81.272
Despesas com vendas (nota 21)	(33.754)	(43.934)
Despesas administrativas (nota 22)	(21.443)	(17.569)
Outras (despesas) receitas operacionais	755	(1.174)
	(54.442)	(62.677)
RESULTADO OPERACIONAL	12.722	18.595
Receitas financeiras	2.662	1.980
Despesas financeiras	(601)	(377)
Variações cambiais líquidas	89	(2.469)
RESULTADO FINANCEIRO (nota 4.o) e 23)	2.150	(866)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A RENDA	14.872	17.729
Provisão para Imposto de Renda Contribuição Social (nota 4.m), n) e 24)	(3.851)	(4.540)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.021	13.189
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2010	2009
		(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	11.021	13.189
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17.205	17.180
Provisão para contingências	350	3
Equivalência patrimonial negativa	191	610
Isonção fiscal de IRPJ	1.408	1.097
Baixa de ativos imobilizados	1.961	3.672
	21.115	22.562
Redução (aumento) nos ativos:		
Duplicatas a receber	(8.131)	6.357
Adiantamentos e valores a receber	(6.993)	(12.534)
Impostos a recuperar	3.092	(2.102)
Estoques	(5.204)	6.042
Outros créditos	(3.509)	(10.216)
Despesas antecipadas	(5)	60
	(20.750)	(12.393)
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços	(4.687)	3.434
Obrigações sociais e trabalhistas	708	(76)
Obrigações fiscais	2.539	(4.524)
Credores diversos	4.167	2.261
	2.727	1.095
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.113	24.453
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado	(14.097)	(9.484)
Recebimento de créditos com empresas ligadas	-	1.191
Adições ao ativo intangível	(1.284)	(47)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(15.381)	(8.340)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de débitos com empresas ligadas	(4.418)	(12.058)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(4.418)	(12.058)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	(5.686)	4.055
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	12.270	8.215
No final do exercício	6.584	12.270
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes	(5.686)	4.055
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; a extração, o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, cremes vegetais, óleos comestíveis e gorduras especiais e em geral; a extração, a destilação, a produção, a industrialização e a comercialização de glicerinas, ésteres metílicos e etílicos e seus derivados em geral; e a prestação de serviços a terceiros, relativamente às matérias constantes do objeto social.

A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 28.000 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral e 7.200 toneladas/ano de estearina de palma; e redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, e 47.801 toneladas/ano de óleo e gorduras em geral; e 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial de até 5.100 toneladas/ano de biodiesel.

Em 30 de abril de 2007, as Assembléias Gerais Extraordinárias das empresas Agropalma S.A., CRAI Agroindustrial S.A., Cia. Agroindustrial do Pará, Cia. Palmares da Amazônia e Amapalma S.A. aprovaram a sua cisão, sendo que a parte industrial das referidas empresas foi incorporada pela Cia. Refinadora da Amazônia. Essa reorganização objetivou a otimização da estrutura organizacional das empresas, unificando as operações industriais, racionalizando os processos e otimizando os negócios. O deferimento de Reestruturação Societária foi acatado e deferido por meio do processo nº 5900.000011/2007-15, conforme Ofício nº 559/2007/DGFI/SECEX/MI, de 30 de abril de 2007, do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos, da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs. Houve reclassificações no balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado na nota 3.

2.1. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis da Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de sua atualização.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos) e evidenciado na nota 3. Dessa forma, as demonstrações financeiras não apresentam diferenças em relação ao IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

- a) Reclassificação dos gastos com registro de marcas e patentes do imobilizado para o intangível no valor de R\$26 mil em 31 de dezembro de 2009 e 2008;
- b) Reclassificação dos gastos com certificação de qualidade no valor de R\$52 mil e de gastos com despesa pré-industrial no valor de R\$3.704 mil do intangível para o diferido em 31 de dezembro de 2009 (em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$67 mil e R\$3.567 mil, respectivamente)

	Apresentado em 31/12/2009	Reclassificações	31/12/2009 (Reapresentado)
Imobilizado	153.925	(26)	153.899
Intagível	3.832	(3.730)	102
Diferido	759	3.756	4.515
	158.516	-	158.516

4. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

c) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de clientes da Companhia é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Companhia está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Companhia para cobrir prováveis perdas de realização.

d) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização.

e) Os adiantamentos a fornecedores são referentes à compra de frutos de dendê e estão garantidos por fianças bancárias do Banco da Amazônia, quando realizados para os projetos de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e através de contrato quando realizado para a Agropalma S.A., conforme nota nº 8.

f) O investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial e não há ajustes materiais para adequar ao valor justo de realização deste ativo.

g) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (deemed cost) de acordo com o ICPC 10 por entender que o custo de formação dos ativos estão registrados a valor de mercado levando em consideração a localização e características de utilização dos mesmos, as taxas de depreciação e amortização adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos bens. Conforme demonstrado na nota nº 11, no exercício de 2010 a administração alterou revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

h) O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11.

i) O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 12.

j) Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

k) São constituídas provisões para fazer face as contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda.

l) As receitas de vendas são reconhecidas a valor justo quando da entrega dos produtos com transferência dos riscos ao comprador. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que estas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.

m) O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais.A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

n) A Companhia obteve, por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém-PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 28.000 toneladas/ano de óleos e gorduras em geral e 7.200 toneladas/ano de estearina de palma; e redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial, de até 41.000 toneladas/ano de creme vegetal e margarina fracionada, e 47.801 toneladas/ano de óleo e gorduras em geral; e 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial de até 5.100 toneladas/ano de biodiesel. A parcela resultante da isenção do IRPJ, após apuração do balanço de encerramento, transita no resultado com posterior registro no patrimônio líquido como reserva de incentivo fiscal, a qual não sofre tributação e não é base de cálculo para distribuição de dividendos.

o) As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros e variações cambiais, decorrentes de correção monetária e ajustes inflacionários sobre contas a receber, aplicações financeiras e mútuos com empresas do grupo, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.

p) Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e mútuos com empresas ligadas estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos

	Apresentado em 31/12/2008	Reclassificações	1o de janeiro de 2009 (Reapresentado)
Imobilizado	165.132	(26)	165.106
Intagível	3.685	(3.608)	77
Diferido	1.570	3.634	5.204
	170.387	-	170.387

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

se aproximam substancialmente do valor justo destes instrumentos.

q) A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo – impairment). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizado, intangível, diferido e outros ativos não circulantes não serão recuperados no curso normal das operações.

r) Gastos relacionados a programas ambientais e responsabilidade social contínuos são registrados como custos no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados como forma de prevenção a possíveis impactos ambientais causados pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

s) A Demonstração do Resultado Abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2010 e 2009, pois a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que modificassem seu patrimônio líquido alheios ao resultado e participação dos proprietários, que exigissem a sua elaboração.

t) Moeda funcional e de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

u) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Em 31 de dezembro, o caixa e equivalentes estão demonstrados da seguinte forma:

	2010	2009	1/1/2009
Caixas	8	8	6
Bancos contas movimento	2.417	1.924	7.709
Aplicações financeiras (a)	4.159	10.338	500
Total	6.584	12.270	8.215

(a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado.

6. DUPLICATAS A RECEBER

Em 31 de dezembro, o Contas a Receber da Companhia é composto da seguinte forma:

	2010	2009	1/1/2009
Mercado interno	46.876	39.381	45.207
Mercado externo	2.866	2.240	2.771
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(646)	(656)	(86)
Total	49.096	40.965	47.892

A Administração da Companhia entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para se resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes. Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2010	2009	1/1/2009
A vencer (circulante)	35.869	39.267	45.962
Vencidos até 30 dias	11.217	1.660	1.661
Vencidos de 31 a 60 dias	1.120	-	159
Vencidos de 61 a 90 dias	890	-	110
Vencidos de 91 a 150 dias	-	38	-
Vencidos acima de 150 dias	646	656	86
Total	49.742	41.621	47.978

7. ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados pelo custo de aquisição ou produção e em 31 de dezembro são compostos pelos seguintes grupos:

	2010	2009	1/1/2009
Estoque de produtos	38.088	33.814	39.797

Estoque de materiais para venda	169	2	279
Estoque de materiais para consumo	9.915	9.152	8.933

Total	48.172	42.968	49.009
-------	--------	--------	--------

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

A Companhia concede adiantamento a seus fornecedores de Cachos e Frutos Frescos pessoas físicas, que é realizado em conformidade com os contratos firmados entre as partes. Em 31 de dezembro, o saldo está assim representado:

	2010	2009	1/1/2009
Curto prazo	23.482	16.233	3.785
Longo prazo	13.187	13.806	7.727
Total	36.669	30.039	11.512

9. INSS A RECUPERAR

O crédito previdenciário é oriundo de pagamentos de INSS patronal sobre proventos da Diretoria calculados com alíquota incorreta e recolhidos pela Companhia. Não está sendo compensado em função de a Companhia aguardar a autorização do INSS, uma vez que o trâmite de regularização da incorporação de 30 de abril de 2007 ainda está sobre análise do referido órgão fiscal. Dessa forma, o respectivo crédito está sendo atualizado com base na variação da taxa SELIC. Em 31 de dezembro de 2010, o crédito de INSS monta em R\$6.665 (R\$6.070 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.520 em 1º de janeiro de 2009).

10. ATIVO IMOBILIZADO

A Companhia revisou a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, tendo por base laudos de avaliadores interno, conforme a seguir:

Classes de Ativos	Tempo de vida útil médio	
	Antigo	Novo
Container e Caixa para Transporte de Fruto	10 anos	5 anos
Dedulhador de Cachos	10 anos	5 anos
Quebrador de Nozes	10 anos	5 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto a despesa com depreciação no exercício de 2010 sofreu aumento de R\$491 mil.

Em 31 de dezembro, o ativo imobilizado está demonstrado:

a. Composição dos saldos:

	2010			2009			01/01/2009			Taxa de Depreciação Anual
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Em Operação										
Terrenos	743	-	743	743	-	743	743	-	743	-
Infraestrutura	68.512	(14.152)	54.360	64.403	(11.522)	52.881	62.219	(8.976)	53.243	4%
Sistema de Comunicação	315	(119)	196	296	(90)	206	305	(82)	223	10%
Máquinas e Equipamentos	177.867	(101.374)	76.493	171.542	(88.820)	82.722	168.712	(77.167)	91.545	10% a 20%
Instalações Industriais	16.054	(3.954)	12.100	15.965	(2.355)	13.610	15.754	(687)	15.067	10%
Veículos	9.685	(8.741)	944	9.900	(8.389)	1.511	10.372	(7.688)	2.684	20%
Móveis, Utens. e Outros	1.774	(826)	948	1.564	(748)	816	1.440	(697)	743	10%
Sist. de Proc. de Dados	2.106	(1.132)	974	1.559	(911)	648	1.624	(1.068)	556	20%
	277.056	(130.298)	146.758	265.972	(112.834)	153.138	261.169	(96.365)	164.804	
Em formação										
Obras e compras em andamento	-	-	-	761	-	761	302	-	302	-
Total	277.056	(130.298)	146.758	266.733	(112.834)	153.899	261.471	(96.365)	165.106	

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

b. Movimentação dos saldos:						
	1o de janeiro de 2009	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	12/31/2009
Em Operação						
Terrenos	743	-	-	-	-	743
Infraestrutura	53.243	2.177	-	7	-2.546	52.881
Sistema de Comunicação	223	19	-28	-	-8	206
Máquinas e Equipamentos	91.545	5.310	-3.130	650	-11.653	82.722
Instalações Industriais	15.067	195	-	16	-1.668	13.610
Veículos	2.684	117	-589	-	-701	1.511
Móveis, Utensílios e Outros	743	209	-85	-	-51	816
Sist. De Processamento de Dados	556	326	-13	-	-221	648
	164.804	8.353	-3.845	673	-16.848	153.137
Em formação						
Compras e obras em andamento	302	1.132	-	-673	-	761
Total	165.106	9.485	-3.845	-	-16.848	153.898
	31.12.2009	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depreciação	31.12.2010
Em Operação						
Terrenos	743	-	-	-	-	743
Infraestrutura	52.881	3.776	-36	369	-2.630	54.360
Sistema de Comuni- cação	206	20		-	-29	196
Máquinas e Equipa- mentos	82.722	7.261	-1.326	392	-12.554	76.495
Instalações Indus- triais	13.610	88	-	-	-1.599	12.099
Veículos	1.511	233	-448	-	-352	944
Móveis, Utensílios e Outros	816	296	-87	-	-78	947
Sist. de Processa- mento de Dados	648	629	-63	-19	-221	974
	153.137	12.303	-1.961	742	-17.463	146.758
Em formação						
Compras e obras em andamento	761	-	-	-761		-
Total	153.898	12.303	-1.961	-19	-17.463	146.758

Em novembro de 2010 a unidade de biodiesel teve sua atividade operacional paralisada em decorrência de estratégia de mercado da Companhia. Ao final do 1º semestre de 2011, após algumas implementações do maquinário, toda a estrutura da unidade de biodiesel será utilizada para a produção de novos produtos, por esse fato, a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para perda por *imparment*. Em 31 de dezembro o imobilizado referente a unidade de biodiesel tem um custo residual de R\$ 4.982 mil.

11. INTANGÍVEL

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. São compostos por marcas e patentes e softwares.

a. Composição dos saldos:										
	2010			2009			1/1/2009			
	Custo	Amorti- zação	Líquido	Cus- to	Amorti- zação	Líqui- do	Cus- to	Amorti- zação	Líqui- do	Taxa de Amor- tização Anual
Intangível										
Marcas e Patentes	26	-	26	26	-	26	26	-	26	-
Sist. Opera- cional	1.448	(161)	1.287	263	(187)	76	217	(166)	51	10%
Total do Intan- gível	1.474	(161)	1.313	289	(187)	102	243	(166)	77	

b. Movimentação dos saldos:						
	1o de janeiro de 2009	Adições	Baixas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2009
Intangível						
Marcas e Patentes	26	-	-	-	-	26
Sistema Operacional	51	46	-	-	(21)	76
Total do Intangível	77	46	-	-	(21)	102
	31.12.2009	Adições	Baixas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2010
Intangível						
Marcas e Patentes	26	-	-	-	-	26
Sistema Opera- cional	76	1.285	(99)	-	25	1.287
Total do Intangível	102	1.285	(99)	-	25	1.313

12. DIFERIDO

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado em até 10 anos.

a. <u>Composição dos saldos:</u>										
	2010			2009			1/1/2009			
	Custo	Amortiza- ção	Líquido	Custo	Amortiza- ção	Líqui- do	Cus- to	Amortiza- ção	Líqui- do	Taxa de Amorti- zação Anual
Diferido										
Desp. Pré-Operacionais	589	(111)	478	700	(111)	589	1.121	(421)	700	10%
Desp. c/ Pesq. e Desenv.	779	(77)	702	869	(90)	779	1.360	(490)	870	10%
Implant. Certif. Qualidade	51	(16)	35	67	(16)	51	155	(88)	67	10%
Despesas Pré-Industriais	3.096	(466)	2.630	3.567	(471)	3.096	4.660	(1.094)	3.566	10%
Total do Diferido	4.515	(670)	3.845	5.203	(688)	4.515	7.296	(2.093)	5.203	

b. Movimentação dos saldos:						
	1o de janeiro de 2009	Adições	Baixas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2009
Diferido						
Despesas Pré-Opera- cionais	700	-	-	-	(111)	589
Desp. c/ Pesq. e Desen- volvimento	869	-	-	-	(90)	779
Implantação Certificação Qualidade	67	-	-	-	(16)	51
Despesas Pré-Industriais	3.567	-	-	-	(471)	3.096
Total do Diferido	5.203	-	-	-	(688)	4.515
	31.12.2009	Adições	Baixas	Transfe- rência	Amorti- zação	31.12.2010
Diferido						
Despesas Pré-Operacionais	589	-	-	-	(111)	478
Desp. c/ Pesq. e Desenvol- vimento	779	-	-	-	(77)	702
Implantação Certificação Qualidade	51	-	-	-	(16)	35
Despesas Pré-Industriais	3.096	-	-	-	(466)	2.630
Total do Diferido	4.515	-	-	-	(670)	3.845

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

13. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Nos exercícios findos em 2010 e 2009, não há contas a pagar no longo prazo a fornecedores. A administração entende que não há ajustes relevantes a serem registrados para a rubrica de fornecedores e que os saldos estão registrados pelo valor presente.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro, as obrigações trabalhistas da Companhia estão compostas conforme demonstrado:

	2010	2009	1/1/2009
INSS a recolher	869	762	809
FGTS a recolher	242	215	219
Contribuições sindicais	1	-	7
Provisão para férias e encargos	3.018	2.445	2.464
Total	4.130	3.422	3.499

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais da Companhia em 31 de dezembro estão compostas conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009	1/1/2009
IRPJ a pagar	-	(155)	(1.205)
CSLL a pagar	-	(130)	(596)
ICMS a pagar	(2.864)	(1.995)	(3.594)
IRRF a recolher	(259)	(204)	(201)
ISSQN a recolher	(47)	(42)	(34)
PIS a recolher	(87)	-	(203)
Cofins a recolher	(401)	-	(933)
Outros tributos	(26)	(27)	(38)
Total	(3.684)	(2.553)	(6.804)

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía débitos referentes a adiantamento de seus clientes, sendo compostos conforme demonstrado:

	2010	2009	1/1/2009
Bom Gosto	10.127	6.358	3.491
FC Oliveira	-	-	77
EM Junior	-	-	11
Outros clientes	27	9	14
Total	10.154	6.367	3.593

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada tipo de tributo. A Empresa registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise destas questões, e atendendo à probabilidade de perda de cada uma, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme quadros a seguir:

	2010	2009	1/1/2009
Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências
Trabalhistas	6	353	20
		3	10
			-

Fiscais	49	-	49	-	49	-
Total	55	353	69	3	59	-

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$140.461 está dividido em 11.075.203 ações ordinárias nominativas e 13.786.261 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma legal. O pagamento desses dividendos está vinculado à deliberação da Assembléia Geral. Em 30 de abril de 2007, em decorrência da cisão, a Companhia recebeu os valores da parte industrial das empresas cindidas, conforme nota explicativa nº 1, elevando os valores de todos os itens que compõem o patrimônio líquido.

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 23, letra “a”, do Estatuto Social da Companhia.

c. Dividendos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social. Demonstramos abaixo a memória de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Resultado do Exercício	11.021	13.189
Parcela de isenção do IRPJ	(1.408)	(1.098)
Reserva Legal - 5%	(551)	(591)
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	2.265	2.807

d. Reserva especial para dividendos

A reserva de dividendos é constituída em conformidade com o artigo 23, § 1, letra “b”, do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

e. Reserva para aumento de capital

É constituída em conformidade com o artigo 23, § 1, letra “a”, do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação de 90% (noventa por cento) do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para a constituição à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social.

f. Reserva de incentivos fiscais

Em 2010, a Companhia teve redução de imposto de renda, em função dos incentivos fiscais citados na nota explicativa nº 1, que beneficiou o seu resultado em R\$ 1.408 mil.

19. RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDA

Nos exercício findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a receita líquida de vendas pode ser demonstrada como segue:

	2010	2009
Vendas Mercado Interno	391.046	341.929
Vendas Mercado Externo	85.294	150.587
Receita Bruta	476.340	492.516
Devoluções de Venda Marcado Interno	(1.993)	(1.876)
ICMS s/ Devoluções de Venda Marcado Interno	237	203
PIS s/ Devoluções de Venda Marcado Interno	33	28
COFINS s/ Devoluções de Venda Marcado Interno	151	127
ICMS s/ Venda Mercado Interno	(48.691)	(50.260)
PIS s/ Venda Mercado Interno	(7.285)	(7.477)
COFINS s/ Venda Mercado Interno	(33.556)	(34.435)
Deduções de Vendas	(91.104)	(93.690)
Receita Líquida de Vendas	385.236	398.826

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

20. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a composição dos custos dos produtos vendidos pode ser demonstrada como segue:

	2010	2009
Salários e Encargos	(30.068)	(20.678)
Peças e Materiais	(53.584)	(25.688)
Combustível	(1.129)	(6.748)
Insumos	(4.126)	(8.097)
Matéria-Prima	(192.738)	(227.937)
Segurança	(239)	(57)
Refeições	(1.699)	(1.124)
Remuneração de Terceiros PJ e PF	(3.111)	(4.047)
Utilidades e Serviços	(18.926)	(10.829)
Depreciação	(12.452)	(12.349)
	(318.072)	(317.554)

21. DESPESAS COM VENDAS

Estão assim demonstradas:

	2010	2009
Amarzenagem	(125)	(170)
Frete	(30.016)	(39.749)
Embarque e despacho	(696)	(804)
ICMS s/ frete	-	(34)
Amostra grátis	(21)	(44)
Propaganda e publicidade	(430)	(430)
Outras despesas	(2.466)	(2.703)
Total	(33.754)	(43.934)

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão compostas da seguinte maneira:

	2010	2009
Despesas com funcionários	(7.392)	(5.961)
Remuneração da Diretoria	(1.405)	(1.635)
Ocupação	(730)	(685)
Serviços de terceiros	(1.659)	(1.125)
Obrigações legais	(749)	(802)
Manutenção e conservação de ativos	(294)	(186)
Transportes	(245)	(185)
Despesas com materias	(419)	(333)
Constituições de provisões	(627)	(599)
Despesa com P&D	(1.557)	(2.270)
Despesas com viagens	(723)	(601)
Depreciação e Amortização	(442)	(457)
Outras despesas	(5.201)	(2.730)
Total	(21.443)	(17.569)

23. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim demonstrado:

	2010	2009
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	49	46
Ganho c/ Aplicações	936	946
Juros Ativos	943	462

Resultado da Variação Monetária

	734	526
	2.662	1.980

Despesas Financeiras

Descontos Concedidos	(164)	(178)
Juros Passivos	(437)	(199)
	(601)	(377)

Resultado da Variação Cambial

	89	(2.469)
--	----	---------

Resultado Financeiro Líquido

	2.150	(866)
--	-------	-------

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro, as apurações do imposto de renda e da contribuição social estão demonstra-
das da seguinte maneira:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Imposto de Ren- da	Contri- buição Social	Imposto de Ren- da	Contri- buição Social
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.280	16.280	18.827	18.827
Adições temporárias	1.673	2.508	1.431	1.060
Exclusões temporárias	<u>(2.644)</u>	<u>(2.644)</u>	<u>(2.694)</u>	<u>(2.692)</u>
Base de cálculo	15.309	16.144	17.564	17.195
Imposto de Renda (15%) e Contribuição Social (9%)	(2.299)	(1.453)	(2.631)	(1.548)
Adicional de 10% de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 mil	(1.507)	-	(1.732)	-
Total apurado	<u>(3.806)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(4.363)</u>	<u>(1.548)</u>
Incentivo de Redução Fiscal	1.408	-	1.097	
Imposto Liquido	<u>(2.398)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(3.266)</u>	<u>(1.548)</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b. Risco de taxa de câmbio e juros

A partir de 01/03/2010, as vendas para o mercado externo são realizadas com operação de trava da cotação de cambial do dia anterior ao da emissão da notas fiscal, o que neutraliza os efeitos das variações cambiais.

A Companhia não utiliza mecanismos financeiros para fomentar suas atividades operacionais.

c. Risco de crédito

As contas a receber são pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os proce-
dimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisões julgadas suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é minimizado através da utilização de contratos de venda com prévia negociação de preços e entregas.

26. SEGURO

A Companhia mantém cobertura de seguros para equipamentos industriais e veículos registrados no seu ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e da Administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

www.alunorte.net



CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2010

A Diretoria da ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração o presente Relatório e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Desempenho Industrial

Em 2010, a ALUNORTE produziu 5,8 milhões de toneladas de alumina calcinada, versus 5,9 milhões de toneladas em 2009, mantendo o custo de conversão como referência por ser um dos mais baixos do mundo, com média de US\$ 125.47/t no ano. A qualidade da alumina e a produtividade da refinaria foram pontos de destaque, garantindo a satisfação dos clientes e mantendo a ALUNORTE como uma das maiores e mais competitivas no mercado mundial.

Atividades Comerciais

As vendas totalizaram 5,8 milhões de toneladas de alumina calcinada em 2010, representando uma redução de 3% em relação ao ano de 2009, quando foram comercializadas 6 milhões de toneladas.

Desempenho Econômico/Financeiro

A geração de caixa operacional, medida através do EBITDA, atingiu o valor de R\$ 451 milhões em 2010 (R\$ 186 milhões em 2009). Este resultado foi fortemente afetado pelo aumento de 54,1% (redução de 35,11% em 2009) no preço de venda do alumínio no mercado internacional - LME (London Metals Exchange), tendo este efeito sido reduzido por um volume de venda menor em 3%. O lucro líquido apurado no encerramento do exercício de 2010 foi de R\$ 166,8 milhões, influenciado diretamente pelo aumento no preço de venda do alumínio no mercado internacional e também pela valorização do real perante o dólar americano, com o impacto favorável, principalmente, da variação cambial das obrigações com empréstimos e financiamentos.

Fatos societários relevantes

A Vale S.A. anunciou mundialmente no dia 02 de maio de 2010, a assinatura de um acordo com a Norsk Hydro ASA (Hydro) para transferir à empresa norueguesa a sua participação na ALUNORTE. Segundo o termo do acordo, a Vale transfere para a Hydro 57,03% do capital total da ALUNORTE e também os seus respectivos direitos de exclusividade e contratos comerciais em vigor. A referida transação foi finalizada em 28/02/2011.

Cronologia: No dia 22 de setembro de 2010 é celebrado um contrato de compra e venda de ações entre a Vale S.A. (Acionista da ALUNORTE) e Ananke Alumina S.A. (Sociedade composta pela Vale Áustria GMBH e Vale International S.A.), por meio do qual a Ananke adquire 1.304.250.027 ações ordinárias, 197 ações preferenciais de Classe "A" e 21.992.308 ações preferenciais Classe "C", de emissão da ALUNORTE e de propriedade da Vale S.A.

No dia 22 de setembro de 2010, a Ananke exerce o direito sobre a cláusula segunda do contrato de compra e venda e adquire 57,03% do capital total da ALUNORTE e também os seus respectivos direitos de exclusividade e contratos comerciais em vigor, tornando-se, naquele momento, nova acionista da ALUNORTE.

Esta transação está vinculada a futura transferência das ações para a Hydro.

Premiações

- A ALUNORTE recebeu as seguintes premiações em 2010:
- Prêmio ABS – (Agência Brasil de Segurança) - TOP OURO em Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho;
 - Prêmio ABS – (Agência Brasil de Segurança) - TOP OURO em Gestão Ambiental;
 - Prêmio TOP OF BUSINESS – 2010;
 - Prêmio TOP EMPRESARIAL INTERNACIONAL - Destaque Empresarial Nacional – Qualidade, Tecnologia e Responsabilidade Social;
 - Certificado de Reconhecimento do Prêmio Energy Efficiency Award 2010. Word Energy Dialogue, em Hannover, na Alemanha;
 - Destaque SEBRAE Mulher de Negócios, para COOPERMODAS (Cooperativa de Costura e Modas – apoiada pela ALUNORTE);
 - CENTURY INTERNATIONAL QUALITY ERA AWARD - Prêmio internacional concedido pelo BID (Business Initiative Directions) em Sistema de Qualidade, realizado em Genebra, na Suíça.

Outros destaques:

- Destaque na Revista Exame – Maiores e Melhores – maior Empresa do Pará;
- A ALUNORTE foi a 4ª marca regional, setor industrial, mais lembrada no TOP MARCAS – Bureau de Marketing e Pesquisa – Caderno de Negócios do jornal Diário do Pará.

Gestão de Recursos Humanos

- Em 2010 a ALUNORTE deu vazão aos sistemas de avaliação de seus empregados, garantindo com isso o mapeamento dos potenciais nos níveis gerenciais e do público de engenharia e, ainda, a formalização de feedback e definição de metas de desenvolvimento para os demais grupos de empregados, garantindo o desenvolvimento e a retenção de talentos na empresa.
- Em outubro, destacou-se o processo de avaliação dos gerentes de área e coordenadores, realizado

- nos modelos de Carreira & Sucessão da Vale, utilizando o sistema CSP (Carreira Sucessão e Performance) a exemplo da avaliação já praticada pelo grupo de gerentes gerais. Este grupo também teve seu ciclo realizado no mês de dezembro, repetindo o sucesso iniciado em 2009. Com isso foi cumprido o ciclo de avaliação de Carreira & Sucessão 2010 no modelo Vale para os L3 e L2 da ALUNORTE.
- Com os resultados obtidos neste mapeamento gerencial foi possível realizar as adequações e redirecionamentos necessários, visando ao crescimento e à retenção dos profissionais, bem como melhorar continuamente o desempenho e a eficácia do sistema de gestão visando garantir a excelência operacional, conforme rege a política da empresa.
 - Os demais grupos de empregados (gerentes operacionais, operadores, mantenedores, administrativo, analistas e técnico especialistas) tiveram seu processo de avaliação realizado pelo sistema de Avaliação de Desempenho no modelo ALUNORTE. Esse modelo contempla a avaliação das competências e desempenho dos empregados na função. O desempenho é medido por meio dos indicadores de performance utilizados e desenhados em conjunto com os gestores e customizados conforme necessidade e atuação de cada grupo, permitindo uma avaliação em conformidade com a atuação de cada profissional/cargo.
 - O sucesso da avaliação de desempenho é representado pelo percentual de avaliações realizadas, que foi de 99,86% do quadro previsto. Os resultados gerados possibilitarão a identificação de gaps de formação técnica e/ou comportamental que permitam a definição de ações de aprendizagem, por meio da construção do Plano de Educação Continuada (PEC) e ainda o mapeamento de potenciais para a participação em processos seletivos internos.
 - Ao longo de 2010, o acompanhamento das equipes aconteceu por meio das reuniões de clima. Foram realizadas 208 reuniões com participação de equipe, gestores e RH. Os encontros foram oportunos para o esclarecimento de dúvidas, alinhamento de papéis e principalmente, fortalecimento da Visão, Missão e dos Valores da empresa.
 - O gerenciamento do plano de treinamento ao longo de 2010 merece destaque. Foram contabilizadas 52.398 horas de treinamento para os empregados da ALUNORTE. O enfoque maior foi para os treinamentos normativos de segurança. Contudo, conforme definido no PEC foram realizadas as capacitações nesta mesma categoria, devido ao ingresso de novos profissionais e necessidade das áreas de aumentar o número de pessoas qualificadas.
 - Como projeto de desenvolvimento destaque, idealizado e colocado em prática, há de se comentar o Projeto C3 (Atualização de conhecimentos, processos e parâmetros operacionais) para o público de operadores e especialistas de processo das áreas operacionais (Gever, Geban, Getil e Gepor), que foi desenhado de forma a atualizar os conhecimentos destes grupos em dois módulos: corporativo, no qual foram vistos assuntos relacionados ao Processo Bayer e Análise de Falha; e o específico, no qual cada empregado recebeu informações acerca de seu processo de atuação. Foram realizadas mais de 11.024 horas de treinamento, o que gerou insumos para o trabalho dos gerentes junto às equipes a partir do momento que foram feitas avaliações iniciais e finais com o objetivo de se identificar gaps e melhorias com a atualização feita.
 - Na sequência, foram registradas mais de 1.619 horas de treinamento no programa 5S, com participação de todas as equipes da ALUNORTE nas áreas operacionais e administrativas.
 - Quanto aos Programas de Fomento, os destaques foram o Programa Trainee ALUNORTE e Trainee do Futuro e ainda a retomada do Programa de Estágio dos cursos técnicos. A novidade foi a criação do Programa Jovem Aprendiz Continuado.
 - No Programa Trainee ALUNORTE, o ano 2010 contou com 13 profissionais. Destes, 11 possuem formação nas diversas engenharias. Como fruto do trabalho demonstrado e validação no comitê de avaliação, 04 profissionais deste grupo foram recomendados para admissão e hoje fazem parte do grupo de engenheiros júnior da ALUNORTE.
 - O Programa Trainee do Futuro teve continuidade por meio da formação da terceira turma, onde foram selecionados 15 alunos da UFPA nos cursos de engenharia elétrica, mecânica, química, civil e sanitária-ambiental. Como parte da metodologia deste programa, iniciou em janeiro o período de estágio na ALUNORTE para 11 alunos, que estão sob orientação de tutores nas áreas, durante o período de férias da universidade.
 - A intenção é que com a conclusão do Programa, a formação dos alunos em seus respectivos cursos e a disponibilidade de vagas, a ALUNORTE consiga novos potenciais para compor o grupo de Trainees.
 - Visando a qualificação de novos profissionais na área de manutenção, foi retomado o Programa de Estágio nos cursos técnicos de elétrica e mecânica, que conta hoje com um grupo de 28 estagiários, destinados aos trabalhos de manutenção nas áreas.
 - Outro evento pioneiro e que merece evidência diz respeito ao Programa Jovem Aprendiz Continuado. Seu surgimento decorreu como saída do programa desenvolvido pelo Governo Federal (Jovem Aprendiz), com a turma que realizou estágio na ALUNORTE, onde se percebeu a oportunidade de capacitá-los nos processos da refinaria.
 - O grupo originário passou por critério de avaliação em que foram considerados desde a performance ao longo do estágio, com a avaliação do tutor, passando pela média das avaliações ao longo do curso no SENAI até o resultado da avaliação psicológica realizada pelo RH.
 - Os melhores nestes critérios foram convidados a continuar e foram inseridos na turma de capacitação específica. Hoje fazem parte do banco de profissionais preparados e que alimentarão o turnover natural da ALUNORTE.
 - Em consonância com seus valores e observância aos requisitos legais, a ALUNORTE perseguiu a meta de ter em seu quadro efetivo 5% de pessoas com deficiência e em dezembro concluiu o ano com um grupo de 73 PCD's, completando sua cota.
 - Destaca-se ainda o percentual de mulheres, que corresponde a 11% do efetivo da ALUNORTE.

Meio Ambiente

- A ALUNORTE atendeu a todos os requisitos legais de meio ambiente aplicáveis às suas atividades, previstos no seu Sistema de Gestão Integrado.
- Com relação às licenças ambientais e suas respectivas condicionantes, foram todas atendidas junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Citamos abaixo os principais atendimentos:
- 2º Relatório de Informação Ambiental Anual relativo à licença de operação para movimentação de carga no Porto de Vila de Conde (para operação do Terminal de Granéis Líquidos e Sólidos);
 - Renovação da Autorização para deposição de resíduos no Depósito de Rejeitos Sólidos - DRS;
 - Foram obtidas:
 - Renovação da Licença de Operação da fábrica para uma produção total de alumina calcinada de 6,3 milhões de toneladas/ano;
 - Licença de Instalação da Expansão 3 para a produção total de alumina calcinada de 6,3 milhões de toneladas/ano;
 - A 2ª Autorização de Supressão de Vegetação - ASV referente a CL3 do Depósito de Rejeitos Sólidos – DRS;
 - Foram solicitadas:
 - Licença de Instalação do Posto de Combustível da ALUNORTE;
 - Autorização para alteração do ponto de descarga de bauxita, carvão e coque no Porto de Vila do Conde;
 - Outorga para Lançamento de Efluentes.
- Além do atendimento à legislação aplicável, foram realizados outros projetos e melhorias, com destaque para:
- Acompanhamento do projeto de expansão do Depósito de Rejeitos Sólidos – DRS junto à área de engenharia (GEIMP) da ALUNORTE;
 - Implantação do Comitê de Resíduos, com a participação de representantes de cada área sob Coordenação da Gerência de Área do Meio Ambiente;
 - Cumprimento total do Programa de Monitoramento Ambiental das Emissões e Qualidades Hídricas e Atmosféricas;
 - Implantação de procedimento específico de Vistoria Ambiental pela área de Meio Ambiente;
 - Realização da Semana Socioambiental, envolvendo empregados, terceiros e comunidades;
 - Fechamento do ano de 2010 com todas as Não Conformidades Ambientais, internas e externas atendidas;
 - Fechamento do ano de 2010, com todas as ocorrências ambientais internas analisadas;
 - Nenhum registro de ocorrência ambiental externa;
 - Realização dos simulados de Emergência Ambiental no DRS e TGL, com participação especial da comunidade, corpo de bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente de Barcarena e CDP (Companhia Docas do Pará);
 - Iniciada adequação do Closure Plan do DRS, junto com a Consultoria Pimenta de Ávila e GEIMP;
 - Retomada do Estudo do Projeto Cerâmico, com a utilização de Lama Vermelha, visando atender a necessidade da ALUNORTE;
 - Iniciada a venda da Crosta de Hidrato, antes depositada no DRS;
 - Obtido resultado positivo anual, considerando receita menos despesa com resíduos, no valor de R\$ 931 mil.

Ações Específicas realizadas em 2010 no DRS (Depósito de Rejeito Sólido):

- 1 - Construção Célula Leste e BC4 – Obra concluída, em andamento a concretagem dos rápidos.
- 2 - Limpeza da BC1 – Obra concluída
- 3 - Aumento de 2m na profundidade da BC1 – Obra concluída
- 4 - Limpeza Canal Norte – Obra concluída
- 5 - Alçamento do Canal Norte em 1m – Obra concluída
- 6 - Instalação de bombas estacionárias na BC2 – Obra concluída
- 7 - Dique de contenção para Rio Murucupi – Obra concluída
- 8 - Construção da BC3 – Obra concluída
- 9 - Construção Rede de Drenagem da A54 para A82 – Obra concluída
- 10 - Recapeamento da estrada de acesso ao DRS – Obra concluída
- 11 - Construção de estrada para plataforma de lançamento – Obra concluída
- 12 - Melhorias de Performance na A82 – Obra concluída
- 13 - Autorização Supressão Vegetal 1ª e 2ª fases – Concluída
- 14 - Construção 2ª Fase Célula Leste – Obra concluída
- 15 - Iluminação do DRS – Obra concluída
- 16 - Automação do DRS – Concluído

Em 2010, foi elaborado o Manual de Operações do DRS identificando todas as rotinas de operação e monitoramento. Foram desenvolvidas também as regras de alerta dos reservatórios frente à ocorrência de cheias. Foram concluídas as obras da célula leste CL2 e em Junho de 2011 serão iniciadas as obras da Célula Leste 3. A primeira fase será concluída em dezembro de 2011 e a segunda fase em dezembro de 2012.

Em setembro de 2010, foi realizada auditoria interna na área do DRS por uma equipe multidisciplinar, onde não foram detectadas ações emergenciais. Todos os pontos encontrados pelo grupo auditor foram considerados de baixo risco para o sistema DRS.

Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2010, a ALUNORTE manteve sua atuação em Segurança e Saúde no Trabalho pautado em ações alinhadas ao seu valor “Obsessão por Segurança”. Os principais destaques do ano foram a redução da taxa global de acidentes em 16% e a expressiva redução em 37% da taxa envolvendo empresas contratadas, em relação a 2009. Ainda em 2010, a ALUNORTE lançou junto aos empregados o Programa Anjo da Guarda, pautado no trabalho comportamental de proteção mútua entre pares.

Na busca de padrões de excelência, deu-se continuidade aos trabalhos de adequação, consolidação

e aprimoramento do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde, formatando o modelo que incorpora conceitos DuPont, que aportaram metodologia e know-how de gestão e as ações em SST, manutenção das capacitações, como também inseriu no sistema de gestão em segurança serviço especializado de gestão em segurança para empresas contratadas, executando nesta gestão:

- Manutenção e treinamento de multiplicadores dos Programas de auditorias STOP e Observação Comportamental;
- Manutenção da ferramenta Índice de Percepção de Segurança (IPS);
- Realização de Auditoria Gerencial de Segurança da Alta Liderança;
- Realização de melhorias ergonômicas identificadas pelo Comitê de Ergonomia;
- Implantação do SD2000 - sistema de saúde, segurança e higiene;
- Realização da XV Semana Interna de Prevenção de Acidente – SIPAT;
- Realização de treinamentos em conformidade com a NR-33 – Trabalhos em Espaços Confinados, capacitando supervisores, vigias e trabalhadores autorizados da ALUNORTE e contratadas;
- Realização de treinamento/reciclagem em gerenciamento de risco em atividades portuárias e abordagem em queda de homem ao mar - NR 29;
- Realização de treinamento/reciclagem para operação de equipamentos móveis – NR12;
- Realização de treinamento/reciclagem para atividades em instalações e serviços com eletricidade – NR10;
- Realização de treinamento/reciclagem para realização de trabalhos em Altura – NR18;
- Realização de treinamentos na operação de caldeiras;
- Realização de treinamentos de AECT (Action Employee Can Take Safety) para empregados ALUNORTE e Contratadas;
- Realização de campanhas de saúde: doação de sangue, blitz da postura, DST/AIDS, vacinação contra o vírus H1N1, primeiros socorros, proteção auditiva e proteção respiratória;
- Auditoria de requisitos legais de saúde e segurança no trabalho em 30 empresas contratadas;
- Participação, como palestrante, em 15 campanhas de segurança em empresas contratadas;
- Implantação do comitê de Saúde no Trabalho, com reuniões regulares entre a medicina do trabalho e as áreas;
- Campanha contra a gripe e vacinação dos empregados;
- Realização dos exames periódicos no Ambulatório Médico da ALUNORTE;
- Criação do Grupo de Controle de Saúde (acompanhamento e orientação para os casos identificados de hipertensão, diabetes, obesidade e tabagismo);
- Revisão dos procedimentos de segurança do trabalho;
- Realização de monitoramento dos agentes ambientais na área do Porto;
- Treinamentos e simulados em combate a incêndio.

Gestão Empresarial

- Durante o ano de 2010 foram realizadas três auditorias externas ao longo do ano, uma com o escopo do Sistema de Gestão Integrada - SGI e duas da SA 8000, sendo confirmadas as certificações em todas as normas (ISO 9001; ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000). Foram realizadas ainda quatro auditorias internas corporativas, sendo uma relativa ao - SGI, duas referentes à SA 8000 e uma sobre o programa 5S.
- A ALUNORTE envolveu seus fornecedores em auditorias por meio de entrevistas de empregados de 30 empresas (consideradas críticas), apontando desvios e gerando planos de melhorias internos, que visam ao aperfeiçoamento constante dos processos das organizações.
- O nível de conhecimento, com relação às práticas internas de gestão, foi consolidado por meio da realização de treinamentos específicos fornecidos pela Gerência de Área de Meio Ambiente e Qualidade, entre eles: treinamentos em 5S que tiveram a participação de 935 empregados; Treinamento em análise de Falhas para 511 empregados da ALUNORTE; Treinamento para formação de Facilitadores (com módulos sobre interpretação de norma ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000; Sistema de Padronização; Manual do Sistema de Gestão; Elaboração de Documentos etc) voltado à ampliação e qualificação da atuação dos empregados no suporte à gestão.
- Consolidação do Programa SIOM – Seminário Integrado de Oportunidades de Melhorias, que foi dividido em dois módulos, nos eventos preliminares das áreas: Fórum de Engenharia e Tecnologia (com a participação de engenheiros e especialistas) e Workshops (um por semestre), para a base operacional. Ao longo do ano foram apresentados 177 trabalhos relativos às categorias: Meio Ambiente, Processos Produtivos e Segurança e Ergonomia. Desses, 40 trabalhos chegaram às etapas eliminatórias e seis foram os vencedores.
- Foi iniciado o programa “Seis Sigma” com o treinamento de 12 empregados na metodologia para formação de Green Belts, sendo escolhidos 12 problemas a serem mitigados pelos mesmos. O programa terá sequência durante o ano de 2011.

Investimentos

- O projeto Reforma do Calcinador B foi concluído, sendo desembolsados no ano US\$ 3,5 milhões;
- O projeto da Área 03E - Firm up do Desaguamento de Bauxita, foi concluído sendo desembolsados no ano US\$ 5,7 milhões;
- No projeto da Área 54 - Novo DRS - foram desembolsados US\$ 17,0 milhões, atingindo avanço físico de 97%.
- No projeto Melhoria das Precipitações foram desembolsados US\$ 6,6 milhões, atingindo avanço físico de 73 %.
- No projeto adequação do Sistema Elétrico foram desembolsados US\$ 3,4 milhões , atingindo avanço físico de 15 %.
- Observações:
- Foram listados projetos de 2010 com realização econômica acima de US\$ 3 milhões e que não incluem valores e percentuais referentes a projetos da Expansão.

Empresarial



www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

Apoio Comunitário e Desenvolvimento Social

Em 2010 foram intensificadas as ações de Relações com as Comunidades, conforme abaixo:

Programa Plasticultura

- Dando continuidade a parcerias, foram fornecidos para a Cooperativa de Extração e Desenvolvimento Agrícola de Barcarena- CEDAB - plásticos específicos e tubos reciclados para construção de 10 estufas de 50m X 7,5 m totalizando 3.500 m2, construídos em área própria e de agricultores cooperados.

Cooperativa de Costura e Moda de Barcarena (Coopermodas)

A Cooperativa criada pela ALUNORTE gera renda às famílias de 25 costureiras da região, que são capacitadas em programas de qualificação profissional e realizam trabalhos artesanais. Em 2010 foram realizadas as seguintes ações:

- Fabricação de 1.320 protetores de flanges para diversas áreas da ALUNORTE com custo na ordem de 300% menor do que o adquirido no mercado;
- Produção de 3.568 capuzes para ALBRAS e ALUNORTE;
- Produção de 5.100 ecobags (sacolas usadas para substituir sacos plásticos), distribuídas nas reuniões com as comunidades, nas visitas à ALUNORTE e na reinauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro;
- Produção de 3.030 coletes para a seletiva da Estação Conhecimento de Barcarena;
- Produção de outros materiais para demais empresas, totalizando um faturamento anual de R\$ 108 mil.

Programa Educar para Preservar

- O Programa Educar Para Preservar, em convênio com a Secretaria de Educação de Barcarena, ministrou oficinas sobre: educação socioambiental, Agenda 21 Escolar e elaboração de projetos ambientais para coordenadores pedagógicos, diretores das escolas e professores com o objetivo de capacitá-los como monitores dos alunos inscritos no Programa Bola pra Frente, Educação pra Gente, como executores das atividades de pesquisa e implantação das ações nas escolas e comunidades.

Programa Bola pra Frente, Educação pra Gente

Parceria entre a ALUNORTE e a Secretaria Municipal de Educação que alia o esporte à educação e conta com a participação de 2500 estudantes de 25 escolas da região em ações educacionais e esportivas.

Em 2010, o programa contou com as seguintes ações:

- Realização da Copa ALUNORTE de Futebol, pela qual foram selecionados os 18 alunos e as 18 alunas que formaram os times ALUNORTE Rain Forest (masculino e feminino);
- Participação da Equipe ALUNORTE Rain Forest (ARF) Masculino na Norway Cup 2010. O time feminino continua em preparação técnica;
- Realização do "Prêmio Educacional", disputa que elege os melhores estudantes da região. As três vencedoras acompanharam o ARF na Noruega, com a responsabilidade de desenvolver um estudo traçando um paralelo sobre a realidade do país e do Brasil em relação ao meio ambiente;
- Excursões das equipes ARF selecionadas para conhecimento histórico das comunidades de Barcarena, para troca de experiências e avaliação de realidade do Município;
- Socialização das atividades pedagógicas e ambientais desenvolvidas pelas escolas/alunos inscritos, numa ação de incentivo para a melhoria do rendimento escolar;
- Realização de Gincana Ambiental pelos alunos participantes do programa através de projeto pedagógico de cada escola nas atividades de conservação e melhorias do Patrimônio Escolar e mostra dos projetos ambientais em desenvolvimento por cada escola em praça pública no Dia Mundial do Meio Ambiente, com oficinas de reciclagem e apresentações culturais;
- Palestras pedagógicas inerentes à realidade do adolescente envolvendo os alunos das escolas públicas de Barcarena.

Torneio das Indústrias (SESI)

- Patrocínio e apoio material à participação dos empregados da ALUNORTE no Torneio das Indústrias, promovido pelo Serviço Social da Indústria (SESI), objetivando a integração e socialização.

Projeto de Voluntariado Corporativo

- Em 2010, o ALUNORTE Cidadania foi substituído pela Ação Global, com parceria da ASSEMB, Rede Globo e SESI. Foram realizados mais de 20.000 atendimentos à Comunidade em serviços de confecção de documentos, atividades físicas, lazer, saúde, cortes de cabelo e odontologia, entre outros. A ALUNORTE entrou com a participação de 300 voluntários.
- Realização da 4ª Campanha da Olimpíada Solidária, com arrecadação de mais de 7 mil itens, entre gêneros alimentícios, roupas, livros, materiais de higiene e limpeza para a Pastoral do Menor de Barcarena.

Relacionamento com Stakeholders:

- A ALUNORTE recebeu cerca de 1.510 visitantes ao longo do ano de 2010. Estiveram na fábrica públicos de diversos segmentos, como representantes de comunidades locais, estudantes, acionistas e familiares de empregados. As visitas são realizadas dentro do programa ALUNORTE de Braços Abertos, que visa a reforçar o relacionamento e a transparência entre a empresa e seus stakeholders.

Outras ações de Responsabilidade Social:

- Apoio aos empregados voluntários no desenvolvimento de atividades da capacitação e sustentabilidade da comunidade de Barcarena;
- Participação na Associação das Empresas de Mineração de Barcarena (ASSEMB);
- Convênio com o CDI, (Comitê para Democratização da Informática) para acompanhamento, reformas e troca de equipamentos das Escolas de Informática e Cidadania, já instaladas nas vilas de

Itupanema, Vila do Conde, Laranjal, São Francisco e Pastoral do Menor;

- Apoio a diversos centros comunitários por meio de: doações de materiais e serviços, apresentações culturais em eventos da fábrica e patrocínios;
- Apoio as ONGs, iniciativas e projetos sociais da região;
- Participação nas reuniões do Conselho Tutelar;
- Visitas periódicas aos Líderes Comunitários da região;
- Visitas periódicas às Secretarias de Agricultura e Educação de Barcarena;
- Participação no Projeto de Desenvolvimento de Abaetetuba, com o PNUD, ligado à ONU.

Metas para o ano de 2011

Atuando em total sintonia com seus valores e alinhado à Visão de "Estar entre as Três Melhores Refinarias de Alumina do Mundo nos Direcionadores de Sustentabilidade do Negócio" e a Missão de "Produzir e fornecer alumina por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando consistentemente valor às partes interessadas", as principais metas da ALUNORTE para 2011 são:

- Consolidar gestão de Segurança para contratadas, por meio da metodologia de uma empresa especializada em gerenciamento de terceiros;
- Consolidar a implantação do programa "Anjo da Guarda", expandindo a atuação para as empresas contratadas;
- Consolidar programas de saúde ocupacional, por meio dos grupos de controle;
- Aprimorar a sistemática de qualificação de segurança de fornecedores e prestadores de serviço;
- Dar continuidade ao programa de Ergonomia da ALUNORTE;
- Dar continuidade ao programa de redução de ruído dos equipamentos e atividades da ALUNORTE;
- Garantir a manutenção dos índices do Sistema de Gestão Ambiental;
- Intensificar o reaproveitamento de resíduos;
- Implantar sistema automatizado de controle e gestão de resíduos;
- Implantar o Projeto Piloto de Cerâmica com utilização de lama vermelha;
- Revisar e adequar o Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos, relacionando a seletividade de acordo com sua destinação;
- Dar entrada na documentação das licenças e autorizações referentes ao DRS-2, junto aos órgãos ambientais;
- Estabelecer participação no Condomínio Ambiental, proposto pela VALE;
- Garantir a produção e os índices técnicos previstos no orçamento;
- Buscar a conformidade e a manutenção do Sistema de Gestão Integrado (SGI), através do aprimoramento do Programa de Formação de facilitadores e auditores internos;
- Dar continuidade aos programas de melhoria contínua e solução de problemas, como o Seminário Interno de Oportunidades de Melhoria, Workshop Operacional; Fórum de Engenharia e Tecnologia e Seis Sigma, objetivando redução de custo, aumento de produtividade e melhorias operacionais;
- Dar suporte técnico à alta direção para análise, condução e desdobramento das iniciativas estratégicas associadas ao Planejamento Estratégico a fim de consolidarmos o alcance de nossa visão;
- Implantar as ações mapeadas no Planejamento Estratégico, no que diz respeito às ações para atrair e reter pessoas, promover um clima organizacional favorável, aprimorar competências, habilidades e atitudes da base operacional e desenvolver os Líderes para uma organização de alta performance;
- Revisar o Planejamento Estratégico, aperfeiçoando os planos de ação e desdobrando as metas até a base operacional;
- Consolidar a reestruturação da organização do turno, continuando com a implantação das Equipes de Alta Performance;
- Reforçar e ampliar as ações de Comunicação Interna através da ampla divulgação dos programas existentes e implementação de outros;
- Consolidar estratégias de Comunicação Empresarial através do relacionamento com stakeholders por meio do programa "ALUNORTE de Braços Abertos", do relacionamento com a imprensa e também através da utilização intensa das mídias internas existentes: TV ALUNORTE, DIA, Alunews e Revista ALUNORTE;
- Intensificar os projetos de responsabilidade social já existente, com ênfase em ações de educação, capacitação e suporte para geração autosustentável de renda.

Barcarena, 01 de março de 2011.

Diretoria	
Carlos Ariel Ferreyra Diretor Presidente	Daryush Albuquerque Khoshnevis Diretor
Conselho de Administração	
Johnny Undeli Presidente	Tor Ove Horstad Conselheiro
Mauro Davi Boletta Conselheiro	Kimiharu Okura Conselheiro
Minoru Abe Conselheiro	Kenichi Kibe Conselheiro
Página 03 (continuação)	

www.alunorte.net

Alunorte

Alumina do Norte do Brasil S.A.

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social subscrito	Ágio na emissão de ações	Subvenção AFRMM	Incentivos fiscais	Legal	Expansão/ investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Tota
Saldos em 31 de dezembro de 2008 (Nota 2.19)	2.967.165	28.020	10.631	197.588	84.338	1.047.093		4.334.835
Utilização do AFRMM na amortização de financiamento de embarcações			(605)				605	
Lucro líquido do exercício (Nota 2.19)							230.799	230.799
Destinação dos lucros:								
Reserva legal					11.630		(11.630)	
Dividendos propostos							(55.395)	(55.395)
Reserva de lucros para expansão/investimentos						164.379	(164.379)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Nota 2.19)	2.967.165	28.020	10.026	197.588	95.968	1.211.472		4.510.239
Utilização do AFRMM na amortização de financiamento de embarcações			(605)				605	
Lucro líquido do exercício							166.804	166.804
Destinação dos lucros:								
Reserva Incentivos Fiscais				9.360			(9.360)	
Reserva Legal					8.340		(8.340)	
Dividendos propostos							(37.427)	(37.427)
Reserva de lucros para expansão/investimentos						112.282	(112.282)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.967.165	28.020	9.421	206.948	104.308	1.323.754		4.639.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Trimestres (Não auditado)			Acumulado			Trimestres (Não auditado)			Acumulado	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009		4T10	3T10	4T09	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						Recursos líquidos provenientes (utilizado nas) das atividades operacionais	(35.744)	8.442	124.546	148.587	114.288
Lucro líquido do exercício (Nota 2.19)	15.870	42.233	42.459	166.804	230.799	Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes (utilizado nas) atividades operacionais:						Adições no imobilizado e investimento	(48.568)	(31.150)	(44.021)	(132.268)	(150.419)
Depreciação e amortização	71.836	64.619	61.725	256.240	253.305	Depósitos judiciais	(161)	(248)	(2.082)	(2.139)	(766)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	116		(1.648)	157	(273)	Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(48.729)	(31.398)	(46.103)	(134.407)	(151.185)
Operação com derivativos, líquidos			27.640		27.640	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:					
Provisão (reversão)	(498)	1	2.736	(497)	2.134	Empréstimos captados a curto prazo - líquido	94.982		(55.068)	93.942	(373)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(21.436)	(82.470)	(35.793)	(62.575)	(523.784)	Pagamentos de empréstimos e financiamento - LP	(4.969)	(24.541)	(10.346)	(53.985)	(103.573)
Despesas com juros de empréstimos	4.426	2.749	4.831	19.000	43.076	Dividendos pagos a acionistas	(55.395)		(14.829)	(55.395)	(14.829)
Valor residual do ativo imobilizado baixado por alienação	201	130		331		Recursos líquidos provenientes (utilizado nas) das atividades de financiamento	34.618	(24.541)	(80.243)	(15.438)	(118.775)
	70.515	27.262	101.950	379.460	32.897	Redução no caixa e equivalentes	(49.855)	(47.497)	(1.800)	(1.258)	(155.672)
Redução (aumento) nos ativos:						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.810	129.307	35.013	33.213	188.885
Clientes	(50.194)	47.724	23.103	(35.697)	53.352	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.955	81.810	33.213	31.955	33.213
Estoques	1.226	17.865	55.053	9.337	172.491	Transações que não envolveram caixa					
Depósitos em garantia	(55.001)	(34.812)	(2.834)	(84.439)	733	Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido compensados com créditos fiscais	105.244	(22.262)	(60.226)	(60.201)	(121.487)
Impostos a recuperar	(22.150)	(22.168)	17.065	(80.620)	(40.593)						
Operações com hedge de alumínio					34.783						
Adiantamento a fornecedores	(1.196)	183	(898)	(1.230)	(845)						
Empresas ligadas	(21.286)	(316)	(22.399)		304						
Outros	(530)	(320)	867	(5.622)	(692)						
	(149.131)	8.156	92.356	(220.670)	219.533						
Aumento (redução) nos passivos:											
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	41.702	(27.287)	(17.637)	11.500	(115.297)						
Salários e encargos sociais a recolher	(4.015)	3.338	(22.604)	(84)	11.585						
Operações com hedge de alumínio				(27.640)							
Empresas ligadas	5.374	(2.917)		5.964	(343)						
Outros passivos	(189)	(110)	(29.519)	57	(34.087)						
	42.872	(26.976)	(69.760)	(10.203)	(138.142)						

Página 05 (continuação)

www.alunorte.net		Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.		CNPJ Nº 05.848.387/0001-54	
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
Em milhares de reais					
	2010	2009		2010	2009
Receitas			Valor adicionado recebido em transferência		
Vendas brutas de produtos e serviços	2.690.316	2.800.120	Receitas financeiras - líquidas	4.894	(46.118)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	132.268	165.752	IR e CSLL diferidos	(157)	273
Outras receitas e (despesas)	27.846	(1.161)	Valor adicionado total a distribuir	132.336	(174.344)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(186)	249	Distribuição do valor adicionado		
	2.850.244	2.964.960	Salário e encargos	69.573	69.103
Insumos adquiridos			Honorários de diretoria	1.475	1.046
Parte relacionada			Participação dos empregados nos lucros	10.002	7.344
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(605.873)	(758.539)	Plano de aposentadoria e pensão	828	628
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(37.111)	(36.428)	Pessoal e encargos	81.878	78.121
	(642.984)	(794.967)	Federais	(67.081)	(10.935)
Terceiros			Estaduais	4.186	9.736
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.097.356)	(1.254.539)	Municipais	1.850	1.402
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(726.788)	(791.727)	Menos: incentivos fiscais	(9.360)	
Recuperação de valores ativos	723	1.079	Impostos, taxas e contribuições	(70.405)	203
	(1.823.421)	(2.045.187)	Juros e variações cambiais	(45.941)	(514.724)
	(2.466.405)	(2.840.154)	Operações com hedge realizada, líquida		3.617
Valor adicionado bruto	383.839	124.806	Reversão de operação de derivativo de alumínio não realizada, líquida		27.640
Depreciação e amortização	(256.240)	(253.305)	Financiadores	(45.941)	(483.467)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	127.599	(128.499)	Lucro líquido do exercício	166.804	230.799
			Valor adicionado distribuído	132.336	(174.344)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010					
Em milhares de reais					
1 Contexto operacional					
A ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (ou a "Companhia"), com sede na cidade de Barcarena, Pará, foi constituída em junho de 1978, tendo por objetivo principal a industrialização de alumina, matéria-prima na produção de alumínio. A Companhia entrou em operação em 1995, com a capacidade de produção de 1.100 mil toneladas de alumina por ano. Em 1999, devido às melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida, passando para 1.500 mil toneladas/ano. Em abril de 2003, a Companhia concluiu o Projeto de Expansão 1 de seu Parque Industrial, elevando a sua capacidade de produção para 2.325 mil toneladas/ ano e durante o ano de 2004, a produção atingiu 2.549 mil toneladas/ano. No 1º trimestre de 2006 entraram em operação as linhas 4 e 5 do Projeto de Expansão 2, tendo atingido a plena capacidade de produção, elevando para 4.4 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. No 4º trimestre de 2008 entraram em produção as linhas 6 e 7 do Projeto de Expansão 3, tendo atingido a plena capacidade de produção, elevando para 6,3 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. Em 2010 foram produzidas 5.806 mil toneladas e comercializadas 4.928 mil toneladas no mercado externo e 871 mil toneladas no mercado interno, totalizando 5.799 mil toneladas.					
2 Resumo das principais políticas contábeis					
2.1 Apresentação das demonstrações financeiras					
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 1º de março de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas					
contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).					
2.2 Conversão de moeda estrangeira					
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação					
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.					
(b) Transações e saldos					
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas e operações de hedge de investimento líquido qualificadas. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.					
2.3 Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.					
2.4 Ativos financeiros					
2.4.1 Classificação					
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a					
Página 06 (continuação)					

www.alunorte.net



CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem clientes, depósitos em garantia, depósitos judiciais, adiantamento a fornecedores e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, não havia indicativos de impairment envolvendo ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou Companhia de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de

acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Nos exercícios apresentados, a companhia não designou instrumentos financeiros derivativos como instrumento de hedge.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	38-40
Máquinas	8-10
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-8-10-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros".

www.alunorte.net



CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de Imposto de Renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes

pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15 Benefícios a empregados

Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurada com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos - Alumina

A Companhia é uma refinaria que produz e vende a alumina calcinada e hidrato de alumínio, sendo este um produto intermediário do processo de fabricação de seu produto final que é a Alumina Calcinada. As vendas de alumina e hidrato ocorrem em duas diferentes modalidades: FOB (Free on Board) em navios no Porto de Vila do Conde (Barcarena/Pará/Brasil), que são destinadas ao mercado externo, e FOT (Free on Truck), que é para o mercado interno. As transferências de título e risco das mercadorias se dão na hora do carregamento, mas precisamente quando o produto ultrapassa a murada do navio (mercado externo), ou quando é disposto no caminhão (mercado interno).

As vendas da Alunorte são feitas apenas para seus acionistas, ou outras partes que receberão a cessão de um acionista, de acordo com as quantidades anuais contempladas nos contratos comerciais. Tais contratos também estipulam a qualidade do produto e as condições de pagamento, contemplando o prazo de 30 dias após data da entrega.

Tanto a alumina quanto o hidrato são vendidos mediante um preço-fórmula definido no Acordo Básico de Vendas da Companhia e qualquer alteração desta fórmula deverá ser aprovada pelos acionistas.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Refazimento das demonstrações financeiras

A Companhia optou pelo refazimento e reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 devido a ajuste identificado durante a elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos efeitos contábeis ocorreram em exercícios anteriores.

Sendo assim, a Companhia está reapresentando as suas demonstrações financeiras para o referido exercício, originalmente divulgadas em 26 de fevereiro de 2010.

O ajuste identificado refere-se à constituição de provisão para participação dos empregados nos resultados de 2009, cujo reconhecimento era feito pelo regime de caixa.

O registro da provisão pelo regime de competência gerou as modificações demonstradas nos quadros abaixo:

(a) Demonstração do resultado de 2009

	Saldo reportado	Ajuste	Saldo representado
Receita líquida de vendas	2.751.558		2.751.558
Custo dos produtos vendidos e serviços	(2.717.179)	(2.734)	(2.719.913)
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(98.682)		(98.682)
Resultado financeiro, líquidos	432.658		432.658
Lucro antes do IR/CSLL	368.355	(2.734)	365.621
Imposto de Renda e contribuição social	(135.752)	930	(134.822)
Lucro líquido do exercício	232.603	(1.804)	230.799

www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

(b) Balanço patrimonial de 2009

	Saldo reportado	Ajuste 2008	Ajuste 2009	Saldo reapresentado
Ativo				
Circulante	644.836			644.836
Não circulante (i)	5.648.880	2.471	930	5.652.281
Total	6.293.716	2.471	930	6.297.117
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante (ii) (iii)	322.253	7.268	2.734	332.255
Não circulante	1.454.623			1.454.623
Patrimônio líquido (iv)	4.516.840	(4.797)	(1.804)	4.510.239
Total	6.293.716	2.471	930	6.297.117

- (i) Ajuste em Imposto de Renda e contribuição social diferidos;
- (ii) Ajuste em salários e encargos sociais;
- (iii) Ajuste em reservas de lucros (Reserva para expansão e investimentos);

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

Imposto de Renda

A determinação da provisão para Imposto de Renda ou o Imposto de Renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de Renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes estão registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas na Nota 20. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

- (i) Risco cambial
A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.
- (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Todos os empréstimos de longo prazo da Companhia são em taxas variáveis, mantidas em dólares. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A". No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 29.299 (2009: R\$ 15.900) e outros ativos líquidos de R\$ 125.067 (2009: R\$ 225.455) que, se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano			
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores e empreiteiros				184.145
Em 31 de dezembro de 2009				
Fornecedores e empreiteiros				173.162
Em 1º de janeiro de 2009				
Fornecedores e empreiteiros				324.714
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos	373.316	384.138	346.645	386.444
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos	41.339	556.738	449.343	448.513
Instrumentos financeiros derivativos	27.640			
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos	72.736	432.048	602.834	964.182

www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2010, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação a de 2009, foi a de manter o índice de alavancagem financeira de até 60%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 19)	1.490.543	1.495.933
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(31.955)	(33.213)
Dívida líquida	1.458.588	1.462.720
Total do patrimônio líquido	4.639.616	4.510.239
Total do capital	6.098.204	5.972.959
Índice de alavancagem financeira - %	24	24

5.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A Companhia não fez operações de derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado, nos períodos.

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2010	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Clientes (i)	257.636
Caixa e equivalentes de caixa	31.955
Depósitos em garantia	95.187
Adiantamentos a fornecedores	2.632
Depósitos judiciais	17.190
	404.600
31 de dezembro de 2009	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Clientes (i)	225.816
Caixa e equivalentes de caixa	33.213
Depósitos em garantia	13.848
Adiantamentos a fornecedores	1.402
Depósitos judiciais	13.921
	288.200
1º de janeiro de 2009	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Clientes (i)	274.077
Caixa e equivalentes de caixa	188.885
Depósitos em garantia	14.581
Adiantamentos a fornecedores	557
Depósitos judiciais	12.256
	490.356

(i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de “Contas a receber de clientes” uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2010	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	1.490.543
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	190.897
	1.681.440
31 de dezembro de 2009	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	1.495.933
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	173.896
	1.669.829
1º de janeiro de 2009	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	2.071.800
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	324.834
	2.396.634

(ii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Recursos em banco e em caixa	2.656	17.613	27.173
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	29.299	15.600	161.712
	31.955	33.213	188.885

8 Instrumentos financeiros derivativos

	31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de câmbio a termo - hedge de fluxo de caixa		27.640	34.783	
Parcela circulante		27.640	34.783	

No exercício de 2010, a Companhia optou em não fazer nenhuma operação de proteção de seu fluxo de caixa, através de instrumentos financeiros derivativos.

9 Clientes

O contas a receber de clientes da Companhia são mantidas em dólares americanos. Assim constituídos:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de partes relacionadas - no exterior	218.374	179.891	231.184
Contas a receber de partes relacionadas - no país	39.262	45.564	42.893
Contas a receber terceiros - no país		361	
Parcela circulante	257.636	225.816	274.077

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 não havia saldo de contas a receber vencidos. Não há provisão para devedores duvidosos, uma vez que não há histórico de atrasos. O total de contas a receber é denominado em US\$ (dólares americanos - milhares): 154,625 em 2010; 129,690 em 2009; 117,277 em 1o de janeiro de 2009.

www.alunorte.net

Alunorte

Alumina do Norte do Brasil S.A.

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante						
Clientes	257.636		225.455		274.077	
Partes relacionadas -						
Outras contas a receber	22.596		197		363	
Passivo circulante						
Empréstimos e financia-		104.546		37.365		52.342
mentos						
Fornecedores e empre-		77.463		69.819		142.577
iteiros						
Dividendos propostos		37.427		55.395		14.829
Partes relacionadas -						
Outras contas a pagar		6.358		394		
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financia-		772.880		914.822		480.014
mentos						
	<u>280.232</u>	<u>998.674</u>	<u>225.652</u>	<u>1.077.795</u>	<u>274.440</u>	<u>689.762</u>

As transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	Trimestre (não auditado)					
	4T10		3T10		4T09	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Venda de alumina						
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	61.815		53.463		62.547	
Vale International S.A.	269.627		325.926		293.704	
Vale S.A	42.073		39.520		45.315	
Hydro Aluminium ASA	274.720		195.982		310.686	
Mitsui and Co. Ltda.	15.577		10.492		17.613	
Votorantim GMBH	22.599		29.354		17.171	
Compra de matéria-prima e energia						
Vale S.A. (Mineradora Bauxita Paragominas)				(88.373)		(87.797)
Mineração Paragomi-		(113.067)				
nas S.A.						
Mineração Rio Norte S.A. (MRN)		(85.828)		(41.468)		(87.219)
Vale do Rio Doce Energia S.A.		(14.880)		(9.338)		(6.473)
Serviços						
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	8		8		258	
Outras						
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	124	(47)	75	(206)		(353)
Vale International S.A.						(465)
Hydro Aluminium ASA					6	
Mitsui and Co. Ltda.					3	
Mitsubishi Corporation					2	
Vale S.A.		(898)		(1.346)		
Financeiras e variações monetárias e cambiais						
Vale S.A.	280	(46)	1.874	(110)	935	
Nork Hydro N.V.		(804)		(794)		
Hydro Aluminium ASA	4.915	(901)	18.818	(4.297)	4.762	
Vale International S.A.	9.518	(3.011)	36.482	(6.122)	9.796	
CBA - Overseas Trad-						(158)
ing Co. Ltda.						
Mitsui and Co. Ltda.		(240)		(136)	579	
Votorantim GMBH		(223)		(721)		(171)
	<u>701.256</u>	<u>(219.945)</u>	<u>711.994</u>	<u>(152.911)</u>	<u>763.377</u>	<u>(182.636)</u>

Venda de alumina:

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	232.263	257.699
Vale International S.A.	1.197.488	1.259.595
Vale S.A.	169.566	143.452
Hydro Aluminium ASA	907.456	963.541
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)		44.638
Overseas Trading Co. Ltda. (CBA)		39.857
Mitsui and Co.Metals Ltda.		21.075
Mitsui and Co. Ltda.	62.051	28.602
Mitsubishi Corporation		12.289
Votorantim GMBH	109.554	17.171

Compra de matéria-prima e energia

Vale S.A. (Mineradora Bauxita Paragominas)	(258.287)	(344.833)
Mineração Paragominas S.A.	(113.067)	
Mineração Rio Norte S.A. (MRN)	(234.518)	(413.707)
Vale do Rio Doce Energia S.A.	(37.112)	(36.428)

Serviços

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	31	406
-----------------------------------	----	-----

Outras

Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	464	(581)	(1.559)
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio			5
Hydro Aluminium ASA			11
Mitsui and Co. Ltda.			13
Mitsubishi Corporation			7
Vale S.A.		(3.324)	(1.792)

Financeiras e variações monetárias e cambiais:

Vale S.A.	718	(422)	21.724	
Norsk Hydro N.V.	13.154	(3.447)		
Hydro Aluminium ASA	6.089	(5.198)	74.715	
Vale International S.A.	27.111	(12.468)	(16.457)	
CBA - Overseas Trading Co. Ltda.			(2.724)	
Mitsui and Co. Ltda.		(1.342)	(736)	
Mitsubishi Corporation			(17)	
Votorantim GMBH	453	(1.298)	(171)	
	<u>2.726.398</u>	<u>(671.064)</u>	<u>2.884.800</u>	<u>(818.424)</u>

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Receita operacional bruta - venda de produtos e serviços	686.543	654.820	747.036	2.678.873	2.787.919
Custo dos produtos vendidos e serviços	(213.775)	(139.179)	(181.489)	(642.984)	(794.968)
Resultado financeiro líquido	(2.378)	(2.442)	(1.389)	(10.270)	(11.812)
Variações monetárias e cambiais líquidas	11.866	47.436	17.132	33.622	88.146
Outros	(945)	(1.552)	(549)	(3.905)	(2.909)
	<u>481.311</u>	<u>559.083</u>	<u>580.741</u>	<u>2.055.336</u>	<u>2.066.376</u>

Página 12 (continuação)

www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

(ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui a diretoria e o gerente da auditoria interna:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Salários e encargos	(63)	(63)	(63)	(219)	(219)
Honorários e encargos da diretoria	(133)	(204)	(190)	(1.475)	(1.046)
	<u>(196)</u>	<u>(267)</u>	<u>(253)</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(1.265)</u>

13 Impostos e contribuições a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.650	1.650	1.711
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.796	4.984	3.267
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	365.775	297.531	272.972
Programa de Integração Social (PIS)	79.334	68.339	53.706
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	10.602	9.766	8.919
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20.428	18.821	17.143
	<u>484.585</u>	<u>401.091</u>	<u>357.718</u>
Circulante	79.454	48.507	113.903
Realizável a longo prazo	405.131	352.584	243.815
	<u>484.585</u>	<u>401.091</u>	<u>357.718</u>

Em conexão com a a previsão orçamentária, estimamos que os créditos de impostos a recuperar no circulante, serão realizados no ano de 2010. Os créditos de PIS e COFINS são oriundos, principalmente, de compras de matérias-primas, serviços, energia elétrica e imobilizado.

14 Imposto de Renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição do Imposto de Renda e contribuição social

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	251	10	214
Provisão perdas em ativos	748	1.171	1.623
Provisão para pagamentos futuros	3.426	3.401	2.471
	<u>4.425</u>	<u>4.582</u>	<u>4.308</u>
Não circulante			

Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Valor líquido dos créditos	
	2010	2009
2010		3.583
2011	3.426	999
2012 em diante	999	
	<u>4.425</u>	<u>4.582</u>

Como a base tributável do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre

não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) Reconciliação do benefício (despesa) do Imposto de Renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social (Nota 3.20)	28.170	67.886	80.391	239.346	365.621
Alíquota combinada do Imposto de Renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(9.578)	(23.081)	(27.333)	(81.378)	(124.311)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:					
Incentivo fiscal	3.482	2.276		9.360	
Adições - itens permanentes					
Operações de hedge realizado			(1.230)		(1.230)
Operações de hedge não realizado			(9.398)		(9.398)
Outros	(6.204)	(4.848)	29	(524)	117
Imposto de Renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(12.300)</u>	<u>(25.653)</u>	<u>(37.932)</u>	<u>(72.542)</u>	<u>(134.822)</u>
Do exercício	(12.160)	(25.653)	(39.580)	(72.385)	(135.095)
Diferido	(140)		1.648	(157)	273

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) isenção de 100% do Imposto de Renda para uma produção limitada a 800 mil toneladas/ano de alumina, pelo período de dez anos a partir do primeiro ano de geração de resultados tributáveis, que ocorreu em 2000 com término previsto para 2009. A Companhia obteve também da SUDAM uma redução de 75% sobre uma produção maior que 800 mil toneladas/ano limitada até 3.200 mil toneladas/ano para o período do ano de 2000 a 2009 e outra redução 75% da produção maior que 3.200 mil toneladas/ano limitada até 4.800 mil toneladas/ano para o período de 2007 a 2016.

(d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

produtos vendidos”, R\$ 487 (2009: R\$ 952) e como “Gerais e administrativas” R\$ 3.178 (2009: R\$1.654).

17 Diferido

	Despesas pré-operacionais
Saldos em 1º de janeiro de 2009	
Custo	289.296
Amortização acumulada	(213.211)
Saldo contábil, líquido	76.085
Em 31 de dezembro de 2009	
Saldo inicial	76.085
Amortização do período	(11.172)
Saldo contábil, líquido	64.913
Em 31 de dezembro de 2009	
Custo	289.296
Amortização acumulada	(224.383)
Saldo contábil, líquido	64.913
Em 31 de dezembro de 2010	
Saldo inicial	64.913
Amortização do período	(11.172)
Saldo contábil, líquido	53.741
Saldo em 31 de dezembro de 2010	
Custo	289.296
Amortização acumulada	(235.555)
Saldo contábil, líquido	53.741
Taxa anual de amortização - %	20

Conforme permitido pela Medida Provisória n. 449/08 (convertida na Lei n. 11.941/09) e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo, sob essa classificação, até sua completa amortização, porém, sujeito à análise periódica de sua recuperação.
Os montantes de amortização de R\$ 11.172 (2009: R\$ 11.172) foram registrados como “Gerais e Administrativas”

18 Fornecedores e outras obrigações

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a pagar aos fornecedores - terceiros	106.682	103.343	182.137
Dividendos a pagar	37.427	55.395	14.829
Contas a pagar aos fornecedores - partes relacionadas	77.463	69.819	142.577
Partes Relacionadas - outras			
contas a pagar	6.358	394	
Salários e encargos sociais	18.442	17.487	15.634
Tributos a recolher/pagar	14.962	16.499	4.033
Provisão Hedge		27.640	
Outras contas a pagar	394	339	120
	261.728	290.916	359.330
Analísado			
Passivos financeiros	190.897	173.896	324.834
Passivos não financeiros	70.831	117.020	34.496
	261.728	290.916	359.330

19 Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos.

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
No País						
Adiantamento Contrato de Câmbio e Adiantamento (ACC) de Cambiais Entregues (ACE)						
Principal - Vencível em janeiro de 2011 (equivalentes a US\$ 55.990)	93.290					
Encargos	17					
Vale S.A.						
Principal - Vencível em março de 2011(equivalentes a US\$ 10 milhões em 2010, US\$ 30 milhões em 2009 e US\$ 50 milhões em 2008)	16.662		34.824	17.412	46.740	70.110
Encargos	51		1.494		1.302	
	110.020		36.318	17.412	48.042	70.110
No exterior						
Japan Bank for International Corporation - JBIC						
Principal - U\$ 340 milhões assumidos pela Vale S.A. em dezembro de 2009 (equivalentes a US\$ 340 milhões em 2008)						794.580
Encargos					8.336	
Norsk Hydro N.V.						
Principal - Vencíveis entre abril de 2011 e outubro de 2020 (equivalentes a US\$ 175 milhões em 2010 e 2009 e US\$ 173 milhões em 2008)	29.225	263.023		305.402		409.904
Encargos	672		812		4.300	
Ing Capital LLC						
Principal - Vencíveis entre janeiro de 2011 e julho de 2013 (equivalentes a US\$ 310 milhões em 2010 e 2009 e US\$ 310 milhões em 2008)	172.175	344.347		539.772		724.470
Encargos	3.288		3.974		12.058	
Vale International S.A.						
Principal - Vencíveis entre abril de 2011 e outubro de 2020 (equivalentes a US\$ 340 milhões em 2010 e 2009)	56.651	509.857		592.008		
Encargos	1.285		235			
	263.296	1.117.227	5.021	1.437.182	24.694	1.928.954
	373.316	1.117.227	41.339	1.454.594	72.736	1.999.064

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais classificados a longo prazo (não circulante) é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro, as posições em aberto são as seguintes:

www.alunorte.net



Alunorte

Alumina do Norte do Brasil S.A.

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			46.740
2011		287.075	385.308
2012	192.069	269.663	361.938
2013	192.069	269.663	361.938
2014	77.288	89.740	120.448
2015	77.288	89.740	120.448
2016	77.288	89.740	120.448
2017 até 2020	501.225	358.973	481.796
	1.117.227	1.454.594	1.999.064

Os empréstimos e financiamentos em aberto, em 31 de dezembro de 2010, estavam sujeitos a juros anuais, entre 1,09% a 1,49%.

(a) Garantias

Em dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com Japan Bank for International Corporation (JBIC) e Nork Hydro N.V. no valor total de US\$ 340,000 e US\$ 175,398, respectivamente, com o objetivo de financiar parte de seus investimentos para o novo projeto de expansão: Projeto de Expansão 3. O total desses empréstimos somavam US\$ 515,398.

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de empréstimos com a Norksk Hydro N.V. totalizavam US\$ 175,398.

De acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos junto ao JBIC, os pagamentos de principal e juros ocorreriam semestralmente. A primeira parcela do principal teria vencimento em abril de 2011 e a última em outubro de 2020. A primeira parcela dos juros teve início em abril de 2007 e encerraria em outubro de 2020. Em 2009, face à reestruturação financeira da Companhia, a administração decidiu pela extinção do contrato mantido junto ao JBIC e a Vale S.A. assumiu a dívida e as garantias mantidas com essa instituição financeira. Em contrapartida, a Companhia assumiu uma dívida de pré-pagamento de exportação junto à Vale International S.A. com as mesmas características mantidas com a anterior instituição financeira, o JBIC.

A garantia atrelada ao contrato de empréstimo junto ao JBIC foi extinto com a assunção da dívida pela Vale S.A. Uma nova garantia foi dada à Vale S.A. pelos acionistas da ALUNORTE, de acordo com o percentual de participação acionária: Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (3,62%), Nippon Amazon Aluminium Co. Ltda. - NAAC (2,59%), Mitsui & Co. Ltda. (2,19%) e Japan Alunorte Investment Co. - JAIC (0,54%).

Os contratos de financiamento com a Vale International, Norsk Hydro e ING Capital LLC impõem certas limitações de eventos de penhora, fusão ou inadimplência.

Os pagamentos de juros dos empréstimos mantidos pela companhia junto ao ING são mantidos em conta garantida (vide Nota 10).

(b) Acordo de financiamento

A Companhia firmou acordo com a Vale S.A. em dezembro de 1996, no qual a Vale repassaria à Companhia, o financiamento obtido da Nippon Amazon Alum Co. Ltda. (NAAC), através de fundos do Export Import Bank of Japan, a quantia em reais equivalentes a US\$ 200 milhões, com prazos idênticos àqueles negociados entre Vale e NAAC. Tal acordo estipula amortização da dívida em vinte parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencíveis em 20 de março e 20 de setembro de cada ano, com início em 2001 e término em 2011. O saldo desse financiamento em 31 de dezembro de 2010 era o equivalente a US\$ 10 milhões.

(c) Financiamento para Projeto de Expansão 2

Em 29 de julho de 2004, foram assinados contratos com os Bancos GKA Facility, GIEK Facility e NIB Facility, no valor de US\$ 200 milhões, US\$ 80 milhões e US\$ 30 milhões, respectivamente, totalizando US\$ 310 milhões, liberados até 31 de janeiro de 2007.

Em 30 de junho de 2006, houve o refinanciamento desses contratos com o ING CAPITAL LLC no mesmo total. O pagamento dos juros será semestral de janeiro de 2007 até julho de 2013. A parte relativa ao principal será amortizada em 6 parcelas semestrais de janeiro de 2011 a julho de 2013.

(d) Financiamento para Projeto de Expansão 3

Em 21 de dezembro de 2006 foi contratada uma nova linha de crédito junto ao Japan Bank for International Corporation (JBIC) e Norsk Hydro N.V. no valor de US\$ 340,0 milhões, e US\$ 175,4 milhões, respectivamente, totalizando US\$ 515,4 milhões, com a finalidade de financiar parte da expansão 3 da Alunorte, que elevará a sua capacidade para 6,3 milhões de toneladas anuais. Esse contrato terá carência de 4 anos, o principal será amortizado em 20 parcelas semestrais de abril de 2011 a outubro de 2020 e o pagamento dos juros será semestral, a partir de abril de 2007 a outubro de 2020. Até 31 de dezembro de 2008, foram liberados US\$ 340,0 milhões pelo JBIC e US\$ 175,4 milhões pela Norsk Hydro N.V. totalizando US\$ 515,4 milhões. Em função da reestruturação que a Companhia passou em 2009, o contrato com o JBIC foi assumido pela Vale S.A.

20 Obrigações contratuais e contingências

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	Depósitos judiciais			Provisões para contingências		
	1º de janeiro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	2010	2009	de 2009	2010	2009	de 2009
Contingências tributárias	12.324	11.665	10.908			
Contingências trabalhistas e previdenciárias	4.866	2.256	1.348	31	29	73
Reclamações cíveis						556
	17.190	13.921	12.256	31	29	629

(b) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Tributárias	11.781	4.307
Cíveis	1.004	1.000
Trabalhistas	17.017	16.418
	29.802	21.725

21 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital social subscrito é composto por 2.209.966 mil ações ordinárias e 115.434 mil ações preferenciais classe C, sem valor nominal.

A Companhia possui capital estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 451,943 mil e ¥ 2,500,000 mil.

As ações preferenciais Classe C são asseguradas: (1) o direito de prioridade na distribuição de ativos residuais no caso de liquidação da Companhia; (2) prioridade na distribuição de dividendos, com direito de receber dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (3) dividendo mínimo anual de 1%, não cumulativo, calculado sobre a parcela do capital constituído por essa classe de ações; (4) direito a voto caso o dividendo mínimo anual de 1% não tiver sido pago durante um período de 3 anos consecutivos, iniciando-se a partir da data em que a fábrica tiver alcançado uma produção acumulada de 2.325 mil toneladas métricas de alumina ao longo do ano, a qual ocorreu em 2004.

Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010, nos termos do acordo de acionistas da Alunorte, firmado em 19 de agosto de 1993, foi aprovada a transferência para a Ananke Alumina S.A. da totalidade da participação acionária da Vale S.A. no capital social da Companhia, representada por 1.304.250.027 ações ordinárias, 197 ações preferenciais Classe "A" e 21.992.308 ações preferenciais Classe "C".

(b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros - Reserva de Expansão e Investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberação na Assembleia Geral em observância à Lei das Sociedades por Ações.

(c) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei n. 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 8, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de Lucros Acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

www.alunorte.net

Alunorte

Alumina do Norte do Brasil S.A.

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

(d) Destinação do resultado do exercício e ajustes de exercícios anteriores

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2010:

Origens	
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	166.804
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício)	(8.340)
(+) Realização da reserva do adicional de frete para renovação Marinha Mercante	605
(-) Reserva de incentivos fiscais	(9.360)
	<u>149.709</u>

(i)Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial, no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	166.804
Constituição de Reservas	
Legal	(8.340)
Incentivos fiscais	(9.360)
Realização da reserva do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)	605
Base de cálculo dos dividendos	<u>149.709</u>
Dividendos propostos (25%)	37.427
Constituição de reserva de lucros para expansão/investimentos	112.282
	<u>149.709</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	100%

(ii) Amortização do prejuízo

A Administração sujeitará à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, a amortização do prejuízo apurado após os ajustes demonstrados na Nota 2.19, com a realização de R\$ 6.601 da "Reserva de Lucros para Expansão e Investimentos". Em 31 de dezembro de 2010, esta reserva teve a seguinte movimentação:

Saldo em 1º de janeiro de 2010	1.218.073
Constituição com a destinação de 75% do lucro líquido ajustado de 2010	112.282
Realização com a absorção de prejuízos de exercícios anteriores	(6.601)
	<u>1.323.754</u>

22 Despesas operacionais, líquidos

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Gerais e Administrativas					
Pessoal	(8.540)	(7.117)	(7.272)	(30.694)	(31.213)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(2.588)	(5.154)	(6.899)	(15.805)	(14.431)
Propaganda e publicidade	(191)	(186)	(180)	(1.156)	(706)
Despesas de viagem	(50)	(55)	(38)	(195)	(226)
Aluguéis e tributos	(433)	(519)	(454)	(1.863)	(1.779)
Parte relacionadas	(945)	(1.552)	(549)	(3.905)	(2.909)
Outras	(101)	(353)	(1.290)	(445)	(4.792)
Depreciação e amortização	(3.759)	(3.672)	(3.503)	(15.578)	(13.864)
	<u>(16.607)</u>	<u>(18.608)</u>	<u>(20.185)</u>	<u>(69.641)</u>	<u>(69.920)</u>
Honorários dos administradores	<u>(196)</u>	<u>(267)</u>	<u>(253)</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(1.265)</u>
Vendas e Comerciais					
Carga e descarga	(15.508)	(10.496)	(5.393)	(41.781)	(24.390)
Outras	(110)	18	(1.678)	(391)	(2.984)
	<u>(15.618)</u>	<u>(10.478)</u>	<u>(7.071)</u>	<u>(42.172)</u>	<u>(27.374)</u>
Operações de hedge accounting					
Operações com hedge de Alumínio - líquidas			2.874		2.874
Outras					
Parte relacionada	(13.223)	22		(15.197)	
Desembolsos com autos de infração	(1.331)			(1.878)	
Ajuste de inventário	(2.603)	(198)	(302)	(696)	(800)
Despesas reembolsáveis			(241)	(122)	(1.137)
Crédito Previdência Privada	3.051			3.051	
Receita com Sinistro (vide Nota 24)				44.599	
Diferimento ICMS - Lei n. 6.307/00	(613)	(767)	(803)	(3.362)	(3.165)
Provisão para ajuste ao valor de mercado - Alumina					2.974
PIS/COFINS s/ outras receitas				(4.089)	
Reg. PIS/Cofins	(1.241)			(1.406)	
Outras	(655)	(653)	(4.983)	(3.252)	(869)
	<u>(16.615)</u>	<u>(1.596)</u>	<u>(6.329)</u>	<u>17.648</u>	<u>(2.997)</u>
	<u>(49.036)</u>	<u>(30.949)</u>	<u>(30.964)</u>	<u>(95.859)</u>	<u>(98.682)</u>

Página 17 (continuação)

www.alunorte.net

Alunorte

Alumina do Norte do Brasil S.A.

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

23 Resultado financeiro

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Despesas financeiras					
Encargos s/ empréstimos e financiamentos:					
Externos	(1.942)	(1.829)	(3.996)	(7.546)	(31.458)
Internos	(26)	(1)	(19)	(32)	(380)
IOF	(740)	(138)	(369)	(1.641)	(1.816)
Multas/juros por infrações fiscais	(1.065)	(965)	(866)	(4.258)	(930)
Parte relacionada	(2.378)	(2.442)	(1.389)	(10.270)	(11.812)
Outras	(1.721)	(75)	(31)	(528)	(253)
	(7.872)	(5.450)	(6.670)	(24.275)	(46.649)
Receitas financeiras					
Aplicações financeiras	1.516	3.215	682	7.251	6.573
Outras	277	42	54	132	416
	1.793	3.257	736	7.383	6.989
Operações de derivativos de Alumínio					
Operações realizadas não efetivas - líquidas			(6.491)		(6.491)
Operações não realizadas - líquidas			(27.640)		(27.640)
			(34.131)		(34.131)
Variações monetárias e cambiais passivas					
Empréstimos e financiamentos:					
Externos	8.680	33.263	12.845	23.250	376.129
Internos	2.970	33	1.925	(545)	27.914
Parte relacionada	14.714	57.173	18.720	39.373	139.440
Fornecedor no exterior	675	2.160	935	2.244	15.143
	27.039	92.629	34.425	64.322	558.626
Variações monetárias e cambiais ativas					
Parte relacionada	(2.848)	(9.737)	(1.588)	(5.751)	(51.294)
Aplicações financeiras	(2.002)	(1.168)	(26)	(2.865)	(1.619)
Materiais em trânsito	(92)	261	596	683	(1.082)
Vendas Mercado interno	1.181			1.181	
Outras	1.091	1.115	819	4.287	1.818
	(2.670)	(9.529)	(199)	(2.465)	(52.177)
Variações monetárias e cambiais líquidas					
	24.369	83.100	34.226	61.857	506.449
Resultado financeiro, líquido	18.290	80.907	(5.839)	44.965	432.658

24 Cobertura de seguros

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólice de seguros:

		Limite de indenização	
Ramos	Cobertura	2010	2009
Bens/interesse	Incêndio, raio, explosão, colisão, roubo e lucros cessantes	4.320.274	5.652.030
Responsabilidades	Responsabilidade civil	20.000	20.000
		4.340.274	5.672.030

25 Outras informações

(a) Obrigações contratuais

A Companhia está compromissada, por um contrato de take-or-pay, a adquirir, aproximadamente, 23.620 mil toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Baseado no preço de mercado de US\$ 24.50 (R\$ 40,82) por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2010, esse compromisso monta a R\$ 964.000, conforme demonstrado abaixo:

Ano	
2011	235.000
2012	241.000
2013	244.000
2014	244.000
	964.000

A Companhia também está compromissada, por um contrato de take-or-pay, a adquirir, aproximadamente, 131.523 mil toneladas métricas de bauxita da Mineração Paragominas S.A., por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Baseado no preço de mercado de US\$ 25.55 (R\$ 42,57) por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2010, esse compromisso monta a R\$ 5.599.000, conforme demonstrado abaixo:

Ano	
2011	451.000
2012	397.000
2013	396.000
2014	396.000
2015 em diante	3.959.000
	5.599.000

Ainda, a Companhia mantém compromisso por um contrato de take-or-pay, a entregar, aproximadamente, 77.504 mil toneladas métricas de alumina a alguns de seus acionistas e à Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS (empresa do grupo Vale), com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Baseado no preço de mercado de US\$ 265.23 (R\$ 441,93) por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2010, esse compromisso monta a R\$ 21.259.000, conforme demonstrado abaixo:

Ano	
2011	2.723.000
2012	2.723.000
2013	2.723.000
2014	2.723.000
2015	2.723.000
2016 em diante	20.636.000
	34.251.000

(b) EBITDA/LAJIDA

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA/LAJIDA (lucro antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e contribuição social e depreciação e amortização) foi de R\$ 450.621 em 2010 contra R\$ 186.268 em 2009, representando um acréscimo de R\$ 264.353.

	4T10	3T10	4T09	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro líquido do exercício (Nota 2.19)	15.870	42.233	42.459	166.804	230.799
Imposto de Renda e contribuição social	12.300	25.653	37.932	72.542	134.822
Resultado financeiro líquido	(18.290)	(80.907)	5.839	(44.965)	(432.658)
Saldo equivalente ao resultado operacional antes dos efeitos financeiros	9.880	(13.021)	86.230	194.381	(67.037)
Depreciação e amortização	71.836	64.619	61.725	256.240	253.305
	81.716	51.598	147.955	450.621	186.268

Página 18 (continuação)

Empresarial



www.alunorte.net

CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

(c) Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	Trimestre (não auditado)			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	4T10	3T10	4T09		
Venda de produtos					
Alumina	686.411	654.737	748.266	2.683.081	2.792.332
Venda de serviços e outros	1.425	1.657	529	7.235	7.788
	687.836	656.394	748.795	2.690.316	2.800.120
Impostos					
Venda de produtos - Alumina	(9.746)	(8.601)	(10.238)	(38.320)	(47.655)
Venda de serviços e outros	(193)	(243)	(63)	(1.020)	(907)
	(9.939)	(8.844)	(10.301)	(39.340)	(48.562)
Receita líquida	677.897	647.550	738.494	2.650.976	2.751.558

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	Trimestre (não auditado)			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	4T10	3T10	4T09		
Mercado externo					
América do Norte	183.272	227.747	289.018	936.225	1.133.669
Europa	321.392	266.661	249.096	1.117.685	855.359
América do Sul	19.363	35.732	54.083	88.096	124.316
Ásia	9.747	9.271		30.500	58.011
Africa					
Oriente Médio	49.252	21.488	46.977	104.043	170.776
	583.026	560.899	639.174	2.276.549	2.342.131
Mercado interno	103.385	93.838	109.092	406.532	450.201
	686.411	654.737	748.266	2.683.081	2.792.332
Parte relacionada	686.411	654.737	747.035	2.678.378	2.787.921
Outras			1.231	4.703	4.411
Total	686.411	654.737	748.266	2.683.081	2.792.332

(d) Balanço social

A Companhia mantém um firme compromisso de tornar transparentes as suas ações de responsabilidade social, em função disto, apresenta o seu balanço social com seus principais indicadores:

	2010	2009
Base de cálculo		
Receita bruta	2.690.316	2.800.120
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	194.381	(67.037)
Remuneração bruta		
Empregados	53.296	45.521
Terceiros	103.610	82.822
Indicadores laboriais		
Encargos Sociais Compulsórios	18.344	18.769
Alimentação	8.734	8.183
Transporte	5.195	4.787
Previdência Privada	828	628
Saúde	4.615	5.364
Segurança e saúde no trabalho	3.848	2.497
Educação	3.811	4.045
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.055	231
Participação dos Trabalhadores nos Resultados	10.002	7.344
Outros Benefícios	1.052	1.297
Total - Indicadores laborais	57.484	53.145

	2010	2009
Indicadores sociais		
Impostos	(70.405)	203
Investimentos em cidadania		
Projetos e ações sociais	1.154	570
Investimentos em meio ambiente		
Operacionais	19.336	17.074
Outros projetos ambientais	922	511
	20.258	17.585
Indicadores do corpo funcional		
Número de empregados no final do exercício	1.573	1.493
Número de admissões durante o exercício	195	116

Barcarena (PA), 01 de março de 2011.

Carlos Ariel Ferreyra
Diretor Presidente

Daryush Albuquerque Khoshnevis
Diretor

Sebastião José Rosa
Gerente de Área Contabilidade e Planejamento Fiscal
CRC/RJ 39332/O-S-PA
CPF 444.627.357-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

www.alunorte.net



CNPJ Nº 05.848.387/0001-54

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

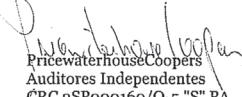
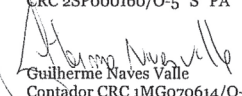
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PA

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

O Conselho de Administração da ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A. (ALUNORTE), tendo examinado, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Barcarena, 31 de março de 2011.

Johnny Undeli
Presidente

Tor Ove Horstad
Conselheiro

Mauro Davi Boletta
Conselheiro

Kimiharu Okura
Conselheiro

Minoru Abe
Conselheiro

Kenichi Kibe
Conselheiro

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2010

A Diretoria da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2010, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

ALBRAS comemora 25 anos de operação com superação e excelentes resultados.

A fábrica da ALBRAS completou, em 2010, 25 anos de operação, a plena capacidade, com os ativos preservados, uma equipe motivada e excelência reconhecida na gestão. Foi um ano de grandes conquistas:

SEGURANÇA: O número de acidentes de trabalho na ALBRAS e empresas contratadas, combinadas, teve o menor valor já registrado na história da empresa. A Taxa de Frequência de Acidentes ficou em 0,79, ou seja, menos de um acidente por milhão de homens-horas trabalhados. (item 6)

MEIO AMBIENTE: As emissões atmosféricas da fábrica registraram os menores números em 25 anos de operação: flúor total, 0,475 Kg/t Al, muito abaixo do limite legal de 1,25; material particulado, 1,35 Kg/t Al, também muito inferior ao limite legal de 5,0 kg/t Al. (item 5)

SUSTENTABILIDADE: A ALBRAS reciclou 100% dos resíduos gerados nos quatro últimos meses de 2010 e estipulou metas de concluir a reciclagem de todos os resíduos gerados em suas operações nos próximos 5 anos. (item 5)

INVESTIMENTOS: O plano de investimentos da ALBRAS, de R\$ 19 milhões (US\$ 10,4 milhões), foi executado conforme o planejado. Foram R\$ 12.5 milhões (US\$ 7,0 milhões) em pesquisa e desenvolvimento e R\$ 6.5 milhões (US\$ 3,4 milhões) em outras melhorias e refinamento de processos. (item 7)

PUREZA: A melhoria de 14% na pureza do lingote produzido em 2010 foi outra conquista da ALBRAS. Alinhada à expectativa dos clientes, atingiu média de 1374 ppm. Ao final do ano foram produzidos lingotes com a média de 1068 ppm de ferro, os melhores índices já registrados na história da empresa. (item 4)

ECONOMIA: A ALBRAS deu sequência ao seu Plano de Economia, estabelecido na época da crise mundial e conseguiu, em 2010, a redução de R\$ 20 milhões no consumo específico de insumos e de gastos PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros Gastos). (item 7)

GESTÃO: Pela décima primeira vez, as revistas Exame e Você S/A, da Editora Abril, reconheceram a ALBRAS como uma das "Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", o que atesta a estabilidade do clima organizacional e das relações de trabalho na companhia. (item 8)

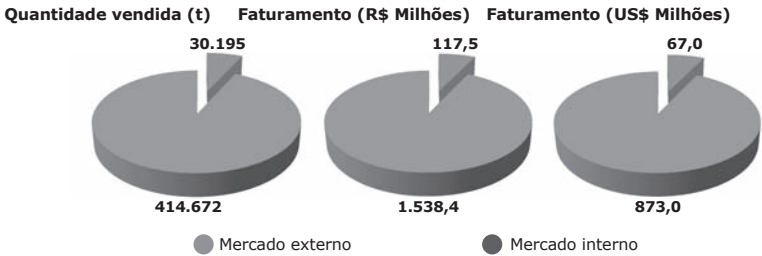
RESPONSABILIDADE SOCIAL: O programa "Voluntários ALBRAS", de voluntariado corporativo, teve número recorde de adesões com 392 participantes e realizou seu maior número de ações junto às comunidades da microrregião, 18 no total. (item 9)

RECERTIFICAÇÃO: A ALBRAS passou pelo processo de recertificação nas Normas Internacionais ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000, tendo sido aprovada sem qualquer Não Conformidade (NC), ou seja, atendendo a todos os requisitos especificados pelas normas. (item 7)

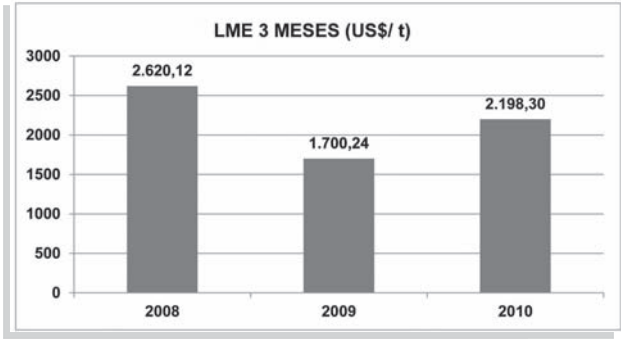
RECONHECIMENTO: Pelo quarto ano, a ALBRAS teve suas demonstrações contábeis reconhecidas entre as mais transparentes demonstrações financeiras do Brasil, conquistando o Troféu Transparência 2010, concedido pela Anefac/Fipeacfi/Serasa. (item 7)

1 - Produção e vendas

Em 2010, a ALBRAS produziu 451.117 toneladas de alumínio primário líquido, uma diminuição de 0,6%, em relação a 2009, devido à necessidade de desligar maior número de fornos, para troca de revestimento (268 fornos) e o impacto causado por um desequilíbrio térmico das linhas ocorrido em dezembro de 2009 e que foi normalizado em abril de 2010. Foram comercializadas 444.867 toneladas de alumínio, gerando um faturamento bruto de R\$ 1.655.9 milhões (US\$ 940,0 milhões), assim distribuídos:



Em 2010, o faturamento da ALBRAS apresentou um aumento de 17,1% em reais e de 31,2% em dólares americanos, em relação ao ano de 2009. Estes resultados foram consequências do aumento no preço de venda do alumínio no mercado internacional (LME - London Metals Exchange). O preço médio de venda do alumínio produzido pela ALBRAS foi de US\$ 2,112.91/t, superior em 33,6% à média do ano de 2009, que foi US\$ 1,582.09/t. Abaixo demonstramos a evolução do LME (três meses), que é a base do preço do alumínio:



2 - Resultados econômico-financeiros

A ALBRAS gerou no ano de 2010 um EBITDA positivo de R\$ 151.7 milhões (negativo de R\$ 68.5 milhões em 2009), principalmente em função de uma margem operacional positiva de 4,58% versus uma margem negativa de 9,95% em 2009. Esta variação está vinculada diretamente ao aumento nos preços internacionais do alumínio, e garantida pela melhor gestão da ALBRAS em suas operações de proteção de seu fluxo de caixa operacional. A ALBRAS apurou prejuízo líquido em 2010 de R\$ 37.9 milhões, influenciado diretamente pela contabilização de provisão de R\$ 88.5 milhões para perdas com derivativos embutidos (instrumento financeiro embutido no contrato de fornecimento de energia elétrica), tendo o efeito sido reduzido pela valorização de 4,31% do real perante o

dólar americano, com o impacto favorável, principalmente, da variação cambial das obrigações com empréstimos, bem como pelo aumento nos preços internacionais do alumínio. No ano de 2010, a geração líquida de divisas foi de US\$ 625,7 milhões (US\$ 544,5 milhões em 2009), proveniente da balança comercial (US\$ 733,0 milhões) e fluxo de capitais (US\$ -107,3 milhões). Essa geração líquida de divisas, comparando, representa 3,1% do saldo da balança comercial brasileira em 2010.

3 – Fatos societários relevantes

A Vale S.A. anunciou mundialmente no dia 02 de maio de 2010, a assinatura de um acordo com a Norsk Hydro ASA (Hydro) para transferir à empresa norueguesa a sua participação na ALBRAS. Segundo o termo do acordo, a Vale transfere para a Hydro 51% do capital total da ALBRAS e também os seus respectivos direitos de exclusividade e contratos comerciais em vigor. A referida transação foi finalizada em 28/02/2011. Cronologia: No dia 30 de setembro de 2010 é celebrado um contrato de compra e venda de ações entre a Vale S.A. (Acionista da ALBRAS) e Atlas Alumínio S.A. (Sociedade composta pela Vale Áustria GMBH e Vale International S.A.), por meio do qual a Atlas adquire 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentas e quarenta e quatro mil e quarenta e nove) ações ordinárias de Classe "A" de emissão da ALBRAS e de propriedade da Vale S.A. No dia 04 de outubro de 2010, a Atlas exerce o direito sobre a cláusula segunda do contrato de compra e venda e adquire 51% do capital total da ALBRAS e também os seus respectivos direitos de exclusividade e contratos comerciais em vigor, tornando-se, naquele momento, nova acionista da ALBRAS, com a seguinte composição:

Sócio	Ações ordinárias	%
Atlas Alumínio S.A.	575.744.049	51
Nippon Amazon Aluminium Co. - NAAC	553.165.851	49

Esta transação está vinculada a futura transferência das ações para a Hydro.

4 - Modernização e refinamento nos processos de produção: melhores índices de pureza da história

Para alcançar a visão de "Ser a Líder Global na Produção de Alumínio Primário até 2015" a ALBRAS trabalha na modernização e refinamento de processos. Em 2010 as principais ações de modernização foram a concretização do Projeto AB19 e o novo Sistema de Controle de Processo. O projeto AB19, novas carcaças dos fornos de redução de alumínio, começou a ser instalado depois de anos de testes. A alternativa foi desenvolvida pela equipe ALBRAS e permite ganhos substanciais na estabilidade térmica e na eficiência de corrente, com aumento de produtividade, projetando expectativa de maior vida útil do revestimento - a estimativa é de 2.200 dias, versus os 1.850 dias atuais. Em 2010 foi iniciada a substituição dos fornos da Redução IV, tendo sido trocadas as primeiras 73 cubas, de um total de 240. Na Redução II foi instalado um novo sistema de controle, mais moderno, robusto, com maior velocidade de leitura e código aberto, o que possibilita o desenvolvimento de algoritmos mais avançados e de melhor performance. Possui uma configuração totalmente descentralizada, permitindo maior segurança operacional, diminui os riscos de parada, além de trazer maior flexibilidade ao sistema. O investimento foi da ordem de US\$ 1,8 milhões. Ações de refinamento de processo também tiveram destaque neste ano como a nova estratégia de preaquecimento de cubas com o uso de grafite sintético, em substituição ao coque, o que garante um preaquecimento mais homogêneo, com perspectivas de ganhos na vida útil e na estabilidade operacional dos fornos. As linhas de cubas voltaram ter uma média de teor de ferro no metal líquido abaixo de 1000 ppm, atingindo 995 ppm, que é o melhor valor desde dezembro de 2006. Um nova logística com a otimização do fluxo do metal entre Redução e Fundição reduziu a dispersão do teor de ferro nos lingotes e permitiu um ganho significativo dos diferentes níveis de qualidade do metal líquido, com redução de 18% no "pickup" de ferro (2009: 176 ppm; 2010: 126 ppm), diferença entre o teor de ferro no lingote e no metal líquido. As ações permitiram que ao final do ano, fossem produzidos lingotes com a média de 1068 ppm de ferro, os melhores índices de pureza já registrados na história da empresa. Na Área de Carbono destaca para o desempenho do forno de cozimento. O refinamento no processo de produção do anodo coloca a ALBRAS como referência mundial nessa atividade. Isso foi possível depois de investimentos na qualificação da equipe responsável pela manutenção refratária e também na melhoria do controle do processo, em equipamentos para aumentar a eficiência no sistema de injeção e combustão do óleo utilizado no forno de cozimento. Isto resultou em redução do consumo de óleo e na quantidade de rejeito gerado no processo de cozimento; com excelência nas emissões atmosféricas, que trazem boas condições ao ambiente de trabalho e se refletem na qualidade de vida das pessoas. O tempo médio de reforma das cubas eletrolíticas, executado pela Área de Serviços Industriais, foi reduzido expressivamente em relação ao ano de 2009 passando de 7,9 para 5,2 dias, sendo este o melhor resultado da história da ALBRAS. O investimento na reforma das cubas off line, ou seja, fora da linha de produção, e o aprimoramento de procedimentos foram determinantes para o resultado alcançado. Na área de Fundição foi consolidado o processo de automação da Fase 2, através da operacionalidade do "robot" para formação de pilhas de lingotes e estação de cintagem automática, para embalagem e posterior expedição.

5 - Excelentes resultados na gestão ambiental na busca pela sustentabilidade

Com a responsabilidade de uma indústria de alumínio implantada na Amazônia, a ALBRAS realiza investimentos e desenvolve tecnologia de preservação conforme suas políticas de Gestão Ambiental, tendo em vista uma produção cada vez mais comprometida com os princípios da sustentabilidade industrial e a busca da competitividade. A estabilização das novas plantas de tratamento de gases (PTG) das linhas de Redução, permitindo maior captação e eficiência no trato dos gases e pós resultantes da produção do alumínio, permitiu à ALBRAS registrar, em 2010, os menores valores de emissões atmosféricas de sua história. Os resultados desta modernização, implementada ao longo dos dois últimos anos, qualificam a fábrica entre as melhores do mundo neste controle de emissões e possibilitam resultados muito inferiores aos limites determinados pela legislação:

EMIÇÃO	ÍNDICE ALBRAS/2010	LIMITE LEGAL
Flúor total	0,475 Kg/t Al	1,250 Kg/t Al
Material particulado	1,353 Kg/t Al	5,000 Kg/t Al

Inúmeras ações de melhoria foram também implantadas em todas as áreas operacionais, para aprimorar ainda mais os mecanismos de controle do processo produtivo, no que diz respeito às emissões, gasosas, hídricas e de resíduos sólidos. Grande parte desses projetos foi de iniciativa dos próprios empregados, por meio da gestão participativa, notadamente do programa de Círculos de Controle da Qualidade (CCQ). O consumo específico de água na planta industrial da ALBRAS vem sendo reduzido de forma sistemática e progressiva, especialmente nos últimos três anos. Dessa forma, em 2010 alcançou o menor valor registrado na história da empresa:

CONSUMO ESPECÍFICO DE ÁGUA	
ANO	CONSUMO
2008	3,70 m³/t Al
2009	3,29 m³/t Al
2010	2,10 m³/t Al

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



Somente em relação ao ano anterior, a diminuição do consumo específico de água na produção do alumínio na ALBRAS foi de 36%, chegando a 1,60 m³/t Al em dezembro de 2010, o melhor resultado na história da empresa. Um conjunto de ações implementadas como: campanhas internas, para a conscientização de empregados e contratados quanto ao uso racional da água, o programa “Gota Zero”, que facilita o registro vazamentos de água, aliado à conclusão dos investimentos nas instalações visando o reaproveitamento de água e ao engajamento de todos, fez com que a empresa alcançasse o seu melhor resultado em 25 anos de operação, situando a ALBRAS em posição de destaque entre as indústrias produtoras de alumínio em todo o mundo. O coprocessamento de Revestimento Gasto de Cubas (RGC) na indústria cimenteira prosseguiu com sucesso. A quantidade de RGC coprocessada foi de 16.586 t, superior à quantidade gerada ao longo do ano (de 15.714 t), conforme diretriz da companhia. Nos últimos quatro meses de 2010 a ALBRAS atingiu a notável marca de 100% de resíduos reciclados, como papel, papelão, madeira, plástico, resíduos inertes (sobra de construção civil, óleos), RGC, etc. A criação, neste ano, de um Grupo Gestor de Resíduos, com representantes de todas as áreas geradoras de resíduos na empresa, contribuiu grandemente para os excelentes resultados alcançados. Essas equipes trabalharam em conjunto para reduzir, reutilizar e reciclar (3R) os resíduos.

6 - Segurança no trabalho: conscientização, atitude e resultado recorde

No ano de 2010, a Taxa de Frequência de acidentes na planta industrial da ALBRAS, combinando a performance dos empregados da ALBRAS com os das empresas contratadas, foi reduzida em 50%, em relação ao ano anterior, estabelecendo um novo recorde na história da empresa. O valor final ficou em 0,79, o que significa menos de um acidente sério por milhão de homens-horas trabalhados em 2010. Quando observados separadamente, os indicadores dos empregados da ALBRAS e das empresas contratadas revelam que houve uma redução, em ambas as Taxas de Frequência, comparadas a 2009, de 31% e de 63%, respectivamente:

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES			
	2009	2010	Redução
ALBRAS	1,04	0,72	31%
Empresas Contratadas	2,31	0,86	63%

Com relação ainda às empresas contratadas, merece destaque o fato de não terem tido um único acidente com afastamento no ano de 2010. Na ALBRAS foram registrados dois acidentes com afastamento. Dentro do Plano Geral de Segurança da ALBRAS houve a continuidade do programa de atividades críticas em segurança, o programa de ergonomia, para eliminação das situações de risco, e a implantação de um sistema informatizado para gestão da Segurança, Medicina e Higiene Ocupacional, além do rodízio dos Técnicos de Segurança da empresa entre as diversas áreas. A ALBRAS manteve ações diárias que contribuíram para os bons resultados, como a intensa participação do corpo gestor - Diretores e Gerentes - nas ações de segurança e a participação efetiva dos empregados na eliminação dos riscos e na melhoria nas condições gerais de trabalho. Através do programa “Risco Zero”, os empregados também puderam identificar riscos de acidentes nas diversas áreas da empresa, acompanhando a correção dos riscos apontados. O programa de implantação dos Protocolos de Segurança da ALBRAS vem transformando as instalações da empresa e ajustando os procedimentos operacionais de forma a garantir um ambiente cada vez mais seguro para todos os empregados.

7 - Gestão empresarial da ALBRAS: comprometimento, consolidação e estabilidade

Num ano de dificuldades, ainda em decorrência dos efeitos da crise mundial, a ALBRAS se amparou no Balanced Scorecard (BSC) como principal ferramenta para acompanhamento e alcance das metas estipuladas. A visão estratégica trazida pelo modelo, alinha a atuação de todas as áreas da empresa na busca focada de melhores resultados. O Sistema de Gestão Empresarial da ALBRAS continua sendo refinado com a aplicação da filosofia *Lean Think*, consolidada na área da Fundação, com notória melhoria e estabilização na pureza dos lingotes produzidos e no processo de manutenção, elevando os índices de disponibilidade das lingoteiras para patamares superiores aos das metas definidas. Na área de Redução, para onde se estendeu este processo, foram obtidos resultados positivos na diminuição do *backlog* de corrida de metal e no nivelamento da produção (envio de metal para a Fundação), que se manteve acima da meta estipulada, desde julho. Outra área que recebeu a filosofia *Lean Think*, o Carbono, obteve a diminuição dos estoques em processo. Esta implantação prosseguirá, em 2011, em outras gerências da fábrica e, em 2012, deverá estar consolidada em toda a empresa. A ALBRAS obteve, em 2010, a recertificação em todas as normas internacionais em que é habilitada: ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente), OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e SA 8000 (Responsabilidade Social). O programa Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), com o qual os empregados participam diretamente do processo de gestão da empresa, teve adesão de 98% dos empregados operacionais, formando 122 círculos ativos concluindo mais de 240 trabalhos realizados por iniciativa dos empregados, com propostas de melhorias para segmentos como segurança no trabalho, ergonomia, meio ambiente, aumento da produtividade, etc. Além dos círculos, a ALBRAS mantém outros grupos para solução de problemas com foco na excelência operacional que neste ano, apresentaram 29 trabalhos. Em dezembro de 2010 foi realizada a “13ª EXPO CCQ ALBRAS”, que é considerada o maior evento da qualidade realizado no Pará. Empregados, familiares, vizinhos, visitantes de outras cidades, formaram o público que visitou a EXPO CCQ. A ALBRAS executou seu plano de investimentos de acordo com o planejado, totalizando R\$ 19.0 milhões (US\$ 10,4 milhões). Foram R\$ 12.5 milhões (US\$ 7,0 milhões) em Pesquisa e Desenvolvimento e R\$ 6.5 milhões (US\$ 3,4 milhões) em outras melhorias e refinamento de processos. A ALBRAS deu sequência ao seu Plano de Economia, estabelecido na época da crise mundial e conseguiu, em 2010, a redução de R\$ 20 milhões no consumo específico de insumos e de gastos PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros Gastos). Para obter estes resultados prosseguiu medidas já iniciadas no ano anterior, como a renegociação de contratos; revisão do modelo de gestão da infraestrutura de apoio à empresa, envolvendo o hospital e o clube dos empregados; diminuição da frota de veículos; otimização do transporte de empregados; internalização de atividades portuárias e a racionalização de recursos de tecnologia da informação. Pelo quarto ano, a ALBRAS teve suas demonstrações contábeis reconhecidas entre as mais transparentes demonstrações financeiras do Brasil, conquistando o Troféu Transparência 2010, o mais importante reconhecimento na área no país, concedido pela Anefac/Fipecafi/Serasa.

8 - Valorização das pessoas, um compromisso reconhecido

Pela décima primeira vez a empresa foi reconhecida como uma das “Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, por esse guia anual das revistas Exame e Você S/A, da Editora Abril. O resultado dessa pesquisa reflete as boas práticas de gestão. O índice de Qualidade na Gestão de Pessoas (IQGP) apurador foi de 84,3% e o Índice de Felicidade no Trabalho (IFT) aferido foi de 74,8%. O trabalho de fortalecimento das lideranças internas, como motivadores e mobilizadoras das equipes, continuou a merecer atenção na gestão do Clima Organizacional. A empresa mantém sua Política de Remuneração alinhada com o mercado, estando com a massa salarial posicionada na mediana do mercado e, mesmo ainda sob o impacto da crise global no setor do alumínio, a empresa realizou 111 movimentações de empregados. No programa de desenvolvimento, os treinamentos realizados permitiram atingir o índice de 42.261 h/h treinados, o que corresponde a 1,87% do total de h/h da empresa. O cumprimento da agenda de treinamentos legais foi de 100%. Com um *turnover* de 0,45%, em 2010, a ALBRAS mantém um dos índices mais baixos do país. Das 33 admissões ao cargo de operador de produção, realizadas pela ALBRAS neste ano, 32 foram originários do programa “Futuros Profissionais”, mantido em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para desenvolver a formação profissional na região, preparando candidatos a postos operacionais, na ALBRAS ou em outras empresas. Este ano foram 36 os participantes do programa “Jovem Aprendiz”, alunos dos cursos profissionalizantes do SENAI, que tem na empresa a sua primeira oportunidade profissional, trabalhando meio expediente, com uma bolsa-auxílio e acompanhados por tutores da empresa.

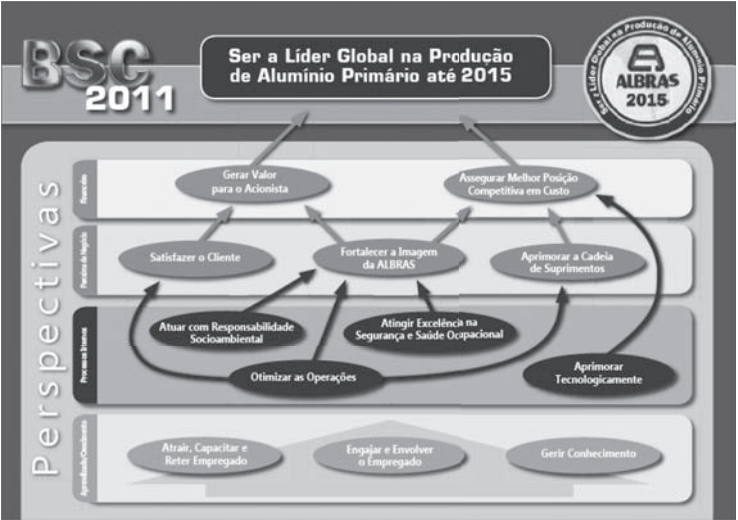
Oportunidade semelhante têm estudantes do programa de Estágio Regular, em nível técnico e superior, que ofertou 37 vagas em 2010. A ALBRAS mantém a exigência legal de ter 5% de PNEs no seu quadro funcional e segue política específica para atrair mulheres para a planta industrial. Hoje são 95% de homens e 5% de mulheres em seu quadro. O programa de qualidade de vida da ALBRAS é referência nacional. No “Vida Saudável” os empregados recebem orientações de uma equipe multidisciplinar – nutricionista, educadora física e psicóloga – para melhorar os hábitos alimentares, sociais e a prática de exercícios físicos. São ações preventivas que trazem benefícios para as condições gerais dos empregados, resultando em menos estresse e na construção de um clima organizacional favorável.

9 - Desenvolvimento, educação e geração de renda: Parceria ALBRAS e comunidades

A ALBRAS acompanha e participa do desenvolvimento de comunidades vizinhas, e mantém preocupação especial com a geração de renda e a manutenção de práticas sustentáveis. Neste sentido, realiza o Programa de Agricultura Familiar Mecanizada – PAFAM, que oferece equipamentos, apoio e assistência técnica, inclusive com um engenheiro agrônomo, sobre como melhor cultivar a terra e dela obter os melhores resultados. Um bom exemplo é a cultura da mandioca, predominante na região, que em cultivos assistidos pelo PAFAM chega a produzir 32 toneladas por hectare, quando a média no Estado é de 13 a 14 t/ha. A mandioca (cultura anual) é plantada em consórcio com milho, feijão, arroz, possibilitando ao pequeno agricultor sair da monocultura e ter renda ao longo do ano, atendendo, em 2010, 442 famílias. As comunidades têm a oportunidade de fazer uso da Tritucap, equipamento que permite roça sem queima, e também a possibilidade de beneficiar a produção da mandioca em uma fábrica de farinha, implantada por este programa na comunidade do Vai Quem Quer. Outra ação da ALBRAS, que contribui para a elevação da autoestima e conquista da cidadania pelas pessoas destas comunidades vizinhas, é o programa de Inclusão Digital. A empresa já implantou 15 Escolas de Informática e Cidadania (EIC), sempre em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI). Em 2010 foram capacitadas 2.504 pessoas, em Barcarena, Moju e Abaetetuba. Além dessas ações corporativas da organização, os empregados da ALBRAS realizam, por iniciativa própria e sempre com irrestrito apoio da companhia, um leque expressivo de ações solidárias no entorno da fábrica. Sob o título de “Voluntários ALBRAS” cerca de 400 empregados atuaram, em 2010, em atividades variadas que beneficiaram mais de 20 mil pessoas. Alguns programas são setoriais e já tradicionais, como o curso de Desenho Técnico Básico, ministrado pela equipe da Área de Engenharia, já em sua 26ª edição; também para qualificar os jovens é o “Curso de Instalação Elétrica Básica e Predial”, da equipe do Carbono; para contribuir com a educação regular o pessoal da Redução realiza a campanha “Kit Escolar Solidário”; o esporte saudável inspira o “Saque para o futuro”, da equipe de Fundação e Serviços Industriais, entre outros. Envolvendo todo o time ALBRAS são realizadas palestras, programas e campanhas como para arrecadação de livros, alimentos e brinquedos, para doação. Um dos programas de maior repercussão realizado pela ALBRAS é a Campanha Voluntária de Doação de Sangue pelos empregados, familiares e vizinhos, em parceria com o HEMOPA – Fundação Centro de Hematologia do Pará e ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S/A. Em 2010 foram recolhidas 1,271 doações em três dias de coleta pelo HEMOPA, utilizando infraestrutura montada no ambulatório da fábrica. É a maior coleta anual do HEMOPA e aponta como atividade única no país.

10 - Planejamento estratégico para 2011

Neste ano a ALBRAS revisou a sua missão e manteve a visão de “Ser a Líder Global na Produção de Alumínio Primário até 2015”. O planejamento estratégico para 2011 alinha a empresa de forma a aproveitar as oportunidades de mercado, além de proteger contra possíveis ameaças ao negócio. Pequenas alterações foram feitas direcionadas a fortalecer o desempenho organizacional e posição competitiva no mercado mundial de alumínio. Assim, o mapa estratégico permanece com os 12 objetivos estratégicos, porém com alguns novos indicadores estratégicos, conforme a ilustração a seguir:



Barcarena, (PA), 01 de março de 2011

Diretoria	
Luis Jorge Pinheiro Leal Nunes Diretor Presidente	Takashi Nakamura Diretor Vice-Presidente
Carlos Ariel Ferreyra Diretor	Osamu Yasuda Diretor
Conselho de Administração	
Ola Saeter Presidente	Knut Meel Conselheiro
Eivind Kallevik Conselheiro	Tetsuya Shibazaki Conselheiro
Yoshiaki Kurihara Conselheiro	Kimiharu Okura Conselheiro

www.albras.net

ALBRAS

ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 05.053.020/0001-44

Equivalência - Serasa Experian

ANEXO TRANSACCION

2010

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS - EM MILHARES DE REAIS				
Ativo	Notas	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante				
Caixa e Equivalentes de caixa	7	55.494	89.078	87.682
Clientes				
Partes relacionadas	9 e12	33.149	57.498	76.097
Outros	9	1.419	2.585	3.010
Depósitos em garantia	10	21.021	11.010	12.468
Estoques	11	216.021	175.045	272.633
Derivativos	8	129.214	26.131	19.201
Impostos e contribuições a recuperar	13	12.701	29.067	32.542
Despesas antecipadas		1.751	1.951	406
Partes relacionadas - outras contas a receber	12	2.109	419	723
Adiantamentos a fornecedores				
Energia	25	63.516	63.516	63.516
Outros		1.828	1.102	461
Outros		6.958	4.456	2.979
		545.181	461.858	571.718
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos em garantia	9			1.015
Títulos e Valores Mobiliários		1.941		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 e 2.19	203.950	182.186	176.877
Impostos e contribuições a recuperar	13	540.280	459.940	261.661
Derivativos	8		65.231	
Depósitos judiciais	20	27.303	24.890	22.230
Adiantamento a fornecedor de energia	25	825.711	889.227	952.743
Outros ativos	12	1.668	1.394	1.003
		1.600.853	1.622.868	1.415.529
Investimentos			2.174	1.653
Imobilizado	15	995.434	1.045.103	1.081.632
Intangível	16	4.722	6.860	9.996
Diferido	17	2.577	3.963	6.329
		2.603.586	2.680.968	2.515.139
Total do ativo		3.148.767	3.142.826	3.086.857
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante				
Fornecedores e empreiteiros				
Partes relacionadas	12	50.578	33.585	49.381
Outros	2.19	107.302	93.890	107.192
Empréstimos e financiamentos				
Partes relacionadas	12 e 19	292.357	339.961	232.710
Outros	19	55.812	58.364	78.880
Salários e encargos sociais	2.19	21.179	20.806	25.283
Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	13.090	2.419	2.762
Impostos e contribuições		1.859	1.623	10.171
Dividendos a pagar	21	26.120		11.430
Derivativos	8	11.932	123.989	
Outros passivos		316	366	243
		580.545	675.003	518.052
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos - outros	19	305.466	377.257	584.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	43.933	31.063	
Provisões	20	15.267	17.169	18.274
Derivativos	8	88.954	466	
Outros passivos			296	523
		453.620	426.251	603.045
Patrimônio líquido				
Capital social	21			
Residentes no país		575.744	575.744	575.744
Residentes no exterior		553.166	553.166	553.166
Capital realizado		1.128.910	1.128.910	1.128.910
Reservas de capital	21	39.487	45.681	51.922
Reserva de reavaliação	21	2.680	6.408	10.186
Ajustes de avaliação patrimonial	21 e 8	73.349	(63.690)	
Reserva de lucros	21 e 2.19	870.176	924.263	774.742
		2.114.602	2.041.572	1.965.760
Total do passivo e patrimônio líquido		3.148.767	3.142.826	3.086.857
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO POR AÇÕES					
	Notas	Trimestre (não auditado)			Acumulado
		4T10	3T10	4T09	2010 2009
Receita operacional líquida	25 (b)	489.604	332.443	392.815	1.652.854 1.412.446
Custo dos produtos vendidos e serviços	2.19	(440.231)	(311.453)	(374.999)	(1.479.472) (1.426.410)
Lucro (prejuízo) bruto		49.373	20.990	17.816	173.382 (13.964)
Despesas operacionais, líquidas					
Com vendas e comerciais	22	(5.460)	(2.699)	(3.848)	(14.561) (16.127)
Gerais e administrativas	22	(15.931)	(13.762)	(15.838)	(59.248) (59.949)
Honorários dos administradores	22	(564)	(498)	(353)	(3.130) (2.826)
Operações de hedge accounting/derivativos - líquidas	22	6.991	17.331	(4.629)	(677) (4.629)
Outras despesas operacionais líquidas	22 e 2.19	4.078	(8.045)	(26.661)	(20.145) (43.035)
		(10.886)	(7.673)	(51.329)	(97.761) (126.566)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		38.487	13.317	(33.513)	75.621 (140.530)
Despesas financeiras	23 e 2.19	(2.646)	(4.563)	(15.200)	(53.991) (37.271)
Receitas financeiras	23	1.588	1.058	1.998	4.653 5.486
Operações de hedge/derivativos - líquidas	23	(12.355)	(76.600)	(466)	(88.489) (466)
Variações monetárias e cambiais - líquidas	23	14.434	49.538	29.719	41.879 235.643
		1.021	(30.567)	16.051	(95.948) 203.392
Resultado operacional		39.508	(17.250)	(17.462)	(20.327) 62.862
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		39.508	(17.250)	(17.462)	(20.327) 62.862
Imposto de renda e contribuição social	14				
Do exercício		2.372	(37.676)	109.189	(39.328) 71.332
Diferido	2.19	(23.559)	45.686	(2.220)	21.766 5.308
		(21.187)	8.010	106.969	(17.562) 76.640
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		18.321	(9.240)	89.507	(37.889) 139.502
Lucro líquido por ação		0,02	(0,01)	0,08	(0,03) 0,12
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.					
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS					
	Nota	Trimestre (não auditado)			Acumulado
		4T10	3T10	4T09	2010 2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		18.321	(9.240)	89.507	(37.889) 139.502
Outros componentes do resultado abrangente					
Hedge accounting - fluxo de caixa					
Operações com hedge de metal - alumínio (i)	8	(28.157)	(37.986)	(156.697)	112.057 (123.989)
Operações com Swap - US\$ versus DI (ii)	8 e 14 (e)	11.099	29.330	60.299	24.982 60.299
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(17.058)	(8.656)	(96.398)	137.039 (63.690)
Total do resultado abrangente do exercício		1.263	(17.896)	(6.891)	99.150 75.812
(i) - Perdas com operações de hedge metal formalizadas com bancos no exterior, são indedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social;					
(ii) - Ganhos com as operações de swap, são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais estão apresentados na Nota 14 (e).					
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.					

Página 3 continua

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS										
	Reservas de capital				Reserva de lucros					
	Capital social subscrito	Especial Lei 8.200/91 artigo 2º	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Legal	Dividendo obrigatório não distribuído	Expansão/ investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	1.128.910	51.922	10.186		32.441	77.301		665.000		1.965.760
Realização de reservas		(6.241)	(3.778)						10.019	
Hedge Accounting				(63.690)						(63.690)
Lucro líquido do exercício									139.502	139.502
Destinação dos lucros:										
Reserva de incentivo fiscal					103.495				(103.495)	
Reserva legal						7.669			(7.669)	
Dividendos não distribuídos							26.120		(26.120)	
Reserva de lucros para expansão/investimentos								12.237	(12.237)	
Em 31 de dezembro de 2009 (Nota 2.19)	1.128.910	45.681	6.408	(63.690)	135.936	84.970	26.120	677.237		2.041.572
Realização de reservas		(6.194)	(3.728)						9.922	
Hedge Accounting				137.039						137.039
Prejuízo do exercício									(37.889)	(37.889)
Destinação dos lucros (prejuízos):										
Dividendos não distribuídos							(26.120)			(26.120)
Reserva de lucros para expansão/investimentos								(27.967)	27.967	
Em 31 de dezembro de 2010	1.128.910	39.487	2.680	73.349	135.936	84.970		649.270		2.114.602

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS					
	Trimestre (não auditado)			Acumulado	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	18.321	(9.240)	89.507	(37.889)	139.502
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais					
Depreciação e amortização	24.027	15.892	18.972	76.095	72.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.555	(45.685)	2.220	(21.766)	(5.308)
Reversão de provisões	(1.984)	(113)	(13.633)	(1.902)	(14.651)
Operação com derivativos, líquida	12.354	76.600	466	88.488	466
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(25.757)	(53.892)	(44.471)	(45.623)	(241.984)
Despesas com juros de empréstimos	417	4.208	5.228	13.597	24.152
Valor residual do ativo imobilizado baixado por alienação	307		23	309	225
	51.240	(12.230)	58.312	71.309	(25.528)
Redução (aumento) nos ativos					
Clientes	(18.507)	57.455	(33.035)	24.663	15.030
Estoques	48.918	(58.836)	52.071	(42.199)	99.393
Depósitos em garantia	6.263	(18.973)	38.417	(10.177)	2.376
Adiantamento a fornecedores	18.574	14.390	15.594	62.789	62.875
Despesas antecipadas	(778)	702	(704)	200	(1.545)
Operações com hedge de alumínio					19.201
Impostos a recuperar	(11.040)	(14.067)	(119.565)	(48.727)	(169.041)
Outros ativos	(1.649)	561	65	(4.250)	(1.734)
	41.781	(18.768)	(47.157)	(17.701)	26.555
Aumento (redução) nos passivos					
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	28.700	(9.779)	22.099	30.646	(29.266)
Impostos, salários e encargos sociais a recolher	(29.731)	23.337	(8.522)	611	519
Outros passivos	1.812	1.608	(936)	10.328	(49)
	781	15.166	12.641	41.585	(28.796)
Recursos líquidos provenientes (utilizado nas) das atividades operacionais	93.802	(15.832)	23.796	95.193	(27.769)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao imobilizado, intangível e investimentos	(5.818)	(4.298)	(4.844)	(22.044)	(31.187)
Depósitos judiciais	(133)	(108)	(91)	(564)	(1.084)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(5.951)	(4.406)	(4.935)	(22.608)	(32.271)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos captados a curto prazo - líquido	(44.942)	12.870	74.786	(39.904)	166.542
Dividendos pagos a acionistas			(11.431)		(11.431)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - LP	(32.144)		(38.951)	(66.265)	(93.675)
Recursos líquidos provenientes (utilizado nas) das atividades de financiamento	(77.086)	12.870	24.404	(106.169)	61.436
Aumento (redução) na caixa e equivalentes de caixa	10.765	(7.368)	43.265	(33.584)	1.396
Caixa e equivalente de caixa do período	44.729	52.097	45.813	89.078	87.682
Caixa e equivalente de caixa no final do período	55.494	44.729	89.078	55.494	89.078
Transações que não envolveram caixa:					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compensados com créditos fiscais	(26.219)	(139)		(41.697)	(22.383)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS		
	2010	2009
Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços	1.670.837	1.423.687
Receitas relativas à construção de ativos próprios	22.044	33.855
Outras despesas, líquidas	(17.846)	(45.607)
	1.675.035	1.411.935
Insumos adquiridos:		
Parte relacionada		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(369.654)	(357.945)
Materiais, energia, e outros operacionais	(55)	(262)
	(369.709)	(358.207)
Terceiros		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(262.526)	(378.969)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(906.952)	(728.401)
Recuperação (perda) de valores ativos	(832)	4.874
	(1.170.310)	(1.102.496)
	(1.540.019)	(1.460.703)
Valor adicionado bruto	135.016	(48.768)
Depreciação e amortização	(76.095)	(72.070)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	58.921	(120.838)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.376	(5.434)
IR e CSLL diferidos	21.766	5.308
Valor adicionado total a distribuir	94.063	(120.964)
Distribuição do valor adicionado	84.854	92.423
Pessoal e encargos		
Salário e encargos	71.171	74.459
Honorários dos administradores	1.560	2.826
Participação dos empregados nos lucros	10.967	13.543
Plano de aposentadoria e pensão	1.156	1.595
Impostos, taxas e contribuições	(24.105)	(144.797)
Federais	(19.467)	(46.805)
Estaduais	2.967	3.709
Municipais	1.649	1.796
Menos: incentivos fiscais	(9.254)	(103.497)
Financiadores	71.203	(208.092)
Juros e variações cambiais	(17.963)	(213.187)
Operações com hedge accounting realizada, líquida	677	4.629
Provisão de operação de derivativo energia não realizada, líquida	88.489	466
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(37.889)	139.502
Valor adicionado distribuído	94.063	(120.964)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (a “Companhia”), com sede na cidade de Barcarena, Pará, foi constituída em outubro de 1974 tendo por objetivo principal a industrialização e a comercialização de lingotes de alumínio. O Projeto ALBRAS teve a sua construção iniciada em 1981 e a sua implantação foi programada em duas etapas de 160 mil toneladas/ano cada uma. Na primeira fase, a ativação das cubas eletrolíticas iniciou-se em julho de 1985 e atingiu plena capacidade em dezembro de 1986. A construção da 2ª fase foi iniciada em outubro de 1987 e a ativação das cubas eletrolíticas ocorreu de maio de 1990 a fevereiro de 1991. Em 1993, como fruto de melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida passando de 320 mil para 345 mil toneladas/ano. Em dezembro de 2001, a Companhia concluiu a expansão de seu parque industrial elevando a sua capacidade de produção para 406 mil toneladas/ano a partir de 2002. Da última expansão em diante a Companhia executou várias melhorias operacionais, gerando com isto aumento em sua capacidade nominal de produção. Em 2010 foram produzidas 447 mil toneladas e comercializadas 445 mil toneladas de alumínio. Os destinos das 445 mil toneladas de alumínio foram: 415 mil toneladas para o mercado externo e 30 mil toneladas para o mercado interno.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa” e “Depósitos Judiciais” (Vide Nota 6).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010 não havia indicativos de impairment envolvendo ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o

grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou
- hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa);

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco “hedgado”. A Companhia só aplica a contabilização de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de variação do LME para o contrato de energia elétrica. A perda relacionada com a parcela não efetiva da variação do LME de US\$ 1,450.00/t até o limite de US\$ 2,773.21/t é reconhecido na demonstração do resultado como “Operações de derivativos, líquidas”, no resultado financeiro (vide Nota 8).

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). Entretanto, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos fixos. Quando um instrumento de hedge prescreve ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de contabilização de hedge, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em “Outros ganhos (perdas), líquido”.

A Companhia faz uso de derivativos (Nota 8) com o objetivo de proteção, aplicando a chamada contabilização de hedge (hedge accounting) de fluxo de caixa. As parcelas realizadas destas operações estão classificadas na demonstração de resultado como “Operações de hedge accounting - líquidas” na composição do resultado operacional.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



2.8 Ativos intangíveis

(a) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis e bens em operação	42; 72
Instalações e sistemas operacionais	35
Equipamentos autônomos	10
Veículos	5
Outros	2; 5; 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras".

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.15 Benefícios a empregados

Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos - Alumínio

A Companhia é uma fábrica de fundição que produz e vende lingotes de alumínio primário e alumínio primário líquido, sendo este um produto intermediário. As vendas dos lingotes de alumínio são feitas na modalidade FOB (Free on Board) em navios no Porto de Vila do Conde, basicamente para exportação, e as vendas de alumínio líquido em modalidade CPT (Carriage Paid To), para vendas apenas no mercado interno. As transferências de título e risco das mercadorias se dão na hora do carregamento, mais precisamente quando o produto ultrapassa a murada do navio, ou no local nomeado pelo cliente, no caso do alumínio líquido. Tanto o lingote de alumínio quanto o alumínio líquido são vendidos mediante preço fórmula definido no Acordo Básico de Vendas da Companhia e qualquer alteração desta fórmula deverá ser aprovada pelos Acionistas. As vendas da Companhia são feitas apenas para seus acionistas, ou outras partes que receberão a cessão de um acionista, de acordo com as quantidades anuais contempladas no Acordo Suplementar. O Acordo Suplementar também estipula a qualidade do produto e condições de pagamento, contemplando o prazo de 10 dias após data da entrega.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a umas contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do definido no estatuto social da Companhia, que é de 50%, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Refazimento das demonstrações financeiras

A Companhia optou pelo refazimento e reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 devido a ajuste identificado durante a elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos efeitos contábeis ocorreram em exercícios anteriores. Sendo assim, a Companhia está reapresentando as suas demonstrações financeiras para o referido exercício, originalmente divulgadas em 26 de fevereiro de 2010. Os ajustes identificados referem-se à ajuste de provisão para participação dos empregados nos resultados de 2009, cujo reconhecimento era feito pelo regime de caixa, bem como efetuou registro retroativo dos gastos com encargos setoriais sobre energia elétrica, pagos pela Eletronorte, e que não foram cobrados tempestivamente dos consumidores cativos de energia. A Aneel, que é a agência reguladora do setor expediu em 15 de dezembro de 2009 a Resolução nº 927, determinando a Companhia como devedora dos encargos à Eletronorte e consequentemente, a companhia reconhece o respectivo contas a pagar. O saldo líquido dos ajustes na Participação nos Resultados e Encargos de Energia (CVA) montam: em 31 de dezembro de 2009, R\$ 1.700 (2008 - R\$ -8.940) e R\$ -15.583, respectivamente.

(a) Demonstração do resultado de 2009

	Saldo reportado	Ajuste	Saldo reapresentado
Receita líquida de vendas	1.412.446		1.412.446
Custo dos produtos vendidos e serviços	(1.428.986)	2.576	(1.426.410)
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(112.405)	(14.161)	(126.566)
Resultado financeiro, líquidos	212.842	(9.450)	203.392
Lucro antes do IR/CSLL	83.897	(21.035)	62.862
Imposto de renda e contribuição social	69.488	7.152	76.640
Lucro líquido do exercício	153.385	(13.883)	139.502

(b) Balanço patrimonial de 2009

	Saldo reportado	Ajuste 2008	Ajuste 2009	Saldo reapresentado
Ativo				
Circulante	461.858			461.858
Não circulante (i)	2.669.212	4.604	7.152	2.680.968
Total	3.131.070	4.604	7.152	3.142.826
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante (ii) (iii)	640.424	13.544	21.035	675.003
Não circulante	426.251			426.251
Patrimônio líquido (iv)	2.064.395	(8.940)	(13.883)	2.041.572
Total	3.131.070	4.604	7.152	3.142.826

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



- (i) Ajuste em imposto de renda e contribuição social diferidos.
- (ii) Ajuste em salários e encargos sociais.
- (iii) Ajuste em fornecedores e empreiteiros - outros.
- (iv) Ajuste em reservas de lucros (Reserva para expansão e investimentos).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

Imposto de renda

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes estão registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas na Nota 20. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Todos os empréstimos de longo prazo da Companhia são em taxas variáveis, mantidas em dólares. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A". No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente

em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 53.113 (2009 - R\$ 87.158) e outros ativos líquidos de R\$ 33.146 (2009 - R\$ 57.498) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano (i)
Em 31 de dezembro de 2010	
Fornecedores e empreiteiros	157.880
Em 31 de dezembro de 2009	
Fornecedores e empreiteiros	127.475
Em 1º de janeiro de 2009	
Fornecedores e empreiteiros	156.573

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos	348.169	55.539	166.617	83.212
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	11.932			88.954
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos	398.325	58.039	174.117	145.103
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	123.989			466
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos	311.590	77.902	233.706	272.640

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2010, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2009, foi a de manter o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim resumidos:

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 19)	653.635	775.582
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(55.494)	(89.078)
Dívida líquida	598.141	686.504
Total do patrimônio líquido	2.114.602	2.041.572
Total do capital	2.712.743	2.728.076
Índice de alavancagem financeira - %	22	25

5.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A Companhia possui derivativos embutidos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme Notas 2.15 e 8, classificados como nível 2.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



6 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Clientes (i)	34.568		
Caixa e equivalentes de caixa	55.494		
Depósitos em garantia	21.021		
Adiantamentos a fornecedores	65.344		
Depósitos judiciais	27.303		
Derivativos		129.214	
	203.730	129.214	
31 de dezembro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Clientes (i)	60.083		
Caixa e equivalentes de caixa	89.078		
Depósitos em garantia	11.010		
Adiantamentos a fornecedores	64.618		
Depósitos judiciais	24.890		
Derivativos		91.362	
	249.679	91.362	
1º de Janeiro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Clientes (i)	79.107		
Caixa e equivalentes de caixa	87.682		
Depósitos em garantia	12.468		
Adiantamentos a fornecedores	63.977		
Depósitos judiciais	22.230		
Derivativos		19.201	
	265.464	19.201	
(i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de “Contas a receber de clientes” uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.			
	Outros passivos financeiros	Derivativos usados para hedge	
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	653.635		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii) - Nota 18	215.219		
Derivativos - Nota 18		11.932	
	868.854	11.932	
31 de dezembro de 2009			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	775.582		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii) - Nota 18	139.145		
Derivativos - Nota 18		123.989	
	914.727	123.989	
1º de Janeiro de 2009			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	895.838		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii) - Nota 18	171.008		
	1.066.846		
(ii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.			
7 Caixa e equivalentes de caixa			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e bancos	2.381	1.920	8.369
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	53.113	87.158	78.757
Poupança			556
	55.494	89.078	87.682

Os valores estão todos denominados em reais.

8 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia tem gerenciado ativamente suas posições em instrumentos derivativos de forma a evitar eventuais impactos de caixa. Face às políticas e práticas estabelecidas pela Companhia para as operações com derivativos, a Administração considera improvável a ocorrência de situações de risco não mensuráveis. Em decorrência de suas atividades de comercialização de alumínio, a Companhia contratou operações financeiras envolvendo instrumentos derivativos, com o propósito de proteger as suas operações contra os riscos associados às flutuações do preço do alumínio (hedge de metal) e variações na taxa de conversão de dólares para reais (swap - US\$ versus DI), garantindo fluxo de caixa e margens brutas estáveis. Em 31 de dezembro de 2010, estavam comprometidas com estas operações 20.000 toneladas e R\$ 481.250 mil, respectivamente. Estas operações estão designadas como hedge accounting. O ganho líquido não realizado registrado no patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial) de R\$ 73.349 representa o valor a ser embolsado (líquido) caso todas as operações fossem liquidadas em 31 de dezembro de 2010, que são: R\$ 11.932 de perda líquida com hedge metal e R\$ 85.281 (líquido de imposto) de ganho com operações de swap (US\$ versus DI). A Companhia adota o procedimento de registrar os ganhos ou perdas no resultado nos instrumentos derivativos quando da liquidação dos contratos. Os contratos são liquidados através de pagamentos e/ou recebimentos sob a forma de caixa. No resultado do ano de 2010, na linha de “Operações de hedge accounting/derivativos - líquidas” inclui perda realizada, com operações de hedge de metal de R\$ 82.301 (perda de R\$ 4.629, em 2008) e R\$ 81.624 de ganho com operações de swap (US\$ versus DI). Os saldos destas operações estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2010		2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Derivativos - hedge accounting				
Swap - US\$ versus DI	129.214		26.131	
Realizável a longo prazo				
Derivativos - hedge accounting				
Swap - US\$ versus DI			65.231	
Passivo circulante				
Derivativos - hedge accounting				
Hedge metal		11.932		123.989
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Swap - US\$ versus DI		43.933		31.063
Patrimônio líquido				
Derivativos - hedge accounting				
Hedge metal		(11.932)		(123.989)
Swap - US\$ versus DI		85.281		60.299
	129.214	129.214	91.362	91.362

(b) Derivativo embutido

A Companhia através do contrato de fornecimento de energia assinado em 11 de maio de 2004 junto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE que entrou em vigor em 1º de junho de 2004, inclui um ajuste de preço relacionado ao preço do alumínio no mercado, que é regido pelo LME (London Metals Exchange). Se o preço do LME for maior que US\$ 1,450.00 por tonelada métrica até o limite de US\$ 2,773.21, a Companhia deverá acrescer esta diferença aos custos de aquisição da energia adquirida. A Companhia caso queira interromper a compra de energia, deverá arcar com custos de aquisição dos próximos 24 meses posteriores a solicitação da suspensão do fornecimento, mas com direito a receber a energia contratada do período. A Companhia classificou a operação como de derivativo embutido e efetuou marcação a mercado futuro para LME em 31 de dezembro de 2010 e apurou uma perda líquida de R\$ 88.489 (perda de R\$ 88.954 em 2010 e reversão de R\$ 465 de perda do ano de 2009) demonstrada no passivo não circulante na conta de derivativos em contrapartida no resultado, em resultado financeiro (Nota 23).

9 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de partes relacionadas - No Exterior	33.149	57.498	76.097
Contas a receber - No País	1.419	2.585	3.010
Parcela circulante	34.568	60.083	79.107

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não havia saldo de contas a receber vencidos. Não há provisão para devedores duvidosos uma vez que não há histórico de atrasos. O total de contas a receber no exterior é denominado em US\$ (dólares americanos).

10 Depósitos em garantia

(a) Empréstimo - JBIC

Refere-se a garantia de pagamento do principal e juros do empréstimo junto ao JBIC - Japan Bank for International Corporation. O valor é retido mensalmente do faturamento do cliente NAAC - Nippon Amazon Co. Ltd., com rendimentos mensais. Os valores são resgatados nos meses de junho e dezembro de cada ano com a finalidade de pagamento de principal e juros até a data final de liquidação do empréstimo em junho de 2017.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



(b) Mercado de Energia			
Conta vinculada a movimentações financeiras no mercado atacadista de energia			
(c) Crédito Previdência Privada			
Valores retidos para liquidação futura de gastos com previdência privada.			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Bloqueio judicial			1.015
Mercado de energia	494	2.478	
Empréstimos - JBIC	6.400	7.908	12.468
Crédito previdência privada	13.471		
Outros	656	624	
	21.021	11.010	13.483
Circulante	21.021	11.010	12.468
Não circulante			1.015
	21.021	11.010	13.483
Os depósitos em garantia da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Reais	14.621	3.102	1.015
Dólares americanos	6.400	7.908	12.468
	21.021	11.010	13.483
11 Estoques			
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Produtos acabados	66.913	55.010	74.895
Produtos em processo	55.612	50.235	68.387
Matéria-prima	50.019	28.140	44.650
Materiais auxiliares	41.464	38.167	33.662
Importação em andamento	5.839	6.487	55.696
Materiais em trânsito no país	75	75	2.841
Provisão ajuste valor mercado			(4.874)
Provisão para obsolescência	(3.901)	(3.069)	(2.624)
	216.021	175.045	272.633

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “Custo dos produtos vendidos” totalizou R\$ 707.586 (2009 - R\$ 772.668).

12 Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

Os saldos destas contas estão representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base o valor de mercado das commodities correspondentes, bem como por financiamentos remunerados pelas taxas mencionadas na Nota 19, com prazos de resgate variáveis.

	2010		2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Nippon Amazon Aluminium Company Ltd. - NAAC		62.995		52.368
Atlas Alumínio S.A		13.321		
Vale S.A.	800	42.357		14.062
Vale do Rio Doce Energia S.A.				5
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.171	21.312	419	21.937
Vale International S.A	33.223	242.160	57.498	287.593
Companhia de Alumina do Pará - CAP	64			
Rio Doce International Finance Ltd.	480		499	
	35.738	382.145	58.416	375.965

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2010		2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Clientes	33.149		57.498	
Parte relacionadas - outras contas a receber	2.109		419	
Realizável a longo prazo - outros	480		499	
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos		292.357		339.961
Fornecedores e empreiteiros		50.578		33.585
Dividendos a pagar		26.120		
Parte relacionadas - outras contas a pagar		13.090		2.419
	35.738	382.145	58.416	375.965

Os resultados obtidos com as transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	Trimestre (não auditado)						Exercício findo em 31 de dezembro			
	4T10		3T10		4T09		2010		2009	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Venda de Produtos e Serviços										
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	201.271		188.140		176.858		801.748		694.815	
Vale International S.A.	253.321		114.981		193.434		736.668		646.485	
Valesul Alumínio S.A.									2.411	
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	567		190		243		1.491		3.263	
Compra de matéria prima										
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.		(61.176)		(43.440)		(79.163)		(210.779)		(251.480)
Vale S.A.		(36.756)		(36.318)		(29.561)		(153.882)		(102.846)
Vale do Rio Doce Energia S.A.						(15)				(62)
Outros custos										
Vale S.A.		(1.600)		(1.549)		(1.067)		(6.399)		(6.773)
Despesas administrativas, líquidas										
Vale S.A.		(489)		(489)		(1.000)		(1.956)		(2.820)
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	13		407		371		821		2.750	
Financeiras e variações cambiais										
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd - NAAC	3.163	(186)	3.219	(1.169)		(689)	2.250	(3.393)		(11.734)
Vale International S.A.	5.849	(3.218)	15.559	(3.921)		(2.610)	9.820	(9.923)	27.276	
RDIF - Rio Doce International Finance Ltd.		(8)		(31)		(14)		(18)		(174)
Vale S.A.			1.199		19		1.158		391	
	464.184	(103.433)	323.695	(86.917)	370.925	(114.119)	1.553.956	(386.350)	1.377.391	(375.889)



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



www.albras.net

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Receita operacional bruta - venda					
de produtos e serviços	455.159	303.311	370.535	1.539.907	1.346.974
Custo dos produtos vendidos e serviços	(99.532)	(81.307)	(109.806)	(371.060)	(361.161)
Despesas administrativas, líquidas	(476)	(82)	(629)	(1.135)	(70)
Despesas financeiras	1.603	(2.099)	(2.411)	(5.381)	(8.643)
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.997	16.955	(883)	5.275	24.402
	360.751	236.778	256.806	1.167.606	1.001.502

(ii) Remuneração do pessoal - chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e o gerente da auditoria interna:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Salários e encargos	(37)	(36)	(9)	(152)	(150)
Honorários e encargos da diretoria	(525)	(459)	(344)	(1.790)	(1.512)
Participação nos resultados/Bônus				(1.183)	(1.164)
Outros	(2)	(3)		(5)	
	(564)	(498)	(353)	(3.130)	(2.826)

13 Impostos e contribuições a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	296.797	240.476	160.978
Programa de Integração Social - PIS	71.248	51.556	34.596
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	24.611	9.864	8.371
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	138.145	166.661	72.289
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.180	20.450	17.969
	552.981	489.007	294.203
Circulante	12.701	29.067	32.542
Não circulante	540.280	459.940	261.661
	552.981	489.007	294.203

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos que a Companhia compensa com outros tributos federais, imposto de renda e contribuição social oriundos de incentivo fiscal. Projeções feitas pela Companhia indicam total recuperação do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010.

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Compostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo		Diferido passivo	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízos fiscais de imposto de renda	160.940	160.939		
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	5.191	5.837		
Provisão para obsolescências	1.326	1.043		
Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros - Derivativos	30.086	158	43.933	31.063
Provisão para perdas em investimentos	2.314	2.234		
Provisão Participação dos Resultados	3.730	3.730		
Provisão - CVA		8.027		
Outros	363	218		
Não circulante	203.950	182.186	43.933	31.063

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis.

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Valor líquido dos créditos	
	2010	2009
2010		(7.842)
2011	45.259	37.298
2012	2.314	59.651
2013 em diante	112.444	62.016
	160.017	151.123

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	31 de dezembro	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.508	(17.250)	(17.462)	(20.327)	62.862
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(13.433)	5.865	5.937	6.911	(21.373)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:					
Incentivo fiscal	3.283	4.803	103.497	9.254	103.497
Adições - itens permanentes					
Operações de hedge, no exterior	(10.430)	(1.981)	(1.732)	(27.982)	(1.732)
Outros	(607)	(677)	(733)	(5.745)	(3.752)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício/período	(21.187)	8.010	106.969	(17.562)	76.640
Do exercício	2.372	(37.676)	109.189	(39.328)	71.332
Diferido	(23.559)	45.686	(2.220)	21.766	5.308

(d) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia usufrui de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Pará. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades individualmente, até o ano-base de 2013.

A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em 2004 isenção de 75% do imposto de renda, para uma produção de até 560 mil tons/ano de alumínio, pelo período de 10 anos, sendo que, a partir de dezembro de 2007 a isenção de 75% passou a incidir somente para a produção que ultrapassar a 345 mil tons/ano limitada a 560 mil tons/ano enquanto não se obtivesse a homologação da Secretaria da Receita Federal. Em dia 15 de dezembro de 2009 a Secretaria da Receita Federal homologou a isenção de 75% do Imposto de Renda para a produção de até 560 mil tons/. Em 31 de dezembro de 2010 foram apurados R\$ 9.254 com esta subvenção.

(e) Outros resultados abrangentes

O encargo relativo ao componente de outros resultados abrangentes: Swap US\$ versus DI é o seguinte:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	31 de dezembro	
				2010	2009
Antes da tributação	(16.817)	44.439	91.362	37.852	91.362
Encargo (34%)	5.718	(15.109)	(31.063)	(12.870)	(31.063)
Pós tributação fiscal	(11.099)	29.330	60.299	24.982	60.299
Diferido	5.718	(15.109)	(31.063)	(12.870)	(31.063)

(f) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Empresa optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



15 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	Imóveis e bens em operação	Instalações operacionais	Equipamentos autônomos	Veículos	Encargos capitalizados	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 01 janeiro 2009									
Custo	645.050	1.374.616	103.896	15.691	41.962	247.630	2.428.845	175.181	2.604.026
Depreciação	(359.569)	(908.760)	(37.727)	(13.465)	(15.029)	(187.844)	(1.522.394)		(1.522.394)
Saldo contábil, líquido	285.481	465.856	66.169	2.226	26.933	59.786	906.451	175.181	1.081.632
Saldos em 31 de dezembro de 2009									
Saldo inicial	285.481	465.856	66.169	2.226	26.933	59.786	906.451	175.181	1.081.632
Aquisição								29.966	29.966
Transferência	25.056	138.722	(12.106)	922		993	153.587	(153.587)	
Alienação		(194)		(23)		(8)	(225)		(225)
Depreciação	(16.488)	(39.876)	(22.496)	(1.103)	(1.200)	14.893	(66.270)		(66.270)
Saldo contábil, líquido	294.049	564.508	31.567	2.022	25.733	75.664	993.543	51.560	1.045.103
Saldos em 31 de dezembro de 2009									
Custo	670.107	1.513.028	91.728	16.231	41.962	248.519	2.581.575	51.560	2.633.135
Depreciação	(376.058)	(948.520)	(60.161)	(14.209)	(16.229)	(172.855)	(1.588.032)		(1.588.032)
Saldo contábil, líquido	294.049	564.508	31.567	2.022	25.733	75.664	993.543	51.560	1.045.103
Em 31 dezembro de 2010									
Saldo inicial	294.049	564.508	31.567	2.022	25.733	75.664	993.543	51.560	1.045.103
Aquisição								20.950	20.950
Transferência	8.724	15.164	1.531	67		(3.813)	21.673	(21.673)	
Alienação	(45)			(264)			(309)		(309)
Depreciação	(16.660)	(43.297)	(5.446)	(763)	(1.200)	(2.944)	(70.310)		(70.310)
Saldo contábil, líquido	286.068	536.375	27.652	1.062	24.533	68.907	944.597	50.837	995.434
Saldo em 31 de dezembro de 2010									
Custo	678.666	1.528.192	93.072	14.603	41.962	244.525	2.601.020	50.837	2.651.857
Depreciação	(392.598)	(991.817)	(65.420)	(13.541)	(17.429)	(175.618)	(1.656.423)		(1.656.423)
Saldo contábil, líquido	286.068	536.375	27.652	1.062	24.533	68.907	944.597	50.837	995.434

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações relacionadas à alumínio. A administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável através do fluxo de caixa das operações futuras.

(b) Outras informações

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (Gerais e administrativas), monta a R\$ 64.748 (2009 - R\$ 60.060) e R\$ 5.562 (2009 - R\$ 6.210), respectivamente.

16 Intangível

Referem-se à aquisição de software.

Saldos em 01 de janeiro de 2009	
Custo total	22.708
Amortização acumulada	(12.712)
Saldo contábil, líquido	9.996
Em 31 de dezembro de 2009	
Saldo Inicial	9.996
Aquisição	700
Amortização do período	(3.836)
Saldo contábil, líquido.	6.860
Em 31 de dezembro de 2009	
Custo	23.408
Amortização Acumulada	(16.548)
Saldo contábil, líquido	6.860
Em 31 de dezembro de 2010	
Saldo inicial	6.860
Aquisições	1.093
Amortização do período	(3.231)
Saldo contábil, líquido	4.722
Em 31 de dezembro de 2010	
Custo	24.501
Amortização Acumulada	(19.779)
Saldo contábil, líquido	4.722
Taxa anual de amortização - %	20

Os montantes de amortização de R\$ 3.231 (2009 - R\$ 3.836) foram registrados como "Custo dos produtos vendidos", R\$ 82 (2009 - R\$ 450) e como "Gerais e administrativas" R\$ 3.149 (2009 - R\$ 3.386).

17 Diferido

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Despesas diferidas			
Despesas pré-operacionais e outras	147.660	147.660	149.916
Amortização acumulada	(145.083)	(143.697)	(143.587)
	2.577	3.963	6.329
Taxa anual de amortização - %	10	10	10

Conforme permitido pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível, permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

O montante de amortização de R\$ 1.386 (2009 - R\$ 1.638) foi registrado como "Gerais e administrativas"

18 Fornecedores e outras obrigações

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a pagar aos fornecedores e empreiteiros - outros	107.302	93.890	107.192
Dividendos a pagar	26.120		11.430
Contas a pagar aos fornecedores - partes relacionadas	50.578	33.585	49.381
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13.090	2.419	2.762
Salários e encargos sociais	21.179	20.804	25.283
Tributos a recolher/pagar	1.859	1.623	10.171
Derivativos - hedge metal	11.932	123.989	
I.R e CSLL - Diferidos	43.933	8.885	
Outras contas a pagar	316	366	243
	276.309	285.561	206.462
Analísado			
Passivos financeiros	227.151	263.134	171.008
Passivos não financeiros	49.158	22.427	35.454
	276.309	285.561	206.462

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



19 Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos:

	2010		2009	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
No país				
Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC				
Encargos	3			
	3			
No exterior				
Vale International				
Principal - Equivalente a US\$ 145 milhões	241.599		278.592	
Encargos	561		9.001	
Japan Bank for International Corporation - JBIC				
Principal - Vencíveis entre junho de 2011 e junho de 2017.				
equivalente a US\$ 216.665 mil	55.541	305.466	58.041	377.257
Encargos	268		323	
Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd.				
Principal - Equivalente a US\$ 30 milhões	49.986		52.236	
Encargos	211		132	
	348.166	305.466	398.325	377.257
	348.169	305.466	398.325	377.257

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais classificados a longo prazo (não circulante) é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro as posições em aberto são as seguintes:

Ano	2010	2009
2011		58.039
2012	55.539	58.039
2013	55.539	58.039
2014	55.539	58.039
2015	55.539	58.039
2016	55.539	58.039
2017	27.771	29.023
	305.466	377.257

Os empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2010 estavam sujeitos a juros anuais, como segue:

De 1.78%	361.275
De 1.67%	292.360
	653.635

Garantias

Em garantia do empréstimo JBIC foi oferecido pela:

- Vale S.A. - 51% do principal envolvido.
- NAAC - 49% dos recebíveis com as exportações da ALBRAS, por ocasião do vencimento de cada parcela.

O contrato de financiamento com o JBIC impõe certas limitações à Companhia no tocante a ocorrência de eventos de penhora, fusão ou inadimplência. No ano de 2009, a Companhia não apresentou qualquer não conformidade em relação às cláusulas restritivas.

Os pagamentos dos juros e amortização do principal do empréstimo mantido com o JBIC são mantidos em conta garantida - vide Nota 10.

19.1 Linhas de créditos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, não possui nenhuma linha de crédito disponível para movimentação

20 Obrigações contingências

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais			Provisões para contingências		
	2010	2009	1º de janeiro de 2009	2010	2009	1º de janeiro de 2009
Contingências tributárias	20.004	18.950	17.825	224	1.917	1.855
Contingências trabalhistas e previdenciárias	7.299	5.940	4.405	198	180	240
Reclamações cíveis						556
Contingências ambientais				14.845	15.072	15.623
	27.303	24.890	22.230	15.267	17.169	18.274

(b) A movimentação da provisão no exercício de 2010 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	17.169
Adições	100
Baixas	(2.076)
Atualizações monetárias	74
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.267

(c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei no 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira e também nos processos de isenção de tributos federais oriundos das operações de importação (drawback).
- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Tributárias	131.676	22.632
Cíveis	10.731	1.468
Trabalhistas	6.633	6.070
	149.040	30.170

21 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

As ações não são conversíveis entre si. Até o dia 21 de setembro de 2010 as ações ordinárias classe "A" só poderiam ser adquiridas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade.

Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e nove) ações ordinárias, de Classe A. Todas de emissão da Companhia.

A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B. registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229,745 mil e ¥ 6,394,733 mil.

(b) Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

(c) Reserva de reavaliação

A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

(d) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 14(d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



(f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído					
Constituída de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva é constituída quando a Companhia tem dividendo obrigatório a distribuir, mas não possui condições financeiras para o pagamento. A diretoria estará propondo para a Assembleia Geral dos Acionistas o pagamento dos dividendos retidos do exercício de 2009, no valor de R\$ 26.120, em 2011.					
(g) Ajustes de avaliação patrimonial					
A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na Companhia contempla os ganhos e as perdas, líquidos dos efeitos tributários, não realizados decorrentes de instrumentos financeiros derivados de proteção de fluxos de caixa. Esses valores serão transferidos para o resultado do exercício quando de sua realização (vide Nota 8).					
(h) Destinação do resultado do exercício					
A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2010:					
Origens					
Prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010				(37.889)	
Reserva Reavaliação/especial - realização				9.922	
Prejuízo ajustado com a realização da reserva				(27.967)	
Reserva de incentivos fiscais - constituição				(9.254)	
Base de cálculo para absorção do prejuízo				(37.221)	
Reserva de incentivos fiscais - realização				9.254	
Reserva de lucros para expansão e investimentos - realização				27.967	
				37.221	
Porcentagem de absorção do prejuízo				100%	
22 Despesas operacionais, líquidas					
	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Vendas e comerciais					
Taxas e serviços carga/descarga	(4.466)	(2.212)	(2.760)	(11.240)	(15.009)
Demurrage	(792)	(133)	(904)	(2.297)	(904)
Outras	(202)	(354)	(184)	(1.024)	(214)
	(5.460)	(2.699)	(3.848)	(14.561)	(16.127)
Gerais e administrativas					
Pessoal e Benefícios	(6.408)	(5.594)	(6.262)	(24.853)	(30.166)
Serviços (consultoria, infraestutura e outros)	(3.593)	(3.201)	(5.037)	(13.194)	(12.685)
Despesas de viagem	(225)	(139)	(73)	(552)	(306)
Apoio a comunidade	(383)	(222)	(136)	(1.015)	(630)
Tributos	(502)	(499)	(508)	(1.988)	(2.154)
Partes relacionadas	(476)	(82)	(629)	(1.135)	(70)
Depreciação e amortização	(2.459)	(2.560)	(2.579)	(10.097)	(11.234)
Outras	(1.885)	(1.465)	(614)	(6.414)	(2.704)
	(15.931)	(13.762)	(15.838)	(59.248)	(59.949)
Honorários dos administradores	(564)	(498)	(353)	(3.130)	(2.826)
Operações de hedge accounting - líquidas					
Hedge de alumínio - realizadas	(30.677)	(5.285)	(4.629)	(82.301)	(4.629)
Swap - U\$ versus DI	37.668	22.616		81.624	
	6.991	17.331	(4.629)	(677)	(4.629)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas					
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	616	(1.186)	(17)	(3.410)	131
Ajuste de inventário		(304)	(3.477)		486
Provisão p/redução valor de mercado - Alumínio					4.874
Provisão de Obsolescência	(832)			(832)	
Provisão CVA			(14.160)		(14.160)
Provisão para perdas pré-pagamento - Eletronorte	(5.963)	(5.861)	(6.245)	(24.128)	(25.689)
Diferimento ICMS - Lei nº 6.307/00	(569)	(365)	(308)	(1.464)	(2.301)
Previdência privada	12.900			12.900	
Provisão perdas com ações - Eletrobras	(226)			(226)	
Regularização PIS/COFINS	(639)			(639)	
Outras	(1.209)	(329)	(2.454)	(2.346)	(6.376)
	4.078	(8.045)	(26.661)	(20.145)	(43.035)
Despesas operacionais, líquidas	(10.886)	(7.673)	(51.329)	(97.761)	(126.566)

23 Resultado financeiro					
	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em 31 de dezembro	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Despesas financeiras					
Encargos s/empréstimos e financiamentos					
Externos	(2.023)	(2.075)	(2.771)	(8.169)	(15.216)
Internos	2	(44)	(61)	(62)	(396)
IOF	(708)	(193)	(415)	(1.733)	(1.604)
PIS s/ Receitas Financeiras				(9.023)	
Ajuste CVA - Eletronorte	(1.327)		(9.450)	(1.327)	(9.450)
Multas/juros por infrações fiscais	(135)	(48)	(31)	(28.039)	(1.843)
Parte relacionada	1.603	(2.099)	(2.411)	(5.381)	(8.643)
Outras	(58)	(104)	(61)	(257)	(119)
	(2.646)	(4.563)	(15.200)	(53.991)	(37.271)
Receitas financeiras					
Aplicações financeiras	980	1.058	1.810	3.879	5.092
Rendimentos credito prev. privada	569			569	
Outras	39		188	205	394
	1.588	1.058	1.998	4.653	5.486
Operações com derivativos - líquidas					
Derivativo embutido - energia	(12.355)	(76.600)	(466)	(88.489)	(466)
Variações cambiais dos passivos, líquidas					
Encargos s/empréstimos e financiamentos					
Externos	6.070	25.036	9.976	15.989	165.460
Internos	334	2.416	3.508	3.513	22.983
Parte relacionadas	4.899	19.977	1.501	13.228	53.470
Outras	(282)	923	(3.029)	426	5.098
	11.021	48.352	11.956	33.156	247.011
Variações monetárias e cambiais dos ativos, líquidas					
Depósitos recursais	463	517	412	1.848	1.576
Impostos a recuperar	3.640	4.491	19.894	15.247	25.763
Aplicações financeiras no exterior	(92)	(1.002)	(482)	(422)	(10.215)
Partes relacionadas	(902)	(3.022)	(2.384)	(7.953)	(29.068)
Outras	304	202	323	3	576
	3.413	1.186	17.763	8.723	(11.368)
Resultado financeiro	1.021	(30.567)	16.051	(95.948)	203.392

24 Cobertura de seguros				
As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólice de seguros:				
Ramos	Cobertura	Limite de indenização		
		2010	2009	
Bens/interesse	Incêndio, raio, explosão, colisão, roubo e lucros cessantes	1.798.981	2.312.097	
Responsabilidades	Responsabilidade civil	20.000	20.000	
		1.818.981	2.332.097	

25 Outras informações				
(a) Obrigações contratuais				
A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$ 1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024. A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:				
	31 dezembro de 2010	31 dezembro de 2009	1º janeiro de 2009	
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000	1.200.000	
Baixas	(310.773)	(247.257)	(183.741)	
	889.227	952.743	1.016.259	
A Companhia está compromissada contratualmente a adquirir aproximadamente 4.096 mil toneladas métricas de alumina da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (Companhia do controlador), com o preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Baseado no preço de US\$ 285,91 (R\$ 476.38) por tonelada métrica em 31 de dezembro de 2010, esse compromisso monta a R\$ 1.951.000 conforme demonstrado a seguir:				
Ano	2010			
2011	403.700			
2012	403.700			
2013	403.700			
2014	403.700			
2015	336.200			
	1.951.000			

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



(b) Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	de 2010	de 2009
Venda de produtos					
Alumínio	487.755	334.053	394.401	1.655.865	1.413.579
Venda de serviços e outros	7.173	2.962	2.058	14.972	10.108
Receita operacional bruta	494.928	337.015	396.459	1.670.837	1.423.687
Impostos					
Venda de produtos - Alumínio	(4.984)	(3.941)	(3.062)	(15.866)	(9.199)
Venda de serviços e outros	(340)	(631)	(582)	(2.117)	(2.042)
	(5.324)	(4.572)	(3.644)	(17.983)	(11.241)
Receita operacional líquida	489.604	332.443	392.815	1.652.854	1.412.446

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Ásia	201.271	188.140	259.436	736.668	890.364
Europa	253.321	114.981	110.856	801.748	450.937
Mercado externo	454.592	303.121	370.292	1.538.416	1.341.301
Mercado interno	33.163	30.932	24.109	117.449	72.278
	487.755	334.053	394.401	1.655.865	1.413.579
Parte relacionada	454.592	303.121	370.292	1.538.416	1.341.301
Outros	33.163	30.932	24.109	117.449	72.278
	487.755	334.053	394.401	1.655.865	1.413.579

(c) LAJIDA

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA/LAJIDA (lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização) foi positivo em R\$ 151.716 em 2010 contra apuração negativa de R\$ 68.460 em 2009. Esta variação está vinculada diretamente ao aumento nos preços do alumínio no mercado internacional, variação esta garantida por uma gestão eficiente nos riscos de mercado.

	Trimestre (não auditado)			Exercício findo em	
	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/período	18.321	(9.240)	89.507	(37.889)	139.502
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.187	(8.010)	(106.969)	17.562	(76.640)
Resultado financeiro líquido	(1.021)	30.567	(16.051)	95.948	(203.392)
Saldo equivalente ao resultado operacional antes dos efeitos financeiros	38.487	13.317	(33.513)	75.621	(140.530)
Depreciação e amortização	24.027	15.892	18.972	76.095	72.070
	62.514	29.209	(14.541)	151.716	(68.460)

(d) Balanço social

A Companhia mantém um firme compromisso de tornar transparentes as suas ações de responsabilidade social, em função disto, apresenta o seu balanço social, com seus principais indicadores:

	2010	2009
Base de cálculo		
Receita bruta	1.670.837	1.423.687
Lucro operacional antes do resultado financeiro	75.621	(140.530)
Remuneração bruta		
Empregados	52.506	50.760
Terceiros	60.313	59.219
Indicadores laborais		
Encargos Sociais Compulsórios	20.217	23.699
Alimentação	6.588	6.561
Transporte	2.803	3.062
Previdência privada	1.156	1.366
Saúde	4.184	4.798
Segurança e saúde no trabalho	2.539	2.243
Educação	2.613	3.683
Capacitação e desenvolvimento profissional	774	370
Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados	10.967	13.543
Outros benefícios	1.408	1.595
Total - Indicadores laborais	53.249	60.920
Indicadores sociais		
Impostos	(24.105)	(144.797)
Investimento em cidadania		
Projetos e ações sociais	1.033	1.027
Investimento em meio ambiente		
Operacionais	1.682	11.955
Outros projetos ambientais		630
Total - Investimento em meio ambiente	1.682	12.585
Indicadores do corpo funcional		
Número de empregados no final do período	1.211	1.219
Número de admissões durante o período	51	44

Barcarena, 01 de março de 2011.

Luis Jorge Pinheiro Leal Nunes Diretor Presidente	Takashi Nakamura Diretor Vice-Presidente
Carlos Ariel Ferreyra Diretor	Osamu Yasuada Diretor

Sebastião José Rosa
Gerente de Área de Contabilidade e Planejamento Fiscal
CRC/RJ 39332/0-S-PA
CPF 444.627.357-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos Administradores e Acionistas
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

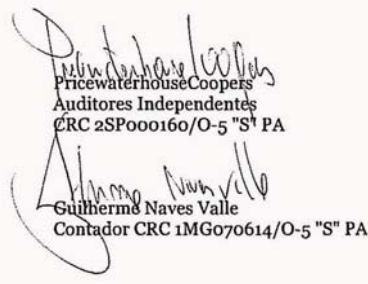
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 11º, 14º, 15º e 16º, Cjs. 1302 a 1304, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
20091-020 Caixa Postal 949, T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, www.pwc.com/br



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

O Conselho de Administração da ALBRAS – ALUMINIO BRASILEIRO S.A., tendo examinado, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, aprovou, por unanimidade, a referida proposição. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Barcarena, 31 de março de 2011.

Ola Saeter Presidente	Knut Meel Conselheiro
Eivind Kallevik Conselheiro	Tae Kido Matsumoto Conselheiro
Osamu Yasuda Conselheiro	Kimiharu Okura Conselheiro